



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVIII – Nº 078 – TERÇA-FEIRA, 28 DE MAIO DE 2013 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)
2ª SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)

3º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)
4º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º - Magno Malta - (PR-ES)
2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
3º - João Durval - (PDT-BA)
4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28</p> <p style="text-align: center;">Líder Eunício Oliveira - Bloco (62,70)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PMDB - 20 Eunício Oliveira (62,70) Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (105) Romero Jucá (40,104) Vital do Rêgo (107)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PP - 5 Francisco Dornelles (64) Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSD - 2 Sérgio Petecão (84,87) Vice-Líder do PSD Kátia Abreu (11,13,52,60,85)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PV - 1 Paulo Davim (75)</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB/PSOL) - 25</p> <p style="text-align: center;">Líder Wellington Dias - Bloco (24,65,90)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,67,97) Rodrigo Rollemberg (69,98) Inácio Arruda (89,99) Eduardo Lopes (37,45,63,100)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PT - 12 Wellington Dias (24,65,90) Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,93) Anibal Diniz (25,94) Paulo Paim (95) Eduardo Suplicy (96)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49,55,67,97) Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSB - 4 Rodrigo Rollemberg (69,98) Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (29,38,82)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda (89,99) Vice-Líder do PC DO B Vanessa Grazziotin (1,91)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (37,45,63,100)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (18,76)</p>	<p>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 16</p> <p style="text-align: center;">Líder Mário Couto - Bloco (34,61)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Wilder Moraes (101) Ataídes Oliveira (102) Cyro Miranda (31,103)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSDB - 12 Aloysio Nunes Ferreira (7,68) Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (74) Alvaro Dias (78) Paulo Bauer (5,35,79,80)</p> <p style="text-align: center;">Líder do DEM - 4 José Agripino (2,10,14,44,46,77) Vice-Líder do DEM Jayme Campos (28,106)</p>
<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL) - 12</p> <p style="text-align: center;">Líder Gim - Bloco (56,58,59)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Alfredo Nascimento (41,66) Eduardo Amorim (17,47,48,72) Blairo Maggi (19,51)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PTB - 6 Gim (56,58,59)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PR - 5 Alfredo Nascimento (41,66) Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48,72)</p>	<p style="text-align: center;">Governo Líder Eduardo Braga - Governo (39)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Lídice da Mata (29,38,82) Jorge Viana Vital do Rêgo (107)</p>	

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE	
<p style="text-align: center;">Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p style="text-align: center;">Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Ata Zuleide Spinola Costa da Cunha Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 81ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 27 DE MAIO DE 2013	30486	185, de 2011, cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário (Ofício nº 99/2013-CMA).	30530
1.1 – ABERTURA	30486	Término do prazo, em 25 do corrente, sem apresentação de projeto de decreto legislativo que discipline as relações jurídicas decorrentes da adoção da Medida Provisória nº 586, de 2012, convertida no Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2013. <i>Extinção da Comissão Mista destinada à apreciação da matéria.</i>	30530
1.2 – EXPEDIENTE	30486		
1.2.1 – Comunicação		1.2.6 – Aviso do Tribunal de Contas da União	
Do Senador Walter Pinheiro, encaminhando relatório de viagem realizada para acompanhar o III Fórum Anual Latino-Americano de Telecomunicações, Tecnologia e Internet de Políticas Públicas, no período de 14 a 16 do corrente (Ofício nº 47/2013).	30486	Nº 593/2013, na origem, encaminhando cópia do Acórdão nº 1.157, de 2013, proferido nos autos do processo TC 011.416/2010-6, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam.	30530
1.2.2 – Leitura de requerimento		1.2.7 – Discursos do Expediente	
Nº 510, de 2013, de autoria do Senador Inácio Arruda, solicitando a indicação de S. Exª como representante do Senado Federal no ciclo de debates “Brasil +10, um programa para avançar nas transformações” em 29 e 30 do corrente.	30495	SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Críticas a recentes declarações do Presidente do STF, Ministro Joaquim Barbosa.	30531
1.2.3 – Leitura de projeto		SENADOR PAULO PAIM – Registro da realização, em novembro próximo, da 59ª edição da Feira do Livro de Porto Alegre; e outros assuntos.	30532
Projeto de Lei do Senado nº 204, de 2013, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que <i>altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para dispor sobre a inclusão de equipamentos de informática e livros em cada moradia do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV)</i>	30497	SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Homenagem aos 58 anos de criação do município de Caracaraí, no Estado de Roraima.	30540
1.2.4 – Pareceres		SENADOR ALOYSIO NUNES FERREIRA – Encaminhamento de voto de pesar pelo falecimento do Sr. Roberto Civita.	30547
Nºs 404 e 405, de 2013, das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Assuntos Sociais, respectivamente, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 338, de 2012.	30500	SENADORA ANA AMÉLIA, como Líder – Manifestação de pesar pelo falecimento dos Srs. Ruy Mesquita e Roberto Civita; e outro assunto.....	30548
Nº 406, de 2013, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2011.....	30509	SENADOR ANIBAL DINIZ – Encaminhamento de voto de pesar pelo falecimento do Sr. Lourival Marques de Oliveira.	30550
1.2.5 – Comunicações da Presidência		SENADOR CASILDO MALDANER – Relato da participação de S. Exª na 4ª Plataforma Global de Redução de Riscos de Desastres Naturais, em Genebra, na Suíça.....	30551
Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que o Projeto de Lei do Senado nº 338, de 2012, cujos pareceres foram lidos anteriormente, seja apreciado pelo Plenário (Ofício nº 122/2013-CAS).	30530	SENADOR ALVARO DIAS – Considerações sobre recentes acontecimentos envolvendo o Programa Bolsa Família; e outro assunto.....	30553
Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que o Projeto de Lei do Senado nº			

SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN – Críticas à intenção da empresa norte-americana Amazon de obter o registro exclusivo de domínios com o seu nome; e outro assunto. 30565

SENADOR ANIBAL DINIZ – Satisfação com o sucesso dos pequenos empreendedores que recebem apoio do Governo do Estado do Acre..... 30568

SENADOR ALOYSIO NUNES FERREIRA – Considerações sobre o projeto de lei complementar, de autoria de S. Ex^a, que dispõe sobre o mercado de cartões de crédito, de débito e asse-
melhados. 30576

SENADOR JOSÉ SARNEY – Encaminhamento de voto de pesar pelo falecimento do Sr. Roberto Civita..... 30578

1.2.8 – Leitura de requerimentos

Nº 511, de 2013, de autoria do Senador José Sarney, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Roberto Civita..... 30578

Nº 512, de 2013, de autoria dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Roberto Civita. 30579

Nº 513, de 2013, de autoria da Senadora Ana Amélia, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Roberto Civita. 30580

Nº 514, de 2013, de autoria do Senador Anibal Diniz, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Lourival Marques de Oliveira. 30580

Nº 515, de 2013, de autoria do Senador Wellington Dias, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Themístocles Sampaio Pereira. . 30580

1.2.9 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR WELLINGTON DIAS, como Líder – Encaminhamento de voto de pesar pelo falecimento do Sr. Themístocles Sampaio Pereira; e outro assunto. 30581

SENADOR EDUARDO BRAGA, como Líder – Satisfação com o decreto assinado pela Presidente da República que reduz a alíquota do IPI incidente sobre a produção de extratos concentrados de guaraná e açaí; e outro assunto. 30585

1.2.10 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão conjunta do Congresso Nacional amanhã, às 20 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada a comunicações da Presidência da Mesa do Congresso Nacional, leitura de vetos presidenciais e demais expedientes. 30587

1.2.11 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR PEDRO SIMON – Homenagem à memória dos Srs. Ruy Mesquita e Roberto Civita, recentemente falecidos..... 30587

SENADOR LUIZ HENRIQUE – Destaque à qualidade da carne suína exportada pelo Estado de Santa Catarina..... 30591

SENADOR PEDRO TAQUES – Registro da entrada em vigor da Lei 12.732, de 2012, que garante a pacientes com câncer tratamento gratuito pelo SUS; e outros assuntos. 30591

1.2.12 – Comunicação

Da Liderança do PDT na Câmara dos Deputados, de substituição de membros em diversas Comissões (**Ofícios nºs 237 a 240, de 2013**). Designação do Deputado João Dado, como titular, e do Deputado Ângelo Agnolin, como suplente, para comporem a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 613, de 2013. Designação do Deputado André Figueiredo, como suplente, para compor a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 614, de 2013. Designação do Deputado Ângelo Agnolin, como titular, para compor a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 615, de 2013. 30595

1.2.13 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR CÍCERO LUCENA – Defesa do ensino fundamental em tempo integral em todo o País; e outro assunto. 30596

1.2.14 – Leitura de requerimento

Nº 516, de 2013, de autoria do Senador Eduardo Suplicy e outros Senadores, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Roberto Civita. .. 30599

1.2.15 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR EDUARDO SUP LICY – Encaminhamento de voto de pesar pelo falecimento do Sr. Roberto Civita..... 30602

SENADOR RODRIGO ROLLEMBERG – Satisfação com a contribuição da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste no progresso econômico desta região; e outro assunto. 30603

SENADOR VALDIR RAUPP – Destaque para a importância da CLT na defesa dos direitos dos trabalhadores; e outros assuntos..... 30606

SENADOR ROMERO JUCÁ – Considerações acerca dos avanços e desafios da CLT..... 30608

1.2.16 – Comunicações da Presidência

Recebimento do **Relatório Final nº 2, de 2013**, da Comissão Temporária criada pelo Requerimento nº 18, de 2013, destinada a realizar levantamento da legislação pertinente à prevenção e combate de incêndios no Brasil, e elaborar proposta concreta, eficaz e de alcance nacional das normas técnicas necessárias, tendo como referência rigorosos padrões internacionais (**Ofício nº 27/2013**) (**vide item 2.1**). 30609

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. 30610

1.3 – ENCERRAMENTO.....	30612
2 – SUPLEMENTO À PRESENTE EDIÇÃO	
2.1 – COMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A REALIZAR LEVANTAMENTO DA LEGISLAÇÃO PERTINENTE À PREVENÇÃO E COMBATE DE INCÊNDIOS NO BRASIL, E ELABORAR PROPOSTA CONCRETA, EFICAZ E DE ALCANCE NACIONAL DAS NORMAS TÉCNICAS NECESSÁRIAS, TENDO COMO REFERÊNCIA RIGOROSOS PADRÕES INTERNACIONAIS.	
Relatório Final nº 2, de 2013	
<u>SENADO FEDERAL</u>	
3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	
Por Unidade da Federação	30613
Bancadas dos Partidos	30614
Por ordem alfabética	30615
4 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL.....	30616
5 – LIDERANÇAS	30617
6 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO.....	30621
7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	30622
8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	
CAE – Comissão de Assuntos Econômicos	30635
CAS – Comissão de Assuntos Sociais	30643
CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	30647
CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte	30653
CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.....	30658
CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.....	30668
CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	30676
CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura	30685
CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.....	30691
CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.....	30697
CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	30701

9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	
Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)	30705
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993).....	30706
Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)	30707
Procuradoria Especial da Mulher (Resolução nº 9, de 2013)	30708
Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)	30708
Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)	30709
Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009).....	30711
Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010) ..	30713
Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42, de 2010)	30715
Conselho do Prêmio Mérito Ambiental (Resolução nº 15, de 2012).....	30717
<u>CONGRESSO NACIONAL</u>	
10 – COMISSÕES MISTAS	
CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1, de 2006)	30719
CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4, de 2008)..	30723
Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – Fipa (Resolução nº 2, de 2007)	30727
CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883, de 1999)	30728
Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito	30729
Comissões Mistas Especiais	30732
11 – CONSELHOS E ÓRGÃO	
Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)	30736
Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)	30737
Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1, de 2011)	30738

Ata da 81ª Sessão, Não Deliberativa, em 27 de maio de 2013

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência do Sr. Romero Jucá, da Srª Ana Amélia, e dos Srs. Mozarildo Cavalcanti, Anibal Diniz, Cícero Lucena, Luiz Henrique e Valdir Raupp

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 1 minuto e encerra-se às 19 horas e 33 minutos.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – A Presidência do Senado Federal recebeu, por meio de expediente, Relatório de Viagem do Senador Walter Pinheiro, referente ao **Requerimento nº 368**

de 2013, de missão, no qual relata participação, como membro da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, no terceiro Fórum Anual Latino-Americano de Telecomunicações, Tecnologia e Internet de Políticas Públicas, no período de 14 a 16 de maio de 2013, em Miami, Estados Unidos.

O expediente vai à publicação.

O Requerimento vai ao Arquivo.

É o seguinte o expediente:

Brasília, 22 de maio de 2013.

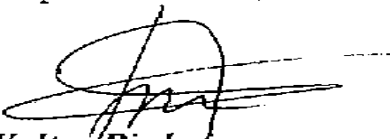
Of. nº. 047/2013

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência relatório, em anexo, relativo à viagem que fiz como membro da *Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática* para participar, no período de 14 a 16 de maio de 2013, do *III Fórum Anual Latino-Americano de Telecomunicações, Tecnologia e Internet de Políticas Públicas*, em Miami, Estados Unidos.

Sem mais para o momento, reitero os votos de elevada estima e consideração.

Respeitosamente,


Walter Pinheiro
Senador da República

Relatório sobre a Representação do Senado Federal no *III Fórum Anual Latino-americano de Telecomunicações, Tecnologia e Internet de Políticas Públicas*, realizado no período de 14 a 16 de maio de 2013, no Hotel Conrad Miami, em Miami – Flórida – EUA.

Senhoras e Senhores Senadores,

Tenho a honra de apresentar à apreciação de Vossas Excelências o presente relatório sobre a Representação do Senado Federal no *III Fórum Anual Latino-americano de Telecomunicações, Tecnologia e Internet de Políticas Públicas*, realizado no período de 14 a 16 de maio de 2013, no Hotel Conrad Miami, em Miami – Flórida – EUA, que me foi confiada.

O presidente da Comissão de Relações Exteriores, Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES), subscreveu o requerimento com a indicação do meu nome para debater a participação do Senado Federal no processo de formulação das teses defendidas pela delegação brasileira no referido evento.

Este Fórum foi promovido pela Federação Latino-Americana e do Caribe de Internet e Comércio Eletrônico com o objetivo de discutir e preparar a Região para o impacto das tecnologias da informação, das comunicações e da internet na economia e para o fomento do comércio eletrônico nas pequenas e médias empresas (PME) na região.

De posse de dados fazem parte do levantamento Acesso à Internet e Posse de Telefone Móvel Celular para Uso Pessoal, feito com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2011 tive o prazer de informar aos participantes do Fórum que quase metade da população brasileira com 10 anos ou mais de idade (46,5%) acessava a internet em 2011, segundo estudo divulgado às vésperas do evento pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O índice é mais do que o dobro do percentual registrado em 2005, quando aproximadamente 21% da população haviam acessado a internet nos últimos três meses por computador ou notebook. No mesmo período, a população nessa faixa etária cresceu 9,7%.

O Norte e o Nordeste tiveram os aumentos mais significativos no número de pessoas navegando na internet, embora ainda sejam as regiões com os menores índices de acesso do país.

Em nossa apresentação, apresentei dados do e-commerce (comércio eletrônico) no Brasil, destacando que em 2012 foram realizados 66,7 milhões de transações, um aumento de 24,2% em relação a 2011.

Isto significou para o setor um faturamento anual de R\$ 22,5 bilhões, com um crescimento nominal de 20% em relação a 2011 (R\$ 18,7 bilhões em vendas de bens de consumo).

Em nossa participação, enfatizei que ao longo de 2012 houve um aumento no número de consumidores virtuais, com entrada de mais 10,3 milhões de novos usuários. Já são mais de 42,2 milhões de pessoas que fazem, ao menos, uma compra online até hoje no Brasil.

Segundo IBGE, conforme relatei, se em 2005 aproximadamente 12% da população dessas regiões haviam acessado a internet nos últimos três meses, o percentual saltou para 35,4% no Norte e 34% no Nordeste.

O percentual triplicou, enquanto nas demais regiões o índice, em média, duplicou entre 2005 e 2011. Entretanto, em 2011, os percentuais do Norte e do Nordeste estavam bem abaixo dos registrados nas regiões Sudeste (54,2%), Centro-Oeste (53,1%) e Sul (50,1%).

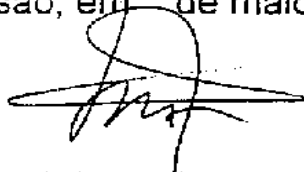
O Distrito Federal (DF) é a unidade da Federação com o maior percentual de internautas (71,1%), seguido de São Paulo (59,5%) e o Rio de Janeiro (54,5%).

Entre 2005 e 2011, em números absolutos, houve aumento de 100,1%, 116,6% e 121,2% nessas unidades federativas, respectivamente. Os estados com menores percentuais em 2011 eram o Maranhão (24,1%), o Piauí (24,2%) e o Pará (30,7%). Esses percentuais representaram, em números absolutos, um crescimento de 244,9%, 151,1% e 242,7% desde 2005.

Durante nossa participação no Fórum continental, como representante também desta Comissão de Ciência e Tecnologia, abordei ainda a questão do marco civil da internet em tramitação no Congresso Nacional, além do papel dos governos com políticas públicas para a promoção e difusão das tecnologias da informação e do comércio eletrônico para impactar na economia e na geração de empregos.

Este é o relatório que submeto a Vossas Excelências.

Sala da Comissão, em _____ de maio de 2013.



Senador Walter Pinheiro

III LATIN AMERICAN PUBLIC POLICY FORUM ON INTERNET, E-COMMERCE AND MOBILE TECHNOLOGIES

Keynote speech by **Senator Walter Pinheiro**

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) podem contribuir de maneira singular para o desenvolvimento de um País

1

Impacto econômico



- Criação de **empregos**
- Salto na **competitividade**
- Aumento de **produtividade** em todos os setores
- Desenvolvimento das **PMEs**

2

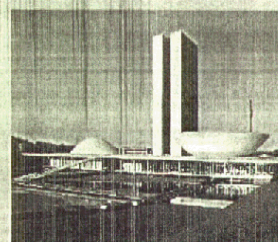
Impacto social



- Melhoria na qualidade da **Educação**
- Soluções inovadoras em **Saúde**
- Redução da **pobreza**
- Prevenção do **crime**

3

Transparência e eficiência do setor público

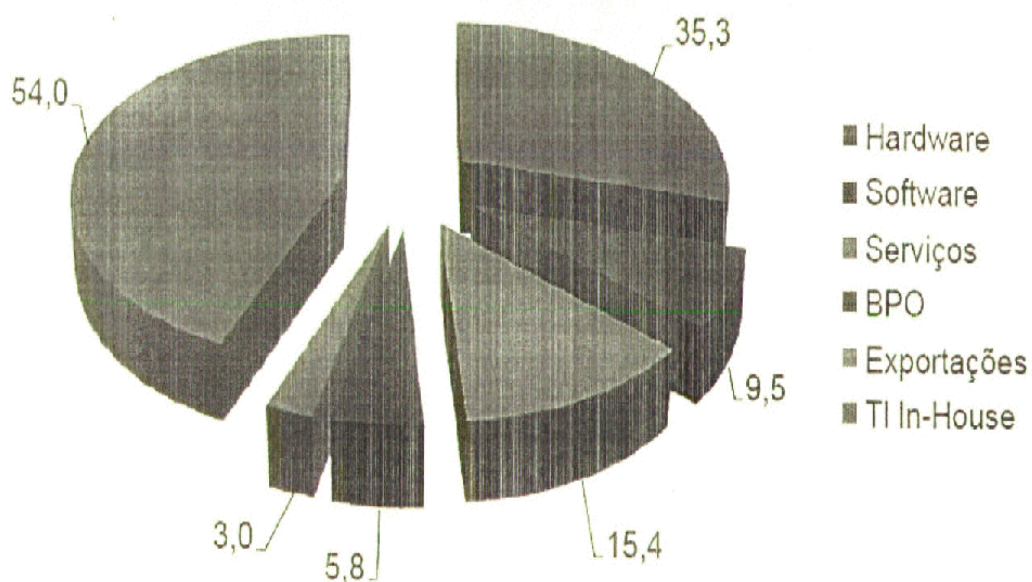


- Melhor acesso a serviços públicos
- **Transparência** das contas públicas
- **Eficiência** da máquina estatal

Mercado Brasileiro de TI

<u>Mercado de TI (US\$)</u>	<u>2012e</u>	
TI	US\$ 123 Bi	7º maior mercado de TI no mundo
Comunicações	US\$ 110 Bi	4º maior mercado de C no mundo
TIC	US\$ 233 Bi	4º maior mercado de TIC no mundo

Mercado Brasileiro de TI (US\$ Bi, 2012e)

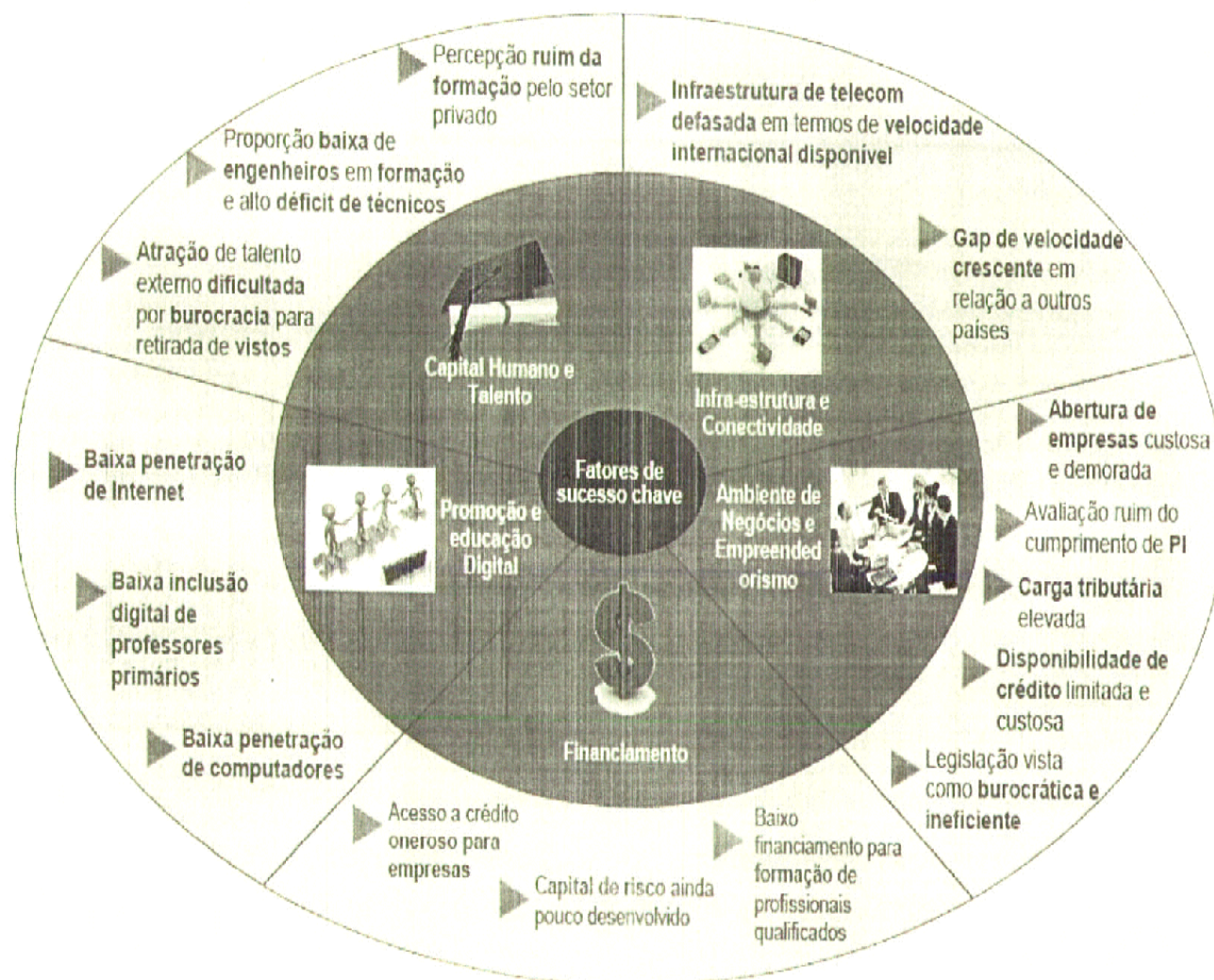


O Brasil também apresenta um conjunto importante de casos de sucesso de aplicação de TIC

N



Entretanto, o Brasil ainda apresenta oportunidades de melhora nos cinco fatores de sucesso encontrados em outros países



McKinsey - Brasscom

E-Commerce no Brasil

(Varejo virtual em bens de consumo)

- Foram realizados 66,7 milhões de pedidos em 2012, um valor 24,2% maior do que em 2011;
- O setor fechou o ano com R\$ 22,5 bilhões de faturamento, um crescimento nominal de 20% em relação a 2011 (R\$ 18,7 bilhões em vendas de bens de consumo)
- Ao longo de 2012 aumentou o número de consumidores virtuais: 10,3 milhões de novos entrantes. Já são mais de 42,2 milhões de pessoas que fizeram, ao menos, uma compra online até hoje no Brasil.

Os Grandes Números da Internet no Brasil

Indicadores	2008	2009	2010	2011	2012
Internautas no Brasil em milhões de usuários	55,9 ¹	67,9	73,9 ²	78,5	83,4
Domínios Registrados no Brasil em milhões de registros	1,53	1,94	2,31 ³	2,65	2,79
Computador no Domicílio % da população	28%	36%	39%	55%	n/a
Internet no Domicílio % da população	20%	27%	31%	38%	n/a
Banda Larga no domicílio % da população com internet	58,0%	66,0%	68,0%	68,0%	n/a
Tempo médio de acesso em horas navegadas/mês	22:50	44:40	45:32	48:04	n/a

Os Grandes Números da Internet no Brasil

Dados de internet móvel no Brasil					
Indicadores	2008	2009	2010	2011	2012
Possuem celular % da população	56%	63%	67%	76%	n/a
Número de Celulares em milhões de unidades	150,6	173,9	202,9	242,3	256,41
Celulares em 3G em milhões de unidades	2,1	7,0	18,9	36,5	53,9
Smartphones % dos celulares	3%	7%	10%	36%	n/a
Tablets em milhares de unidades	n/a	n/a	100	800	2.200

Thank you!

Senator Walter Pinheiro

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 510, DE 2013

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, minha indicação como

representante desta Casa para participar do cilo de debates “Brasil+10, um programa para avançar nas transformações”, junto à Universidade Federal de Goiás – UFG, nos dias 29 e 30 deste, em atenção ao convite da União Nacional dos Estudantes – UNE, conforme cópia em anexo, com ônus para esta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, 27 de maio de 2013. – Senador **Inácio Arruda**.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES

Fundada em 11 de Agosto de 1937

São Paulo, 15 de maio de 2013

**Ao senador da república PCdoB-Ceará
A/C Inácio Arruda**

Caro amigo,

Próxima a completar 76 anos de vida, a União Nacional dos Estudantes (UNE) realiza seu maior e mais representativo encontro, o **53º Congresso da UNE-Conune**. Com sede em Goiânia-GO, o evento reunirá, entre os dias **29 de maio e 02 de junho**, mais de 10 mil representantes de instituições de ensino superior de todo o país.

Nesta edição, o Congresso da UNE fará uma homenagem aos 100 anos de nascimento do poeta e diplomata Vinicius de Moraes, autor do hino da UNE, e trará para discussão dos estudantes a importância e urgência do investimento de 10% do PIB, 50% do Fundo Social do Pré-sal e 100% dos royalties do Pré-sal na área educacional, em todos os seus níveis.

Além de uma intensa programação política e cultural, o 53º Conune marcará também a eleição da nova diretoria e do presidente da entidade para a próxima gestão, o que traz ainda mais relevância para o encontro.

Com a certeza de poder enriquecer ainda mais a história de nossa entidade, a UNE gostaria de contar com a sua participação neste grande encontro das juventudes e suas ideias no ciclo de debates **"Brasil+10, um programa para avançar nas transformações"**.

Tema: A crise do capitalismo, seus efeitos e desdobramentos no Brasil e no mundo

Data: 30 de maio (quinta-feira) de 2013

Local: Universidade Federal de Goiás-UFG

Horário: 14h30min às 17h00min

Colocamo-nos à disposição para esclarecer quaisquer dúvidas e para, em conjunto, definirmos o formato da apresentação de maneira que também atenda vossa expectativa.

Agradecemos desde já pela atenção. Um grande abraço,



Daniel Iliescu
Presidente da UNE

Contato da produção

11 2503.1978

11 98408-2750

julia@contraregras.com.br

**SENADO FEDERAL
PRESIDÊNCIA**

Brasília, 23 de maio de 2013

REQUERIMENTO S/Nº**Origem:** Gabinete do Senador Inácio Arruda

Nos termos do que dispõe o art. 40 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, e por solicitação do Excelentíssimo Senhor Senador Inácio Arruda, indico Sua Excelência, para representar o Senado Federal no ciclo de debates “Brasil+10, um programa para avançar nas transformações”, a ser realizado na cidade de Goiânia/GO, no período de 29 e 30 de maio de 2013.

Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que será lido.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 204, DE 2013

Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para dispor sobre a inclusão de equipamentos de informática e livros em cada moradia do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009 passa a vigor acrescida do seguinte art. 82-E:

“Art. 82-E. Cada moradia do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) será entregue com os seguintes itens:

I – equipamento de informática – microcomputador – com programas de computador (*softwares*) instalados, incluindo o acesso a banda larga da rede mundial de computadores (internet);

II – biblioteca do grupo familiar, composto de vinte títulos de humanidades, especialmente de literatura, e obras de referência, selecionados, alternativamente, pelo Plano Municipal do Livro e da Leitura (PMLL), ou pelo Plano Estadual do Livro e da Leitura

(PELL) ou pelo Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL).”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, criou o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) e tratou também da regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas. Seu principal propósito é o de criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais, para famílias com renda mensal de até R\$ 4.650 (quatro mil, seiscentos e cinquenta reais). Para tanto, se divide nos Programas Nacionais de Habitação Urbana (PNHU) e de Habitação Rural (PNHR).

Esse programa vem sendo utilizado para proporcionar moradia para milhões de brasileiros, resgatando uma dívida social secular, garantindo um direito constitucional e encaminhando o Brasil para a trilha da verdadeira abolição, ainda não completada, apesar de passados mais de cem anos da extinção formal da escravidão.

Entendemos como correto o programa, mas verificamos que este se revela incompleto, uma vez que ainda não avança para uma conquista humana básica: a de acesso ao conhecimento e à informação. Por isso, propomos que cada moradia entregue no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida esteja equipada com uma biblioteca com obras de humanidades e um equipamento de computador com acesso à internet.

A inclusão cultural e a inclusão digital são duas das dimensões pouco valorizadas no Brasil. Por isso, diante do alcance do Programa Minha Casa, Minha Vida, entendemos fundamental a associação desses dois tópicos.

No que diz respeito à leitura, o Retrato da Leitura no Brasil indica que apenas 95 milhões dos brasileiros são leitores; que são comprados apenas 1,2 livros por habitante/ano; e que o número de livros lidos é de 4,7 por habitante/ano.

Já sobre a inclusão digital, pesquisas comparativas apontam que o Brasil ocupa a 72ª posição no *ranking* mundial de inclusão digital, entre os 156 países pesquisados, com apenas 51,25% da população com algum tipo de acesso às plataformas pesquisadas, e pouco acima da média global, que é de 49,1%. Se ve-

rificarmos que o telefone celular é a principal dessas plataformas, veremos que o acesso às informações trazidas pela internet ainda é elitizada em nosso País. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 104,7 milhões de brasileiros não acessam a rede mundial de computadores.

Assim sendo, o esforço de inclusão social no Brasil não passa, apenas, pela superação da miséria absoluta, com a concessão de uma bolsa que permita a aquisição de alimentos; nem tampouco com o acesso a outro direito constitucional básico, que é o da moradia. O acesso à cultura, ao universo dos bens simbólicos, à informação em tempo real, de fontes diversas – o que só pode ser proporcionado pelos livros e pela internet – constituem, pois, direitos básicos a serem alcançados.

Utilizamos nesta proposição um critério definido pela própria Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que é o de grupo familiar, ou seja, unidade nuclear composta por um ou mais indivíduos que contribuem para o rendimento ou têm suas despesas por ela atendidas e abrange todas as espécies reconhecidas pelo ordenamento jurídico brasileiro, incluindo-se nestas a família unipessoal. Para cada grupo familiar, teríamos uma biblioteca e um computador com acesso à internet.

Outro critério utilizado, desta vez para as obras, já consta de leis de acesso à cultura: a Lei nº 8.313, de 1991 (Lei Rouanet), inclui as “humanidades” entre as obras passíveis de serem beneficiadas pelos incentivos à cultura; e o decreto que a regulamenta menciona, especificamente, o conceito “humanidades, inclusive a literatura e obras de referência” (Decreto nº 5.761, de 27 de abril de 2006). Dessa maneira, procura-se buscar que não apenas livros literários, mas também de filosofia, artes visuais e outros campos do conhecimento possam estar contemplados.

Outra referência às políticas públicas já existentes é ao Programa Nacional do Livro e da Leitura (PNLL). Esse plano leva em conta o papel de destaque que o livro e a leitura assumem para o desenvolvimento social, o alcance da cidadania e, enfim, para servir de base para as transformações necessárias da sociedade brasileira.

Por seu alcance social e seu potencial de transformação da sociedade brasileira rumo à revolução pela educação, pedimos o apoio de nossos pares para a aprovação deste projeto.

Sala das Sessões, – Senador **Cristovam Buarque**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.977, DE 7 DE JULHO DE 2009

Conversão da Medida Provisória nº 459, de 2009

Mensagem de veto

Texto compilado

(Regulamento)

Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

O Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....
Art. 82-A. Enquanto não efetivado o aporte de recursos necessários às subvenções econômicas de que tratam os incisos I e II do art. 2º e o art. 11 desta Lei, observado o disposto na lei orçamentária anual, o agente operador do FGTS, do FAR e do FDS, que tenha utilizado as disponibilidades dos referidos fundos em contratações no âmbito do PMCMV, terá direito ao ressarcimento das quantias desembolsadas, devidamente atualizadas pela taxa Selic. (Incluído pela Lei nº 12.424, de 2011)

~~Art. 82-B. O PMCMV, nos termos do art. 1º desta Lei, tem como meta promover a produção, aquisição, requalificação, e reforma de dois milhões de unidades, a partir da publicação desta Medida Provisória, a dezembro de 2014, respeitados os valores consignados nas respectivas leis orçamentárias anuais. (Incluído pela Medida Provisória nº 514, de 2010)~~

~~Parágrafo único. As diretrizes para a continuidade do programa serão definidas no plano nacional de habitação a ser apresentado pelo Poder Executivo, no prazo de que trata o caput, mediante projeto de lei. (Incluído pela Medida Provisória nº 514, de 2010)~~

Art. 82-B. O PMCMV, nos termos do art. 1º desta Lei, tem como meta promover a produção, aquisição, requalificação e reforma de dois milhões de unidades habitacionais, a partir de 1º de dezembro de 2010 até 31

de dezembro de 2014, das quais, no mínimo, 220.000 (duzentas e vinte mil) unidades serão produzidas por meio de concessão de subvenção econômica na forma do inciso I do § 1º do art. 6º-B, nas operações de que trata o inciso III do caput do art. 2º, a beneficiários finais com renda de até R\$ 1.395,00 (mil, trezentos e noventa e cinco reais), respeitados os valores consignados nas respectivas leis orçamentárias anuais. (Incluído pela Lei nº 12.424, de 2011)

Parágrafo único. As diretrizes para a continuidade do programa poderão ser complementadas no plano nacional de habitação a ser apresentado pelo Poder Executivo federal mediante projeto de lei. (Incluído pela Lei nº 12.424, de 2011)

Art. 82-C. Para o exercício de 2011, a União fica autorizada a utilizar os recursos previstos nos arts. 2º, 5º, 12, 18 e 19 desta Lei. (Incluído pela Lei nº 12.424, de 2011)

Art. 82-D. No âmbito do PMCMV, no caso de empreendimentos construídos com recursos do FAR, poderá ser custeada a edificação de equipamentos de educação, saúde e outros complementares à habitação, inclusive em terrenos de propriedade pública, nos termos do regulamento. (Incluído pela Lei nº 12.722, de 2012)

§ 1º A edificação dos equipamentos de que trata o caput está condicionada à existência de compromisso prévio do Governo Estadual, Municipal ou Distrital em assumir a operação, a guarda e a manutenção do equipamento, imediatamente após a conclusão da obra, e colocá-lo em funcionamento em prazo compatível com o atendimento da demanda do empreendimento, nos termos do regulamento. (Incluído pela Lei nº 12.722, de 2012)

§ 2º Caso a operação não seja iniciada no prazo previsto no termo de compromisso, o ente responsável

deverá ressarcir o FAR com os recursos gastos com a edificação, devidamente atualizados. (Incluído pela Lei nº 12.722, de 2012)

§ 3º Os equipamentos de que trata o caput serão incorporados ao patrimônio do ente público proprietário do terreno no qual foi realizada a edificação ou doados ao ente público responsável pela operação, guarda e manutenção, caso a edificação seja realizada em terreno de propriedade do FAR. (Incluído pela Lei nº 12.722, de 2012)

§ 4º Quando a edificação tiver que ser realizada em terreno cuja propriedade não seja do ente público responsável pela operação, guarda e manutenção dos equipamentos, o termo de compromisso deverá contar com a participação de todos os entes envolvidos como também prever a obrigação de transferência do uso ou da propriedade para o mencionado ente responsável pela operacionalização. (Incluído pela Lei nº 12.722, de 2012)

Art. 83. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 7 de julho de 2009; 188ª da Independência e 121ª da República.

.....
(Às Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; de Educação, Cultura e Esporte; e de Desenvolvimento Regional e Turismo, cabendo à última a decisão terminativa.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS)

– O projeto de lei que acaba de ser lido será publicado e remetido às Comissões competentes.

Sobre a mesa, pareceres que serão lidos.

São lidos os seguintes:

PARECERES

Nºs 404 E 405, DE 2013

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 338, de 2012, do Senador Tomás Correia, que acrescenta dispositivo à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para tornar obrigatória a distribuição, pelo Poder Público, de comprimidos de zinco às crianças portadoras de quadro diarreico.

PARECER Nº 404, DE 2013

(Da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa)

RELATOR: Senador **EDUARDO LOPES**

RELATOR “AD HOC”: Senador **CYRO MIRANDA**

I – RELATÓRIO

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) examina o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 338, de 2012, de autoria do Senador Tomás Correia, que tem por finalidade obrigar o poder público a distribuir comprimidos de zinco às crianças portadoras de quadro diarreico. Para esse fim, acrescenta novo parágrafo ao art. 11 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Ao justificar a iniciativa, o autor menciona que, no Brasil, 6,9% do total de óbitos na faixa etária de zero a cinco anos têm como causa

doenças diarreicas. De acordo com estudos da Organização Mundial da Saúde e do Fundo das Nações Unidas para a Infância e Adolescência (UNICEF), a administração de comprimidos de zinco favorece a melhora do quadro diarreico e diminui a sua duração, podendo salvar a vida de muitas crianças.

A proposição foi distribuída à CDH e à Comissão de Assuntos Sociais, cabendo à última decidir em caráter terminativo.

Não foram recebidas emendas perante este colegiado.

II – ANÁLISE

Conforme dispõe o art. 102-E, inciso VI, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH examinar proposições que disponham sobre proteção à infância.

O direito à saúde é garantido a todos, mas é importante dedicar especial atenção à vulnerabilidade das crianças, devido à imaturidade de seu organismo e à aquisição incompleta de conhecimentos e de hábitos, inclusive sanitários, que possam favorecer a sua saúde e prevenir doenças. Devemos devotar atenção especial às crianças mais pobres, geralmente mais expostas a condições sanitárias inadequadas e dependentes do sistema público de saúde para tratar suas enfermidades.

Nesse sentido, a disponibilização gratuita de comprimidos de zinco, pelo poder público, pode representar um passo significativo na promoção da saúde e defesa da vida dessas crianças. Reveste-se a proposição, portanto, de elevado mérito e relevância social.

III – VOTO

Em razão do que foi exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 338, de 2012.

Sala da Comissão, 11 de dezembro de 2012.

, Presidente



, Relator

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 338, de 2012

ASSINAM O PARECER, NA 80ª REUNIÃO, DE 11/12/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: _____

RELATOR: _____

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Lidice da Mata (PSB)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Anibal Diniz (PT)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Eduardo Lopes (PRB)	6. VAGO
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Roberto Requião (PMDB)
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	4. VAGO
Sérgio Petecão (PSD)	5. VAGO
Paulo Davim (PV)	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
VAGO	1. Cássio Cunha Lima (PSDB)
VAGO	2. Cyro Miranda (PSDB)
VAGO	3. Wilder Moraes (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PPL, PR)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Gim (PTB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. VAGO
Magno Malta (PR)	3. João Costa (PPL)
PSOL	
VAGO	1. Randolfe Rodrigues

PARECER Nº 405, DE 2013
(Da Comissão de Assuntos Sociais)

RELATOR: Senador **HUMBERTO COSTA**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 338, de 2012, de autoria do Senador Tomás Correia, inclui um § 3º no art. 11 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA), com o objetivo de estabelecer, como incumbência do poder público, a obrigação de fornecer gratuitamente comprimidos de zinco às crianças portadoras de quadro diarreico.

Na justificação do projeto, o Senador Tomás Correia menciona estudos da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância e Adolescência (UNICEF) que defendem a administração de comprimidos de zinco quelado, por um período de dez a catorze dias, em razão de a medida resultar em significativa melhora do quadro diarreico e redução de sua duração.

A proposição – que não recebeu emendas no prazo regimental – foi distribuída primeiramente à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), onde foi aprovado o parecer favorável do Relator *ad hoc*, Senador Cyro Miranda, e chega agora à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para ser apreciada em caráter terminativo.

II – ANÁLISE

Compete à CAS, na forma do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre os temas concernentes à proteção e defesa da saúde, matéria de que trata o PLS nº 338, de 2012.

Tendo em vista a natureza terminativa da apreciação, assinalamos que, a nosso ver, não existem óbices constitucionais, jurídicos ou regimentais à aprovação do projeto.

Em termos de técnica legislativa, porém, a proposição incorre em dois erros. Primeiramente, ela trata de tema técnico e específico – administração de comprimidos de zinco a crianças portadoras de quadro diarreico –, que não deve ser objeto de norma legal, mas sim de regulamentos técnicos, instituídos por meio de normas de status infralegal, como portarias e resoluções.

A lei, por definição, deve ser restringida a temas gerais e abstratos. Há que se considerar, portanto, as inconveniências de se determinar por lei federal medida como a proposta pelo projeto em tela. Tendo em vista o longo tempo de tramitação e a necessidade de concerto político para sua aprovação, uma norma legal pode engessar a evolução técnica e tecnológica das matérias das quais venha a tratar. Por exemplo, se o projeto em análise nesta Comissão for transformado em lei e estudos posteriores chegarem à conclusão de que o uso de comprimidos de zinco é ineficaz ou até mesmo prejudicial (por eventuais efeitos adversos que venha a apresentar), será necessário aprovar outra lei para revogar a medida, o que só ocorrerá após novo período de tramitação da matéria.

Em segundo lugar, a medida foi instituída no ECA, que não é uma lei apropriada para tratar de medidas de saúde, a despeito de essa norma apresentar um capítulo dedicado a temas relacionados à saúde de crianças e adolescentes.

Ressalte-se, porém, que a maior contraindicação ao projeto reside em seu próprio tema: posicionamento do Ministério da Saúde (MS) informa que, após consulta a especialistas ligados à Sociedade Brasileira de Pediatria, a Área Técnica de Saúde da Criança e Aleitamento Materno constatou *que ainda é polêmico no meio científico o uso sistemático de comprimidos de zinco em todos os casos de diarreia aguda em crianças*. Os técnicos do MS entendem *que o pilar no tratamento da diarreia continua sendo a solução de reidratação oral, sendo o zinco considerado terapêutica coadjuvante, com papel mais estabelecido nas situações de diarreia aguda em crianças desnutridas*.

Em virtude das razões expostas —a matéria não deve ser regulamentada por meio de lei e não existe consenso científico acerca do uso sistemático de comprimidos de zinco em todos os casos de diarreia aguda em crianças—, entendemos que a medida proposta no PLS nº 338, de 2012, não deve prosperar.

III – VOTO

Em vista do exposto, votamos pela REJEIÇÃO do Projeto de Lei do Senado nº 338, de 2012.

Sala da Comissão, 22 de maio de 2013.

Senador Waldemir Costa, Presidente

Américo de Oliveira, Relator

Comissão de Assuntos Sociais - CAS
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 338, de 2012

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 20ª REUNIÃO, DE 22/05/2013, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE:

Sergio Souza / Waldemir Moka

RELATOR:

Humberto Costa / PT - Senador Humberto Costa

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Palm (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	2. Pedro Simon (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	3. Eduardo Braga (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	5. Romero Jucá (PMDB)
Ana Amélia (PP)	6. Benedito de Lira (PP)
Paulo Davim (PV)	7. Sérgio Petecão (PSD)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PPL, PR)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. João Vicente Claudino (PTB)
Vicentinho Alves (PR)	3. VAGO

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PLS 338/2012.

TITULARES - Bloco de Apoio ao Governo (PSOL, PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco de Apoio ao Governo (PSOL, PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
PAULO PAIM (PT)		X			1. EDUARDO SUPLICY (PT)				
ANGELA PORTELA (PT)		X			2. MARTA SUPLICY (PT)				
HUMBERTO COSTA (PT)(RELATOR)		X			3. JOSÉ PIMENTEL (PT)				
WEL LINGTON DIAS (PT)		X			4. ANA RITA (PT)				
JOÃO DURALVAL (PDT)					5. LINDBERGH FARIAS (PT)				
RODRIGO KOLLEMBERG (PSB)					6. CRISTOVAM BUARQUE (PDT)				
VANESSA GRAZZIOTIN (PC DO B)					7. LÍDICE DA MATA (PSB)				
TITULARES - Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PSD, PMDB, PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PSD, PMDB, PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WALDEMIR MOKA (PMDB)					1. SÉRGIO SOUZA (PMDB)				
ROBERTO REQUIÃO (PMDB)					2. PEDRO SIMON (PMDB)				
CASILDO MALDANER (PMDB)					3. EDUARDO BRAGA (PMDB)				
VITAL DO RÊGO (PMDB)					4. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)				
JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB)		X			5. ROMERO JUCA (PMDB)				
ANA AMÉLIA (PP)		X			6. BENEDITO DE LIRA (PP)				
PAULO DAVIM (PV)		X			7. SÉRGIO PETECÃO (PSD)				
TITULARES - Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CÍCERO LUCENA (PSDB)					1. AÉCIO NEVES (PSDB)				
LÚCIA VÂNIA (PSDB)		X			2. CYRO MIRANDA (PSDB)		X		
JOSÉ AGRIPINO (DEM)					3. PAULO BAUER (PSDB)				
JAYME CAMPOS (DEM)		X			4. MARIA DO CARMO ALVES (DEM)				
TITULARES - Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PPL, PR)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PPL, PR)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)					1. ARMANDO MONTEIRO (PTB)				
EDUARDO AMORIM (PSC)		X			2. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB)				
VICENTINHO ALVES (PR)		X			3. VAGO				

TOTAL: 13 SIM 12 NÃO 12 ABS 12 AUTOR 12 PRESIDENTE 1

SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO N° 9, EM 22/05/2013

Senador WALDEMIR MOKA
Presidente

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUÓRUM (RISF, art. 132, § 8º)
OBS: O PRESIDENTE TERÁ APENAS VOTO DE DESEMPATE NAS VOTAÇÕES OSTENSIVAS, CONTANDO-SE, PORÉM, A SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUÓRUM (RISF, art. 51)

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.**

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

.....

~~Art. 11. É assegurado atendimento médico à criança e ao adolescente, através do Sistema Único de Saúde, garantido o acesso universal e igualitário às ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde.~~

Art. 11. É assegurado atendimento integral à saúde da criança e do adolescente, por intermédio do Sistema Único de Saúde, garantido o acesso universal e igualitário às ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde. (Redação dada pela Lei nº 11.185, de 2005)

§ 1º A criança e o adolescente portadores de deficiência receberão atendimento especializado.

§ 2º Incumbe ao poder público fornecer gratuitamente àqueles que necessitarem os medicamentos, próteses e outros recursos relativos ao tratamento, habilitação ou reabilitação.

Art. 12. Os estabelecimentos de atendimento à saúde deverão proporcionar condições para a permanência em tempo integral de um dos pais ou responsável, nos casos de internação de criança ou adolescente.

.....


OFÍCIO Nº 122/2013-PRESIDÊNCIA/CAS**Brasília, 22 de maio de 2013.**

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente
Senado Federal

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão rejeitou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 338, de 2012, que *acrescenta dispositivo à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para tornar obrigatória a distribuição, pelo Poder Público, de comprimidos de zinco às crianças portadoras de quadro diarreico*, de autoria do Senador Tomás Correia.

Respeitosamente,



Senador **WALDEMIR MOKA**
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

PARECER Nº 406, DE 2013

Da COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, que acrescenta novo inciso ao art. 6º da Lei nº 6.938/81, que “dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, criando o Selo Verde ‘Preservação da Amazônia’ para produtos oriundos da Zona Franca de Manaus, e dá outras providências.”

RELATOR: Senador **CÍCERO LUCENA**

I – RELATÓRIO

Submete-se ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 185, de 2011, acima epigrafoado, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin.

O art. 1º da proposição *acrescenta novo inciso ao art. 6º da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, criando o Selo Verde ‘Preservação da Amazônia’ para produtos oriundos da Zona Franca de Manaus com o objetivo de atestar a adequação ambiental de produtos.*

O art. 2º determina que o Selo Verde “Preservação da Amazônia” será concedido voluntariamente pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) às pessoas jurídicas que ofereçam produtos ambientalmente adequados, segundo os princípios do desenvolvimento sustentável. O § 1º do art. 2º identifica os órgãos e entidades integrantes do Sisnama, que são aqueles previstos no art. 6º da Lei nº 6.938, de 2011, e os §§ 2º e 3º do mesmo artigo definem os conceitos de produtos ambientalmente sustentáveis e de desenvolvimento sustentável.

O art. 3º estabelece os critérios pelos quais os produtos receberão o Selo Verde “Preservação da Amazônia”. O art. 4º determina que os órgãos e entidades integrantes do Sisnama devem resguardar o sigilo industrial do produto e podem cobrar uma taxa de serviço e firmar convênio ou contrato com órgãos técnicos públicos e privados.

O art. 5º estabelece que as pessoas jurídicas detentoras do Selo Verde “Preservação da Amazônia” podem dele fazer uso em suas peças publicitárias ou como melhor lhes aprouver enquanto não vencida ou cancelada a concessão. Pelo art. 6º, a lei entrará em vigor na data de sua publicação.

No âmbito da CMA, o Senador Jorge Viana apresentou duas emendas à proposição.

II – ANÁLISE

Compete à CMA, nos termos do art. 102-A, II, alínea *a*, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre matérias atinentes à proteção do meio ambiente, conservação da natureza e defesa dos recursos naturais.

Com relação ao mérito, observamos que o PLS nº 185, de 2011, cria o Selo Verde “Preservação da Amazônia” com o objetivo de atestar a adequação ambiental de um produto. Esse selo permite ao consumidor interessado na proteção ao meio ambiente selecionar esses produtos para o consumo. Assim, o Selo Verde “Preservação da Amazônia” é uma forma de incentivar produtos ambientalmente corretos e de promover o desenvolvimento sustentável.

As emendas apresentadas pelo Senador Jorge Viana alteram, respectivamente, o art. 1º da proposição e sua ementa. Ambas as alterações buscam estender o mecanismo de “Selo Verde” às Zonas de Processamento de Exportação (ZPE) e Áreas de Livre Comércio (ALC) localizadas na região amazônica. Dessa maneira, as emendas garantem a promoção do desenvolvimento sustentável em toda a região.

Todavia, no tocante à técnica legislativa, o PLS nº 185, de 2011, necessita de correções para a sua adequação ao estabelecido pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que *dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis*.

Em especial, a forma pela qual o art. 6º da Lei nº 6.938, de 1981, foi alterado foge aos padrões de técnica legislativa estabelecidos para normas legais. Nesse caso específico, cumpre observar que a intenção do projeto é atendida de forma mais ponderada por meio de um artigo que descreva as incumbências desses órgãos, em vez de alterar o art. 6º da Lei nº 6.938, de 1981.

Finalmente, cumpre realocar as definições estabelecidas nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 2º do PLS nº 185, de 2011, que deveriam ser parte de artigo próprio, e mudar a redação de algumas das disposições normativas para possibilitar maior clareza e precisão.

Desse modo, apresentamos substitutivo para incorporar as emendas sugeridas pelo Senador Jorge Viana e corrigir os problemas relativos aos aspectos da técnica legislativa.

III – VOTO

Diante do exposto, votamos pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2011, na forma do seguinte substitutivo:

EMENDA Nº 1 – CMA (SUBSTITUTIVO)
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2011

Cria o Selo Verde “Preservação da Amazônia” para produtos oriundos da Zona Franca de Manaus e de Zonas de Processamento de Exportação e Áreas de Livre Comércio localizadas na Amazônia Legal.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei cria o Selo Verde “Preservação da Amazônia” para atestar a adequação ambiental de produtos oriundos da Zona Franca de Manaus e de Zonas de Processamento de Exportação e Áreas de Livre Comércio localizadas na Amazônia Legal.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

I – Amazônia Legal: os Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Rondônia, Roraima, Tocantins, Pará e do Maranhão na sua porção a oeste do Meridiano 44º;

II – desenvolvimento sustentável: desenvolvimento economicamente viável, ecologicamente equilibrado e socialmente justo, que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atenderem às suas próprias necessidades;

III – órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA: são aqueles previstos no art. 6º da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981;

IV – produtos ambientalmente adequados: aqueles que cumprem, nas etapas de produção, transporte e comercialização, os preceitos éticos e normativos da proteção ambiental.

Art. 3º Os órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA poderão conceder o Selo Verde “Preservação da Amazônia” aos produtos ambientalmente adequados que tenham sido produzidos, segundo os princípios do desenvolvimento sustentável, na Zona Franca de Manaus e nas Zonas de Processamento de Exportação e Áreas de Livre Comércio localizadas na Amazônia Legal.

Art. 4º Na análise da adequação ambiental para a concessão do Selo Verde “Preservação da Amazônia” aos produtos, devem ser considerados os seguintes critérios:

I – geração de empregos na região amazônica que diminuam a exploração predatória da floresta e o desmatamento;

II – conformidade do produto com as normas e padrões exigidos pela legislação ambiental;

III – reduzido impacto ambiental do produto durante o seu ciclo de vida;

IV – utilização de meio de transporte pouco impactante e que ofereça menores riscos ao meio ambiente e à saúde humana;

V – boa durabilidade do produto;

VI – possibilidade de reuso ou reciclagem do produto e de sua embalagem; e

VII – destinação adequada dos resíduos gerados, com a previsão de recolhimento pós-consumo, se for o caso.

Parágrafo único. Outros critérios podem ser adicionados pelo órgão ou entidade integrante do Sisnama responsável pela concessão do Selo Verde “Preservação da Amazônia”.

Art. 5º Os órgãos ou entidades integrantes do Sisnama estão autorizados a:

I – cobrar taxa de serviço para a concessão do Selo Verde “Preservação da Amazônia”; e

II – firmar convênio ou contrato com órgãos técnicos públicos e privados para estabelecer a definição das classes de produtos passíveis de obtenção do Selo Verde “Preservação da Amazônia”, dos critérios adicionais para cada classe, da metodologia de avaliação, dos prazos de concessão e dos casos de cancelamento, que devem ser amplamente divulgados.

Parágrafo único. O sigilo industrial dos produtos oriundos da Zona Franca de Manaus e de Zonas de Processamento de Exportação e Áreas de Livre Comércio localizadas na Amazônia Legal deve ser resguardado pelos órgãos ou entidades integrantes do Sisnama.

Art. 6º Enquanto não vencida ou cancelada a concessão, os fornecedores de produtos detentores do Selo Verde “Preservação da Amazônia” podem dele fazer uso como melhor lhes aprouver, inclusive em suas peças publicitárias.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 14 de maio de 2013.

Senador BLAIRO MAGGI, Presidente

2- , Relator

Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, de 2011****TERMINATIVO**

ASSINAM O PARECER, NA 12ª REUNIÃO, DE 14/05/2013, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: SENADOR BLAIO MAGGIRELATOR: SENADOR CÍCERO LUCENA

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Anibal Diniz (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Adir Gurgacz (PDT)	2. Delcídio do Amaral (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Ana Rita (PT)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	3. João Alberto Souza (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Vital do Rêgo (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	5. Eunício Oliveira (PMDB)
Kátia Abreu (PSD)	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Alaídes Oliveira (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. VAGO
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PPL, PR)	
Blairo Maggi (PR)	1. Gim (PTB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. VAGO
Fernando Collor (PTB)	3. Armando Monteiro (PTB)

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – PLS 185/2011.

TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo (PSOL, PT, PDT, PSB, PSD, PC DO B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco de Apoio ao Governo (PSOL, PT, PDT, PSB, PSD, PC DO B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANIBAL DINIZ (PT)					1. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL)				
ACIR GUERGAZ (PDT)	✓				2. DELCÍDIO DO AMARAL (PT)				
JORGÊ VIANA (PT)					3. VANESSA GRAZZIOTIN (PC DO B) (AUTOR)			✓	
ANA RITA (PT)				✗	4. CRISTOVAM BUARQUE (PDT)				
RODRIGO ROULEMBERG (PSB)					5. JOÃO CAPIBERIBE (PSB)				
TITULARES – Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PSD, PMDB, PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PSD, PMDB, PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ROMERO JUCA (PMDB)					1. SÉRGIO SOUZA (PMDB)				
LUIZ HENRIQUE (PMDB)					2. EDUARDO BRAGA (PMDB)				
GABRIEL ALVES (PMDB)					3. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB)				
VALDIR RAJPP (PMDB)	✗				4. VITAL DO RÊGO (PMDB)				
IVO GASSOL (PP)	✗				5. BUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)				
KÁTIA ABREU (PSD)					6. VAGO				
TITULARES – Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ATAÍDES OLIVEIRA (PSDB)	✗				1. ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)				
CÍCERO LUCENA (PSDB) (RELATOR)	✗				2. FLEXA RIBEIRO (PSDB)	✗			
JOSÉ AGRIPINO (DEM)					3. VAGO				
TITULARES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PPL, PR)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PPL, PR)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
BLAÍRO MAGGI (PR)					1. GIM (PTB)				
EDUARDO AMORIM (PSC)					2. VAGO				
FERNANDO COLLOR (PTB)					3. ARMANDO MONTEIRO (PTB)				

TOTAL 3 SIM 6 NÃO 0 ABS 1 AUTOR 1 PRESIDENTE 1

ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6, EM 14/05/2013

Senador BLAÍRO MAGGI
Presidente

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUÓRUM (RISF, art. 132, § 8º)
OBS: O PRESIDENTE TERÁ APENAS VOTO DE DESEMPATE NAS VOTAÇÕES OSTENSIVAS, CONTANDO-SE, PORÉM, A SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUÓRUM (RISF, art. 51)

TEXTO FINAL DO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2011, APROVADO PELA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE NA REUNIÃO DO DIA 21 DE MAIO DE 2013

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2011

Cria o Selo Verde “Preservação da Amazônia” para produtos oriundos da Zona Franca de Manaus e de Zonas de Processamento de Exportação e Áreas de Livre Comércio localizadas na Amazônia Legal.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei cria o Selo Verde “Preservação da Amazônia” para atestar a adequação ambiental de produtos oriundos da Zona Franca de Manaus e de Zonas de Processamento de Exportação e Áreas de Livre Comércio localizadas na Amazônia Legal.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

I – Amazônia Legal: os Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Rondônia, Roraima, Tocantins, Pará e do Maranhão na sua porção a oeste do Meridiano 44º;

II – desenvolvimento sustentável: desenvolvimento economicamente viável, ecologicamente equilibrado e socialmente justo, que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atenderem às suas próprias necessidades;

III – órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA: são aqueles previstos no art. 6º da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981;

IV – produtos ambientalmente adequados: aqueles que cumprem, nas etapas de produção, transporte e comercialização, os preceitos éticos e normativos da proteção ambiental.

Art. 3º Os órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA poderão conceder o Selo Verde “Preservação da Amazônia” aos produtos ambientalmente adequados que tenham sido produzidos, segundo os princípios do desenvolvimento sustentável, na Zona Franca de Manaus e nas Zonas de Processamento de Exportação e Áreas de Livre Comércio localizadas na Amazônia Legal.

Art. 4º Na análise da adequação ambiental para a concessão do Selo Verde “Preservação da Amazônia” aos produtos, devem ser considerados os seguintes critérios:

I – geração de empregos na região amazônica que diminuam a exploração predatória da floresta e o desmatamento;

II – conformidade do produto com as normas e padrões exigidos pela legislação ambiental;

III – reduzido impacto ambiental do produto durante o seu ciclo de vida;

IV – utilização de meio de transporte pouco impactante e que ofereça menores riscos ao meio ambiente e à saúde humana;

V – boa durabilidade do produto;

VI – possibilidade de reuso ou reciclagem do produto e de sua embalagem; e

VII – destinação adequada dos resíduos gerados, com a previsão de recolhimento pós-consumo, se for o caso.

Parágrafo único. Outros critérios podem ser adicionados pelo órgão ou entidade integrante do Sisnama responsável pela concessão do Selo Verde “Preservação da Amazônia”.

Art. 5º Os órgãos ou entidades integrantes do Sisnama estão autorizados a:

I – cobrar taxa de serviço para a concessão do Selo Verde “Preservação da Amazônia”; e


II – firmar convênio ou contrato com órgãos técnicos públicos e privados para estabelecer a definição das classes de produtos passíveis de obtenção do Selo Verde “Preservação da Amazônia”, dos critérios adicionais para cada classe, da metodologia de avaliação, dos prazos de concessão e dos casos de cancelamento, que devem ser amplamente divulgados.

Parágrafo único. O sigilo industrial dos produtos oriundos da Zona Franca de Manaus e de Zonas de Processamento de Exportação e Áreas de Livre Comércio localizadas na Amazônia Legal deve ser resguardado pelos órgãos ou entidades integrantes do Sisnama.

Art. 6º Enquanto não vencida ou cancelada a concessão, os fornecedores de produtos detentores do Selo Verde “Preservação da Amazônia” podem dele fazer uso como melhor lhes aprouver, inclusive em suas peças publicitárias.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 21 de maio de 2013.


Senador **BLAÍRO MAGGI**
Presidente da Comissão de Meio Ambiente,
Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Senado Federal
Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Taquigrafia

(Texto sem revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Bom dia a todos os Senadores e Senadoras.

Declaro aberta a 13ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior e da ata da 1ª Reunião de 2013 da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no Diário do Senado Federal.

(...)

ITEM 21

TURNOSUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, de 2011

- Terminativo -

Autoria do Projeto: Senadora Vanessa Grazziotin

Ementa do Projeto: Acrescenta novo inciso ao art. 6º da Lei nº 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, criando o Selo Verde "Preservação da Amazônia" para produtos oriundos da Zona Franca de Manaus, e dá outras providências.

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações:

-Em reunião realizada em 14/05/2013, foi aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2011, nos termos da emenda nº 1-CMA (Substitutivo), por 6 votos favoráveis, nenhum voto contrário e 1 abstenção.

-A matéria será examinada em turno suplementar (art. 282). Não sendo oferecidas emendas, o substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação (art. 284).

Relatoria do Projeto: Senador Cícero Lucena

A matéria está em discussão (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, tendo sido apresentadas emendas na discussão suplementar, o substitutivo é definitivamente adotado (Pausa.) Não tendo sido apresentadas emendas na discussão suplementar, o substitutivo é definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno.

(...)

Os demais itens foram retirados da pauta e consulto aos Srs. Senadores se alguém quer fazer uso da palavra para algum comunicado ou alguma coisa sobre a nossa reunião, caso contrário encerro a presente reunião convocando para terça-feira, às 11 horas e 30 minutos, semana que vem a nossa próxima reunião.

Muito obrigado a todos os senhores.

Desculpem, às 08 horas e 30 minutos. Obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 10h46min.)

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998**

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981

Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

DO SISTEMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

Art. 6º Os órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, bem como as fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, constituirão o Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, assim estruturado:

I - órgão superior: o Conselho de Governo, com a função de assessorar o Presidente da República na formulação da política nacional e nas diretrizes governamentais para o meio ambiente e os recursos ambientais; (Redação dada pela Lei nº 8.028, de 1990)

II - órgão consultivo e deliberativo: o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), com a finalidade de assessorar, estudar e propor ao Conselho de Governo, diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida; (Redação dada pela Lei nº 8.028, de 1990)

III - órgão central: a Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República, com a finalidade de planejar, coordenar, supervisionar e controlar, como órgão federal, a política nacional e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente; (Redação dada pela Lei nº 8.028, de 1990)

IV - órgão executor: o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, com a finalidade de executar e fazer executar, como órgão federal, a política e diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente; (Redação dada pela Lei nº 8.028, de 1990)

V - Órgãos Seccionais: os órgãos ou entidades estaduais responsáveis pela execução de programas, projetos e pelo controle e fiscalização de atividades capazes de provocar a degradação ambiental; (Redação dada pela Lei nº 7.804, de 1989)

VI - Órgãos Locais: os órgãos ou entidades municipais, responsáveis pelo controle e fiscalização dessas atividades, nas suas respectivas jurisdições; (Incluído pela Lei nº 7.804, de 1989)

§ 1º - Os Estados, na esfera de suas competências e nas áreas de sua jurisdição, elaborarão normas supletivas e complementares e padrões relacionados com o meio ambiente, observados os que forem estabelecidos pelo CONAMA.

§ 2º Os Municípios, observadas as normas e os padrões federais e estaduais, também poderão elaborar as normas mencionadas no parágrafo anterior.

§ 3º Os órgãos central, setoriais, seccionais e locais mencionados neste artigo deverão fornecer os resultados das análises efetuadas e sua fundamentação, quando solicitados por pessoa legitimamente interessada.

§ 4º De acordo com a legislação em vigor, é o Poder Executivo autorizado a criar uma Fundação de apoio técnico científico às atividades do IBAMA. (Redação dada pela Lei nº 7.804, de 1989)

Of. nº 99/2013/CMA

Brasília, 21 de maio de 2013.

A Sua Excelência o Senhor
SENADOR RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Assunto: Turno Suplementar do Substitutivo ao PLS 185, de 2011.


Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, na 13ª Reunião Extraordinária de 21/05/2013, submeteu o substitutivo integral oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2011, a turno suplementar de discussão.

Como não foram apresentadas emendas durante a discussão suplementar, o substitutivo foi definitivamente adotado sem votação, nos termos do artigo 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Nestes termos, encaminho o projeto para as devidas providências.

Respeitosamente,



Senador Blairo Maggi
Presidente da Comissão de Meio Ambiente,
Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

**DOCUMENTOS ANEXADOS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS
TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO.**

RELATÓRIO

RELATOR: Senador CÍCERO LUCENA

I – RELATÓRIO

Submete-se ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 185, de 2011, acima epigrafado, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin.

O art. 1º da proposição *acrescenta novo inciso ao art. 6º da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, criando o Selo Verde “Preservação da Amazônia” para produtos oriundos da Zona Franca de Manaus com o objetivo de atestar a adequação ambiental de produtos.*

O art. 2º determina que o Selo Verde “Preservação da Amazônia” será concedido voluntariamente pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) às pessoas jurídicas que ofereçam produtos ambientalmente adequados, segundo os princípios do desenvolvimento sustentável. O § 1º do art. 2º identifica os órgãos e entidades integrantes do Sisnama, que são aqueles previstos no art. 6º da Lei nº 6.938, de 2011, e os §§ 2º e 3º do mesmo artigo definem os conceitos de produtos ambientalmente sustentáveis e de desenvolvimento sustentável.

O art. 3º estabelece os critérios pelos quais os produtos receberão o Selo Verde “Preservação da Amazônia”. O art. 4º determina que os órgãos e entidades integrantes do Sisnama devem resguardar o sigilo industrial do produto e podem cobrar uma taxa de serviço e firmar convênio ou contrato com órgãos técnicos públicos e privados.

O art. 5º estabelece que as pessoas jurídicas detentoras do Selo Verde “Preservação da Amazônia” podem dele fazer uso em suas peças publicitárias ou como melhor lhes aprouver enquanto não vencida ou cancelada a concessão. Pelo art. 6º, a lei entrará em vigor na data de sua publicação.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Compete à CMA, nos termos do art. 102-A, II, alínea *a*, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre matérias atinentes à proteção do meio ambiente, conservação da natureza e defesa dos recursos naturais.

Com relação ao mérito, observamos que o PLS nº 185, de 2011, cria o Selo Verde “Preservação da Amazônia” com o objetivo de atestar a adequação ambiental de um produto. Esse selo permite ao consumidor interessado na proteção ao meio ambiente selecionar esses produtos para o consumo. Assim, o Selo Verde “Preservação da Amazônia” é uma forma de incentivar produtos ambientalmente corretos e de promover o desenvolvimento sustentável.

Todavia, no tocante à técnica legislativa, o PLS nº 185, de 2011, necessita de correções para a sua adequação ao estabelecido pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que *dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis*.

Em especial, a forma pela qual o art. 6º da Lei nº 6.938, de 1981, foi alterado foge aos padrões de técnica legislativa estabelecidos para normas legais. Nesse caso específico, cumpre observar que a intenção do projeto é atendida de forma mais ponderada por meio de um artigo que descreva as incumbências desses órgãos, em vez de alterar o art. 6º da Lei nº 6.938, de 1981.

Além disso, para atender os arts. 5º e 7º da Lei Complementar nº 95, 1998, a ementa e o art. 1º da proposição deveriam explicitar e indicar, respectivamente, o objetivo da norma legal. Cumpre também realocar as definições estabelecidas nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 2º do PLS nº 185, de 2011, que deveriam ser parte de artigo próprio, e mudar a redação de algumas das disposições normativas para possibilitar maior clareza e precisão.

Dessa maneira, a proposição requer várias correções com relação aos aspectos da técnica legislativa que demandam o oferecimento de um substitutivo. Tais modificações sugeridas, entretanto, buscaram não alterar o espírito do PLS nº 185, de 2011.

III – VOTO

Diante do exposto, votamos pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2011, na forma do seguinte substitutivo:

EMENDA Nº – CMA (SUBSTITUTIVO)
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2011

Cria o Selo Verde “Preservação da Amazônia”
para produtos oriundos da Zona Franca de
Manaus.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei cria o Selo Verde “Preservação da Amazônia” para atestar a adequação ambiental de produtos oriundos da Zona Franca de Manaus.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

I – desenvolvimento sustentável: desenvolvimento economicamente viável, ecologicamente equilibrado e socialmente justo, que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atenderem às suas próprias necessidades;

II – órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA: são aqueles previstos no art. 6º da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981;

III – produtos ambientalmente adequados: aqueles que cumprem, nas etapas de produção, transporte e comercialização, os preceitos éticos e normativos da proteção ambiental.

Art. 3º Os órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA poderão conceder o Selo Verde “Preservação da Amazônia” aos produtos ambientalmente adequados que tenham sido produzidos, segundo os princípios do desenvolvimento sustentável, na Zona Franca de Manaus, criada pelo Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967.

Art. 4º Na análise da adequação ambiental para a concessão do Selo Verde “Preservação da Amazônia” aos produtos, devem ser considerados os seguintes critérios:

I – geração de empregos na região amazônica que diminuam a exploração predatória da floresta e o desmatamento;

II – conformidade do produto com as normas e padrões exigidos pela legislação ambiental;

III – reduzido impacto ambiental do produto durante o seu ciclo de vida;

IV – utilização de meio de transporte pouco impactante e que ofereça menores riscos ao meio ambiente e à saúde humana;

V – boa durabilidade do produto;

VI – possibilidade de reuso ou reciclagem do produto e de sua embalagem; e

VII – destinação adequada dos resíduos gerados, com a previsão de recolhimento pós-consumo, se for o caso.

Parágrafo único. Outros critérios podem ser adicionados pelo órgão ou entidade integrante do Sisnama responsável pela concessão do Selo Verde “Preservação da Amazônia”.

Art. 5º Os órgãos ou entidades integrantes do Sisnama estão autorizados a:

I – cobrar taxa de serviço para a concessão do Selo Verde “Preservação da Amazônia”; e

II – firmar convênio ou contrato com órgãos técnicos públicos e privados para estabelecer a definição das classes de produtos passíveis de obtenção do Selo Verde “Preservação da Amazônia”, dos critérios adicionais para cada classe, da metodologia de avaliação, dos prazos de concessão e dos casos de cancelamento, que devem ser amplamente divulgados.

Parágrafo único. O sigilo industrial dos produtos oriundos da Zona Franca de Manaus deve ser resguardado pelos órgãos ou entidades integrantes do Sisnama.

Art. 6º Enquanto não vencida ou cancelada a concessão, os fornecedores de produtos detentores do Selo Verde “Preservação da Amazônia” podem dele fazer uso como melhor lhes aprouver, inclusive em suas peças publicitárias.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

e-  , Relator

*DOCUMENTOS ANEXADOS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS
TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO.*

RELATÓRIO

RELATOR: Senador CÍCERO LUCENA

I – RELATÓRIO

Submete-se ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 185, de 2011, acima epigrafado, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin.

O art. 1º da proposição *acrescenta novo inciso ao art. 6º da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, criando o Selo Verde 'Preservação da Amazônia' para produtos oriundos da Zona Franca de Manaus com o objetivo de atestar a adequação ambiental de produtos.*

O art. 2º determina que o Selo Verde “Preservação da Amazônia” será concedido voluntariamente pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) às pessoas jurídicas que ofereçam produtos ambientalmente adequados, segundo os princípios do desenvolvimento sustentável. O § 1º do art. 2º identifica os órgãos e entidades integrantes do Sisnama, que são aqueles previstos no art. 6º da Lei nº 6.938, de 2011, e os §§ 2º e 3º do mesmo artigo definem os conceitos de produtos ambientalmente sustentáveis e de desenvolvimento sustentável.

O art. 3º estabelece os critérios pelos quais os produtos receberão o Selo Verde “Preservação da Amazônia”. O art. 4º determina que os órgãos e entidades integrantes do Sisnama devem resguardar o sigilo industrial do produto e podem cobrar uma taxa de serviço e firmar convênio ou contrato com órgãos técnicos públicos e privados.

O art. 5º estabelece que as pessoas jurídicas detentoras do Selo Verde “Preservação da Amazônia” podem dele fazer uso em suas peças publicitárias ou como melhor lhes aprouver enquanto não vencida ou cancelada a concessão. Pelo art. 6º, a lei entrará em vigor na data de sua publicação.

No âmbito da CMA, o Senador Jorge Viana apresentou duas emendas à proposição.

II – ANÁLISE

Compete à CMA, nos termos do art. 102-A, II, alínea *a*, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre matérias atinentes à proteção do meio ambiente, conservação da natureza e defesa dos recursos naturais.

Com relação ao mérito, observamos que o PLS nº 185, de 2011, cria o Selo Verde “Preservação da Amazônia” com o objetivo de atestar a adequação ambiental de um produto. Esse selo permite ao consumidor interessado na proteção ao meio ambiente selecionar esses produtos para o consumo. Assim, o Selo Verde “Preservação da Amazônia” é uma forma de incentivar produtos ambientalmente corretos e de promover o desenvolvimento sustentável.

As emendas apresentadas pelo Senador Jorge Viana alteram, respectivamente, o art. 1º da proposição e sua ementa. Ambas as alterações buscam estender o mecanismo de “Selo Verde” às Zonas de Processamento de Exportação (ZPE) e Áreas de Livre Comércio (ALC) localizadas na região amazônica. Dessa maneira, as emendas garantem a promoção do desenvolvimento sustentável em toda a região.

Todavia, no tocante à técnica legislativa, o PLS nº 185, de 2011, necessita de correções para a sua adequação ao estabelecido pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que *dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis*.

Em especial, a forma pela qual o art. 6º da Lei nº 6.938, de 1981, foi alterado foge aos padrões de técnica legislativa estabelecidos para normas legais. Nesse caso específico, cumpre observar que a intenção do projeto é atendida de forma mais ponderada por meio de um artigo que descreva as incumbências desses órgãos, em vez de alterar o art. 6º da Lei nº 6.938, de 1981.

Finalmente, cumpre realocar as definições estabelecidas nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 2º do PLS nº 185, de 2011, que deveriam ser parte de artigo próprio, e mudar a redação de algumas das disposições normativas para possibilitar maior clareza e precisão.

Desse modo, apresentamos substitutivo para incorporar as emendas sugeridas pelo Senador Jorge Viana e corrigir os problemas relativos aos aspectos da técnica legislativa.

III – VOTO

Diante do exposto, votamos pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2011, na forma do seguinte substitutivo:

EMENDA Nº – CMA (SUBSTITUTIVO)
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2011

Cria o Selo Verde “Preservação da Amazônia” para produtos oriundos da Zona Franca de Manaus e de Zonas de Processamento de Exportação e Áreas de Livre Comércio localizadas na Amazônia Legal.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei cria o Selo Verde “Preservação da Amazônia” para atestar a adequação ambiental de produtos oriundos da Zona Franca de Manaus e de Zonas de Processamento de Exportação e Áreas de Livre Comércio localizadas na Amazônia Legal.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

I – **Amazônia Legal**: os Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Rondônia, Roraima, Tocantins, Pará e do Maranhão na sua porção a oeste do Meridiano 44º;

II – **desenvolvimento sustentável**: desenvolvimento economicamente viável, ecologicamente equilibrado e socialmente justo, que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atenderem às suas próprias necessidades;

III – **órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA**: são aqueles previstos no art. 6º da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981;

IV – **produtos ambientalmente adequados**: aqueles que cumprem, nas etapas de produção, transporte e comercialização, os preceitos éticos e normativos da proteção ambiental.

Art. 3º Os órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA poderão conceder o Selo Verde “Preservação da Amazônia” aos produtos ambientalmente adequados que tenham sido produzidos, segundo os princípios do desenvolvimento sustentável, na Zona Franca de Manaus e nas Zonas de Processamento de Exportação e Áreas de Livre Comércio localizadas na Amazônia Legal.

Art. 4º Na análise da adequação ambiental para a concessão do Selo Verde “Preservação da Amazônia” aos produtos, devem ser considerados os seguintes critérios:

I – geração de empregos na região amazônica que diminuam a exploração predatória da floresta e o desmatamento;

II – conformidade do produto com as normas e padrões exigidos pela legislação ambiental;

III – reduzido impacto ambiental do produto durante o seu ciclo de vida;

IV – utilização de meio de transporte pouco impactante e que ofereça menores riscos ao meio ambiente e à saúde humana;

V – boa durabilidade do produto;

VI – possibilidade de reuso ou reciclagem do produto e de sua embalagem; e

VII – destinação adequada dos resíduos gerados, com a previsão de recolhimento pós-consumo, se for o caso.

Parágrafo único. Outros critérios podem ser adicionados pelo órgão ou entidade integrante do Sisnama responsável pela concessão do Selo Verde “Preservação da Amazônia”.

Art. 5º Os órgãos ou entidades integrantes do Sisnama estão autorizados a:

I – cobrar taxa de serviço para a concessão do Selo Verde “Preservação da Amazônia”; e

II – firmar convênio ou contrato com órgãos técnicos públicos e privados para estabelecer a definição das classes de produtos passíveis de obtenção do Selo Verde “Preservação da Amazônia”, dos critérios adicionais para cada classe, da metodologia de avaliação, dos prazos de concessão e dos casos de cancelamento, que devem ser amplamente divulgados.

Parágrafo único. O sigilo industrial dos produtos oriundos da Zona Franca de Manaus e de Zonas de Processamento de Exportação e Áreas de Livre Comércio localizadas na Amazônia Legal deve ser resguardado pelos órgãos ou entidades integrantes do Sisnama.

Art. 6º Enquanto não vencida ou cancelada a concessão, os fornecedores de produtos detentores do Selo Verde “Preservação da Amazônia” podem dele fazer uso como melhor lhes aprouver, inclusive em suas peças publicitárias.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

 , Presidente
 , Relator

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS)

– A Presidência recebeu o **Ofício nº 122, de 2013**, do Presidente da Comissão Assuntos Sociais, que comunica a apreciação, em caráter terminativo, do **Projeto de Lei do Senado nº 338, de 2012**.

É o seguinte o Ofício:

OFÍCIO Nº 122/2013 – PRESIDÊNCIA/CAS

Brasília, 22 de maio de 2013.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão rejeitou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 338, de 2012, que acrescenta dispositivo à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para tornar obrigatória a distribuição, pelo Poder Público, de comprimidos de zinco às crianças portadoras de quadro diarréico, de autoria do Senador Tomás Correia.

Respeitosamente – Senador **Waldemir Moka**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Com referência ao **Ofício nº 122, de 2013**, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que a matéria seja apreciada pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 99, de 2013**, do Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, que comunica a apreciação, em caráter terminativo, do **Projeto de Lei nº 185, de 2011**.

É o seguinte o Ofício:

Of. Nº 99/2013/CMA

Brasília, 21 de maio de 2013.

Assunto: Turno Suplementar do Substitutivo ao PLS 185, de 2011.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, na 13ª Reunião Extraordinária de 21-5-2013, submeteu o substitutivo integral oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2011, a turno suplementar de discussão.

Como não foram apresentadas emendas durante a discussão suplementar, o substitutivo foi definitivamente adotado sem votação, nos termos do artigo 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Nestes termos, encaminho o projeto para as devidas providências.

Respeitosamente, – Senador **Blairo Maggi**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS)

– Com referência ao **Ofício nº 99, de 2013**, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei nº 185, de 2011, seja apreciado pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – A Presidência comunica o término do prazo estabelecido no § 2º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN, em 25 de maio do corrente, para apresentação de projeto de decreto legislativo regulando as relações jurídicas decorrentes da **Medida Provisória nº 586, de 2012**, convertida no **Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2013**, e cujo prazo integral de vigência expirou em 18 de abril de 2013.

Comunica, ainda, a extinção da Comissão Mista destinada à apreciação da matéria, nos termos do § 3º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 593, de 2013**, na origem, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 1.157, de 2013, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria das obras objeto de termo de compromisso celebrado entre a Secretaria Nacional de Defesa Civil e o Governo do Estado do Piauí (TC 011.416/2010-6).

O Aviso foi anexado ao **Requerimento nº 49, de 2009**.

É o seguinte o Aviso:

Aviso nº 593-Seses-TCU-Plenário

Brasília, 15 de maio de 2013

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, em atenção à Solicitação do Congresso Nacional de 20-4-2010, cópia do Acórdão proferido pelo Plenário desta Corte nos autos do processo nº TC 011.416/2010-6, na Sessão Ordinária de 15-5-2013, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam.

Esclareço, por oportuno, que o mencionado Acórdão produzirá efeitos após o seu trânsito em julgado e que eventuais providências a cargo dessa Presidência serão posteriormente comunicadas.

Atenciosamente, – **João Augusto Ribeiro Nardes**, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – O Requerimento vai ao Arquivo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Convido para fazer uso da palavra, em permuta com o Senador Paulo Paim, o orador inscrito Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta, Srªs e Srs. Senadores, Senadora Ana Amélia, na semana passada, o Presidente do STF, o Ministro Joaquim Barbosa, fez declarações extremamente duras sobre políticos, partidos e, em consequência, o Congresso também.

Eu, sinceramente, creio que aquelas opiniões representam uma verdade, mas que não fica bem na boca de um Presidente do Supremo Tribunal, diante da necessidade de zelarmos pelas instituições democráticas e pelo equilíbrio entre os três Poderes. Apesar de ser uma declaração que compromete o equilíbrio nos três Poderes, a verdade também, além do que ele disse, é que a opinião pública comemorou o que ouviu.

Veja bem, Senadora, a opinião pública comemorou uma declaração que, de certa maneira, atrapalha, dificulta o equilíbrio entre os três Poderes. Eu creio que a gente deve refletir não só sobre as palavras dele, que, a meu ver, são verdadeiras, embora ele não devesse falar em público, mas devemos refletir por que o povo brasileiro gostou de ouvir da boca do Presidente do Supremo aquelas verdades, digamos assim. Porque, Senadora, o povo está com sede de indignação; o povo está um pouco cansado de nós usarmos a lógica para defendermos coisas quando o povo está é com raiva. Nós precisamos ganhar a opinião pública do ponto de vista moral, e não apenas do ponto de vista político.

O Brasil é um país que se caracteriza por falta de indignação diante dos absurdos que caracterizam nossa sociedade. E não é de hoje. Durante quatro séculos, este País assistiu, com toda a tranquilidade, sem qualquer manifestação de indignação, à escravidão – inclusive de antepassados do Ministro Joaquim Barbosa. Assistia-se à escravidão sem indignação. E alguns que começaram a ser contra a escravidão começaram a usar análises lógicas de que o trabalho livre era mais eficiente do que o trabalho escravo.

Naquele momento, século XIX, tempo já passado do próprio Iluminismo, ainda havia escravidão no Brasil. Nada disso levaria à abolição da escravidão. A abolição só começou a ganhar corpo quando se passou a ideia de raiva, vergonha e indignação com a escravidão.

E não foi só aqui. Na Inglaterra, o grande abolicionista William Wilberforce disse uma vez que só conseguiu começar a ganhar quando sentiu que, do ponto de vista moral, a população estava descobrin-

do que era indigno um país ter escravidão. Nós não tínhamos indignação, por exemplo, diante de dez milhões de analfabetos adultos. Um país que tem 4,5 trilhões de renda nacional precisaria de 0,000 disso para abolir a escravidão, quase nada. Bastava aplicar, usar um pouquinho os 6,5 milhões de universitários para que fossem alfabetizadores por algum tempo, e a gente erradicava o analfabetismo. Por exemplo, se não pegassem todos os 6,5 milhões de universitários, bastavam aqueles que recebem dinheiro público para os seus cursos, seja em universidades estatais, seja com o dinheiro do ProUni.

É fácil conseguir isso, mas nós não temos indignação com o fato de o Brasil, em pleno século XXI, ter tantos analfabetos adultos. Não nos indigna sermos culpados e responsáveis por isso. Nós não sofremos de uma indignação na sociedade brasileira diante de termos crianças abandonadas; diante de que, daquelas que não estão abandonadas, 3% delas não entram nem se matriculam em escola; e de que, daquelas que estão matriculadas, a imensa maioria estuda em pseudoescolas. Na verdade, nem estudam, elas frequentam; na verdade, elas nem frequentam, elas vão à escola, um dia, outro não. Elas assistem? Não, na verdade, elas nem assistem, elas apenas comparecem. E comparecem, muitas vezes, por causa da merenda escolar e não da escola.

Falta indignação da sociedade brasileira diante das injustiças, dos equívocos, das maldades que nós cometemos. Felizmente, Senadora Ana Amélia, tem surgido a indignação, realmente, em relação à corrupção no comportamento dos políticos. Ainda não temos uma indignação diante da falta de ética nas prioridades, em como usamos o dinheiro público, como aqui se fez um estádio de R\$1,6 bilhão, uma prioridade claramente equivocada, como está hoje em um belo editorial do *Jornal de Brasília*.

Falta essa indignação. E o que fez com que o Ministro no Supremo seja aplaudido, Senador Mozerildo, reconhecido pela declaração dele, é esta sede de indignação que o povo começa a ter. Quando isso começa a crescer, quando a indignação crescer diante do analfabetismo de adultos, diante das escolas sem qualidade, diante das sucessivas greves que os professores são obrigados a fazer, quando a indignação crescer nesses setores, como cresceu um século e meio atrás diante da realidade da escravidão, só aí é que o Brasil vai começar a mudar.

O nosso trabalho aqui hoje, no Senado, é menos de passar um argumento lógico em defesa das coisas boas do que passar a manifestação ética da imoralidade, da imoralidade que caracteriza uma sociedade com características de desigualdade social, de abandono da

infância, de qualidade escolar, da forma como está, de uma saúde que não funciona. Despertar o povo para essa indignação é a principal tarefa, a meu ver, hoje, de um político que quer um Brasil melhor. Como foi com Joaquim Nabuco despertar a indignação diante da escravidão, hoje é despertar a indignação da população diante da falta de ética no comportamento dos políticos, que o Ministro Joaquim Barbosa disse, e da falta de ética na prioridade das políticas, que ele não disse, talvez até porque compita mais a nós próprios aqui dentro falar.

É sobre isso, Sr^a Presidenta, que vim falar, lembrando que, do ponto de vista lógico, é uma declaração negativa, para as instituições brasileiras, aquelas verdades saírem da boca do Presidente de um dos Poderes nos criticando. Nós que deveríamos, pelo menos, fazer o outro Poder funcionar.

E o povo aplaude porque viu naquela declaração a indignação que hoje falta no Brasil. A indignação diante da imoralidade que caracteriza a maneira como nós não apenas nos comportamos, mas como definimos as prioridades deste País.

Por isso, mesmo sabendo que, logicamente, é uma declaração que incomoda o equilíbrio das instituições democráticas, eu entendo perfeitamente que ele a tenha feito e até me regozijo da contribuição que dá para o papel que nós deveríamos estar fazendo, que é provocar uma indignação neste País diante dos absurdos que caracterizam a nossa sociedade, pela desigualdade, pela maldade com que nós fazemos os assuntos públicos no País.

Era isso, Sr^a Presidenta, que eu queria deixar aqui manifesto nesta tarde.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Cumprimento o Senador Cristovam Buarque pela abordagem desse tema.

De fato, houve uma sequência de reações a essa manifestação do Ministro Joaquim Barbosa, que talvez tenha dito algumas verdades inconvenientes.

Quanto a isso, também a verdade inconveniente nos é chocante, porque estamos acostumados a não reagir a essas injustiças e a essa situação, quando nós deveríamos combatê-las. Devemos ser vigilantes permanentemente, como prega V. Ex^a e como eu defendo, à questão relacionada à corrupção, às desigualdades, enfim, à falta de critérios na escolha de prioridades.

De qualquer modo, quando o Ministro diz que nós não legislamos, ele tem razão. Mas ele deveria ter completado que nós não legislamos por causa da hipertrofia que nos impõe o Poder Executivo, sufocando esta Casa com o excesso de medidas provisórias.

A essa outra verdade deveria de sido aposta uma vírgula, porque acontece assim. Mas isso não foi dito. Parece que só nós temos de fazer autocrítica. Mas também é preciso avaliar essa relação desigual entre os Poderes Executivo e Legislativo.

Então, eu queria me associar ao que disse V. Ex^a a respeito dessa matéria, Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Obrigado, Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senadora Ana Amélia, eu gostaria de pedir, em primeiro lugar, que ficasse registrado nos *Anais* da Casa, na sessão da tarde, o pronunciamento que fiz pela manhã. Como são aproximadamente 50 folhas, acabei não lendo na íntegra o pronunciamento, embora tenha lido e comentado a maioria. Se for possível, peço que fique registrado nos *Anais* da Casa o pronunciamento em que faço homenagem aos 70 anos da nossa CLT.

Em seguida, eu gostaria também de fazer dois registros. Um deles – e V. Ex^a, todo ano, também acompanha – é sobre a Feira do Livro de Porto Alegre.

Desejo registrar que recebemos em audiência aqui no Senado o Sr. Osvaldo Santucci Junior, Presidente da Câmara do Livro. Tivemos uma conversa informal, quando ele convidou a nós todos, tenho certeza, Deputados e Senadores, para participarmos da 50^a edição da feira, que vai se realizar no período de 1^o a 17 de novembro.

A feira de Porto Alegre é um dos eventos mais populares da América Latina. Na edição do ano passado, 1,3 milhão de pessoas visitou o evento, que contou com 146 estandes.

A feira acontece na Praça da Alfândega, um espaço central da cidade,

facilitando o acesso em um lugar sem igual, gostoso, onde as crianças inclusive se estendem lendo livros pelo cais do porto, preparado com esse objetivo. A praça possibilita ao leitor ali ler, pesquisar à sombra de jacarandás e fazer uma longa e bela viagem por histórias que encantam a alma e mexem com o coração.

A Feira de Porto Alegre, uma das mais antigas do País, como dizia antes, é considerada a maior da América Latina a céu aberto. Além de espaços destinados aos expositores e à promoção de atividades artísticas e culturais em torno do livro e da leitura, a feira oferece ainda atividades para públicos de todas as idades.

Anualmente, eu participo, há mais de duas décadas, da feira. Em novembro, essa agenda é para

mim intocável, não há como pedir para trocar a data, porque é um evento em que aproveito para discorrer sobre o livro que lanço todo ano e, ao mesmo tempo, um contato direto com o povo gaúcho, na medida em que em torno de 2 mil autógrafos é o que nós acabamos tendo a alegria de assinar para os que lá vão para esse contato direto com a gente.

Confesso que é um momento ímpar. O contato com o público e o carinho de todos é difícil de reproduzir em palavras. Por isso falo tanto desse momento.

Um evento desse não acontece sem o apoio de setores organizados da sociedade, de empresas, do Governo, da Prefeitura, do Governo do Estado, enfim, das associações da sociedade civil, ligadas de uma forma ou de outra à cultura, ao saber e à troca de informação.

A Caixa, banco oficial da Feira do Livro, tem apoiado esse evento relevante em prol da cultura gaúcha e brasileira.

Tenho certeza de que esta nova edição será ainda melhor e que os fiéis patrocinadores seguirão apoiando o evento.

Parabéns a todos aqueles que trabalham em prol da cultura brasileira. É uma alegria poder participar da Feira do Livro todos os anos.

E também queria, Sr^a Presidenta, fazer um registro sobre a posse do Juiz de Direito Sebastião Coelho da Silva no cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do DF e dos Territórios.

Faço aqui um registro rápido sobre o convite que recebi do Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, Desembargador Dácio Vieira. O Desembargador nos convida para a solenidade de posse do Juiz de Direito Sebastião Coelho da Silva, no cargo de Desembargador dessa Corte. O evento aconteceu no dia 24, mas, infelizmente, não pude estar presente. Por isso, faço esta minha justificativa.

O magistrado é natural de Alagoas, ingressou na magistratura do Distrito Federal como Juiz de Direito Substituto, em outubro de 1991, e foi avançando em sua carreira. O Juiz Sebastião foi Diretor da Amagis/DF – Associação dos Magistrados do Distrito Federal em cinco mandatos, fazendo parte da atual diretoria. No transcorrer de sua carreira, foi homenageado com as seguintes condecorações: Cidadão Honorário de Brasília, Medalha Tiradentes da Polícia Militar do Distrito Federal, Medalha Dom Pedro II do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

Enfim, agradeço o convite. Sei que foi uma grande atividade. Estavam lá lideranças de todo o País. Fica aqui o meu desejo de pleno sucesso ao Desembargador Sebastião Coelho da Silva nesse novo desafio que tem pela frente.

Por fim, Sr^a Presidente, eu queria cumprimentar a iniciativa que tivemos lá no Rio Grande. O Rio Grande do Sul está se tornando um Estado precursor na aplicação de medidas que vão ao encontro da tão almejada igualdade social e racial na educação, no trabalho, na religiosidade, em todos os sentidos.

Na última sexta-feira, 24 de maio, tivemos duas atividades importantes no Rio Grande: o lançamento oficial do Conselho do Povo de Terreiro do Estado do Rio Grande do Sul, à tarde, no Palácio Piratini – o Rio Grande do Sul é o primeiro Estado brasileiro a criar esse colegiado, sob a orientação do Governador Tarso Genro –, e o seminário Oportunidades para a Juventude Negra, promovido pela Seppir, que também foi um sucesso.

O Comitê Estadual tem como objetivo sugerir e elaborar políticas públicas voltadas ao nosso povo e a toda a nossa gente. Composto por seis representantes do Governo Estadual e 24 membros da sociedade civil, o colegiado atende a uma reivindicação do movimento social apresentada ainda no ano passado e debatida na Câmara Temática Proteção Social, do Conselho.

Entre as suas principais tarefas, está a de organizar uma conferência para a criação do Conselho do Povo, órgão que terá a incumbência de promover a igualdade racial.

O Comitê Estadual do Povo foi criado através do Decreto nº 50.112, publicado no Diário Oficial do Estado, no dia 27 de fevereiro de 2013.

O grupo terá três meses para apresentar ao Governador um relatório com diagnóstico, propostas específicas e cronograma de atividades.

Também na sexta-feira, Porto Alegre sediou o “Seminário Oportunidades para a Juventude Negra”, quinto da série de debates promovidos pela Seppir, na etapa preparatória da III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (III Conapir), que acontece de 5 a 7 de novembro, aqui em Brasília, sobre o tema Democracia e Desenvolvimento por um Brasil Afirmativo.

Além de Porto Alegre, outras capitais sediaram os debates: Salvador–BA tratou sobre “Representação Política e Enfrentamento ao Racismo”; Recife discutiu “Trabalho e Desenvolvimento: Capacitação Técnica, Emprego e População Negra”; São Paulo abordou “Desenvolvimento e Mulher Negra”, enfim, contra as mulheres negras, brancas, contra todo tipo de preconceito; Belém do Pará discutiu “Territórios Tradicionais Negros: Desenvolvimento e Enfrentamento ao Racismo”.

Passados 125 anos de promulgação da Lei Áurea, o Brasil ainda busca a verdadeira libertação do seu povo discriminado.

A democracia racial e o respeito às diversidades sociais e culturais é um horizonte a ser alcançado.

Já fizemos muito, mas, como eu digo, há muito, muito ainda, para ser feito. Lembro aqui a importância de termos aprovado, por unanimidade, nesta Casa, o Estatuto da Igualdade Racial e o sistema de cotas.

Lembro aqui que estamos para votar ainda este ano o Estatuto da Pessoa com Deficiência, e já há um grande entendimento. Fiz parte de um GT organizado pela Ministra Maria do Rosário, que chegou a um entendimento para que o estatuto seja votado nas duas Casas ainda este ano. Esse estatuto vai dar mais um passo na linha de políticas públicas para as pessoas com deficiência.

Por fim, Sr^a Presidenta, eu termino da mesma forma que comecei esta fala, agradecendo a todos pelo evento que realizamos neste plenário, na parte da manhã, às Senadoras e aos Senadores – como o Senador Mozarildo, que está aqui até agora – que dele participaram, aos Deputados, às centrais sindicais, às confederações, às entidades de aposentados e pensionistas e às entidades ligadas à juventude brasileira.

Foi um evento que contou com a presença do Presidente da Anamatra, do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, de representantes como o do Ministério Público do Trabalho, na figura, também, do seu Presidente, e das centrais sindicais e confederações, como também a Cobap. Fizemos um amplo debate sobre a importância da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho.

Todos foram unânimes em dizer que nós não abrimos mão de termos o direito consagrado na CLT aplicado. São 70 anos de vida da CLT e é inadmissível que alguém venha propor, por exemplo, a flexibilização, dizendo que o negociado pode estar acima do legislado. É um equívoco. Eu disse, na minha fala, que, nos países de primeiro mundo que abriram mão dos direitos dos trabalhadores, o desemprego hoje está em torno de 27%. Aqui, no Brasil, nós estabelecemos a resistência, não deixamos violar, violentar a CLT, e o desemprego é de 4,2%.

Nós deixamos muito claro – não só eu, mas todos que usaram a palavra e me refiro a V. Ex^a, Senador Mozarildo, porque aqui estava –, todos, todos que usaram a palavra defenderam essa jovem senhora de 70 anos, que é a CLT. Ao contrário do que alguns diziam, ela esteve sempre à frente do seu tempo, tanto é que, infelizmente, os dados mostram que, mesmo aqui no Brasil, inúmeros trabalhadores não têm ainda os direitos que estão na CLT. Então, como vamos revogar algo que não foi sequer aplicado para o total da população?

Citei um dado de que, nos últimos dez anos, nós tiramos do regime da escravidão 43 mil pessoas no Brasil. Esse embate ainda continua por parte do Ministério do Trabalho, por parte dos fiscais do trabalho. Nós temos que avançar na legislação e não retroceder. A CLT, como eu digo sempre, cumpre um papel fundamental na relação empregado e empregador. É ela que baliza, que busca o equilíbrio. Ela, na verdade, é um instrumento fundamental tanto para o empregado quanto para o empregador.

Querer revogar a CLT ou querer criar o tal de Simples trabalhista, ou querer criar que o contrato pode ser eventual ou por hora de trabalho, ou avançar na terceirização, ou mesmo, como eu dizia, buscar essa palavrinha, que eu não gosto nem de repetir, de que devemos flexibilizar, nós estaremos, na verdade, retrocedendo em relação à política de direitos humanos. Se nós queremos ter trabalho com dignidade é preciso que a CLT seja a base e dali para cima, sim, aí podemos negociar outros avanços.

Todos aqui, repito, Sr^a Presidenta, não tiveram nenhuma dúvida ao reafirmarem que nós aqui faremos o bom debate, o bom combate para que não haja retrocesso em relação à legislação assegurada na própria Constituição e também na CLT.

Era isso, Sr^a Presidenta. Agradeço a tolerância de V. Ex^a e peço que considere na íntegra os meus quatro pronunciamentos.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, essa é uma sessão histórica. Fazemos hoje aqui uma justa homenagem a uma nobre senhora que completa 70 anos.

Nossos queridos convidados, ela é jovem, pois sempre esteve à frente do seu tempo. O arco que lança a flecha em direção ao alvo, a justiça para todos.

Nem sempre entendida, compreendida, mas firme. Ela representa a clava da justiça.

A CLT constitui aquela espécie rara de construções jurídicas longevas, pois vai ultrapassando a sua sétima década. Esse fato, que por si só causa impressão, nos faz perguntar sobre as razões dessa longevidade.

No nosso País, que divide as leis entre as leis que “pegam” e as que “não pegam”, parece muito raro encontrar legislação que desfrute totalmente da legitimidade e da credibilidade popular que a CLT usufrui.

Em minha opinião, as diversas homenagens que se vêm realizando ao longo deste ano para celebrar os

70 anos da promulgação, pelo Presidente Getúlio Vargas, do Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, são plenamente justificadas, e devem atender dois propósitos principais: cumpre, primeiramente, resgatar a enorme importância histórica dessa que é uma das normas trabalhistas mais avançadas do mundo, e que se constituiu num marco ao inserir, de forma definitiva, os direitos trabalhistas na legislação brasileira; além disso, eventos como este constituem ocasião propícia para mostrarmos os interesses que se escondem por trás das propostas de desmonte da CLT.

É preciso ter sempre muito claro que a CLT tornou-se uma referência como legislação social pelo fato de haver nascido com a gloriosa missão de equilibrar uma relação sempre marcada pela injustiça e pela desigualdade, de proteger o lado mais frágil dessa relação desigual, no mundo do trabalho.

E é essa missão que a CLT vem cumprindo ao longo dos últimos setenta anos.

Não podemos deixar que ninguém, jamais des-construa esse marco legal, caso contrário teremos a desenfreada prevalência do poder econômico sobre os legítimos direitos de um povo que não detém capital, mas que participam, com seu trabalho, do processo de produção da riqueza da Nação.

Como explica o jurista uruguaio Oscar Ermida Uriarte:

“Antes da dignidade e centralidade do trabalho, surge o trabalho indigno e a necessidade de se reconhecer a dignidade humana”

Com efeito, para que a noção moderna de trabalho pudesse se consolidar foram necessários dois fenômenos de importância mundial: a Revolução Industrial, no campo econômico, e a Revolução Francesa, no campo político-jurídico.

As condições de trabalho vigentes a partir da Revolução Industrial, em contraposição ao ideário humanista da Revolução Francesa, abriram caminho para o reconhecimento da centralidade do trabalho, da sua especial dignidade.

Dessa evolução, começam a surgir as primeiras normas de proteção aos trabalhadores e, em 1919, é criada a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Vinte e quatro anos depois, em 1943, é promulgada a nossa CLT.

Meus amigos e minhas amigas.

A CLT é um autêntico patrimônio do povo brasileiro pela relevância dos direitos que ela assegura, direitos como a Carteira de Trabalho e Previdência Social, vale-transporte, férias, adicional noturno, salário mínimo, licença-paternidade, 13º salário, FGTS,

PIS, carga horária, descanso remunerado, entre tantos outros.

Como qualquer outro ramo do Direito, também o Trabalhista deve, para permanecer eficaz, adequar-se aos avanços da sociedade brasileira nos âmbitos econômico, social e cultural.

Por certo precisamos ajustar o Direito do Trabalho aos novos paradigmas impostos pelas inovações tecnológicas e pelo processo de globalização.

O problema está no conteúdo que deve ter essa modernização.

Defendemos, portanto, que se preservem os mecanismos jurídicos de proteção do trabalho, atualizando-os frente às inovações.

No entanto, mais do que meramente preservar os direitos adquiridos pelos trabalhadores, defendemos a necessidade de avanços concretos nesses mecanismos de proteção, expandindo-os progressivamente.

A modernização que defendemos não representa, de forma alguma, obstáculo ao desenvolvimento econômico.

Ela se posiciona, contudo, contra qualquer forma de retrocesso social, exigindo que se faça a necessária conciliação entre o desenvolvimento econômico, o desenvolvimento social e a melhoria das condições de vida dos trabalhadores.

Minhas senhoras e meus senhores, como mencionei há pouco, todos concordam com a necessidade de se modernizar a legislação que regulamenta as relações de trabalho no Brasil.

É irônico – tristemente irônico – constatar que muitas das propostas atualmente apresentadas de “modernização” da legislação trabalhista advogam, simplesmente, o retorno à idade das cavernas.

O que essa ideologia está a defender é uma modernização às avessas, um verdadeiro retrocesso social, sob o pretexto da promoção da competitividade dos empreendimentos econômicos.

Tudo à custa da precarização das condições de vida dos trabalhadores.

É irônico e cruel, também, que essas propostas sejam apresentadas para solucionar uma “suposta” crise econômica. Alias, crise que nunca chegou aqui, visto que o desemprego na Europa chega a 26%, e no Brasil está em 4,2%, em quase pleno emprego.

Está absolutamente evidente que a crise econômica que atinge milhões de famílias ao redor do mundo desde 2008 – com desemprego e arrocho salarial – foi desencadeada pelos donos do capital, de forma irresponsável, pensando somente no lucro sem medir as consequências sociais, econômicas e políticas.

Foram estas medidas de desregulamentação do sistema financeiro, de concessão de completa liberdade para os especuladores e a completa flexibilização dos direitos dos trabalhadores que ocasionaram mais uma crise internacional.

E, como sempre, quem sofre as consequências na própria pele são os assalariados, trabalhadores da ativa, aposentados e pensionistas, sejam da área civil ou militar.

Esses discursos de “modernização” martelados com insistência não passam de um amontoado de falácias, habilmente articuladas com o objetivo de preservar a vigente ordem econômica: dar mais para quem tem muito e menos para quem não tem quase nada.

Parte significativa de nossa economia está ainda na informalidade. As desigualdades econômicas e sociais, apesar dos avanços registrados ao longo da última década, são ainda enormes.

Continuamos, em pleno século XXI, a conviver com um número escandaloso de trabalhadores submetidos a condições indignas de trabalho ou reduzidos a condição análoga à de escravos.

Os aposentados e pensionistas assistem os seus salários despencarem ano após ano.

A infâmia representada pela exploração do trabalho infantil perdura nas mais diversas regiões.

Antes de embarcarmos na balela da flexibilização, da prevalência do negociado sobre o legislado, devemos ter bem claros os dados da realidade nacional.

Os trabalhadores negros recebem menores salários... que igualdade é esta? E as mulheres que recebem salários muito inferiores aos dos homens? Que igualdade é esta?

Grande parte dos trabalhadores não tem sequer a sua carteira de trabalho assinada. Que igualdade é esta? Mas a Constituição diz que ninguém pode ser discriminado.

É fácil constatar, ademais, que a violação dos direitos trabalhistas atinge prioritariamente os segmentos mais vulneráveis dos trabalhadores, não sindicalizados, fomentando, assim, o preconceito e a pobreza.

Somente no ano de 2010, ingressaram na Justiça do Trabalho 3 milhões e 300 mil novos processos, na sua maioria veiculando reclamações concernentes ao descumprimento das mais elementares obrigações trabalhistas, como o registro do contrato de trabalho em carteira profissional ou o pagamento de verbas rescisórias.

Em face dessa realidade, é de se perguntar: Como pode alguém advogar a flexibilização dos direitos dos trabalhadores no Brasil?

Sr^{as} e Srs. Senadores: hoje, tal como setenta anos atrás, quando a CLT foi criada, permanece necessária a existência, no Direito do Trabalho, de um núcleo duro que assegure a dignidade própria do ser humano que executa o trabalho.

E, por ser irrenunciável, esse núcleo duro não pode estar sujeito a qualquer espécie de flexibilização da CLT.

Esse núcleo duro não se esgota nos direitos reconhecidos constitucionalmente. Além de direitos relacionados à saúde e à segurança do trabalhador, ele abrange direitos econômicos.

Uma legislação trabalhista modernizada deve ampliar o prazo de licença paternidade e maternidade, como um direito, propiciando um maior compartilhamento, na criação dos filhos entre homens e mulheres, da difícil tarefa de conciliação entre a família e o trabalho, com a melhoria das condições sociais das mulheres; deve definir que os contratos temporários e a tempo parcial são formas de precarização do trabalho;

E o trabalho terceirizado, tão denunciado pelos fiscais do trabalho. A cada dez acidentes com morte no trabalho, oito são de empresas terceirizadas. E as empresas que terceirizam não querem assumir a responsabilidade.

É por tudo isso, meus prezados amigos, que re-futamos, nos mais duros termos, as antigas e já desgastadas propostas de precarização, hoje travestidas em discursos de “modernização”.

Defender que o negociado prevaleça sobre o legislado não é ser moderno, nem progressista; é, muito ao contrário, ser retrógrado.

É posicionar-se contra o homem, a favor de uma ordem econômica oligárquica. É colocar-se a serviço dessa ordem injusta e perversa.

Minhas senhoras e meus senhores: ao tomar posse, anos atrás, na Presidência da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), o Dr. Cláudio José Montesso, abordando o tema da flexibilização, indagava: “Como se pode propor a retirada de direitos que nem sequer foram adquiridos por grande parte dos trabalhadores brasileiros?”

É um questionamento ao mesmo tempo singelo e poderoso, que vai, em poucas palavras, ao cerne da questão.

No Congresso Nacional, tramitam várias propostas com esse sentido, como o Projeto de Lei no 951, de 2011, que cria o Simples Trabalhista, o Projeto de Lei no 4.330, de 2004, que trata da terceirização, e o Projeto de Lei no 1.463, de 2011, que cria um novo código do trabalho.

A posição da Anamatra, da qual compartilho, é de que a aprovação desses textos representaria “um grande retrocesso nos direitos trabalhistas no Brasil e uma afronta à Constituição Federal”.

Muito nos preocupa, também, a proposta de criação de duas novas formas de contratação, a eventual e a por hora trabalhada, mais um retrocesso que abriria espaço para o não-cumprimento da CLT e dos direitos sociais assegurados pela Constituição.

Em todos os lugares em que houve flexibilização desenfreada, o desemprego aumentou.

O que fomenta a geração de empregos é o desenvolvimento econômico, que não pode ter por pressuposto a precarização do trabalho.

É fundamental, nessa medida, que o Brasil mantenha aderência a uma política que preze o crescimento econômico aliado ao desenvolvimento social, o qual depende, basicamente, do emprego de qualidade, com salários decentes.

Em muitos países em desenvolvimento, a busca por maior competitividade empresarial vem sendo feita por uma via muito equivocada, consistindo, fundamentalmente, na supressão ou redução de direitos sociais, com poucos investimentos realizados em ciência e tecnologia ou na qualificação do trabalhador.

Minhas senhoras e meus senhores:

O ex-Presidente da Anamatra, Dr. Renato Sant’Anna, apontou que a questão relativa aos direitos do trabalhador é urgente no Brasil e no resto do mundo, sendo preciso desmistificar a ideia de que respeitar esses direitos implica aumento de custos para as empresas.

Como aponta o atual presidente da Anamatra, Dr. Paulo Luiz Schimidt, precisamos ratificar a noção de que a CLT, os direitos trabalhistas, na verdade, regulam a competição, sendo, nessa medida, benéficos para as empresas, tanto para empregados como para empregadores.

Nos, do Brasil, devemos observar atentamente a experiência dos países que adotaram a lógica da flexibilização dos direitos trabalhistas. Foi um caos, todos perderam, levando a uma situação de instabilidade social, econômica e política.

Não queremos que se repita, em nosso País, o aumento do desemprego verificado em países como a Argentina, a França e a Grécia.

Muito menos poderíamos admitir uma situação de superexploração da mão de obra tal como se observa em diversos países da Ásia.

O Brasil atravessa o mais importante ciclo de desenvolvimento econômico e social da sua história.

As propostas de enfrentar as consequências da crise econômica internacional com a supressão ou redução dos direitos sociais são verdadeiramente indecorosas, vergonhosas, um desastre.

Defender a flexibilização das leis trabalhistas como caminho para o aumento da competitividade é, além de uma falácia, uma perversidade.

Os trabalhadores e os aposentados não podem ser chamados, mais uma vez, a pagar a conta que não foi por eles gerada.

Devemos, isto sim, assegurar a preservação dos direitos já conquistados pelos trabalhadores, e avançar na formalização de novos direitos, garantindo a promoção progressiva de padrões cada vez mais elevados de dignidade, de humanidade e de justiça social para todos.

Ao analisarmos os setenta anos de vigência da CLT, fica bastante claro que ela tem cumprido fielmente sua missão de proteger o trabalhador, de garantir mais equilíbrio à relação sempre injusta e desigual entre capital e trabalho.

Ao longo de seus setenta anos de existência, a CLT vem permanentemente influenciando na direção da solidariedade social, assegurando a correção de violações trabalhistas as mais diversas.

Ao participar deste evento em comemoração aos setenta anos da CLT, desejo apenas reiterar minha posição firmemente contrária a qualquer forma de retrocesso social.

Estaremos sempre na trincheira, sempre em defesa de contínua melhoria das condições de vida dos trabalhadores.

Para finalizar, gostaria de tecer algumas palavras sobre a importância do Congresso Nacional nesse contexto aqui tratado.

Os Senadores e os Deputados tem que estar atentos aos anseios da população e da nossa gente.

O Congresso Nacional tem que estar sintonizado com o ruído dos tambores que ecoa diariamente das ruas do nosso país, dos campos, das florestas.

Com o ruído que ecoa da gente sofrida com a seca que assola o nordeste, dos alagados das catastróficas enchentes, ou mesmo com o lamento das pessoas com deficiência que sofrem em virtude do preconceito.

O Congresso deve identificar-se, por exemplo, com a dor sofrida por ocasião da maior tragédia de todos os tempos acontecida em Santa Maria.

A população tem que ir para as ruas da seca que assola o nordeste, das enchentes, das catástrofes em virtude das agressões que o homem faz à natureza. Lamentamos o preconceito ao autistas no trabalho.

Já fizemos muito: política de valorização do salário mínimo, Estatuto do Idoso, Estatuto da Igualdade Racial, escolas técnicas, bolsa família, ProUni, Política de Cotas, Bolsa Permanência, Lei dos Autista, Lei Maria da Penha, Estatuto da Juventude.

Recentemente o Congresso aprovou a PEC das Domésticas; o último bastião da escravidão.

Chega a ser espantoso, que foi apenas agora, que se reconheceu que o trabalhador doméstico deve ter os mesmos direitos que qualquer outro trabalhador.

Temos de saudar o fim dessa situação de discriminação e desigualdade totalmente injustificada.

Mas, meus amigos, minhas amigas, muito ainda precisa ser feito...

Um País sem miséria não discrimina a sua gente por gênero, raça, cor, religião, orientação sexual... Temos ainda um longo caminho a percorrer.

O Brasil necessita da redução da jornada de trabalho, das atuais 44 horas semanais para 40 horas, sem redução salarial, nem que seja 1 hora por ano.

Seria um extraordinário avanço com geração de mais de três milhões de novos postos de trabalho.

Meus amigos, termino falando um pouco sobre a situação do trabalhador e a sua aposentadoria.

O Brasil aguarda, ansiosamente, o fim do fator previdenciário, considerado o maior inimigo dos trabalhadores. A lei mais cruel implantada no país depois da ditadura.

Essa fórmula rouba na hora da aposentadoria cerca de 50% do salário da mulher, e de 45% do salário do homem.

O Senado já aprovou, em 2008, a nossa proposta que acaba de vez com o famigerado fator... Infelizmente, o projeto está parado há cinco anos na Câmara, na mão dos deputados federais. Não conheci ao longo da minha vida lei mais perversa e injusta do que essa.

Aliás, gostaria de dizer o seguinte. Quando se fala em acabar com o fator previdenciário, a primeira argumentação contrária é com relação ao déficit da previdência. Primeiro não é verdade, a Previdência urbana teve um superávit de 25 bilhões de reais no ano passado.

Temos ainda um detalhe: o governo está desonerando a folha de pagamento e, assim, abrindo mão de R\$ 37 bilhões até o momento.

Chega a ser engraçado ouvir daqueles que dizem que a Previdência está falida. Não podem pagar os aposentados, mas podem abrir mão de 40, 50 bilhões via desoneração da folha de pagamento.

O Senado aprovou ainda em 2008 dois projetos de nossa autoria que vão ao encontro das lutas de mi-

lhões aposentados. O que recompõe o valor das aposentadorias e pensões (PLS 58/2003) e o que reajusta as aposentadorias e pensões pelo mesmo percentual de aumento dado ao valor do salário mínimo. Esses dois projetos também estão lá na Câmara, dormindo nas gavetas das injustiças.

Por tanto, os aposentados precisam ser respeitados, precisam de aumentos dignos. Afinal de contas eles também ajudaram a construir este país

Senhoras e Senhores, a 'desaposentadoria', projeto apresentado por nós no ano de 2010 está pronto para ser votada no Plenário do Senado.

A 'desaposentadoria' nada mais é que um grito de justiça e respeito a quem ajudou a construir este país. O cidadão se aposentou, voltou a trabalhar, voltou a contribuir e o que ele está pedindo é que essas novas contribuições que ele está pagando religiosamente para a Previdência entre no cálculo do benefício, ou seja, ele está pedindo uma revisão do seu benefício baseado nas 80 maiores contribuições.

O Tribunal de Contas da União já reconhece a 'desaposentadoria' para os servidores públicos.

Também o Poder Judiciário tem reconhecido esse direito no caso dos aposentados pelo regime geral, mas o INSS insiste em indeferir as solicitações de renúncia, forçando os aposentados a recorrerem à Justiça.

Recentemente o STJ – Superior Tribunal de Justiça, por decisão da Primeira Sessão, sete a zero, confirmou o direito do cidadão a desaposentadoria sem devolução de valores.

Senhoras e Senhores, passados 125 anos da abolição da escravatura temos que lutar para aprovar a PEC 57 A /1999, do trabalho escravo, de autoria do ex-Senador Ademir Andrade que determina a expropriação de terras onde for constatada situação análoga ao trabalho escravo.

Os trabalhadores escravos no Brasil são, em sua maioria: migrantes, analfabetos, clandestinos, pessoas com deficiência, doentes, alcoolistas e pessoas que nunca tiveram um documento de identificação.

Segundo dados da Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo do MTE, mais de 43 mil trabalhadores foram resgatados entre 1995 e 2012 em 3353 estabelecimentos inspecionados durante as operações de fiscalização para erradicação do trabalho escravo moderno.

O trabalho forçado, a servidão por dívida, a jornada exaustiva ou trabalho degradante, apesar de serem crimes tipificados no artigo 149 do Código Penal, ainda são uma realidade no campo e nas cidades brasileiras.

Prezadas Senhoras e Senhores, eu acredito que nós estamos caminhando no sentido de construir o Brasil que queremos.

Acredito que se fizermos isso com fé e boa vontade, estruturados em bases sólidas como a justiça social, a igualdade de oportunidades, o respeito à dignidade, certamente pousaremos nossos olhos sobre o justo tratamento que o nosso povo merece.

Nem a ditadura teve coragem, ou covardia, de mutilar a CLT.

E podem crer:

Jamais vamos nos omitir. Se tivermos que escrever novos horizontes com a ponta das estrelas, nós o faremos com a mesma fé e paixão que a vida nos deu.

Feliz Aniversário minha jovem senhora CLT pelos seus 70 anos!

Que Deus senhor do universo mande muita energia para os trabalhadores e aposentados. Eles merecem.

Vida longa a nossa CLT

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desejo registrar que recebi em audiência o Sr. Osvaldo Santucci Junior, Presidente da Câmara do Livro.

Numa conversa informal, recebi o convite para participar da 59^o (quinguentésima nona) edição da Feira que se realizará no período de 1^o a 17 de novembro.

A Feira é um dos eventos culturais mais populares do estado.

Na edição do ano passado (2012) 1,3 milhão de pessoas visitaram o evento, que contou com 146 barracas.

A Feira acontece na praça da Alfândega, um espaço central da cidade, facilitando o acesso em um local sem igual.

A praça possibilita ao leitor sentar à sombra de jacarandás e fazer uma longa e bela viagem por histórias que encantam a alma.

A Feira de Porto Alegre, uma das mais antigas do País, é considerada a maior da América Latina à céu aberto.

Além de espaços destinados aos expositores e à promoção de atividades artísticas e culturais em torno do livro e da leitura, a feira oferece atividades para públicos de todas as idades.

Anualmente autografo na Feira.

Em novembro tenho agenda marcada nesse grande evento da cultura nacional.

Confesso que é um momento ímpar. O contato com o público e o carinho que recebo é sem igual, difícil de reproduzir em palavras.

Um evento desses não acontece sem o apoio de grandes empresas, do Governo Federal e de outras instituições ligadas à cultura.

A CAIXA, banco oficial da Feira do Livro tem apoiado esse relevante trabalho em prol da cultura gaúcha e brasileira.

Tenho certeza que esta nova edição será ainda melhor e que os fieis patrocinadores seguirão apoiando o evento.

Parabéns a todos aqueles que trabalham em prol da cultura brasileira.

Vida longa a Feira do Livro de Porto Alegre.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de fazer um registro sobre convite que recebi do Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito federal e dos Territórios, Desembargador Dácio Vieira.

Fui convidado para a solenidade de posse do Juiz de Direito Sebastião Coelho da Silva, no cargo de Desembargador desta Corte. O evento aconteceu no dia 24 e, em virtude de compromissos agendados previamente não pude comparecer.

O magistrado, natural de Alagoas, ingressou na magistratura do Distrito Federal, como Juiz de Direito Substituto, em outubro de 1991 e foi avançando em sua carreira.

O juiz Sebastião foi Diretor da Amagis/DF – Associação dos Magistrados do Distrito Federal em cinco mandatos, fazendo parte da atual diretoria.

No transcorrer de sua carreira foi homenageado com as seguintes condecorações: Cidadão Honorário de Brasília, medalha Tiradentes da Polícia Militar do Distrito Federal, Medalha Dom Pedro II do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

Agradeço o convite e desejo pleno sucesso ao Desembargador Sebastião Coelho da Silva, neste novo desafio que tem pela frente.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Rio Grande do Sul está se tornando um estado precursor na aplicação de medidas que vão ao encontro da tão almejada igualdade racial na educação, no trabalho, na religiosidade, nas terras.

Na última sexta-feira, 24 de maio, tivemos duas atividades importantes no meu estado:

O lançamento oficial do Conselho do Povo de Terreiro do Estado do Rio Grande do Sul, à tarde, no Palácio Piratini. O Rio Grande do Sul é o primeiro Estado brasileiro a criar este colegiado.

E o seminário Oportunidades para a Juventude Negra, promovido pela SEPPIR.

Sr. Presidente, o Comitê Estadual do Povo de Terreiro tem como objetivo sugerir e elaborar políticas públicas voltadas ao povo de terreiro e às populações de ascendência africana.

Composto por seis representantes do Governo Estadual e 24 membros da sociedade civil, o colegiado atende a uma reivindicação do movimento social apresentada no ano passado e debatida na Câmara Temática Proteção Social, do Conselho.

Entre suas principais tarefas, está a de organizar uma conferência para criação do Conselho do Povo de Terreiro, órgão que terá a incumbência de promover a igualdade racial.

O Comitê Estadual do Povo de Terreiro foi criado através do decreto 50.112, publicado no Diário Oficial do Estado no dia 27 de fevereiro de 2013.

O grupo terá três meses para apresentar ao governador um relatório com diagnóstico, propostas específicas e cronograma de atividades.

Senhoras e Senhores, também na sexta-feira, Porto Alegre sediou o “Seminário Oportunidades para a Juventude Negra”, quinto da série de debates promovidos pela SEPPIR na etapa preparatória da III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (III CONAPIR), que acontece de 5 a 7 de novembro, em Brasília, sobre o tema Democracia e Desenvolvimento por um Brasil Afirmativo.

Além de Porto Alegre, outras capitais sediaram os debates: Salvador-BA tratou sobre “Representação Política e Enfrentamento ao Racismo”; Recife-PE discutiu “Trabalho e Desenvolvimento: Capacitação Técnica, Emprego e População Negra”; São Paulo-SP abordou “Desenvolvimento e Mulher Negra”; Belém do Pará discutiu “Territórios Tradicionais Negros: Desenvolvimento e Enfrentamento ao Racismo”.

Sr. Presidente, passados 125 anos da promulgação da lei Áurea, o Brasil ainda busca a verdadeira libertação do povo negro.

A democracia racial e o respeito as diversidades sociais e culturais é um horizonte a ser alcançado.

Já fizemos muito, mas muito ainda precisa ser feito. Lembro o Estatuto da Igualdade Racial e o sistema de cotas.

Era o que tinha a dizer.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Na forma regimental, Senador Paulo Paim,

sua solicitação será atendida, e a Mesa também se congratula pelos 70 anos da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho.

Convido para fazer uso da palavra, como orador inscrito, o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Senadora Ana Amélia, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado, hoje vou abordar um tema que me emociona muito, embora tenha sido quando eu era muito criança ainda, mas tenho esse registro a fazer porque hoje comemora 58 anos de existência o Município de Caracaraí no meu Estado de Roraima.

Na verdade, o Estado de Roraima, que veio de um Território criado por Getúlio Vargas, passou a ter como seu primeiro governador nomeado o Capitão Ene Garcez dos Reis, que só chegou a Roraima – foi criado em 41 –, mas só chegou a Roraima em 44, e logo, no início de 45, ele tratou de formalizar alguns itens estratégicos do ponto de vista administrativos.

E o principal deles, eu diria assim, foi nomear o meu pai, que era servidor público do Serviço Especial de Saúde Pública, para administrador do porto de Caracaraí, já que nessa época, nos anos de 1944 e 1945, o então criado Território Federal de Roraima só tinha um Município, que era Boa Vista, a capital atual. Meu pai ficou lá por cerca de dois anos, e eu vivi, portanto, os primeiros anos da minha infância lá em Caracaraí.

Quero cumprimentar todos os moradores daquela linda cidade que, durante muito tempo, foi realmente o porto principal que existia no Estado de Roraima, e ainda continua, pela importância da sua capacidade hídrica de navegação durante praticamente todo o ano. O Município de Caracaraí foi o segundo Município criado, desmembrado do Município de Boa Vista, sede do antigo Distrito de Caracaraí. É importante dizer que, quando meu pai foi nomeado administrador do porto, isso equivalia, mais ou menos, a ser o prefeito, o delegado. Enfim, só havia essa autoridade, que era a de administrador do Porto de Caracaraí.

Hoje, 58 anos depois, nós vemos que é uma cidade pujante, um Município grande – ainda é o maior do nosso Estado, apesar das subdivisões que já teve. É um Município que tem pelo menos dois pontos bastante diferentes na sua geografia, porque ao norte, onde fica a capital do Município, que é Caracaraí, nós temos todo o Baixo Rio Branco. É um Município que atravessa o Estado de leste a oeste e vai até o sul,

fazendo fronteira com o Estado do Amazonas. Então, é muito importante.

Eu sei que, tanto os mais antigos moradores de Caracará que existem ainda lá, como os mais novos, precisam de fato ser homenageados, porque, infelizmente, mesmo com a passagem do Território de Rio Branco, que depois passou a se denominar Roraima, mesmo com a sua elevação à categoria de Estado, feito, aliás, de que eu tenho muito orgulho de ter participado, porque era Constituinte, encabeçamos um movimento para a criação do Estado, tirando aquela figura de Território Federal, cujos governadores eram nomeados e, normalmente, eram pessoas que não tinham ido uma vez sequer ao Estado.

Este primeiro Governador, Capitão Ene Garcez dos Reis, era um homem da segurança de Getúlio Vargas e, portanto, tinha a confiança e todo o apoio do Presidente. Ele conseguiu, de fato, instalar ali um modelo novo, que era o de Território Federal, diretamente subordinado à Presidência da República, e fazer todo o ordenamento e o planejamento da nossa capital Boa Vista.

O Município de Caracará, por sinal, tem esse nome derivado de uma espécie de gavião, que nós conhecemos como caracará. Então, ficou denominado de Caracará. Durante muito tempo, o Município ficou como se fosse apenas um porto, que servia, principalmente, para os condutores do gado que era criado lá, para levarem esse gado para a cidade de Manaus. Durante muito tempo, a economia de Roraima se baseou, exatamente, nessa exportação de gado – portanto, de carne bovina – para o nosso vizinho Estado do Amazonas.

Eu, depois de formado em Medicina, voltei para Roraima e tive oportunidade de, algumas vezes, ir atender lá no Município.

O novo prefeito eleito tem o sério desafio de melhorar as condições de vida dos habitantes daquela região. Eu quero dizer que, embora tenha havido esse esforço, muito ainda tem que ser feito por Caracará, no que tange ao hospital que atende à população, às escolas e, principalmente, àqueles moradores do chamado Baixo Rio Branco, justamente onde ficam as pessoas na fronteira com o Amazonas, que, às vezes, têm muito mais contato com o Amazonas do que com o Estado de Roraima. Mas o importante é dizer, neste dia, que me congratulo com todos os habitantes do Município. Relembro que tenho, realmente, esse vínculo por ter vivido lá os primeiros anos de minha vida. Espero que, com uma administração competente do novo prefeito, nós possamos, de fato, mudar.

Eu tenho colocado, para o Município de Caracará, muitas emendas, inclusive para asfaltamento e arruamento da cidade de Novo Paraíso, para a implantação de unidade de ensino descentralizada do Instituto Federal de Ensino Tecnológico, na cidade próxima a Novo Paraíso. Então, é importante que nós possamos trabalhar para os Municípios do interior.

Há poucos dias, estávamos falando sobre a questão da redistribuição dos médicos no Brasil. É fundamental que nós tenhamos não só mais médicos por lá, mas tenhamos também escolas que preparem melhor os jovens, que são o futuro do Município e do Estado. Ao mesmo tempo, neste ano, também coloquei recursos de emendas para várias áreas em que o prefeito poderá trabalhar.

Mais importante mesmo do que cuidar desses aspectos é que o prefeito, de fato, eleja prioritariamente a educação, a saúde, a segurança e a produção, já que é um Município muito afeito tanto à pecuária quanto à agricultura.

Eu gostaria, Senadora Ana Amélia, de pedir a V. Ex^a a transcrição, na íntegra, da Lei 2.495, de 27 de maio de 1955, em que o Presidente da República criou o Município de Caracará – repito, àquela época nós éramos um Território Federal, subordinados diretamente à Presidência da República –, bem como os dados históricos desse Município, para que fique, nos *Anais* do Senado, o registro do aniversário do segundo Município que foi criado no então Território Federal de Roraima e que, hoje, completa 58 anos.

Quero, portanto, mandar um abraço especial a todos os moradores daquele pujante Município e dizer que é uma honra estar, aqui no Senado, cuidando de coisas decisivas para o desenvolvimento de um município, como é o caso da UnED, a Unidade Descentralizada de Ensino, que levou a oportunidade para aqueles moradores, para os filhos de agricultores e de pescadores, poderem fazer um curso técnico mais voltado para essa questão agropecuária e outros ramos. Com isso, a juventude pode ficar lá para estudar.

Espero que a nossa Universidade Estadual de Roraima, que lá tem um *campus*, realmente invista mais para que os jovens nem precisem sair de Caracará para cursar uma faculdade e ser úteis ao seu Município.

Portanto, ao acabar, reitero, aliás, o pedido de transcrição dessas matérias.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR.
SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Subsecretaria de Informações

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

Lei Nº 2.495, De 27 DE maio DE 1955

FIXA A DIVISÃO ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA DO TERRITÓRIO FEDERAL DO RIO BRANCO.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º A divisão administrativa e judiciária do Território Federal do Rio Branco compreende 2 (duas) comarcas, 2 (dois) municípios e 7 (sete) distritos, de conformidade com o quadro e os limites descritos no art. 9º desta lei.

Parágrafo único. O Governador do Território poderá, ainda, baixar atos interpretativos das linhas divisórias inter-municipais e inter-distritais para sua caracterização sobre o terreno, desde que da interpretação não resulte o deslocamento de qualquer cidade ou vila do âmbito municipal ou distrital.

Art. 2º O Governador providenciará para que sejam enviados ao Conselho Nacional de Geografia os mapas municipais do Território, elaborados de conformidade com as instruções do mesmo Conselho.

Art. 3º A solenidade de inauguração do novo quadro territorial de que trata o § 1º do art. 4º desta lei, obedecerá ao ritual aprovado pelo Conselho Nacional de Geografia.

Art. 4º O quadro territorial fixado nesta lei vigorará até 31 de dezembro de 1958.

§ 1º O Governador do Território providenciará a elaboração do projeto do quadro territorial a vigorar no quinquênio 1959-1963, de conformidade com o disposto nos decretos-leis ns. 311, de 2 de março de 1939, e 5.901, de 21 de outubro de 1943.

§ 2º Se o novo quadro territorial não tiver sido aprovado até 31 de dezembro de 1958, ficará automaticamente prorrogada a vigência do quadro, constante desta lei, até aquele entrar em vigor.

Art. 5º É criado o cargo de Juiz de Direito do Território Federal do Rio Branco.

Art. 6º São criados no Quadro da Justiça - Parte Permanente - do Ministério da Justiça e Negócios Interiores os seguintes cargos:

- a) 1(um) de Promotor Público - Justiça dos Territórios;
- b) 2 (dois) de Escrivão do juízo de direito - Justiça dos Territórios - padrão F;
- c) 1 (um) de Tabelião de Notas - Justiça dos Territórios - padrão F;
- d) 2 (dois) de Oficial de Justiça do juízo de direito - Justiça dos Territórios - padrão D;
- e) 2 (dois) de Servente do juízo de direito - Justiça dos Territórios - padrão C.

§ 1º Terão exercício na sede de cada comarca um escrivão, um oficial de justiça e um servente.

§ 2º O escrivão do juízo de direito da comarca de Caracaraí exercerá, além das funções próprias, as de oficial de registro de títulos e documentos, oficial de registro civil das pessoas jurídicas, oficial de registro de imóveis, oficial de protesto de títulos, contador, partidor, tabelião de notas, escrivão de paz e oficial de registro civil das pessoas naturais, nos termos do § 1º do art. 5º do decreto-lei nº 6.887, de 21 de setembro de 1944.

§ 3º O escrivão de juízo de direito de Boa Vista exercerá, além das funções próprias, as de oficial de registro de imóveis.

§ 4º O tabelião de notas, de que trata a letra c deste artigo, terá exercício na sede da comarca de Boa Vista e exercerá, além das funções próprias, as de escrivão do juízo de paz, oficial de registro civil das pessoas naturais, oficial de registro civil das pessoas jurídicas, oficial de registro de títulos e documentos, oficial de protesto de títulos, contador e partidor.

Art. 7º São criados, sem ônus para os cofres públicos, os seguintes cargos da justiça dos Territórios:

- a) 7 (sete) de Juiz de Paz nos Distritos de Boa Vista, Uraricoera, Depósito, Conceição do Maú, Caracaraí, São José de Anauá e Boiaçu;
- b) 5 (cinco) de Escrivão do juízo de paz nos Distritos de Uraricoera, Depósito, Conceição do Maú, São José de Anauá e Boiaçu.

Parágrafo único. Os serventuários, de que trata a letra b deste artigo, exercerão, além das funções próprias, as de tabelião de notas e oficial de registro civil das pessoas naturais, nos termos do § 2º do art. 5º do decreto-lei nº 6.887, de 21 de setembro de 1944.

Art. 8º A Comarca de Caracaraí, criada por esta lei, e a de Boa Vista constituirão uma só Seção Judiciária.

Art. 9º São os seguintes o quadro e a descrição dos limites, aos quais se refere o art. 1º desta lei:

5 QUADRO DA NOVA DIVISÃO TERRITORIAL, ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA DO TERRITÓRIO FEDERAL DO RIO BRANCO

Circunscrições exclusivamente judiciárias				Circunscrições exclusivamente administrativas		Circunscrições simultaneamente administrativas e judiciárias		Sede das Circunscrições		
Comarcas		Têrmos		Municípios		Distritos				
Número de ordem	Nome	Número de ordem	Nome	Número de ordem	Nome	Número de ordem	Nome	Número de ordem	Nome	Categoria
1	Boa Vista	1	Boa Vista ..	1	Boa Vista	1	Boa Vista	1	Boa Vista	Capital
						2	Uraricoeira (ex-Aparecida) (1) ..	2	Uraricoeira (ex-Aparecida)	Vila
						3	Depósito (2)	3	Depósito	Vila
						4	Conceição do Mau (3)	4	Conceição do Mau	Vila
2	Caracarái (4)	2	Caracarái (5)	2	Caracarái (6)	5	Caracarái (7)	5	Caracarái	Cidade
						6	São José de Aneub (8)	6	São José de Aneub	Vila
						7	Boiaçu (Ex-Santa Maria) (9)	7	Boiaçu (Ex-Santa Maria) ..	Vila

Observações:

1) Criado por esta lei com sede na localização de Aparecida e constituída de parte do território do antigo distrito de Murupu, do Município de Boa Vista.

2) Criado por esta lei com sede na localidade do mesmo e constituído de partes dos antigos distritos de Murupu e Boa Vista do Município dêste ultimo nome.

3) Criado por esta lei com sede na localidade Mau e constituído de parte do distrito de Boa Vista do Município do mesmo nome.

4) Criado por esta lei com sede na vila de Caracarái que é elevada à categoria de cidade.

5) Criado por esta lei com sede na vila de Caracarái que é elevada à categoria de cidade.

6) Criado por esta lei com sede na vila de Caracarái que é elevada à categoria de cidade e constituído dos territórios do município de Catrimani (não instalado) e distrito de Caracarái, além da pequena gleba do distrito de Boa Vista do município do mesmo nome.

7) Desmembrado do município de Boa Vista e elevada sua sede à categoria de cidade.

8) Criado por esta lei com sede na localidade do mesmo nome e constituído de terras do distrito de Caracarái, do antigo município de Boa Vista.

9) Criado por esta lei com sede na localidade de Santa Maria constituído do território do município de Catrimani (antigo distrito de ilha de Catrimani desmembrado do município de Moura, do Estado do Amazonas) que não chegou a ser instalado, passando sua sede à primitiva situação de povoado.

LIMITES MUNICIPAIS E DIVISAS INTERDISTRITAIS**I - MUNICÍPIO DE BOA VISTA****a) Limites Municipais****1. Com a República da Venezuela:**

Começa na serra Parima, no ponto do divisor de águas rio Branco-Orinoco, mais próximo da cabeceira principal do rio Mucajai; segue por esse divisor, ao longo da fronteira internacional Brasil-Venezuela, até alcançar a nascente do rio Auaris no encontro dos sistemas Parima-Pacaraima; daí, prossegue pelo divisor de águas rio Branco-Orinoco, na serra Pacaraima, até alcançar o marco B/BG/V-O no monte Roraima, pontos de trijunção dos limites Brasil-Venezuela-Guiana Inglesa.

2. Com a Guiana Inglesa:

Começa no marco trinacional B/BG/V-O, no monte Roraima; segue pelo divisor de águas rio Branco-Mazurini, até marco internacional do monte Caburai; desse ponto, até o marco internacional B/BG/13, fronteiro à nascente do rio Maú ou Iremg; desce por este rio, até sua confluência com o rio Tacutu, pelo qual sobe até a foz do rio Jacamim.

3. Com o Município de Caracará:

Começa no rio Tacutu, na foz do rio Jacamim, sobe por este rio, até sua nascente; daí, por uma linha reta e seca, alcança a nascente do rio Cachorro, pelo qual desce até sua foz no rio Branco; sobe por este rio até a foz do rio Macajai; prossegue por este rio acima, até sua cabeceira principal, daí alcança, na menor distância, o divisor de águas da serra Parima.

b) Divisas interdistritais:**1. Entre os distritos de Boa Vista e Uraricoera (ex-Povoado Aparecida):**

Começa na serra Pacaraima, no ponto do seu divisor de águas, mais próximo à nascente do rio Aracassa; desse ponto alcança a nascente do referido rio; segue pelo Aracassa abaixo, até sua foz no rio Uraricoera, pelo qual desce até a foz do rio Parimé.

2. Entre os distritos de Boa Vista e Depósito:

Começa na confluência do rio Parimé com o rio Uraricoera; daí, alcança a confluência do rio Surumu com o rio Tacutu; sobe por este, até a foz do igarapé do Mel.

3. Entre os distritos de Boa Vista e Conceição do Maú:

Começa no rio Tacutu, na foz do igarapé do Mel; sobe por este igarapé até sua nascente na serra dos Tucanos; segue pelo divisor de águas da serra dos Tucanos, até a nascente do igarapé Arraia, pelo qual desce até sua foz no rio Tacutu.

4. Entre os distritos de Uraricoera (ex-Povoado Aparecida) e Depósito:

Começa na serra Pacaraima no ponto de seu divisor situado a meia distância das cabeceiras mais próximas dos rios Majari e Surumú; segue pelos divisores de águas Majari e Surumú, até a nascente do rio Parimé; desce por este rio até sua foz do rio Uraricoera.

5. Entre os distritos de Depósito e Conceição do Maú:

Começa no rio Maú ou Iremg na foz do rio Sanamã; sobe por este rio até sua nascente; daí, prossegue pelos divisores de águas Cotingo-Maú, até alcançar a nascente do rio Pirarucu; desce por este rio, até sua foz no rio Tacutu.

II - MUNICÍPIO DE CARACARÁ**a) Limites municipais****1. Com o Município de Boa Vista:**

Começa na serra Parima, no ponto de seu divisor de águas mais próximo à cabeceira principal do rio Macajai; desce por este rio até sua confluência com o rio Branco; continua descendo por este rio, até a foz do rio Cachorro, pelo qual sobe até sua nascente; daí, por uma linha reta e seca, alcança a nascente do rio Jacamim; continua pelo Jacamim abaixo até sua foz no rio Tacutu.

2. Com a Guiana Inglesa:

Começa na foz do rio Jacamim, no rio Tacutu, sobe por este rio, até o marco internacional B/BG/14 da nascente de seu braço este; no monte *Wamuriaktawa*; deste marco, segue pelo divisor de águas Amazonas-Essequibo, até a serra Uassari, no ponto de seu divisor situado a meia distância das cabeceiras mais próximas dos rios Jauaperi e Mapuera.

3. Com o Estado do Pará:

Começa na serra Uassari, no ponto de seu divisor situado a meia distância das cabeceiras mais próximas dos rios Jauaperi e Mapuera; daí, alcança os divisores de águas Jauaperi, Mapuera, pelos quais segue, até sua interseção com o paralelo da nascente do Alauaú.

4. Com o Estado do Amazonas:

Começa na interseção dos divisores de águas Jauaperi-Mapuera com paralelo da nascente do rio Alauaú, segue por este paralelo, até alcançar a referida nascente; continua pelo rio Alauaú abaixo, até sua foz no rio Jauaperi; desce por este rio até sua foz no rio Negro, pelo qual sobe até a foz do rio Jufari; prossegue pelo Jufari acima, até sua nascente; daí continua pelos divisores de águas Xeruni-Demeni e Catrimani-Demeni, até o ponto de sua interseção com o paralelo da nascente do rio Catrimani; segue por este paralelo, até o divisor de águas da serra Parima.

5. Com a República da Venezuela:

Começa na serra Parima no ponto de interseção de seu divisor de águas com o paralelo da nascente do rio Catrimani; continua pela referida serra até o ponto de seu divisor de águas mais próximo da cabeceira principal do rio Mucajai.

b) Divisas interdistritais**1. Entre os distritos de Caracarái e Boiaçu (ex-Povoado Santa Maria)**

A NO - Começa na interseção do divisor de águas Catrimani-Demeni com o paralelo da nascente do rio Catrimani; segue por este paralelo até a nascente do rio Catrimani, pelo qual desce, até a foz do igarapé Arapari;

A SE - Começa no rio Branco, na foz do rio Anauá; sobe por este rio até sua nascente no divisor Amazonas - Essequibo, limite internacional Brasil-Guiana Inglesa.

2. Entre os distritos de Caracarái e São José do Anauá:

Começa no rio Catrimani, na foz do igarapé Arapari; dêsse ponto, por uma linha reta e seca, alcança a nascente do rio Ajarani; desce por este rio, até sua foz no rio Branco; prossegue descendo por este rio, até a foz do rio Anauá.

3. Entre os distritos de São José da Anauá e Boiaçu (ex-Povoado Santa Maria):

Começa na confluência do rio Anauá com o rio Branco; desce por este rio até a foz do rio Catrimani, pelo qual sobe até a foz do igarapé Arapari.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de maio de 1955; 134º da Independência e 67º da República.

JOÃO CAFÉ Filho

Prado Kelly



Caracarái - RR

Dados Básicos

População **Área** **Bioma**
18.398 hab. 47.411 km² Amazônia

Histórico

O nome é uma alusão a um pequeno gavião que habita a região. Surgiu de um local de descanso de condutores de gado, do antigo município de Moura, cujas terras deram origem ao território de Roraima.

Formação Administrativa

Distrito criado com a denominação de Caracarái, pelo Decreto-lei Estadual n.º 176, de 01-12-1938, subordinado ao município de Boa Vista.

Pelo Decreto-lei Federal n.º 5812, de 13-09-1943, ou 5839, de 21-09-1943, passou a fazer parte do Território Federal do Rio Branco (atual Roraima).

No quadro fixado para avigorar no período de 1939-1943, o distrito de Caracarái, figura no município de Boa Vista.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-VII-1950.

Elevado à categoria de município com a denominação de Caracarái, pela Lei Federal n.º 2.495, de 27-05-1955, desmembrado do município de Boa Vista. Sede no antigo distrito de Caracarái. Constituído de 3 distritos: Caracarái, Boiaçu (ex-Catrimani) e São José de Anauá. Instalado em 21-01-1956.

Em divisão territorial datada de 1-VII-1960, o município é constituído de 3 distritos: Caracarái, Boiaçu e São José de Anauá.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-I-1979.

Pela Lei Federal n.º 7.009, de 01-07-1982, foram extintos os distritos de Boiaçu e São José de Anauá, sendo seus territórios anexados ao distrito sede do município de Caracarái.

Em divisão territorial datada de 1988, o município é constituído do distrito sede.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2009.

Informe Municipal

Segunda-feira, 27 de Maio de 2013

Festas e Eventos

Tempo

Outubro

FESTIVAL FOLCLÓRICO DE CARACARAÍ

AGOSTO A DEZEMBRO

CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTEBOL

Veja outras...

Dados Gerais

Turismo

1955

Microrregião
CaracaráiMesorregião
Sul de RoraimaAltitude da Sede
52 mDistância à Capital
122,469 KmÁrea Territorial
47.411 km²

Histórico

O nome é uma alusão a um pequeno gavião que habita a região. Surgiu de um local de descanso de condutores de gado, do antigo município de Moura, cujas terras deram origem ao território de Roraima. Foi elevado à condição de município em 27 de maio de 1955.

Hinos e Símbolos

Hino

Caracarái, lindo Roraima Caracarái,
Teus filhos te amam Teu rio,
Tua mata equatorial
Teus filhos unidos te adoram
(coro)
Caracarái, alma nacional
Pedago de terra brasileira
Viva teu sangue, viva tua areia
Viva gloriosa e fecunda terra

Terra de amor e prazer
Terra banhada de sol
Cidade quentinha de amor
Estrela do sul meu querer

Olho o Rio Branco correr
Entre a mata sem fim
Onde canta o bem-te-vi
Caracarái por ti
A vida eu dou

Baixo teu céu azul
Todos os teus filhos te cantam
Este hino de amor
Caracarái por ti A vida dou.

Dados Gerais

[Página Inicial](#)

A População Total do Município era de **14.286 de habitantes**, de acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2000).

Sua Área é de **47.410,89 km²** representando **21.1374%** do Estado, **1.2304%** da Região e **0.558%** de todo o território brasileiro.

Seu IDH é de **0.702** segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD (2000)



Ano de Instalação: **1955**

Microrregião: **Caraçaraí**

Mesorregião: **Sul de Roraima**

Altitude da Sede: **52 m**

Distância à Capital: **122.469Km**

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Senador Mozarildo Cavalcanti, cumprimentos também ao aniversário de emancipação.

Na forma regimental, a solicitação de V. Exª será atendida.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Farei uso da palavra na condição de Líder do PP. V. Exª, Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, eu subscrevi e encaminhei já à Mesa, em nome da Bancada do PSDB, um requerimento de voto de pesar, que seria encaminhado à família de Roberto

Civita e a toda a Diretoria do Grupo Abril, com a expressão da nossa profunda tristeza pelo falecimento ocorrido ontem.

Civita foi uma pessoa dinâmica, inovadora, inconformista, um homem profundamente inteligente e sempre muito inquieto. Eu me lembro, Srª Presidente, de uma cerimônia em que ele foi paraninfo de uma turma que se formava no curso de Comunicação, e ele fez um discurso que defendia o fim da obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão de jornalista. E não foi pelo gosto de paradoxo, foi para afirmar, naquele discurso, um compromisso inarredável que ele tinha com a liberdade de imprensa, a concepção que ele tinha do jornalismo como uma atividade a ser desenvolvida sem qualquer tipo de peias, de limitações,

seja do Estado, seja dos próprios imperativos econômicos das empresas jornalísticas.

Ele fundou, dirigiu, foi o editor da revista *Veja*, que é a maior revista de informação e circulação semanal no Brasil e a terceira do mundo, além de outras iniciativas à frente do Grupo Abril.

Eu quero, com esse requerimento de voto de pesar, associar-me, assim como a minha Bancada, a todos aqueles que lamentam profundamente a morte desse grande homem que tanto serviu à Imprensa do nosso País, Roberto Civita.

A Srª Ana Amélia deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Senador Aloysio, quero dizer a V. Exª que também há um requerimento de igual teor, no mesmo sentido, da Senadora Ana Amélia. O Senador Renan também vai apresentar um requerimento. Então, votaremos oportunamente, em globo, todos os requerimentos.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com a permissão da Senadora Ana Amélia, eu gostaria também de subscrever todos os requerimentos – da Senadora Ana Amélia, do Senador Aloysio. E, em homenagem a Civita, apenas lembrar uma conversa que tive com ele, algo que gravei para sempre como uma lição de vida. Ao visitá-lo, ele me convocava à responsabilidade, a uma participação política mais contundente, e dizia:

Veja o meu caso, eu administro 23 revistas no Brasil, todas elas bem-sucedidas, todas elas líderes. Eu tenho que retribuir a este País pelo que me oferece o Brasil, e a retribuição que eu posso oferecer é o combate implacável à corrupção. Por esse motivo, Veja veiculou 18 páginas sobre o escândalo do Mensalão.

Uma afirmação que retrata bem o perfil, a personalidade e o caráter de Civita. Lamentamos, também, profundamente, a sua ausência, uma lacuna impreenchível nesse enfrentamento contra a corrupção no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Com a palavra a Senadora Ana Amélia, pela Liderança do PP.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Pela Liderança. Com revisão da oradora.) – Caro Presidente Mozarildo Cavalcanti, Srªs e Srs. Senadores, como

jornalista, durante quatro décadas, tenho ainda um compromisso maior de destacar que, nessas últimas semanas, o Brasil perdeu dois grandes líderes da mídia brasileira: Ruy Mesquita, de O Estado de S. Paulo, uma instituição respeitada no País e fora das nossas fronteiras; e, agora, o presidente do Conselho de Administração do Grupo Abril, Roberto Civita, que nasceu em Milão, na Itália, filho de Victor Civita, visionário e fundador do Grupo Abril, um dos maiores conglomerados de mídia e educação da América Latina.

Como já fizeram referência os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias, é preciso destacar que Roberto Civita estava internado, desde fevereiro, no Hospital Sírio-Libanês; faleceu, na noite de ontem, por falência de órgãos e está sendo velado, hoje, em Itapeverica da Serra, na Grande São Paulo.

Outro importante jornalista, como eu referi há pouco, Ruy Mesquita, de O Estado de S. Paulo – um dos veículos de comunicação mais sérios e respeitados do País –, também nos deixou na semana passada. Aos 88 anos, o incansável diretor também teve papel relevante nos principais momentos da história contemporânea do nosso País.

Cabe ressaltar também a capacidade gerencial de Roberto Civita, responsável pela editora que publica sete das 10 revistas mais lidas no Brasil, entre as quais *Veja*, a segunda maior revista semanal do Planeta, com mais de um milhão de exemplares por semana, e a revista *Exame*, uma referência para empreendedores brasileiros, políticos e também empreendedores internacionais.

Mais de 9,5 mil funcionários trabalham no Grupo em negócios espalhados nas seguintes áreas: revistas, TV segmentada, educação, distribuição e logística, mídias digitais em elevadores e treinamento para concursos públicos.

A holding publica 52 revistas para 4 milhões e 700 mil assinantes e cuida de mais de 80 sites, acessados por 59 milhões de internautas.

Além dos benefícios econômicos para o País, o empresário e editor sempre apoiou uma causa que julgo essencial para o fortalecimento da democracia e o desenvolvimento de qualquer nação: a liberdade de expressão, o livre acesso às informações e o ato independente de fazer comunicação.

Quando a *Veja* foi criada, o Brasil vivia uma ditadura. A primeira censura à revista ocorreu quando o então presidente Arthur da Costa e Silva fechou o Congresso Nacional e promulgou o Ato Institucional

nº 5, o AI-5. Naquela época, um censor foi mandado à redação para verificar que não haveria críticas à medida nas publicações da revista. Quando perguntaram o que apareceria escrito na capa daquela semana, Civita respondeu simplesmente: “Nada”.

Com muito prazer, concedo o aparte ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco/PSDB – SP) – Apenas uma observação, Senadora Ana Amélia. Quando se vai do Salão Verde até o corredor das Comissões da Câmara, há lá uma exposição de fotografias, fatos marcantes da política brasileira, e, nesse corredor, é exibida uma foto que ficou célebre, uma foto do Presidente Costa e Silva, sentado, solitário, no plenário da Câmara, que ele acabara de fechar. Essa foto foi publicada pela revista *Veja* e desencadeou uma série de represálias por parte da censura, em relação a esse órgão de imprensa. Apenas uma pequena observação nesse discurso tão bonito de V. Ex^a.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Senador Aloysio, isso ilustra muito bem o compromisso que a família Civita – Vitor e Roberto – teve, e continua tendo, com a liberdade e com os princípios éticos que devem prevalecer num País sério, num País respeitado, aqui e fora daqui da nossa fronteira. Então não é diferente o comportamento do grupo, lá naquele momento do regime fechado, quanto agora, com plena democracia, ir buscar a fundo e verificar os desmandos e as coisas ruins que acontecem no País, os malfeitos, como definem a nossa Presidente Dilma Rousseff.

Pois, diante da informação, o censor autorizou a circulação da revista. A capa saiu sem qualquer palavra, com uma foto do Presidente Costa e Silva, sentado em uma das cadeiras do Congresso vazio – como já definiu V. Ex^a – quando o Exército mandou apreender todos os exemplares da revista. Foram vários anos de informações sendo submetidas à censura prévia, que somente seria suspensa em 1976, dois anos após o meu ingresso, como jornalista, no Jornal do Comércio de Porto Alegre, que completou 80 anos na última sexta-feira.

Aliás, Ruy Mesquita, que faleceu há poucos dias também, diante da censura, costumava publicar Os Lusíadas ou receitas culinárias. Ali era identificado que naquele espaço houve censura pelo governo da época.

Nos 80 anos do Jornal do Comércio, em que trabalhei sete anos, no início da minha carreira, a empresa anuncia também, reafirma os seus compromissos com a verdade, com a seriedade e com a credibilidade.

de. Tive a honra de participar das comemorações, na sexta-feira, na sede da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul, do aniversário desse importante veículo do meu Estado, fundado em 25 de maio de 1933 por Jenor Cardoso Jarros e Zaida Jayme Jarros.

O Jornal do Comércio de Porto Alegre comemorou 80 anos no sábado, coincidentemente no mesmo dia em que se comemora o Dia da Indústria. Na ocasião, tive a notícia, pelo presidente do jornal, Mércio Tumelero, de que uma nova sede será construída na Avenida Pernambuco, em Porto Alegre, com uma área de 6 mil metros quadrados. É a evolução que está acontecendo nesse veículo tão importante, o Jornal do Comércio, que fez uma inovação. Quando cheguei ali, Senador Casildo Maldaner, as rotativas eram de chumbo, pesadas, o linotipo tinha de montar as letrinhas, e hoje estamos com uma redação, no Jornal do Comércio, inteiramente informatizada, e o jornal, que era em preto e branco, hoje sai em cores.

Com prazer, concedo um aparte ao Senador Casildo Maldaner.

O Sr. Casildo Maldaner (Bloco/PMDB – SC) – Eu já havia escutado, Senadora Ana Amélia, o Senador Aloysio Nunes e também as referências do Senador Alvaro Dias em relação ao ocorrido com o Roberto Civita. Nada melhor do que V. Ex^a, até pela sua experiência, 40 anos de luta nesse ramo, como grande jornalista.

(Soa a campanha.)

O Sr. Casildo Maldaner (Bloco/PMDB – SC) – Nós, catarinenses, queremos nos associar a V. Ex^a, que veio do Rio Grande do Sul, está há muitos anos em Brasília, é conhecida no Brasil inteiro nessa área, para nos somarmos ao seu pronunciamento, no que diz respeito ao Roberto Civita e à sua família, inclusive do Ruy Mesquita, do jornal *O Estado de S. Paulo*. Quero me somar à manifestação que V. Ex^a faz da tribuna, que, sem dúvida alguma, agrega um grande significado em prol dessas duas personalidades.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Casildo Maldaner. Eu queria que os dois apartes também fossem inseridos neste meu pronunciamento.

Em uma das últimas entrevistas, quando o empresário Roberto Civita completou 50 anos à frente do Grupo Abril, ele citou o escritor brasileiro, jurista e político que está aqui, nesta parede, Rui Barbosa sobre a importância e a necessidade da imprensa, qualificando a atividade como “vista da Nação”.

Disse ele, repetindo Rui Barbosa:

“Através dela, a Nação acompanha o que se passa ao perto e ao longe, enxerga o que lhe malfazem, devassa o que lhe ocultam e tramam, colhe o que lhe sonegam ou roubam, percebe onde lhe alvejam ou nodoam, mede o que lhe cerceiam ou destroem, vela pelo que lhe interessa e se acautela do que a ameaça.”

É suficientemente forte e dispensa qualquer comentário adicional.

Quando perguntado sobre a fórmula mágica para o sucesso, Roberto Civita afirmava que a leitura é a receita mais simples para o conhecimento, a atualização permanente, o acesso ao mundo das ideias e a compreensão da sabedoria.

Ele era a favor da leitura constante de tudo: folhetins, panfletos, livros, jornais, revistas, fichas de receitas, anúncios, embalagens, bulas de remédio, enciclopédias, dicionários, quadrinhos, discursos e cartas de amor. Na avaliação do empresário, o hábito, mantido por no mínimo 23 anos consecutivos, funciona como um passaporte para o desenvolvimento – tanto quanto a educação, eu acrescento.

Portanto, faço meu voto de pesar pela morte de tão importante biografia para a liberdade de expressão no Brasil, lembrada hoje pelos principais jornais brasileiros.

A propósito disso, gostaria de dizer que nós vamos ter em Porto Alegre um evento muito importante: a Feira do Livro.

(Soa a campanha.)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – E já que Roberto Civita fez tanta referência e valorizou tanto a leitura, de 1º a 17 de novembro nós teremos a 59ª Feira do Livro de Porto Alegre.

Mais de 1,5 milhão de pessoas devem visitar a feira, como falou há pouco o Senador Paulo Paim. A estimativa é do presidente da feira deste ano, Osvaldo Santucci Junior, que esteve, na semana passada, aqui, no Senado, fazendo o convite aos Senadores do Rio Grande do Sul e aos demais Senadores, junto com o ex-presidente da feira Waldir Silveira.

É o evento mais antigo do gênero realizado no País e um dos três mais importantes, o maior promovido ao ar livre no continente americano.

Queria dizer que, no ano passado, estive lá, na Feira do Livro, para o lançamento da revista Em Discussão, editada pelo Senado Federal, que trouxe re-

portagem sobre todo o trabalho, feito pela Comissão de Assuntos Sociais, sobre os graves acidentes envolvendo motocicletas.

Como se trata de informação e de leitura, faço questão de fazer esse registro, Sr. Presidente. (Interrupção do som.)

Eu queria, por fim, dizer que, em (Fora do microfone.) homenagem a esses dois grandes brasileiros, Ruy Mesquita e Roberto Civita, e nós todos, leitores, telespectadores, ouvintes de rádio estamos aguardando também uma palavra muito importante do Presidente da Caixa Econômica Federal para os esclarecimentos necessários ao que aconteceu neste final de semana. A Caixa é uma das instituições mais antigas do Brasil, mais importantes, de maior credibilidade, administra um programa que é, eu diria, a menina dos olhos, há dez anos, do Governo – foi do Presidente Lula e, agora, da Presidente Dilma. Não tenho dúvida do interesse do Governo em fazer apuração muito acurada, muito séria a respeito das denúncias do uso de boatos para prejudicar o Bolsa Família. Mas foi muito complicada a posição (...)

(Soa a campanha.)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – (...) divergente tomada pela instituição financeira em relação à liberação dos recursos.

Então, eu espero e desejo que a Caixa Econômica Federal preste essas informações, e, por isso, eu faço referência, junto com esse pronunciamento, porque falei sobre dois veículos que têm compromisso com a verdade, com a apuração dos fatos. Isso é muito importante para o conhecimento de todos os brasileiros.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Tem V. Ex^a a palavra pela ordem.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, em que subscrevo os requerimentos da Senadora Ana Amélia em homenagem a Roberto Civita, eu gostaria também de apresentar um voto de pesar pelo falecimento do Desembargador Lourival Marques de Oliveira, cujo sepultamento aconteceu no sábado, pela manhã, em Rio Branco. Em razão do seu falecimento e dada a importância que ele teve para o Tribunal de Justiça e também para a academia, principalmente para o curso de Direito da Universidade

Federal do Acre, o Governo do Estado decretou luto oficial por dois dias. O Estado do Acre perdeu um de seus mais brilhantes filhos, uma pessoa que deu uma grande contribuição ao Estado.

Lourival Marques de Oliveira nasceu em 10 de dezembro de 1932, em Cruzeiro do Sul. Formou-se em Direito pela Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro. Foi o primeiro Procurador-Geral de Justiça do Acre, fazendo parte da mesa de autoridades durante a solenidade de instalação do Tribunal de Justiça do Estado do Acre.

Em 16 de dezembro de 1964, foi nomeado para exercer a função de Juiz de Direito Substituto Temporário da 1ª Seção Judiciária do Acre. Exerceu suas funções jurisdicionais nas Comarcas de Xapuri e de Rio Branco. Tomou posse no cargo de Desembargador no dia 7 de junho de 1974, sendo eleito para a presidência do Tribunal de Justiça no biênio de 1981 e 1982. Aposentou-se no dia 25 de janeiro de 1983 e, posteriormente, exerceu dois cargos públicos: um de Secretário de Segurança Pública do Estado do Acre; outro, de Prefeito da cidade de Senador Guiomard.

Lourival Marques de Oliveira foi personagem, protagonista e agente da história política e do Judiciário do Estado do Acre nas últimas décadas e deixa um legado ímpar para os filhos, netos e para as gerações futuras.

Muito querido e respeitado pela população acriana, dele me despeço com muito respeito e emoção, por ter visto seu sepultamento junto com os seus filhos e sua esposa, Dona Edir, pedindo aos meus nobres pares do Senado Federal que aprovem esta justa homenagem que ora requeiro em nome de Lourival Marques de Oliveira.

Era o pedido, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Senador Anibal, V. Exª será atendido na forma do Regimento.

Quero também dizer à Senadora Ana Amélia que o pedido feito por S. Exª também será atendido na forma do Regimento.

Concedo a palavra, neste instante, ao Senador Casildo Maldaner, do PMDB de Santa Catarina.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, que preside a sessão; caros colegas, “Um olhar sobre o futuro na redução de riscos em desastres naturais”. Repito a frase: “Um olhar sobre o futuro na redução de

riscos em desastres naturais”. Essa máxima foi a linha condutora dos grandes debates travados em Genebra, na Suíça, na semana passada, durante a 4ª Plataforma Global de Redução de Riscos em Desastres Naturais, onde tivemos a satisfação de representar esta Casa.

O conceito que permeou todo o evento, como meta a ser alcançada, é a resiliência. Termo trazido da física, significa, literalmente, a propriedade que alguns corpos apresentam de retornar à forma original após terem sido submetidos a uma deformação elástica. Essa é a interpretação da Física. Adaptado à prevenção de desastres, traduz a capacidade de se recobrar facilmente ou se adaptar às mudanças climáticas radicais. Em suma, preparar-se, com investimento em prevenção, para evitar os desastres e, se eles vierem a ocorrer, conseguir sobreviver a eles e recuperar-se rapidamente.

Muito além do conceito, o mundo busca ações concretas que possam garantir a expansão dessa capacidade – tarefa árdua, precisamos reconhecer. É preciso ressaltar algumas informações:

- nos últimos 20 anos, os desastres naturais afetaram 64% da população mundial;
- os prejuízos econômicos associados às catástrofes continuam crescendo a cada ano, em todas as regiões;
- 95% das pessoas que morrem por desastres são de países em vias de desenvolvimento. Vejam bem: 95% das pessoas que morrem por desastres vivem em países em desenvolvimento;
- as mulheres, crianças e idosos sofrem, desproporcionalmente, as maiores perdas;
- a maioria das perdas por desastres advém de eventos recorrentes de pequena escala, principalmente relacionadas com os perigos climáticos;
- há uma lacuna permanente entre as políticas e práticas nacionais de redução do risco de desastres.

Para reduzir as desigualdades no enfrentamento dessas questões, em 2005 foi assinado o Plano de Ação de Hyogo. Foram 168 signatários, entre eles o Brasil, que se comprometeram com a implementação de um conjunto de ações, até 2015, que possibilitem a formação de comunidades resilientes e a redução do risco e do impacto dos desastres naturais.

As estratégias passam por cinco eixos fundamentais, que gostaria de enumerar:

- 1) reconhecer o impacto dos desastres sobre a vida, a economia e os meios de produção;
- 2) priorizar as políticas públicas para pessoas em maior risco, mais pobres e marginalizados;
- 3) abordar também causas subjacentes de vulnerabilidade às catástrofes;
- 4) mobilizar o compromisso político;
- 5) promover parcerias e a participação efetiva da sociedade.

Outro vetor fundamental nas políticas de construção da resiliência é a educação. Somente através da formação permanente de uma cultura que introjete os princípios da prevenção e da resposta adequada aos desastres, garantiremos um futuro mais seguro.

No Brasil, apesar das dificuldades, estamos trilhando o caminho adequado, transformando, pouco a pouco, um antigo paradigma. Percebemos, enfim, que é mais eficaz e econômico investir em ações de prevenção do que posteriormente, na resposta. Ainda não alcançamos o equilíbrio desejado, mas perseguimos o caminho.

O Coronel Humberto Vianna, Secretário Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional, que liderou a comitiva brasileira no encontro em Genebra, apresentou as principais ações do Governo Federal, como o Plano Nacional de Gestão de Riscos e Respostas, que prevê investimentos de R\$18,8 bilhões até 2014, o cartão da Defesa Civil, e outras ações.

Ainda faltam, contudo, recursos. Não apenas ao Governo Federal, mas principalmente verbas descentralizadas, que atendam às necessidades de Estados e Municípios brasileiros. Tivemos a oportunidade de apresentar, em um fórum que reuniu parlamentares de 40 diferentes nações, a proposta de contribuição das seguradoras. Através de uma ferramenta que podemos chamar de “transferência de risco”, as seguradoras contribuiriam com 1% do valor de cada seguro eletivo adquirido no País. Com isso, teriam significativa redução no pagamento de indenizações, uma vez que o investimento reduziria a ocorrência de desastres. O valor permitiria uma arrecadação, em valores atuais, de aproximadamente R\$2,5 bilhões, que seriam repartidos, em três medidas iguais, entre a União, os Estados e Municípios.

A proposta, de nossa autoria, já tramita nesta Casa e mereceu a simpatia de parlamentares e organizações internacionais presentes ao encontro. Aliás, despertou, sentiram que valeria a pena partir para alguma coisa nessa direção.

O encontro em Genebra apresentou novos rumos e alternativas viáveis na construção da tão sonhada resiliência. Além disso, nos deu a certeza de estarmos apostando no caminho certo: muitas das nossas propostas já constavam do relatório que apresentamos no fim de 2011, fruto dos trabalhos da Comissão Especial de Defesa Civil desta Casa, presidida, à época, pelo nosso companheiro o Senador Jorge Viana.

Antes de concluir, abro um pequeno parêntese para agradecer o apoio logístico fundamental à nossa delegação, feito com muito carinho e competência pelo Ministro Conselheiro João Almeida, que atua na missão permanente do Brasil junto ao escritório da ONU na Suíça. Tivemos também a grata oportunidade de visitar a diplomata que hoje chefia a representação brasileira junto à Organização Mundial do Comércio, a catarinense Márcia Donner Abreu. Nascida em Florianópolis, é filha do reconhecido Prof. Alcides Abreu, que tantos serviços prestou à Santa Catarina. Com a posse de Roberto Azevêdo na presidência da OMC, Márcia assumiu o comando de nossa representação e somará esforços na construção de melhores relações comerciais para o nosso País.

Gostaria de destacar ainda as presenças, em Genebra, do Deputado Federal Glauber Braga – que foi relator da Comissão de Defesa Civil na Câmara dos Deputados – e do Deputado Estadual Jean Kuhlmann, que desempenhou igual função na Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

Que essa união de esforços, caro Presidente e caros colegas, somada à consciência da necessidade de construir um futuro mais seguro, permita que as mudanças legislativas fundamentais sejam implementadas e transformem-se em ações preventivas. Só assim construiremos, verdadeiramente, a resiliência.

Essas são as reflexões, Sr. Presidente e caros colegas, que não poderia deixar de trazer na tarde de hoje, depois de termos a honra de participar, representando esta Casa, desse encontro, que é de correção, é de enfrentar riscos, é de analisarmos como vamos tratar o que é melhor para o Brasil, o que há de melhor no mundo para podermos aplicar também no nosso País, e qual é a contribuição que podíamos levar daqui também para trocarmos idéias.

Entendo que vale a pena nós nos esforçarmos, não cruzarmos os braços e procuramos encontrar caminhos que evitem essa sequência de problemas que nós enfrentamos a todo instante no País, em diversas regiões, e não só no meu Estado, não só no Rio, em

São Paulo, em Minas, mas no Brasil inteiro. Ou são as chuvas no Sul ou é a seca no Nordeste que nós estamos a enfrentar. E nós precisamos nos estruturar e nos prevenir, fazendo com que a Defesa Civil no Brasil, não só a nacional, no Ministério da Integração, mas a Defesa Civil nos Estados e, principalmente, Sr. Presidente, as defesas civis localizadas nos Municípios tenham condições de enfrentar os riscos e de se prepararem para isso, prevenindo-os. Aí, sim, nós estaremos equiparados ao primeiro padrão no mundo, e o Brasil estará preparado para enfrentar isso, o que será muito melhor não só para as pessoas, mas para os nossos bens, para as entidades.

Esse é o caminho de que não podemos nos esquecer.

Muito obrigado, Sr. Presidente e caros colegas.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Concedo a palavra, neste instante, ao Senador Alvaro Dias, do PSDB do Paraná, como orador inscrito.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, nos últimos dias, um episódio lamentável chamou a atenção do Brasil e ganhou espaço significativo na imprensa nacional, revelando, como última obra do Governo Federal, um tríptico que poderia ser intitulado de má gestão, mentiras e suspeitas, isso retratando um itinerário de irregularidades na gestão do Programa Bolsa Família.

Nós tivemos, assim que o fato foi noticiado, declarações da Presidente da República e de outras autoridades de Governo.

A Presidente Dilma classificou o episódio de desumano e criminoso – constatação óbvia e inequívoca –, praticado por “gente do mal”, nas palavras do ex-Presidente Lula, e de “terrorismo eleitoral”, pelo Presidente do Partido dos Trabalhadores.

O que não estava previsto nesse *script* era o fato de a Caixa Econômica Federal ter emitido declarações contraditórias, caracterizando pouco zelo com a verdade.

O jornal *Folha de S.Paulo* revelou que a Caixa alterou sem aviso prévio o calendário de pagamento na véspera da disseminação do boato, o que gerou filas e tumulto em agências de 13 Estados no último final de semana.

Mas, Sr. Presidente, o nosso objetivo na tribuna é, mais do que formular a crítica já enfatizada nos últimos dias, anunciar providências. Nós já protocolamos,

pela manhã, um requerimento na Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle, convidando o Presidente da Caixa Econômica Federal para depoimento no Senado, a fim de que ele possa ser questionado sobre esse episódio. A outra providência é a representação. Nós já protocolamos, também, há pouco, na Procuradoria Geral da República a representação para apurar responsabilidades cível, penal e administrativa.

Se a Presidente Dilma afirma ter ocorrido crime – taxativamente enunciou que o fato foi criminoso –, se houve crime, há, necessariamente, criminosos. É preciso buscá-los, identificá-los e responsabilizá-los civil e criminalmente. Esse é o objetivo dessa representação. Aqui está a primeira nota de esclarecimento sobre a suspensão do Programa Bolsa Família, nota divulgada pela Caixa Econômica Federal no dia 18 de maio. Essa é uma das notas.

Depois, no dia 24 de maio, outra nota. O teor delas já é conhecido, houve divulgação. E nós estamos convocando o Ministério Público para apurar se houve falsidade ideológica. Se há informação falsa em nota oficial da Caixa Econômica Federal, temos de invocar o art. 299, do Código Penal, que diz:

Art. 299. Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: [...]

É evidente que a nota pública, um documento oficial, emitida pela Caixa Econômica Federal tinha por objetivo muito mais que desmentir boatos, mas especialmente, como se pode perceber, excluir-se de qualquer responsabilidade civil, administrativa ou criminal pelos tumultos ocorridos e que somente foi possível constatar após a publicação da notícia pelo jornal *Folha de S.Paulo*, tendo isso levado a uma retratação sobre a verdade dos fatos.

O que consta na investigação superficial dos fatos é que membros da alta administração do banco podem ter contribuído direta ou indiretamente para um prejuízo patrimonial de grandes proporções não somente para empresa estatal, mas, sobretudo, para milhares de famílias criminosamente afetadas pelos boatos e pela antecipação irresponsável do calendário de pagamentos, sem a menor publicidade institucional ou individualizada, além de possivelmente terem praticado atos criminosos por faltarem com a verdade.

O que nós estamos requerendo com essa apresentação?

Primeiro, a imediata abertura de procedimento administrativo competente para investigação penal e cível, bem como judiciais, a fim de apurar a materialidade e autoria dos fatos penais que vieram a ser tipificados e os ilícitos cíveis e administrativos apontados; segundo, oportunamente se assim entender o Procurador e o Ministério Público, o oferecimento de denúncia criminal em face da conduta possivelmente antijurídica dos envolvidos, para que seja promovida a respectiva e necessária ação penal que os fatos reclamam e, concomitantemente, abertura de inquérito civil administrativo, a fim de apurar responsabilidades civis e políticas pela eventual prática de atos de improbidade administrativa pelos envolvidos.

Sugere-se desde logo, caso comprovadas as denúncias e após o aprofundamento das investigações, seja requerida judicialmente a aplicação das sanções previstas no art. 12, inciso I, da Lei nº 8.429, quais sejam: perda da função pública, suspensão dos direitos políticos e, especialmente, o ressarcimento ao Erário dos danos causados ao patrimônio público, nos termos do art. 18 do citado diploma legal, inclusive perda dos valores acrescidos ao patrimônio dos envolvidos e pagamento de multa civil, além da proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios pelo prazo de dez anos, além das penas restritivas decorrentes de comprovada improbidade administrativa, sem prejuízo das penalidades criminais, adotando-se especialmente em caráter preventivo o sequestro de bens respectivos.

Essa é a consequência da representação que estamos formulando, assinada por mim e pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira Filho, e protocolada há poucos minutos junto à Procuradoria Geral da República, como providência irrecusável para a oposição.

Esse fato revela desvios visíveis na aplicação dos recursos do Bolsa Família, além, evidentemente, do que significou o fato em si, pois a Ministra dos Direitos Humanos utilizou-se do episódio para tentar, desonestamente, incriminar a oposição. A pergunta que faço: e agora? Depois que se constata ter sido esse fato oriundo das ações do próprio Governo, da gestão temerária do Programa Bolsa Família, ou da inconstante postura de dirigentes da Caixa Econômica Federal, depois que isso fica visível, qual a consequência das declarações irresponsáveis de uma Ministra, im-

putando à oposição responsabilidade por esses fatos ditos pela Presidente da República como criminosos?

Eu gostaria de saber qual a providência que adotará a Presidente Dilma a respeito dessa equivocada, lamentável e irresponsável afirmação de uma Ministra de Estado, que não tem o direito à imaturidade, à precipitação, especialmente porque o Ministro da Justiça já havia anunciado a necessária investigação para apurar responsabilidades.

Portanto, resumindo as providências que a oposição adota no dia de hoje: queremos ouvir o Presidente da Caixa Econômica, e isso é elementar, é função do Senado Federal, e queremos que o Ministério Público e que a Procuradoria Geral da República adotem os procedimentos judiciais cabíveis no caso, para responsabilização civil e criminal, se eventualmente responsáveis forem identificados pelos males causados nessa operação estapafúrdia, que proporcionou um grande impacto em milhares de famílias neste País.

Eu quero destacar que esse fato foi também importante para apresentar indícios de desvios. Vi, no Jornal Nacional, da Rede Globo, uma senhora simpática, bem vestida, com um vistoso brinco, bijuteria de boa qualidade é o que apresentava, afirmando o seguinte: “Olha, eu fui depositar o dinheiro do meu marido na caderneta de poupança e aproveitei para retirar o Bolsa Família. Ora, coloquei o cartão e saíram dois meses de pagamento dos benefícios do Bolsa Família.”

Esta afirmação, no Jornal Nacional, para todo o País, denunciou pelo menos duas irregularidades num só depoimento, numa única ação. Primeiramente, porque uma família que tem recursos para depositar na caderneta de poupança não estaria autorizada a se inscrever como beneficiária do Bolsa Família e, de outro lado, a denúncia de que o cartão acabou sacando dois meses e não se sabe por quê, liberando dois meses dos benefícios do Bolsa Família sem se saber por quê.

Enfim, caberia pleitear, novamente do Tribunal de Contas da União, uma auditoria ampliada para verificar a existência de desvios de recursos do Programa Bolsa Família. São inúmeras as denúncias. Eu recebi, por exemplo, denúncia de um funcionário da Caixa Econômica Federal, que prefere o anonimato, por razões óbvias, que sugere um cruzamento de informações entre os beneficiados pelo Bolsa Família com os beneficiados do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Alega, esse funcionário da Caixa Econômi-

ca, existirem irregularidades na liberação de recursos do Bolsa Família.

Registro, igualmente, que um ex-gestor do Bolsa Família informa que, na etapa de inserção, entrada de informações no Cadastro Único de Informação, da versão 7, incorporada em 2011, ocorrida no âmbito dos Municípios, é patente a fragilidade dos dados inseridos, considerando que são introduzidos em uma moldura autodeclaratória. Esse episódio deverá ensejar uma reavaliação nos moldes da fiscalização e filtros existentes no Programa: vulnerabilidades quanto a fraudes.

Estou citando, portanto, dois fatos, dois depoimentos, o de um funcionário da Caixa Econômica e o de um ex-gestor do Programa, para sustentar a necessidade de uma ampla auditoria no Programa. Todos nós sabemos de outras denúncias, como as de que proprietários de veículos são inscritos e recebem o Bolsa Família, que familiares de políticos, de Vereadores, especialmente, recebem o Bolsa Família. São tantas as denúncias que nos levam, certamente, a concluir ser necessária uma revisão completa do Programa Bolsa Família, sob pena de estarmos avalizando o desperdício, o desvio de milhões de reais de recursos públicos por essa via.

Portanto, Sr. Presidente, nós esperamos que as providências que estamos sugerindo possam ser adotadas.

Nós sabemos que nem sempre ações promovidas pela oposição apresentam resultados. Eu poderia enumerar alguns fatos. Qual foi a conclusão do inquérito sobre o dossiê elaborado na Casa Civil da Presidência da República há alguns anos? Qual foi o resultado do inquérito policial referente àquele episódio da Receita Federal que envolvia a funcionária do órgão, Lina Vieira? Qual foi o resultado do inquérito a respeito dos alopados que foram encontrados com R\$1,7 milhão numa mala num hotel em São Paulo?

A não ser o mensalão, certamente todos os outros escândalos, todos os outros episódios acabaram caindo no esquecimento sem uma solução cabal e definitiva, sem uma conclusão que oferecesse à sociedade brasileira resposta as suas aspirações em relação à questão ética neste País.

Nós esperamos que esse fato possa ser elucidado e que, se houve um crime, como disse a Presidente Dilma, os criminosos sejam apontados e responsabilizados.

Mas eu gostaria também, Sr. Presidente, aproveitando os três minutos que me restam, de fazer uma

rápida abordagem sobre outro fato que teve grande impacto na opinião pública brasileira nos últimos dias: o anúncio feito pela Presidente Dilma, na África, por ocasião dos 50 anos da União Africana, do perdão de dívida externa de 12 países africanos no valor de R\$840 milhões.

Há que se discutir as razões desse perdão, sim. Mas, preliminarmente, discute-se o procedimento adotado. Cabe ao Senado, primeiramente à Comissão de Assuntos Econômicos, depois ao Plenário da Casa, aprovar ou rejeitar proposta do Executivo referente ao perdão de dívida.

Nesse caso, a Presidente anunciou como fato consumado, ou seja, o Brasil está perdendo a dívida de dois países africanos no valor de R\$840 milhões. Mas a Presidente estaria autorizada legalmente a fazer esse anúncio como se fosse um fato consumado?

É evidente que o Governo tem plena confiança no comportamento da Base aliada no Senado Federal. Nunca teve dificuldade, sempre aprovou o que desejou e, nesse caso, certamente, conta com a condescendência da Base aliada para aprovar...

(Soa a campanha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – ... aquilo que já foi anunciado como um fato consumado, ou seja, coloca o Senado Federal, mais uma vez, como a Casa da chancela, a Casa do aval sem discussão, a Casa do amém. Tem-se como definitivo que o Senado Federal dirá “sim” às propostas do Executivo de perdão dessas dívidas aos países africanos.

Portanto, nessa hora, sem discutir questão de mérito, sem discutir as razões desse perdão, temos que discutir o respeito ao Senado Federal. E, nesse caso, respeito não houve. O que há é a submissão exigida. O que há é a definição, o conceito de que o Senado existe para cancelar as imposições do Poder Executivo.

É por isso que o Ministro Joaquim Barbosa teve razão ao fazer as afirmações que fez, e com ele concordei prontamente, porque tenho repetido insistentemente que esta Casa transformou-se no almoxarifado do Poder Executivo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA,
ROBERTO GURGEL.**

“A pobreza e a riqueza são males que se engendram um ao outro e sustentam-se um ao outro. O que é preciso não é melhorar a condição dos pobres, mas acabar com ela.”

Anatole France

ALVARO FERNANDES DIAS, brasileiro, Senador da República, com endereço no Edifício do Senado Federal, Ala Senador Nilo Coelho, gabinete 10, Brasília, DF, e **ALOYSIO NUNES FERREIRA FILHO**, brasileiro, casado, Senador da República, Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) no Senado Federal, com endereço no Edifício do Senado Federal, Anexo I, 9º andar, salas 1 a 6, Brasília, DF, vêm, respeitosamente, nos termos do art. 5º, inc. XXXIV, “a”, e do art. 129, ambos da Constituição Federal, bem como amparado pelo que determina a Lei 75, de 1993, c/c o art. 14 da Lei nº 8.429, de 1992, formalizar

REPRESENTAÇÃO

para apuração das responsabilidades cível, penal e administrativa

em face de **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**, instituição financeira sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada pelo decreto lei nº 759, de 12.08.1969, regido atualmente pelo Estatuto aprovado pelo decreto nº 4.371, de 11.09.2002, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.360.305/0001-04, com sede em Brasília, DF, no SBS, Quadra 04, lotes 3 e 4, na pessoa de seu representante legal, em razão da possível prática, por seus agentes e/ou funcionários públicos, de atos atentatórios aos princípios éticos e morais que norteiam as atividades da Administração Pública e a provável prática, por esses, de atos ímprobos e/ou criminosos, pelos motivos de fato e de direito que passa a expor.

I - DOS FATOS

No último dia 25/05/2013, em seu sítio da internet, o jornal Folha de São Paulo publicou notícia intitulada “*Caixa alterou Bolsa Família na véspera de boato sobre programa*”, por meio da qual informa uma antecipação promovida pela Representada no calendário de pagamentos dos recursos públicos federais vinculados ao citado programa, sem qualquer comunicado oficial ou explicação pública à população beneficiária, um dia antes dos tumultos ocasionados em virtude de suposto boato do fim do programa Bolsa Família, do Governo Federal.

Eis o teor da referida reportagem:

Caixa alterou Bolsa Família na véspera de boato sobre programa

Sem aviso prévio, banco estatal liberou saque de todos os benefícios, em um total de R\$ 2 bi, na sexta, dia 17

Um dia depois teve início a corrida às agências do banco, que até ontem negava ter mudado formato do programa

AGUIRRE TALENTO DE FORTALEZA DANIEL CARVALHO DE SÃO PAULO

Um dia antes do início dos boatos que causaram filas e tumultos em 13 Estados brasileiros, a Caixa Econômica Federal alterou, sem aviso prévio, todo o calendário de pagamento do Bolsa Família.

Todos os benefícios, em um total de R\$ 2 bilhões, foram liberados de uma só vez nas contas das 13,8 milhões famílias atendidas.

A informação, confirmada pela Caixa ontem, contraria a versão que o banco estatal vinha divulgando desde o início do caso.

A liberação de todos os benefícios se deu na sexta-feira da semana passada, dia 17. No dia seguinte, movidas por boatos sobre o fim do programa e um suposto pagamento extra pelo Dia das Mães, entre outros, milhares de pessoas foram a agências para sacar o benefício.

O tumulto --que incluiu depredação de caixas eletrônicos-- levou petistas a acusar a oposição de estar por trás dos boatos sobre o fim do programa.

MUDANÇA

Segundo a regra oficial, o pagamento do Bolsa Família é feito de forma escalonada, seguindo a ordem do último número no cartão. Em maio, por exemplo, aqueles com cartão de final “1” receberiam o pagamento a partir do dia 17, e, assim por diante, até os com o final “0”, no dia 31.

A Folha descobriu essa mudança no calendário, negada durante toda a semana pela Caixa, por meio de uma dona de casa da região metropolitana de Fortaleza.

Diana dos Santos, 34, do município de Caucaia, apresentou à reportagem comprovante do saque do benefício na sexta-feira, o que mostra a antecipação do pagamento em 12 dias.

"Recebo Bolsa Família há anos e nunca pagaram antecipado. Aí achei estranho, mas fiquei feliz e peguei o dinheiro. Acho que outras pessoas também conseguiram receber antecipado, foram avisando aos conhecidos e virou essa confusão", disse.

Confrontada pela Folha a Caixa mudou a versão oficial. Afirmou que, por causa de ações em busca de "melhorias no Cadastro de Informações Sociais", o banco "optou por permitir o saque pelos beneficiários independentemente do calendário individual" na sexta-feira, dia 17.

A Caixa disse que antecipou o benefício em outras ocasiões, como em calamidades, e disse que não informou os beneficiários sobre essa antecipação do pagamento.

Carro-chefe social da gestão petista, o Bolsa Família tem orçamento anual de R\$ 23,95 bilhões. Cada família recebe R\$ 151,09 em média.

Ainda no domingo, o Ministério do Desenvolvimento Social, responsável pelo Bolsa Família, divulgou nota para negar o fim do programa e afirmar que o calendário de pagamentos estava mantido.

No dia seguinte, a presidente Dilma Rousseff chamou de "criminoso" e "desumano" o responsável pelos boatos. Dois dias depois, o ex-presidente Lula associou a boataria a "gente do mal".

Após ordem do governo, a Polícia Federal começou a investigar a história. Entre os casos investigados, estão o de pessoas que dizem ter recebido ligações com gravação eletrônica falando sobre o fim do programa.

Com efeito, referida reportagem surge após declarações oficiais da Representada com relação aos eventos amplamente divulgados desde 19/05/2013, noticiando a mobilização em massa e descontrolada de milhares de beneficiários do Programa Bolsa Família, em 12 estados brasileiros, com o propósito de sacar dinheiro do programa em agências da Representada localizadas nas regiões principalmente Norte e Nordeste do País, além de outras regiões em menor escala.

Segundo o Portal G1, que acompanha a apuração dos fatos através de comunicados oficiais da Polícia Federal e do Ministério do Desenvolvimento Social, *"até por volta de 14h50 de domingo [19/05], a pasta havia contabilizado problemas em ao menos 113 agências da Caixa, sendo o Ceará o estado mais afetado. Houve registro de tumulto em 9 agências em Alagoas, 15 na Bahia, 14 em Pernambuco, 18 na Paraíba, 34 no Ceará, 8 no Piauí e 13 no Maranhão"*¹.

Por meio de comunicado oficial, no mesmo dia dos tumultos, a Representada tratou de desmentir os boatos, informando, ainda, que o calendário de pagamento estava mantido conforme as regras oficiais, senão vejamos²:

¹ Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/05/ministra-descarta-possibilidade-de-suspensao-do-bolsa-familia.html>. Acesso em 26.05.2013.

² Disponível em: http://www1.caixa.gov.br/imprensa/imprensa_release.asp. Acesso em 26.05.2013.

REDE DE ATENDIMENTO | SOBRE A CAIXA | CAIXA CULTURAL | DOWNLOADS | OUVIDORIA | IMPRENSA | FALE CONOSCO

CAIXA A vida pede mais que um banco

VOCÊ CLIENTE, [ACESSE SUA CONTA](#) Precisa de ajuda?

VOCÊ **EMPRESA** **GOVERNO** **JUDICIÁRIO**

[VOLTAR PARA A PÁGINA](#) [ANTERIOR](#) [BOAS-VINDAS](#) [TAMANHO DA FONTE](#) [A](#) [A](#) [A](#)

IMPRENSA

> Boas-vindas > Imprensa > Releases

[Releases](#) [Contato da assessoria](#)

Institucional

NOTA DE ESCLARECIMENTO SOBRE SUSPENSÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Brasília, 18 de Maio de 2013

A Caixa Econômica Federal informa que o pagamento do programa Bolsa Família ocorre normalmente de acordo com calendário estipulado pelo Governo Federal. A Caixa esclarece ainda que não procede a informação de que hoje seria o último dia para o pagamento do Bolsa Família.

O Calendário de pagamento pode ser consultado através do site www.caixa.gov.br e pelo telefone 0800 726 0101.

18/05/2013
Assessoria de Imprensa da CAIXA
(61) 3206-4488
www.caixa.gov.br/imprensa | @imprensaCAIXA | imprensa@caixa.gov.br
61-3206-4488

BUSCA

Busca: [OK](#)

[Busca avançada](#)

CADASTRE-SE

Cadastre-se para receber releases sobre a CAIXA

Digite seu e-mail: [OK](#)

[Para se descadastrar, clique aqui](#)

RECEBA EM RSS

Acesse resultados e informações das Loterias da CAIXA no seu agregador de RSS

Ocorre que, diante da notícia publicada pelo jornal Folha de São Paulo, supramencionada, a Caixa publicou nova Nota Pública, em que “corrigiu” a informação antes prestada. Eis o teor da referida Nota, publicada no sítio oficial da Representada³:

³ Disponível em: http://www1.caixa.gov.br/imprensa/imprensa_release.asp. Acesso em 27.05.2013.

REDE DE ATENDIMENTO | SOBRE A CAIXA | CAIXA CULTURAL | DOWNLOADS | OUVIDORIA | IMPRENSA | FALE CONOSCO

CAIXA A vida pode mais que um banco

VOCÊ CLIENTE. **ACESSE SUA CONTA** Precisa de ajuda?

VOCE EMPRESA GOVERNO JUDICIÁRIO

Digite o que procura

VOLTAR PARA A PÁGINA ANTERIOR BOAS-VINDAS TAMANHO DA FONTE

IMPRENSA

> Boas-vindas > Imprensa > Releases

> Releases > Contato da assessoria

Benefícios Sociais

NOTA DA CAIXA

Brasília, 24 de Maio de 2013

A Caixa Econômica Federal esclarece que vem realizando desde março diversas melhorias no Cadastro de Informações Sociais, conforme já divulgado. Em consequência desse procedimento, na sexta-feira (17), primeiro dia de calendário de pagamentos de benefícios da Bolsa Família do mês de maio, o banco disponibilizou o saque independentemente do calendário individual. A CAIXA informa que a antecipação de saques, fora da data prevista, pode ocorrer em situações específicas como casos de calamidade ou necessidade de melhorias de sistemas.

O banco informa que na sexta-feira (17) o volume de saques foi inferior ao mesmo período do mês anterior, com um total de 649.018 saques. Em abril de 2013, foram realizados 652.602 saques no primeiro dia do calendário. Portanto, os dados atestam a normalidade dos pagamentos realizados durante toda a sexta-feira (17) e na manhã do sábado (18).

A CAIXA ressaltou que somente em torno das 13 horas do sábado (18) é que se verifica o início da anomalia de saques em alguns estados, quando também começaram a circular notícias sobre os boatos em relação ao Bolsa Família. Para garantir o acesso aos benefícios e a integridade física das pessoas, o banco manteve o procedimento de disponibilizar os pagamentos, independente da data prevista, durante o fim de semana.

A CAIXA é responsável pela gestão do Bolsa Família há dez anos. O Programa abrange 13,8 milhões de famílias brasileiras. O banco tem total interesse na apuração dos fatos e reafirma que aguarda as investigações da Polícia Federal em relação a origem dos boatos. Desta forma, a CAIXA prestará todas as informações necessárias às autoridades policiais para colaborar com a apuração.

BUSCA

Busca:

OK

Busca avançada

CADASTRE-SE

Cadastre-se para receber releases sobre a CAIXA

Digite seu e-mail:

OK

Para se descadastar, clique aqui

RECEBA EM RSS

Acesse resultados e informações das Loterias da CAIXA no seu agregador de RSS

> Saiba mais

Como se pode observar, a Representada admite a antecipação do pagamento do Programa um dia antes dos tumultos, sob o pretexto de “melhorias de sistemas”. Todavia, não informa as razões pelas quais não comunicou publicamente o fato, sequer justificando-o ou mesmo preparando a população beneficiária da alteração no calendário de pagamento oficialmente previsto.

Esses os fatos apurados até o presente momento.

II – DOS FUNDAMENTOS

Em primeiro lugar, deve-se considerar que a presente representação encontra amparo na legislação especial, uma vez que os fatos trazem, em si, indícios de práticas que

ensejam responsabilização crimina, administrativa e civil pelos agentes responsáveis da Representada.

Com efeito, o art. 37, inc. IXI, reza que as empresas públicas serão criadas por iniciativa legislativa, devendo, pois, submeterem-se aos mesmos princípios que regem a Administração Pública como um todo:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XIX - somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação;

Claro está, portanto, que a Caixa Econômica, empresa de cujo quadro de pessoal os envolvidos fazem ou fizeram parte, deve, no seu agir comercial e institucional, pautar-se sempre pelo interesse público, ainda que com a agilidade própria das empresas privadas.

Máxime quando em gestão de recursos públicos federais para cumprimento de programas sociais, como é o Bolsa Família.

Não há, nem deve haver, dissociação da observância os princípios gerais da Administração Pública aos seus representantes e funcionários a cada ato, em cada decisão, independentemente de sua finalidade societária ou interesse comercial.

Dessa forma, do que foi exposto, os agentes que compõem o quadro de pessoal da Representada claramente infringiram a legislação pátria, em especial o disposto no artigo 37 da Constituição Federal, incorrendo, ainda, na prática de atos ímprobos, senão vejamos.

Em primeiro lugar, é claro que as disposições sancionatórias da Lei nº 8.429, de 1992 – Lei de Improbidade Administrativa, são aplicáveis aos envolvidos, como consta de suas cláusulas de incidência legislativa:

Art. 1º Os atos de improbidade praticados por qualquer agente público, servidor ou não, contra a administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais

de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, serão punidos na forma desta lei.

Parágrafo único. (...)

Art. 2º Reputa-se agente público, para os efeitos desta lei, todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades mencionadas no artigo anterior.

Art. 3º As disposições desta lei são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta.

Dessa forma, cabíveis, por desiderato lógico-normativo, ainda, as penalidades estabelecidas na referida norma jurídica, porquanto os fatos e atos narrados, em tese, enquadrar-se-iam nas seguintes condutas que normatizam o dano ao Erário:

Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta lei, e notadamente:

(...)

VI - realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares ou aceitar garantia insuficiente ou inidônea;

(...)

IX - ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento;

(...)

XI - liberar verba pública sem a estrita observância das normas pertinentes ou influir de qualquer forma para a sua aplicação irregular;

Os tumultos geraram prejuízos materiais ainda incomensuráveis às agências afetadas pela mobilização em massa e descontrolada dos beneficiários do Programa. Mas não é só: **essas milhares de pessoas sofreram danos de ordem moral que devem também ser apurados, sob a ótica da responsabilização civil coletiva, via Ministério Público.** Não se pode mensurar o **dano moral (coletivo)** que essas pessoas sofreram, ante os boatos aterrorizantes.

E não é só. A despeito das ocorrências de natureza cível e administrativa, as práticas evidenciariam, também, delitos penais, crimes contra a Administração Pública, nos termos do que estabelece o Código Penal:

Falsidade ideológica

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

Evidentemente que a Nota Pública (documento oficial que é) emitida pela Representada tinha por objetivo muito mais que “desmentir boatos”, mas, especialmente, como se pode perceber, excluir-se de qualquer responsabilização cível, administrativa ou criminal pelos tumultos ocorridos, o que somente foi possível constatar após a publicação da notícia pelo jornal Folha de São Paulo, tendo isso levado a uma “retratação” sobre a verdade dos fatos.

Por todo o exposto, os fatos narrados pela reportagem adquirem ainda maior gravidade.

Ora, em apertada síntese, pode-se concluir, a partir da suposição decorrente de uma análise superficial dos fatos, se verdadeiros, que membros da alta administração do banco estatal podem ter contribuído, direta ou indiretamente, para um prejuízo patrimonial de grandes proporções não somente à empresa estatal, mas, sobretudo, para as milhares de famílias criminosamente afetadas pelos boatos e pela antecipação irresponsável do calendário de pagamentos sem a menor publicidade institucional ou individualizada, além de, possivelmente, terem praticados atos criminosos por faltarem com a verdade.

III – DO PEDIDO

Nesse sentido, diante de todo o exposto, solicitamos à Vossa Excelência, na qualidade de representante do Ministério Público Federal, e nos termos da competência legal, material e territorial respectiva ao órgão de persecução penal e/ou civil a quem

efetivamente compete a adoção das medidas aqui sugeridas, a quem, desde logo, requer seja encaminhada a presente representação:

1) A imediata abertura de procedimento administrativo competente para a investigação penal e cível, bem como judiciais, a fim de apurar a materialidade e a autoria dos fatos penais que vierem a ser tipificados e os ilícitos civis e administrativos apontados;

2) Oportunamente, se assim entender Vossa Excelência, o oferecimento de denúncia criminal, em face da conduta possivelmente antijurídica dos envolvidos, para que seja promovida a respectiva e necessária ação penal que os fatos reclamam; e, concomitantemente,

3) A abertura de inquérito civil administrativo, a fim de apurar responsabilidades civis e políticas pela eventual prática de atos de improbidade administrativa pelos envolvidos.

Sugere-se, desde logo, caso comprovadas as denúncias, e após o aprofundamento das investigações, seja requerida judicialmente a aplicação das sanções previstas no art. 12, inciso I, da Lei nº 8.429/92, quais sejam, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos e, especialmente, o ressarcimento ao erário dos danos causados ao patrimônio público, nos termos do art. 18 do citado diploma legal, inclusive perda dos valores acrescidos ao patrimônio dos envolvidos e pagamento de multa civil, além da proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios pelo prazo de dez anos, além das penas restritivas decorrentes de comprovada improbidade administrativa, sem prejuízo das penalidades criminais, adotando-se, especialmente, em caráter preventivo, o seqüestro de bens respectivos.

Termos em que pede deferimento.

Brasília, 27 de maio de 2013.

Senador ALVARO FERNANDES DIAS
PSDB-PR

Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA FILHO
PSDB-SP

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Concedo a palavra, neste momento, como oradora inscrita, à Senadora Vanessa Grazziotin, do PCdoB do Amazonas.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, só pediria a V. Ex^a, porque me esqueci, que considere lida essa representação e autorize a consignação nos *Anais do Senado Federal* dessa representação protocolada na Procuradoria-Geral da República.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento, Senador Alvaro Dias.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, companheiros e companheiras, na sexta-feira da semana passada, durante a sessão da manhã, eu ainda vim aqui ao plenário para participar da sessão não deliberativa e falei que, naquele momento, estava me deslocando para a cidade de São Paulo a fim de participar de uma reunião com os membros – não a diretoria, mas os membros – do CGI, que é o Conselho de Gestão da Internet no Brasil.

Lá, Sr. Presidente, fui recebida e percebi, com muito entusiasmo, por todos os conselheiros, que veem na possibilidade de o Parlamento contribuir nessa luta algo grandioso, algo fenomenal. Eu poderia aqui citar o nome de todos os conselheiros, mas quero saudar todos ao cumprimentar o Secretário Executivo, Dr. Hartmut Glaser.

Estive com eles todos em reunião, por algumas horas, debatendo, obviamente, o assunto principal, o *amazon* – de que vou voltar a tratar, aqui desta tribuna –, mas discutimos uma série de outras questões ligadas à Internet, questões importantes em relação ao trabalho que o CGI desenvolve e quais são seus pleitos em relação a essa área.

O assunto principal, Sr. Presidente, é o pedido da empresa americana Amazon para ter o registro – que, se assim ela conseguir, será exclusivo – do nome genérico *amazon*. E a nossa posição, a posição oficial do Governo brasileiro, assim como a dos governos dos sete países que compõem a Amazônia global, é contrária a esse pedido de domínio exclusivo do termo *amazon* pela Amazon, uma empresa norte-americana.

Sr. Presidente, pude, durante a reunião, tomar conhecimento mais detalhado do processo, que se arrasta já há algum tempo, dentro do ICANN, instituto responsável, internacionalmente, por expedir, conceder a licença para nomes e números na Internet – eu

aqui me refiro a nomes genéricos. E essa matéria ainda será decidida por esse instituto.

Sr. Presidente, esse instituto é uma empresa sem fins lucrativos, mas americana. É ele que decide acerca da concessão das denominações genéricas para a Internet.

É óbvio que, até agora, todo o histórico da ICANN é de ouvir os órgãos auxiliares; e a ICANN possui três órgãos auxiliares, entre eles, aqueles que cuidam de países, Sr. Presidente.

É importante destacar que a ICANN, mesmo sendo americana, tem levado muito em consideração a opinião desses três órgãos de assessoria que giram em torno da empresa. Um desses órgãos de assessoramento é o GAC.

O GAC, Sr. Presidente, vem a ser o órgão de assessoramento que defende os interesses de nações, de países e de regiões. E, há algum tempo, o GAC aprovou uma resolução, internacionalmente, dizendo da necessidade de se protegerem nomes de países, nomes de cidades e até nomes de regiões. Essa foi uma resolução genérica, aprovada pelo GAC, que, repito, é um órgão consultor da ICANN.

E, dentro desse espírito, desse aspecto, entendemos todos nós que o termo *amazon* estaria protegido e que não haveria possibilidade de a ICANN conceder essa denominação genérica a uma empresa privada, visto que o nome *amazon* está diretamente ligado a sete países e não só uma região, que tem, em si, povos indígenas, uma cultura, uma tradição. Temos, aqui, além de mim, mais dois outros Senadores da Região Norte, da Amazônia: Senador Mozarildo, com quem já debatemos o assunto na sexta-feira passada; e o Senador Anibal, que vem do Estado do Acre.

Nós conversamos a respeito do processo que se desenvolve no âmbito da ICANN. A Amazon.com, empresa americana, defende-se dizendo que a denominação *amazon* não tem nada a ver com a Amazônia. Errado! Ela faltou com a verdade perante a direção da ICANN, porque, lendo todo o histórico da empresa Amazon, a bibliografia do seu criador, nós vamos encontrar rapidamente que foi exatamente a Região Amazônica que inspirou aquele empresário – competente, temos que reconhecer – a colocar o nome Amazon na sua empresa, que hoje é conhecida no mundo inteiro não só pela comercialização de livros, mas também pela comercialização de vários produtos. Ou seja, aqueles que são contrários à concessão do termo genérico *amazon* à empresa Amazon já levantaram todos os dados e descobriram isso.

Então, Sr. Presidente, a conclusão a que nós chegamos é que não basta um envolvimento do Poder Executivo nesta questão. Não basta o País, não

basta o Governo, representando a Nação – isso já foi feito –, dizer-se contrário a essa medida. É preciso que façamos uma mobilização no Parlamento brasileiro, Senador Mozarildo, mas também é preciso que façamos uma mobilização, Senador Anibal, na própria Internet, envolvendo o povo da nossa região, envolvendo o povo brasileiro.

E já está em curso a formatação de uma petição que, a princípio, foi elaborada pelo Idec, que tem assento também no CGI, Comitê Gestor da Internet no Brasil. O Idec já abriu esse sítio na Internet para que façamos a petição e as pessoas possam votar e, neste momento, está sendo reformulado para que possa atingir um número muito grande de pessoas. Essa é uma forma de a população se envolver nessa luta.

Outra forma de a população se envolver na luta são as entidades, como o GTA, que é o Grupo de Trabalho Amazônico, por exemplo, que envolve todas as organizações indígenas da Amazônia brasileira, todos os grupos – centrais sindicais, sindicatos, entidades juvenis, entidades de mulheres, entidades comunitárias –, para encaminharem manifestações, moções contrárias à ICANN, contrárias à pretensão da Amazon.com.

E eu aqui quero me recordar do seguinte fato: não há uma similaridade direta, mas, sim, indireta e muito forte. Tão forte que poderíamos até considerar direta quando, num passado não muito distante, uma empresa japonesa tentou patentear dois nomes: o cupuaçu – não só os nomes, o próprio conteúdo do nosso fruto – e o açaí. E o fizeram, patentearam. Foi preciso que o Ministério das Relações Exteriores lutasse, travasse uma guerra dura para que essas patentes fossem canceladas, e efetivamente foram canceladas.

Agora não se trata de patentes, Senador Anibal, trata-se de um domínio genérico exclusivo na Internet. Para que todos possam entender melhor do que eu aqui falo: hoje, nós temos pouco mais do que duas dúzias de domínios genéricos da Internet no mundo inteiro. O que são domínios genéricos? São: .com; .org; .gov; .net – é isso. Este é um domínio genérico: o ponto alguma coisa.

Pois existem quase dois mil pedidos, mais de um mil e novecentos pedidos para novos termos genéricos, e, entre eles, está o pedido da empresa Amazon para utilizar *amazon* como termo genérico. A Amazon, todos nós sabemos, ela não pede apenas na língua inglesa, ela pede em todas as línguas – na chinesa, em português, em espanhol – o domínio genérico exclusivo *amazon*.

Então, não creio que isso aconteça, porque estou muito otimista nessa campanha que não só o Brasil desenvolve, mas todos os países da Amazônia, o que fará com que as pretensões dessa empresa privada

sejam paralisadas. Por exemplo, se o Estado de Roraima quisesse colocar Roraima.amazonas, teria que pagar à empresa privada americana Amazon para utilizar esse termo genérico.

Então, eu creio que a reunião foi boa, e todas as deliberações que lá nós tomamos. Durante a reunião, eu citei inclusive o próprio Senador Mozarildo, que já havia manifestado a sua disposição em participar desse movimento que é um movimento muito importante. Nós, em nossas páginas, temos que ter um *link* para que as pessoas entrem e possam votar contrariamente à pretensão da Amazon, uma empresa privada, de poder usar com exclusividade um nome que é nosso, um nome que é dos povos tradicionais, um nome que pertence a uma região, não a um país somente, como o Brasil, mas a oito países, um conjunto de oito países.

Se falarmos do ponto de vista comercial, vamos rapidamente entender o porquê, a pretensão da empresa Amazon, lá atrás, quando da sua formação enquanto empresa, escolher o nome da região mais rica do Planeta para a sua empresa. E hoje quer o domínio desse nome, porque muitas pesquisas mostram que a Amazônia, hoje, é um dos termos mais fortes do Planeta.

O Brasil já não é mais conhecido somente como o país do futebol. Claro que ainda somos conhecidos por isso, mas não como éramos no passado, com exclusividade. O Brasil, hoje, é conhecido pela sua Amazônia, por ser o detentor da maior floresta tropical do Planeta. Não é à toa que vemos pelas farmácias, pelas drogarias, pelas lojas de cosméticos, vários cosméticos, sabonetes, xampus, cremes, tudo com o termo *amazon*, porque isso confere legitimidade ao produto, não há dúvida nenhuma.

Então, do ponto de vista comercial, o que a empresa Amazon quer, como se diz no linguajar popular, é fazer um gol de placa. Entretanto, ela não pode fazer um gol de placa utilizando uma denominação que é nossa, utilizando um nome que é dos brasileiros, que é dos colombianos, que é dos venezuelanos, que é dos bolivianos, enfim, dos oito países que compõem a Amazônia global.

No dia 3 de maio, numa reunião no Equador, os oito chanceleres, os oito Ministros de Relações Exteriores dos países amazônicos assinaram uma carta, já encaminhada à ICANN, posicionando-se contrariamente a essa medida. O próprio CGI já tem um manifesto posicionando-se contrariamente a essa iniciativa, a essa tentativa. Mas é preciso, eu repito, que no Brasil desenvolvamos um grande movimento, um movimento popular em defesa da terminologia da nossa Região. E não permitamos que os interesses de uma empresa

privada se sobreponham aos interesses de oito nações do Planeta, inclusive do Brasil.

Então, Sr. Presidente, deverei conversar, ainda esta semana, com o Deputado Bala Rocha, Deputado Federal pelo Estado do Amapá, que, na semana passada, assumiu como Coordenador da Bancada da Região Norte. Tenho certeza absoluta de que nós do Senado, da Câmara dos Deputados, seremos capazes, sim, de contribuir para que esse movimento de entidades, esse movimento da própria população aconteça, e nós tenhamos vitória nessa próxima reunião da ICANN.

E vai acontecer uma reunião importante agora, em meados do mês de julho, na África do Sul. Representantes do Brasil, do Ministério das Comunicações, do Conselho Gestor da Internet deverão participar e levarão a nossa posição. Agora, é importante que eles todos estejam amparados num forte movimento popular, para que possamos garantir a nossa vitória internacional e, assim, não permitir que alguém use com exclusividade uma terminologia que é nossa.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, hoje, pela manhã, esta Casa realizou uma sessão solene em homenagem aos 70 anos da CLT, que é a Consolidação das Leis do Trabalho.

A CLT, que foi criada através de um decreto assinado no dia 1º de maio de 1943, pelo então Presidente Getúlio Vargas, perdura até hoje, porque é uma lei que procura regular as relações de trabalho entre empregadores e empregados, entre patrões e trabalhadores, entre aqueles que detêm os meios de produção e aqueles que não detêm nada além da sua própria força de trabalho.

É um momento muito especial. Aliás, este é um ano especial porque comemoramos esses 70 anos de direitos dos trabalhadores.

E eu quero lembrar, exatamente neste ano da comemoração desses 70 anos dos direitos dos trabalhadores, que o Congresso Nacional – esta Casa, assim como a Câmara dos Deputados – teve a coragem de aprovar uma emenda constitucional que estende todos os direitos às trabalhadoras domésticas, ou seja, às empregadas e aos empregados domésticos.

Isso é muito importante porque a CLT, que vigorava para a grande maioria, mas para alguns ainda não, no Brasil agora passa a vigorar para uma parcela importante de trabalhadoras, porque mais de 90% são mulheres, que trabalham como empregadas domésticas.

Então eu penso, Sr. Presidente, que comemorar 70 anos de luta da CLT não deve ser feito apenas com pronunciamento, mas deve ser feito com ações concretas de defesa da lei, porque a defesa da lei é a garantia de defesa do próprio direito do trabalhador.

Quero dizer que não são poucas as vezes que o Congresso Nacional enfrentou votações de matérias que visassem flexibilizar direitos dos trabalhadores, que visassem diminuir os direitos dos trabalhadores.

Eu quero destacar, e repito com certa frequência isso aqui, porque entendo como simbólica não só a iniciativa, a tentativa de retirar direito de trabalhadores, mas simbólica a forma como os trabalhadores e trabalhadoras brasileiras reagiram naquela época. Eu me refiro ao ano de 2001, quando o Presidente da República era Fernando Henrique Cardoso, que enviou um projeto de lei para a Casa com um único artigo, mas um único artigo acabava com uma lei que hoje completa 70 anos, porque esse projeto aparentemente singelo dizia que o negociado deveria prevalecer ao legislado. Ou seja, com exceção dos direitos garantidos na Constituição, inscritos na Constituição, os demais direitos, todos eles, todos eles, Sr. Presidente, estariam sujeitos a negociação. Era o fim literal da Consolidação das Leis do Trabalho no Brasil.

Mas os trabalhadores se mobilizaram de norte a sul do País, em todos os rincões, nas grandes, nas pequenas cidades, nas grandes, nas pequenas empresas, e eles vieram a Brasília e aqui realizaram aquela marcha que ficou conhecida como a Marcha dos Cem Mil, uma grande, uma das maiores manifestações que eu já vi aqui em Brasília. E foi por essa manifestação, não tenho dúvida nenhuma, assim como a manifestação de muitos Parlamentares, Deputadas, Deputados, Senadores, Senadoras, alguns, até, que participavam do Bloco de Apoio ao Governo Federal da época, repito, do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, muitos se manifestaram contrários, que conseguimos não só defender a CLT, mas mantê-la da forma como está hoje.

Foi, portanto, uma dura batalha.

Sr. Presidente, nesse dia em que realizamos essa sessão solene, também nos reportamos ao Dia do Trabalhador, porque a CLT foi assinada exatamente no dia 1º de maio. Eu quero, aqui, antes de encerrar o meu pronunciamento, dizer que, além da defesa permanente da CLT, eu me alinho, e o meu partido o PCdoB também, à luta dos trabalhadores. E hoje a principal pauta dos trabalhadores brasileiros se concentra em algumas cinco ou seis reivindicações.

A primeira delas é a diminuição da jornada de trabalho para 40 horas semanais. Dizem os patrões que, se isso acontecer, o custo Brasil vai ampliar. O custo Brasil não é o custo do trabalhador. Se observarmos a participação da folha ou do trabalhador na composição de gastos de uma empresa, veremos que esse percentual é muito pequeno ainda.

E um trabalhador que tem uma jornada menor, menos exaustiva, é um trabalhador mais bem preparado, mais bem qualificado.

Então, essa é uma bandeira muito importante.

Lembro que a PEC, de autoria dos Senadores, que à época eram Deputados, Paulo Paim e Inácio Arruda, do meu Partido, está pronta para ser votada no plenário da Câmara dos Deputados.

Outro projeto defendido é a igualdade de oportunidade no mercado de trabalho entre homens e mulheres.

Há também um projeto pronto para ser votado no plenário da Câmara importante nesse sentido, que garante de fato a não discriminação da mulher no mundo do trabalho, que, apesar de ser crime previsto em lei, muito ocorre ainda em nosso País.

A política de valorização dos aposentados é uma bandeira hoje do movimento sindical dos trabalhadores brasileiros, assim como a ratificação das Convenções 151 da OIT e a 158. A primeira trata do direito dos servidores públicos, como o direito à negociação coletiva, o direito à data básica. A 158 trata da proteção ao trabalho, ou seja, protege o trabalhador da demissão injustificada. Essa Convenção tem recebido muitas resistências na Câmara dos Deputados, mas creio também que com uma grande mobilização de homens e mulheres brasileiras trabalhadoras, no sentido de defender essa Convenção, o Brasil terá condições de regulamentá-la, a fim de que se torne lei aqui em nosso País.

Neste final de semana, muitas matérias em vários jornais brasileiros, Senador Wellington, mostraram a evolução do nosso País. Mostram, por exemplo, que o grande crescimento de empresas no Brasil, neste último trimestre, foi das MEIs, Microempresas Individuais, os microempreendedores individuais. Eles são responsáveis por 90% de todas as novas empresas criadas no Brasil nesse último trimestre.

Como é bom chegar aqui e falar dessa matéria, porque até ontem eram pessoas que viviam por conta própria:

(Soa a campanha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – ... mototaxista, manicure, cabeleireira individual, vendedora de roupas, de cosméticos de porta em porta, borracheiro. É uma gama de trabalhadoras e trabalhadores brasileiros que não tinham qualquer amparo na legislação trabalhista do Brasil, tampouco na legislação previdenciária.

Hoje, eles têm essa cobertura porque transformar-se em microempreendedor individual é muito acessível a qualquer um desses trabalhadores e trabalhadoras. E, aos poucos, vemos uma gama dessas pessoas sendo

formalizada, entrando no mercado formal de trabalho e, aí, sim, tendo a certeza e a segurança de que algum dia terá a aposentadoria, de que se doente ficar terá direito a licença médica; de que, se gestante ficar a mulher, terá também direito à licença maternidade.

Então, Sr. Presidente, é dessa forma que hoje o Congresso Nacional destacou os 70 anos da CLT.

Também o faço. Destaco este momento importante da nossa história para os trabalhadores, mas o faço dizendo da necessidade de continuarmos avançando no direito dos trabalhadores, porque sou daquelas que pensam que riqueza não deve ficar concentrada nas mãos de poucas pessoas; riqueza deve ser dividida nas mãos de todos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Concedo a palavra, neste instante, ao Senador Anibal Diniz, do PT do Estado do Acre.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado.

Ocupo a tribuna hoje para falar do sucesso dos pequenos empreendimentos, criados com apoio direto da Secretaria de Pequenos Negócios do Acre.

Uma pesquisa realizada pela própria Secretaria, com apoio do Sebrae, revelou que 67% dos pequenos empreendimentos montados com apoio do Governo do Acre nos últimos dois anos resistem à crise e continuam funcionando de acordo com os objetivos traçados em sua implantação.

Mas, Sr. Presidente, antes de entrar diretamente nos números dessa pesquisa, realizada pelo Sebrae, em parceria com a Secretaria de Pequenos Negócios do Acre, gostaria de dizer umas palavras sobre a indústria de beneficiamento de borracha natural que está sendo construída no Município de Sena Madureira, onde tive a honra de estar, ao lado do Governador Tião Viana e do Secretário de Indústria, Comércio e Desenvolvimento Econômico Sustentável, Edvaldo Magalhães, na última sexta-feira.

A indústria de beneficiamento de borracha de Sena Madureira está sendo construída numa área de 20 hectares, sendo 14 hectares destinados ao plantio de seringueiras. É uma obra executada pelo Governo do Acre numa parceria público-privada com a Cooperacre, que é a central de cooperativas de produtores extrativistas melhor sucedida da economia do Acre. É importante lembrar que a Cooperacre fechou o ano de 2011 como a segunda maior exportadora do Acre.

A Cooperacre, dirigida por uma dupla de Manoel, tem a experiência do Sr. Manoel da Gameleira, com 74 anos, na Presidência do Conselho, e a capacida-

de técnica e operacional do jovem Manoel Monteiro, que foi alfabetizado no Projeto Seringueiro, com Chico Mendes e Binho Marques, e hoje tem formação superior em administração de empresas e já concluiu duas pós-graduações e está fazendo a terceira pós-graduação em gestão de cooperativas.

A indústria de Granulado Escuro Brasileiro (GEB), que é a borracha natural, sem qualquer impureza, vai gerar 20 empregos diretos, mas vai envolver, na sua cadeia produtiva, mais de 2 mil produtores extrativistas, que podem ser contabilizados como empregos indiretos.

A indústria de borracha de Sena Madureira vai processar 176 toneladas de borracha por mês. Como ela vai estar em operação dez meses por ano, vai processar 1.760 toneladas de borracha por ano. Mas, com o passar dos anos, a tendência é a produção aumentar, porque o Governo do Acre está a pleno vapor em seu programa de florestas plantadas, que tem o objetivo de plantar 10 mil hectares de seringueiras nos próximos anos. Só nos dois primeiros anos do Governo Tião Viana, foram plantadas seringueiras em 2 mil hectares de terra, com o testemunho fantástico do Sr. Manoel da Gameleira.

Ele disse que tem 74 anos de idade e, animado com o futuro da borracha no Acre, já plantou, em sua área no Município de Capixaba, 4 hectares de seringueira.

Que exemplo fantástico do Sr. Manoel, que fez um desafio aos mais jovens! Ele disse em alto e bom som para todos ouvirem: “Já plantei quatro hectares de seringueiras e agora estou plantando um partido de castanheiras e espero ainda comer os frutos dessas castanheiras”. Isso numa demonstração de que esse pacto de gerações é algo que deve funcionar. As pessoas mais idosas ensinando as pessoas mais jovens a acreditarem, a terem esperança e a investirem no futuro.

Agora, voltando ao sucesso das micro e pequenas empresas do Acre, falo da minha alegria em ter visitado uma panificadora no bairro Eugênio Areal, também no Município de Sena Madureira. Essa panificadora é apenas mais um entre os mais de 8 mil pequenos negócios criados com o apoio do Governo do Acre nos últimos dois anos.

A opção do Governo do Acre em criar a Secretaria de Pequenos Negócios e de investir dinheiro público em programas que retiram pessoas da condição de pobreza e extrema pobreza e os colocam na condição de pequenos investidores tem se revelado uma opção acertada pelos resultados animadores que tem colhido. A maior parte das famílias que aderiram aos pequenos negócios assistidos pela Secretaria de Pequenos Negócios e pelo Sebrae, tanto na capital quanto no interior, melhorou de vida, porque passou a ter um

incremento de renda fundamental para o suprimento de suas necessidades básicas.

É importante ressaltar que as famílias contempladas com um pequeno negócio são todas inscritas no CadÚnico, do Ministério do Desenvolvimento Social, com renda não superior a R\$120,00 por membro da família. E, para serem contempladas com um pequeno negócio, as pessoas têm que se submeter a um curso profissionalizante, onde aprendem, além da habilidade profissional, a como fazer um plano de negócios visando a um futuro de sucesso para o seu empreendimento.

Os dados sobre a permanência dos negócios em atividade nesses dois anos foram levantados pelo departamento de incubação da Secretaria de Pequenos Negócios, com o acompanhamento técnico do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) no Estado do Acre. Concluídos há duas semanas, os dados revelam que, numa amostragem de 1.119 pequenos negócios, em todo o Estado, 67% desses empreendimentos estão ativos. As cadeias de pesquisas foram das áreas de salão de beleza, manicura e pedicura, costura, construção civil e produção de alimentos.

Para o Sebrae, negócio ativo significa “sobrevivente”. Sim, sobrevivente porque, segundo a mesma instituição, negócios que vão à falência em até dois anos de montados entram para a média de “mortalidade”. A média de “mortalidade” nacional, segundo o Sebrae, é de 40%. Isso significa dizer que, em dois anos, no Brasil, de cada cem negócios montados, só 60% sobrevivem.

A média de sobrevivência de pequenos negócios no Acre, de acordo com os dados obtidos pelo Sebrae e pela Secretaria de Pequenos Negócios, é superior à média nacional em 7%. Ou seja, de cada cem pequenos negócios montados no Acre, nos últimos dois anos, apenas 33% foram para a taxa de mortalidade. E, desses 33%, 9% não haviam recebido visitas de monitoramento até a realização da pesquisa.

Os pequenos negócios não ativos são casos de pessoas que abriram um negócio, mas, de algum jeito, descobriram depois que não era bem aquilo que queriam. Há casos ainda de doenças na família, de desestrutura familiar, de mudanças de endereço, conflito com a lei, explicou, entre as inúmeras razões, a Secretária-Adjunta de Pequenos Negócios, Sílvia Monteiro.

Quero fazer aqui uma referência especial a essa lutadora, que é a Sílvia. A Sílvia é uma dessas pessoas que todo governador deveria ter em seus quadros, porque ela é uma lutadora permanente, que nunca desiste. E, quando trata dessas pessoas que acabam desistindo pelo meio do caminho, ela diz:

Mas nós não desistimos dessas pessoas. São casos em que a Secretaria estabelece parcerias para dar respostas. Como, por exemplo, inserindo em novo curso para aperfeiçoar aquele já concluído, porque essas pessoas sempre merecem uma chance a mais nos programas de assistência executados pelo Estado e pelo Governo Federal.

Para o Diretor do Sebrae, o Empresário João Fecury, “esta é a chave do sucesso desses empreendimentos. Isso é a revelação de que esta parceria do Sebrae com a Secretaria de Pequenos Negócios é mais que acertada”.

A prova maior são esses 67% de negócios em atividade após dois anos. João Fecury avalia que o acerto se deu quando o Sebrae firmou convênio com a Secretaria de Pequenos Negócios para que os beneficiados pelos programas da Secretaria passassem a ser acompanhados pelos técnicos do órgão e da Secretaria, uma atividade que passou a ser chamada pelas duas instituições de “incubação”. Não se trata de fiscalização. Os técnicos preferem chamar de acompanhamento.

O trabalho chamado de incubação pela Secretaria de Estado de Pequenos Negócios, com o apoio do Sebrae e outras parcerias em andamento no sentido de fortalecer essa atividade com as instituições de ensino, como a FAAO (Faculdade da Amazônia Ocidental) e também com a Universidade Federal do Acre, consiste no monitoramento do fluxo de atividades do próprio órgão. O trabalho é iniciado com o diagnóstico econômico das comunidades. Isso serve para o desenvolvimento local e a capacitação na atividade, que é realizada através do programa Pronatec, do Governo Federal, executado pelas instituições do Sistema “S” e o Instituto Dom Moacir. O programa investe, em média, R\$1.600,00 por aluno, só na formação. O estudo tem ênfase no empreendedorismo. Depois dos cursos, vem a cessão dos equipamentos básicos com média de investimento de R\$1.250,15 em cada empreendimento.

Vale a pena ressaltar esse número porque mostra o quanto a formação é fundamental para um sucesso empresarial. O Estado investe, em média, R\$1.600,00 na formação de um aluno empreendedor e, depois, investe outros R\$1.250,00 na aquisição dos equipamentos. E, dessa soma entre o investimento na formação e, depois, o investimento na aquisição dos equipamentos, é que vai dar a garantia do sucesso desse empreendimento.

O Sebrae também tem papel decisivo no processo porque, de forma conjunta com SEPN – Secretarias de Pequenos Negócios, realiza a sensibilização junto aos

empreendedores com renda acima de R\$400,00 para aderirem à formalização e assim terem garantidos benefícios de previdência, direito de um CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, acesso às facilidades de créditos, emissão de nota fiscal, desempenho de atividade de forma legal, como qualquer outra empresa que tem direitos e deveres, pagando apenas R\$39,90 ao mês após se formalizar. Além disso, o Sebrae e a Secretaria de Pequenos Negócios articulam, junto às instituições financeiras, como Banco da Amazônia, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, para o acesso dos pequenos empreendedores a empréstimos ao microcrédito produtivo orientado do Governo Federal.

Acompanhar de perto o desempenho do beneficiário dos programas é o diferencial que permitiu que a média de sobrevivência dos negócios locais fosse superior à média nacional.

O Secretário da Secretaria de Pequenos Negócios, José Reis, tem essa consciência e quer o trabalho intensificado. Ele diz: “Nosso trabalho não se encerra na atividade de entrega do equipamento para o beneficiado. Diferente de outros programas parecidos, mas que encerravam o trabalho na entrega do equipamento, nós vamos até a ponta final, acompanhando esta atividade pelo período de dois anos, exatamente o período em que os estudos apontam como o prazo de crises dos novos negócios.” Exatamente por isso, a SEPN está investindo na aquisição de novas tecnologias, fazendo parcerias com os órgãos do Sistema S e as universidades, que disponibilizam acadêmicos para fortalecer e dar mais celeridade ao acompanhamento dos pequenos negócios.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Eu queria pedir permissão a V. Ex^a para registrar a presença, nas nossas galerias, dos estudantes do curso de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB). Sejam bem-vindos.

Hoje é uma sessão não deliberativa, isto é, não há votações, é destinada justamente a ouvir os Senadores sobre os problemas dos seus Estados, do Brasil, enfim, debater assuntos de interesse nacional.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sejam todos muito bem-vindos às galerias do Senado. Estou justamente falando sobre o sucesso das micro e pequenas empresas, acompanhadas pelo Sebrae e pela Secretaria de Pequenos Negócios do Acre.

O trabalho de formação profissional, orientação para abertura de um pequeno negócio e fornecimento dos equipamentos necessários ao empreendimento refletem o compromisso do Governo do Estado e do próprio Governador Tião Viana com a inclusão social, através do combate à pobreza absoluta.

Para o Prof. José Fernandes do Rego, que tem grande respeitabilidade na comunidade acadêmica e é Secretário de Estado de Articulação Institucional e Coordenador do Programa Acre Sem Miséria, o trabalho executado pela Secretaria de Pequenos Negócios traduz o sonho do Governador Tião Viana de concluir seu Governo reduzindo a miséria no Estado do Acre a índices mínimos.

É claro que o sonho de todo governante comprometido com os avanços da sociedade é reduzir a miséria, se possível acabar com essa chaga social. Mas, sendo possível, temos que reduzi-la a índices mínimos. E o Prof. Rego diz: “Não digo nem índices aceitáveis, porque não podemos aceitar a miséria como elemento humano, e, por isso, temos que combater esta chaga social de forma sistemática. É isso que estamos fazendo.”

Há muita seriedade nos programas da Secretaria de Pequenos Negócios, e isso se reflete também nas pessoas beneficiadas. As pessoas estão levando muito a sério o programa. Temos pouquíssimos casos de pessoas que dão destinação errada aos equipamentos que recebem.

A mesma pesquisa também mostra algumas das causas mais frequentes das falências. O que empurra os pequenos negócios para o mar das dificuldades e, às vezes, para a “mortalidade”, conforme apuram os técnicos da Secretaria de Pequenos Negócios e do Sebrae, são, não necessariamente nessa ordem, o fato de que as pessoas anteriormente não tinham experiência com empreendimentos. Elas não eram empreendedoras simplesmente porque não tinham tido uma oportunidade para isso – ou por falta de escolaridade, ou por dificuldades na prática do planejamento, ou por falta de estrutura física adequada ao empreendimento, alguma irregularidade no CPF, inconstância de moradia e foco no lucro para garantir a sobrevivência, e não em investimento no negócio. Além disso, o universo dos beneficiários dos programas da Secretaria de Pequenos Negócios também é permeado por casos de dependência química na família, violência doméstica e desestrutura familiar. São casos que levam ao insucesso de um microempreendimento familiar.

Outro aspecto importante na pesquisa da Secretaria de Pequenos Negócios com o Sebrae é que as mulheres são maioria entre os empreendimentos que vêm dando sucesso. É mais um dado importante, Senador Mozarildo: entre as microempresas de sucesso, sempre há uma mulher na linha de frente. Ao apontar a desestrutura familiar como um dos fatores de risco para os pequenos negócios, a amostragem revelou que entre os 1.119 pequenos negócios pesquisados, 83% dos que estão dando certo são dirigidos por mu-

lheres que, na maioria das vezes, são também chefes de suas famílias, mães de famílias que, até dois anos atrás, viviam única e exclusivamente da transferência de renda dos programas do Governo – o caso do Bolsa Família – e que agora estão a caminho de se tornarem, além de chefes de fato de suas famílias, empreendedoras em potencial.

É o caso da costureira Iracema Souza de Souza, de 38 anos, casada, três filhos, moradora do bairro João Alves, em Cruzeiro do Sul. O marido dela é carpinteiro, mas passa boa parte do tempo desempregado, o que faz com que Iracema seja, a um só tempo, o homem e a mulher da casa, como ela mesma diz. Recentemente, ela veio a Rio Branco comprar tecidos para a produção de camisetas, que faz a partir de uma máquina de costura que ganhou após passar por um curso profissionalizante da Secretaria de Pequenos Negócios. Na realidade, ela foi à Secretaria de Pequenos Negócios apenas para agradecer ao governador pela mudança em sua vida.

Iracema lembra que iniciou suas atividades de costura pela Fundação Betel e teve incentivo do Governo do Estado e da Secretaria de Pequenos Negócios, com o curso e o equipamento. Segundo ela, na primeira experiência, ganhou mais de R\$800,00...

(Soa a campanha.)

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – ...com venda de roupas no Ramal da Linha 3, no Projeto de Assentamento Santa Luzia, em Cruzeiro do Sul. Diz ela: “Aí, eu vi que a coisa poderia render e resolvi investir na área de malharia, produzindo blusas escolares.” Dona Iracema conta que, em um só dia, vendeu o equivalente a R\$1.680,00 de fardas na Escola Pública Juarez Ibernnon e mais R\$900,00 na Escola Magia do Saber. Com isso, ela investiu em novos equipamentos e já estava comprando novos produtos para dar continuidade ao seu empreendimento de sucesso.

Iracema reconhece que recebeu a ajuda de que precisava e fala de seus planos para o futuro: “Tenho força de vontade para realizar meus sonhos, pois um deles era ter uma renda. Agora tenho. Com meu próprio negócio, eu vou investir na construção de um ateliê, depois comprar um transporte e fazer minha casa em alvenaria.”

A pesquisa mostrou também que a renda média dos pequenos negócios em atividade é da ordem de R\$478,00 por mês, em todo o Estado. Mas há Municípios, como Tarauacá, em que esta renda pode atingir até R\$873,00.

Sr. Presidente, se possível mais três minutos, eu me comprometo a concluir

Em Brasília, a renda média é de R\$ 811,00; em Manuel Urbano, de R\$611,00; em Feijó, de R\$603,00; e, em Sena Madureira, de R\$561,00.

A cabeleireira Vera Lúcia Nascimento de Freitas, de 27 anos, casada, abriu seu salão de beleza com o apoio da Secretaria de Pequenos Negócios em Tarauacá e já consegue uma renda média de R\$1.200,00 por mês com seu trabalho.

Maria Rosana Ferreira Lobo, de 25 anos, também de Tarauacá, é outro exemplo de sucesso com seu salão de beleza, com o qual está ajudando o marido a construir a tão sonhada casa em alvenaria.

Em Rio Branco, o roçador Osvaldo da Silva, de 49 anos, morador da Avenida Trípoli, é um bom exemplo da melhoria de vida proporcionada por um pequeno negócio. Ele fez o curso de roçador e, há dois anos, vive de limpar quintal. “Antes eu trabalhava na base do terçado. Agora, com a roçadeira, eu ganho muito mais dinheiro porque trabalho melhor e mais rápido.” Seu faturamento mensal já é da ordem de dois salários mínimos por mês.

Edilson Ribeiro, paranaense de Paranaíba e que vive no Acre faz 20 anos, morador do bairro Alto Alegre, também se mostra muito feliz depois de ter feito o curso e recebido uma roçadeira, com um salário médio de quase R\$1.500,00 por mês.

Também em Rio Branco, Elisângela dos Anjos Nascimento, de 22 anos, dois filhos, casada com um serralheiro e moradora da Travessa Antonieta, no bairro Belo Jardim, se diz uma pessoa muito feliz, quase realizada. Ela ganha em média de R\$1.800,00. Fez o curso e ganhou o equipamento para montar um salão de beleza. Ainda em madeira, Elisângela sonha com a ampliação e a construção em alvenaria. Ela diz: “Tenho consciência de que eu não conseguiria isso se não fosse com a ajuda do Governo.”

Temos vários outros exemplos aqui de pequenos negócios de sucesso.

Eu termino por afirmar que essa opção que o Governo do Acre fez pela criação da Secretaria de Pequenos Negócios, envolvendo todos os órgãos do Sistema S, o SEBRAE, o Instituto Dom Moacyr e outros órgãos, garantirá uma formação. Muitas pessoas têm a ideia de um pequeno negócio, mas não têm a formação adequada, não sabem fazer o planejamento, não sabem fazer um estudo de mercado, e o Sebrae tem possibilitado, com essa parceria, essa formação.

Então, quando se junta esse trabalho de formação, que custa, em média, R\$1.600,00 por pessoa, e a aquisição dos equipamentos, que custam, em média, R\$1.250,00, essas pessoas, depois de terem a formação, fazem o seu plano de negócio e obtêm

o equipamento, as chances de sucesso em seu empreendimento são enormes.

Nesse sentido, o Governo do Estado do Acre já contabiliza, aproximadamente, oito mil pequenos negócios abertos. Desses oito mil, nós temos uma média de sucesso superior a 67%. De tal maneira que podemos já convidar o nosso Ministro Guilherme Afif Domingos a fazer uma visita ao Acre e conhecer essa experiência de pequenos negócios, que, tenho certeza, será algo muito inspirador, inclusive no Plano Nacional, para esse Ministério da Pequena Empresa, recém- instalado, e que pode vir a contribuir com milhares e milhares de brasileiros que podem superar sua condição social a partir da própria iniciativa, a partir do próprio negócio.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR ANIBAL DINIZ

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras, telespectadores da TV e ouvintes da Rádio Senado; ocupo a tribuna hoje para falar do sucesso dos pequenos empreendimentos criados com o apoio direto da Secretaria de Pequenos Negócios do Acre.

Uma pesquisa realizada pela própria Secretaria, com o apoio do Sebrae, revelou que 67% dos pequenos empreendimentos montados com o apoio do Governo do Acre nos últimos dois anos resistem à crise e continuam funcionando de acordo com os objetivos traçados na sua implantação.

Mas, Sr. Presidente, antes de entrar diretamente nos números desta pesquisa realizada pelo Sebrae-Acre em parceria com a Secretaria de Pequenos Negócios do Estado, gostaria de dizer umas palavras sobre a indústria de beneficiamento de borracha natural que está sendo construída no município de Sena Madureira, onde tive a honra de estar ao lado do governador Tião Viana e do secretário de Indústria, Comércio e Desenvolvimento Econômico Sustentável, Edvaldo Magalhães na última sexta-feira.

A indústria de beneficiamento de borracha de Sena Madureira está sendo construída numa área de 20 hectares, sendo 14 hectares destinados ao plantio de seringueiras. É uma obra executada pelo Governo do Acre numa parceria público-privada com a Cooperacre, que é central de cooperativas de produtores extrativistas melhor sucedida da economia do Acre.

A Cooperacre, dirigida por uma dupla de Manoel, tem a experiência do seu Manoel da Gameleira, com 74 anos, na presidência do Conselho, e a capacidade técnica e operacional do jovem Manoel Monteiro, que foi alfabetizado no Projeto Seringueiro com Chico Mendes

e Binho Marques, e hoje tem duas pós-graduações e está fazendo a terceira pós em Gestão Cooperativista.

A indústria de Granulado Escuro Brasileiro – GEB vai gerar 20 empregos diretos, mas vai envolver na sua cadeia produtiva mais de 2 mil produtores, que entram como empregos indiretos.

O objetivo é processar 176 toneladas mensais, com dez meses de operação por ano. Mas, com o passar dos anos, a tendência é a produção aumentar, porque o Governo do Acre está a pleno vapor em seu programa de florestas plantadas, que tem o objetivo de plantar 10 mil hectares de seringueiras nos próximos anos. Só nos dois primeiros anos do governo Tião Viana foram plantadas seringueiras em 2 mil hectares, com o testemunho fantástico do Sr. Manoel da Gameleira.

Ele disse que tem 74 anos de idade e, animado com o futuro da borracha no Acre, já plantou em sua área no município de Capixaba, 4 hectares de seringueira. Que exemplo fantástico do seu Manoel, que fez um desafio aos mais jovens. “Já plantei 4 hectares de seringueiras e agora estou plantando um partido de castanheiras e espero ainda comer os frutos dessas castanheiras”.

A opção do Governo do Acre em criar a Secretaria de Pequenos Negócios e de investir dinheiro público em programas que retirem pessoas da condição de pobreza e extrema pobreza e para a condição de pequenos investidores tem se revelado uma opção acertada pelos resultados animadores que tem colhido. A maior parte das famílias que aderiram aos pequenos negócios assistidos pela Secretaria de Pequenos Negócios e o Sebrae, tanto na capital Rio Branco quanto nos outros 21 municípios do Estado do Acre, melhorou a qualidade de vida porque passou a ter um incremento de renda fundamental para o suprimento de suas necessidades básicas.

É importante ressaltar que as famílias contempladas com um pequeno negócio são todas inscritas no CADÚnico do Ministério do Desenvolvimento Social com renda não superior a 120 reais por membro da família. E, para serem contempladas com um pequeno negócio, as pessoas têm que se submeter a um curso profissionalizante aonde aprendem, além da habilidade profissional, a como fazer um plano de negócios visando um futuro de sucesso para o empreendimento.

Os dados sobre a permanência dos negócios em atividades nesses dois anos foram levantados pelo departamento de incubação da SEPN, com o acompanhamento técnico do Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (Sebrae) no Acre. Concluídos há duas semanas, os dados revelam que, numa amostragem de 1.119 pequenos negócios, em todo o Estado, 67% desses empreendimentos estão

ativos. As cadeias de pesquisas foram das áreas de salão de beleza, manicura e pedicura, costura, construção civil e produção de alimentos.

Para o Sebrae, negócio ativo significa “sobrevivente”. Sim, sobrevivente porque, segundo a mesma instituição, negócios que vão à falência em até dois anos de montados entram para a média de “mortalidade”. A média de “mortalidade” nacional, segundo o Sebrae, é de 40%. Isso significa dizer que, em dois anos, no Brasil, de cada 100 negócios montados, só 60% sobrevivem. A média de sobrevivência de pequenos negócios no Acre, de acordo com os dados obtidos pelo Sebrae e pela SEPN, é superior à média nacional em 7% por cento. Ou seja, de cada 100 pequenos negócios montados no Acre nos últimos dois anos, apenas 33% foram para as taxas de mortalidade. E, desses 33%, 9% não havia recebido visitas de monitoramento até a realização da pesquisa. Os pequenos negócios não ativos são casos de pessoas que abriram um negócio, mas, de algum jeito, descobriram depois que não era bem aquilo que queriam. Há casos ainda de doenças na família, de desestrutura familiar, de mudanças de endereço, conflito com a lei”, explicou a secretária-adjunta de Pequenos Negócios, Sílvia Monteiro. “Mas nós não desistimos dessas pessoas. São casos em que a Secretaria estabelece parcerias para dar respostas. Como por exemplo, inserindo em novo curso para aperfeiçoar aquele já concluído, porque essas pessoas sempre merecem uma chance a mais nos programas de assistência executados pelo Estado e governo federal”.

Para o diretor do Sebrae – Acre, empresário João Fecury, “Esta é a chave do sucesso desses empreendimentos”.

“Isso é a revelação de que esta parceria do Sebrae com a Secretaria de Pequenos Negócios é mais que acertada”. A prova maior são esses 67% de negócios em atividade após dois anos. João Fecury avalia que o acerto se deu quando o Sebrae firmou convênio com a SEPN para que os beneficiados pelos programas da Secretaria passassem a ser acompanhados pelos técnicos do órgão e da Secretaria, uma atividade que passou a ser chamada pelas duas instituições de “incubação”. Não se trata de fiscalização. Os técnicos preferem chamar de acompanhamento.

O trabalho chamado de “incubação”, pela Secretaria de Estado de Pequenos Negócios, com o apoio do Sebrae e outras parcerias em andamento no sentido de fortalecer essa atividade com as instituições de ensino, como a FFAO (Faculdade da Amazônia Ocidental e da Ufac (Universidade Federal do Acre), consiste no monitoramento do fluxo de atividades do próprio órgão. O trabalho é iniciado com o diagnóstico econômico das

comunidades. Isso serve para o desenvolvimento local e a capacitação na atividade, que é realizada através do Programa Pronatec, do governo federal, executado pelas instituições do Sistema "S" e o Instituto Dom Moacir. O programa investe a média de R\$ 1.600,00 por aluno. O estudo tem ênfase no empreendedorismo. Depois dos cursos, vem a cessão dos equipamentos básicos com media de investimento de R\$ 1.250,15 em cada empreendimento.

O Sebrae também tem papel decisivo no processo porque, de forma conjunta com SEPN, realiza a sensibilização junto aos empreendedores com renda acima de 400 reais para aderir à formalização e assim terem garantidos benefícios de previdência, direito de um CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica), acesso às facilidades de créditos, emissão de nota fiscal, desempenho de atividade de forma legal, como qualquer outra empresa que têm direitos e deveres, pagando apenas 39,90 ao mês após se formalizar. Além disso, o Sebrae e a Secretaria de Pequenos Negócios articulam, junto a instituições financeiras como Banco da Amazônia, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal para o acesso dos pequenos empreendedores a empréstimos ao micro crédito produtivo orientado do governo federal.

Acompanhar de perto o desempenho do beneficiário dos programas é o diferencial que permitiu que a média de sobrevivência dos negócios locais fosse superior à média nacional. O secretário da SEPN José Reis tem essa consciência, e quer o trabalho intensificado. "Nosso trabalho não se encerra na atividade de entrega do equipamento para o beneficiado. Diferente de outros programas parecidos, mas que encerravam o trabalho na entrega do equipamento, nós vamos até a ponta final, acompanhando esta atividade pelo período de dois anos, exatamente o período em que os estudos apontam como o prazo de crises dos novos negócios". Exatamente por isso, a SEPN está investindo na aquisição de novas tecnologias, fazendo parcerias com os órgãos do Sistema S e as universidades, que disponibilizam acadêmicos para fortalecer e dar mais celeridade ao acompanhamento dos pequenos negócios.

O trabalho de formação profissional, orientação para abertura de um pequeno negócio e fornecimento dos equipamentos necessários ao empreendimento refletem o compromisso do Governo do Estado e do próprio governador Tião Viana com a inclusão social através do combate à pobreza absoluta.

Para o professor José Fernandes do Rego, que tem grande respeitabilidade na comunidade acadêmica e é secretário de Estado de Articulação Institucional e Coordenador do Programa Acre Sem Miséria, o trabalho executado pela Secretaria de Pequenos Negócios

traduz o sonho do governador Tião Viana de concluir seu Governo reduzindo a miséria no Estado do Acre a índices mínimos.

É claro que o sonho de todo governante comprometido com os avanços da sociedade é reduzir a miséria, se possível acabar com essa chaga social. Mas; não sendo possível, temos que reduzi-la a índices mínimos. Não digo nem aceitáveis, porque não podemos aceitar a miséria como elemento humano e por isso temos que combater esta chaga social de forma sistemática. É isso que estamos fazendo", afirma o professor Rego.

Há muita seriedade nos programas da Secretaria de Pequenos Negócios e isso se reflete também nas pessoas beneficiadas. "As pessoas estão levando muito a sério o programa, temos pouquíssimos casos de pessoas que dão destinação errada aos equipamentos que recebem.

Pesquisa mostra causas da falência

O que empurra os pequenos negócios para o mar das dificuldades e, às vezes para a "mortalidade", conforme apuram os técnicos da SEPN e do Sebrae, são, não necessariamente nesta ordem, o fato de que as pessoas anteriormente não tinham experiência com empreendimento. Elas não eram empreendedoras simplesmente porque não tinham tido uma oportunidade para isso. Ou por falta de escolaridade, ou por dificuldades na prática do planejamento, ou por falta de estrutura física adequada ao empreendimento, alguma irregularidade no CPF (o que interfere na falta de aquisição de crédito); inconstância de moradia e foco no lucro para garantir a sobrevivência e não em investimento no negócio. Além disso, o universo dos beneficiários dos programas da SEPN também é permeado por casos de dependência química na família, violência doméstica e desestrutura familiar.

Um outro aspecto importante na pesquisa SEPN com o Sebrae Acre é que as Mulheres são maioria entre os empreendimentos que vêm dando certo.

Ao apontar a desestrutura familiar como um dos fatores de risco para os pequenos negócios, a amostragem revelou que, entre os 1.119 pequenos negócios pesquisados, 83% dos que estão dando certo são dirigidos por mulheres, que, na maioria das vezes, são também chefes de suas famílias. Mães de famílias que, até dois anos atrás, viviam, única e exclusivamente da transferência de renda dos programas do Governo, o caso do Bolsa Família, e que agora estão a caminho de se tornarem, além de chefes de fato de suas famílias, empreendedoras em potencial.

É o caso da costureira Iracema Souza de Souza, 38 anos, casada, 3 filhos, moradora do Bairro João Alves, em Cruzeiro do Sul. O marido dela é carpinteiro,

mas passa boa parte do tempo desempregado, o que faz com que Iracema seja, a um só tempo, o homem e a mulher da casa, como ela mesmo diz. Recentemente, ela veio a Rio Branco comprar tecidos para produção de camisetas que faz a partir de uma máquina de costura que ganhou, após passar por um curso profissionalizante, da Secretaria de Estado de Pequenos Negócios. Na realidade ela foi à Secretaria de Pequenos Negócios apenas para agradecer ao governador pela mudança de sua vida.

Iracema lembra que iniciou suas atividades de costura pela Fundação Betel e teve incentivo do governo do Estado e da SEPN com o curso e o equipamento. Segundo ela, na sua primeira experiência ganhou mais de R\$ 800, 00 com venda de roupas no Ramal da Linha 03, no Projeto de Assentamento Santa Luzia, em Cruzeiro do Sul. “Aí, vi que a coisa poderia render e resolvi investir na área de malharia, produzindo blusas escolares. Dona Iracema conta que em um só dia ela vendeu o equivalente a 1.680,00 de fardas na Escola Pública Juarez Ibernson e mais R\$ 900 na escola Magia do Saber. Com isso, ela já investiu em novos equipamentos e já estava comprando novos produtos para dar continuidade ao seu empreendimento de sucesso.

Iracema reconhece que recebeu a ajuda de que precisava e fala de 1 seus planos para o futuro. “Tenho força de vontade para realizar meus sonhos, pois um deles era ter uma renda. Agora tenho, com meu próprio negócio, e vou investir na construção de um ateliê, depois comprar um transporte e fazer minha casa de alvenaria”, afirmou Iracema.

A pesquisa mostrou também que a renda média dos pequenos negócios em atividade é da ordem de R\$ 478,82 por mês, em todo o Estado. Mas há municípios, como Tarauacá, em que esta renda pode atingir até R\$873,00.

Em Brasília, a renda é de R\$ 811,51, em Manuel Urbano, é de R\$ 611; Feijó, R\$ 603, 55, e Sena Madureira, R\$561,05.

A cabeleireira Vera Lúcia Nascimento de Freitas, de 27 anos, casada, abriu seu salão de beleza com o apoio da SEPN em Tarauacá e já consegue uma renda média de 1.200 reais por mês com seu trabalho.

Maria Rosana Ferreira Lobo, de 25 anos, também de Tarauacá, é outro exemplo de sucesso com seu salão de beleza, com o qual está ajudando o marido a construir a tão sonhada casa em alvenaria.

Em Rio Branco, o roçador Osvaldo da Silva, de 49 anos, morador da Avenida Trípoli, no bairro Jorge Lavocat, é um bom exemplo da melhoria de vida proporcionada por um pequeno negócio. Ele fez o curso de roçador e, há dois anos, vive de limpar quintal. “Antes eu trabalhava na base do terçado. Agora, com a roça-

deira, eu ganho muito mais dinheiro porque trabalho melhor e mais rápido”. Seu faturamento mensal já é da ordem de dois salários mínimos por mês. “Tem mês que a gente ganha até mais um pouquinho”, revelou.

Edilson Ribeiro, paranaense de Paranavaí e que vive no Acre faz 20 anos, morador do bairro Alto Alegre, também se mostra muito feliz depois de ter feito o curso, e recebido uma roçadeira. Com um salário médio de quase R\$1.500, por mês, ele é todo gratidão: “no dia em que eu encontrar esse Tião Viana vou dar um abraço bem apertado nele que é para agradecer por tudo o que ele está fazendo por mim e minha família”

“Eu não teria conseguido se não fosse com ajuda do Governo

Também em Rio Branco, Elisangela dos Anjos Nascimento, de 22 anos, dois filhos, casada com um serralheiro e moradora da Travesa Antonieta, no bairro Belo Jardim, se diz uma pessoa muito feliz, quase realizada. Ela ganha a média de R\$ 1.800. Fez o curso e ganhou equipamento para montar um salão de beleza. Ainda em madeira, Elisangela sonha com a ampliação e a construção em alvenaria. “Tenho consciência de que eu não conseguiria isso se não fosse com a ajuda do Governo”.

Casal de Sena Madureira muda de vida a partir de cursos profissionalizante.

O casal Rosimeire Reis Ferreira, de 31 anos, e Cliverson Fernandes da Silva, de 33, pais de quatro filhos, residentes no Ramal do Ouro, a 33 quilômetros de Sena Madureira, é outro bom exemplo de empreendedorismo. O casal fez cursos, há dois, através da SEPN; ela, de corte e costura, além de produção de alimentos, e ele de mecânica de motos. Resultado: os dois hoje ganham mais de R\$ 2 mil por mês. Ela vende bolos (pé de moleque e outras iguarias). Os dois pensam em deixar a zona rural e vir morar na cidade, explorar suas novas atividades, “Trabalhei a vida inteira na roça e quero vir para a cidade descansar um pouco, botar meus filhos mais velhos na escola, Este sempre foi o meu sonho e só vou poder realizar graças à ajuda do Governo”.

Também em Sena Madureira, o casal José Florenço da Silva, 35 anos, e Sirlei Teixeira de Oliveira, de 33, pais de 4 filhos, moradores na Rua Luiza Costa Figueiredo, no bairro Eugênio Augusto Areai, também se prepara para mudar de vida. Ele sempre trabalhou como diarista e ela, como dona de casa. Depois de um curso promovido pela SEPN, em parceria com o Instituto Dom Moacyr, o casal aprendeu técnicas de panificação e depois de receber os equipamentos cedidos pelo Governo está pronto para abrir uma padaria no bairro. “Para quem viveu aperreado, vendo o dinheiro acabar e sempre distante, ter um negócio próprio, com dinheiro entrando todo dia, é a realização de qualquer pai de

família”, disse José. “Eu estou feliz e nas minhas orações peço que o governador Tião Viana, o secretário Reis e a secretária Silva, todos aqueles que vem nos ajudando a realizar nossos sonhos, tenham muita saúde e vida longa para poderem fazer mais pela gente”, afirmou.

Na última sexta-feira, como já disse, estive pessoalmente com o governador Tião Viana no bairro Eugênio Areai e fizemos uma visita à panificadora, que mobiliza várias pessoas do bairro na produção de pães, salgadinhos e doces. Pude sentir de perto a alegria daquelas pessoas por estarem inseridas no processo produtivo. Principalmente porque sei que o número de pequenos negócios abertos com o apoio do Governo do Acre nos últimos dois anos já ultrapassa a marca de 8.000, com um índice de sucesso na faixa de 67% dos empreendimentos.

O ex-vaqueiro Venilson Oliveira do Bonfim, de 32 anos, residente na Rua Sérgio Barroso Cordeiro, no bairro Geni Nunes, em Feijó, agora trabalha satisfeito. Ele diz que “a lida com animais é muito bruta e o salário, sempre, é muito pouco”. Agora, depois de fazer um curso profissionalizante e receber os equipamentos necessários para abrir um salão de beleza em sua casa, Venilson Oliveira se tornou cabeleireiro e se mostra animado com a nova profissão. “Não posso negar que estou muito feliz. Poder trabalhar em casa, perto da minha mulher e dos meus filhos é maravilhoso”.

Dona Iris Nunes Alves, de 29 anos, 1 filho, moradora de Feijó, também se diz muito satisfeita. Desempregada até dois anos atrás, fez curso profissionalizante de manicura e pedicura e hoje tem seu próprio salão. Atende uma média de seis clientes por dia e calcula que já ganha entre R\$ 1.200 a R\$ 1.500 por mês. Iris Nunes diz que “Poder ajudar meu marido nas despesas de casa é tudo de bom. A gente se sente mais gente”.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Senador Anibal, quero convidá-lo para presidir a sessão, já que tenho que sair neste momento.

Concedo a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu quero, em primeiro lugar, agradecer a fidalguia – aliás, usual – do Senador Wellington Dias, que permitiu esta permuta, de modo que eu pudesse ocupar esta tribuna antes dele.

Venho à tribuna, Sr. Presidente, para me referir a projeto de lei complementar nº 180, que apresentei no último dia 15, que dispõe sobre tema que já foi num passado recente, objeto de iniciativa legislativa, aqui no Senado, e que me parece ser terreno que precisa ser

lavrado, pela importância que tem na vida cotidiana dos brasileiros, na vida das empresas, na vida dos cidadãos.

Me refiro, Sr. Presidente Sarney, ao mercado dos cartões de crédito e de débito, que seus instrumentos assemelhados, utilizados muito frequentemente. Pretendo, com esse projeto de lei, disciplinar a utilização desses mecanismos de pagamento, não foram objeto de regulação do Parlamento, – que é competente para isso nos termos da Constituição Federal– o que, de alguma maneira, é bom. O setor se desenvolveu muito na base da autorregulamentação, que é a prática desse mercado que, em grande medida, replicou, aqui no Brasil, o modelo internacional, embora com adaptações relevantes, características típicas do mercado brasileiro, com a inclusão das vendas a prazo, com ou sem juros, nos sistemas.

A difusão dos cartões de crédito adquiriu uma velocidade imensa nos últimos tempos e com efeitos positivos.

Em termos de eficiência econômica, os cartões permitiram a redução de custos administrativos das empresas, que antes tinham que manter estruturas grandes, custosas, para lidar com o crediário.

A necessidade de circulação de dinheiro em espécie diminuiu e, com isso, aumentou a segurança das pessoas. Em termos de segurança, as vantagens são evidentes. Com a redução do risco de assaltos, outro ciclo de violência também se reduz. A expansão da internet, associada à utilização dos cartões de crédito, permitiu uma expansão também muito significativa do comércio eletrônico e com os ganhos de eficiência que são associados à expansão dessa modalidade de comércio não presencial. O risco de crédito dos comerciantes também se reduziu, permitindo que esse ramo se concentrasse em ganhos de eficiência na atividade fim.

Agora, penso que é chegado o momento, Sr. Presidente – e têm chegado aqui ao Senado muitas reclamações de usuários, de comerciantes sobre taxas abusivas, tarifas abusivas e outros inconvenientes –, é chegado o momento de o Senado se debruçar sobre esse tema. O Governo Federal, a Presidente da República, ainda recentemente, nos últimos dias, emitiu uma medida provisória em que, entre outros temas, confere ao Banco Central a competência para essa regulação. Uma medida provisória que, no meu entender, é inconstitucional. Inconstitucional no que toca a este ponto, uma vez que a disciplina do mercado financeiro, e é o caso, deve ser objeto de lei complementar, além da habitual mistura, numa mesma medida provisória, de diferentes temas.

Mas penso que o caminho mais seguro seria trabalharmos numa lei complementar que fosse especificamente voltada para esta finalidade e que pudesse garantir direitos do consumidor, maior transparência nas

operações e, igualmente, coibir determinados abusos, que hoje são gritantes nas operações com cartão de crédito e de débito.

A inovação, Sr. Presidente, é típica, própria do capitalismo. O capitalismo é um sistema econômico dinâmico. Toda solidez se desmancha no ar. Já Marx apontava isso, em meados do século XIX, porque as tecnologias, que são a forma de utilização da ciência no processo produtivo, estão constantemente revolucionando a base técnica da produção, criando e lançando novos produtos no mercado. E o empresário inovador tem ganho imediato, na medida em que consegue se apropriar de nova tecnologia, que é o ganho resultante da diferença entre o seu custo, que diminui, e o custo dos seus concorrentes, que não se beneficiam dessa mesma tecnologia.

Por isso, os empresários, a partir da inovação, conseguem lucros maiores. Mas, no longo prazo, é normal que essa inovação acabe por deixar de ser exclusiva, acabe por se difundir em torno do tecido econômico, e todo o ganho de bem-estar trazido por ela é incorporado aos consumidores. E o empresário inovador volta a receber a lucratividade normal e perde, assim, os lucros extraordinários advindos da inovação, até que uma nova inovação venha a promover novas mudanças no processo produtivo.

Ora, de acordo com a Associação Brasileira de Empresas de Cartões de Crédito e Serviços, o número total de cartões de débito e crédito, em junho de 2012, no Brasil, era de 718 milhões, dos quais 459 milhões eram cartões emitidos por instituições financeiras, e o restante era emitido pelas próprias empresas para uso exclusivo no estabelecimento que emitiu o cartão de crédito.

Os mercados de cartão de crédito, apesar dos ganhos que trazem – e nós já nos referimos a alguns –, que advêm das suas características tecnológicas, são bastante concentrados. No Brasil, duas empresas, apenas duas empresas detêm 90% do faturamento. Esse grau de concentração existe em muitas economias capitalistas. E, por isso, no mundo, têm surgido iniciativas no sentido da regulação de mercado, de modo a garantir que os ganhos de produtividade, trazidos pelos avanços tecnológicos da indústria de cartões, sejam transferidos também para os comerciantes e para os consumidores. Vários países têm feito esse esforço e talvez o mais avançado deles, nessa linha, seja a Austrália.

Enquanto aqui, para apresentar apenas esse dado a V. Ex^{as}, um pequeno comerciante paga uma tarifa de 4% sobre o valor de uma venda com cartão de crédito, na Austrália, esse percentual é de apenas 0,8%.

Segundo pesquisa da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade, para o mês de janeiro de 2013, os juros para financiamento de veículos eram de 20%, e do crédito rotativo

de cartões de crédito eram de 192,9% ao ano. Essas taxas, Sr. Presidente, são, portanto, separadas por um fator de quase 10 vezes. Para que se tenha noção do que é praticado no Brasil, nos Estados Unidos, as taxas para veículos novos e para o crédito rotativo do cartão de crédito, em fevereiro de 2013, foram de 4,69% em vez de 20.1% no Brasil, e para o crédito rotativo, nos Estados Unidos, eram de 13%, enquanto, no Brasil, 192%. Isso sem contar com a grande diferença absoluta entre as taxas brasileiras e as praticadas naquele país.

Por isso, Sr. Presidente, é que me dediquei a propor ao Senado projeto de lei complementar, que foi encaminhado à Comissão de Assuntos Econômicos, tendo sido designado relator o Senador Humberto Costa. Esse projeto traz os seguintes benefícios: para o consumidor, ele faculta aos comerciantes dar descontos para compras à vista. Isso vai permitir que os consumidores tenham a noção exata dos custos adicionais que, eventualmente, estejam embutidos no cartão, no caso de pagamento com ele. Havendo possibilidade de desconto no pagamento à vista, o consumidor vai poder comparar o custo, com o pagamento à vista, com o custo que lhe seria devido com o pagamento com cartão.

Estabelece, ainda, o projeto que toda administradora de cartões que oferecer recompensa ao usuário, como, por exemplo, os programas de milhagem, deverá, necessariamente, dar a opção ao usuário de recompensa na forma de desconto em dinheiro, na fatura seguinte, de percentual do valor pago na fatura anterior, porque muitos usuários de cartão de crédito são “beneficiários” – entre aspas – de programas de recompensa, como, por exemplo, com milhagem, e nunca irão utilizá-los. Então, é natural que, tendo aberto mão, sendo a ele facultada a possibilidade de abrir mão dessa recompensa da qual ele não se servirá, seja oferecido a ele desconto na operação seguinte.

Para os comerciantes, há limitação de juros nas operações de adiantamento de fatura de cartão de crédito, que são cobradas dos comerciantes quando solicitam o pagamento de suas vendas antes do prazo contratual de 30 dias.

Esses juros, hoje, podem chegar a 4,3%, o que, evidentemente, prejudica a rentabilidade dos pequenos comerciantes, porque nós temos de somar esses juros à taxa de 4% que é cobrada pela credenciadora do cartão. Então, somando as duas parcelas, nós temos quase 8% do faturamento de um comerciante, o que é muito, é muito pesado.

Finalmente, cria-se um teto de valor a partir do qual a tarifa cobrada do comerciante nas operações com cartão de débito passa a ser fixa.

Hoje, nas operações de cartão de débito, há sempre uma tarifa que é proporcional ao valor da opera-

ção. Ora, é operação que não envolve risco financeiro, como são os DOC's e TED's, por exemplo, então, não tem por que ela ser proporcional ao montante da operação. Não há por quê.

Esses aperfeiçoamentos, Sr. Presidente, são sugestões minhas na linha de mudanças microeconômicas, que visam a reduzir o custo Brasil, tornar as transações mais transparentes, reduzir o grau de monopólio na economia brasileira e aumentar a sua eficiência, beneficiando, de forma importante, no meu entender, tanto o consumidor quanto as micro e pequenas empresas.

É o projeto de lei que apresentei no último dia 15, para o qual eu peço a atenção dos meus colegas do Senado Federal.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Aloysio Nunes Ferreira, o Sr. Mozarildo Cavalcanti deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Anibal Diniz.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Encontra-se sobre a mesa o Requerimento nº 511, de 2013, de autoria do Senador José Sarney:

Requeremos, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno, e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento, ocorrido no último dia 26/05/2013, do Sr. Roberto Civita.

É o seguinte o requerimento na íntegra:

REQUERIMENTO Nº 511, DE 2013

Requeremos, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento, ocorrido no dia 26 de maio de 2013, do Sr. Roberto Civita.

- a) inserção em ata de voto de profundo pesar; e
- b) apresentação de condolências a sua esposa, a Sra. Maria Antonia, e aos seus três filhos, Giancarlo, Roberta e Victor.

O homenageado nasceu na Itália, estudou nos Estados Unidos e se radicou no Brasil. Filho do fundador do Grupo Abril, Victor Civita, Roberto Civita figura entre os grandes nomes do mercado de comunicação na América Latina.

Roberto Civita era o diretor editorial e presidente do Conselho de Administração do Grupo Abril. Criador e editor-chefe da Revista Veja, assumiu a presidência do Grupo Abril em 1990 após a morte do pai. Foi o responsável pela modernização e diversificação da atuação do Grupo Abril, investindo em negócios relacionados à educação, gráfica, logística, distribuição e mídia.

Pioneiro no mercado editorial, também o foi em outros setores com investimentos em televisão e internet, criando a MTV, a TVA e o Brasil Online – BOL. Além disso, era compromissado com o futuro do Brasil, investindo nas editoras Ática e Scipione, e também em vários sistemas de ensino como Anglo, Ser, Maxi e Geo, Siga, o Colégio PH e o Grupo ETB (Escolas Técnicas do Brasil) e a rede de escolas de inglês Red Balloon.

O Senado reconhece o impacto da sua atuação no mercado editorial brasileiro e presta homenagem a este grande brasileiro.

Sala das Sessões, 27 de maio de 2013


Senador **JOSÉ SARNEY.**

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Senador José Sarney, V. Ex^a gostaria de usar a palavra para defendê-lo?

O SR. JOSÉ SARNEY (Bloco/PMDB – AP) – Se V. Ex^a permitisse, eu poderia encaminhar o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Por favor.

O SR. JOSÉ SARNEY (Bloco/PMDB – AP. Para encaminhar. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Nação hoje recebeu, com profundo pesar, a notícia do falecimento do jornalista Roberto Civita. E eu fiz este requerimento, que se encontra sobre a mesa e que será votado pelo Plenário da Casa, no sentido de nos associarmos a esse pesar, porque Roberto Civita foi um pioneiro e um inovador da mídia brasileira. Era um grande publisher e também um grande jornalista. Participava da pauta das redações, o âmagio das matérias. Dedicava-se à feitura das revistas que ele dirigia e era um jornalista que tinha a alma do repórter e do editorialista.

Ele não só fazia jornalismo como amava a arte do jornalismo, noticiando, afirmando ideias, intransigente em suas convicções. Sabia o preço da liberdade. Era um devoto da iniciativa privada e também um grande defensor da revolução pela educação. Assim, era um líder de uma dimensão singular. Perde a imprensa brasileira e perde o País.

Fui seu amigo desde os seus tempos de sua juventude. Acompanhei a sua trajetória de sucesso desde a inovadora revista Realidade, da qual ele era uma das molas mestras. Foi um idealizador da revista que era de grande modernidade e revolucionou a imprensa brasileira. Eu mesmo fui colaborador da Realidade, publicando alguns contos durante o tempo em que ela existiu.

Assisti à idealização da *Veja* por parte de Roberto Civita e Victor Civita. Eles organizaram antes, para que pudessem fazer a revista, a equipe de jornalistas que iriam ser formados para fazer uma revista dinâmica e moderna. Organizaram seminários. Eu era Governador do Maranhão e fui convidado para fazer uma palestra nessa conferência dos jornalistas que iriam fazer o número zero dessa futura revista. Essa conferência – eu me recordo até hoje – tinha por tema como governar um Estado pobre.

Depois da *Veja*, ele foi o consolidador do Grupo Abril.

Quero também fazer um depoimento aqui sobre um aspecto do Roberto Civita que poucos conhecem, do qual fui participante também. Eu era Presidente da República e foi ele quem me levou a ideia para abriremos, no Brasil, a grande janela da televisão a cabo, da televisão por satélite, uma visão do que seria a te-

levisão do futuro, das novas mídias e da Internet, que, naquele tempo, era apenas um sonho. Ele já tinha um domínio grande sobre esses assuntos. Foi nesse tempo que criamos a TV a cabo. Ele participou ativamente dessa criação, levando ideias e, ao mesmo tempo, participando, junto aos órgãos governamentais, da elaboração desse projeto.

Dentre outros setores, ele também foi pioneiro no mercado editorial, com investimentos na televisão e na Internet. Criou a MTV, a TVA, o Brasil Online. Além disso, ele tinha um grande compromisso com o futuro do Brasil, investindo nas Editoras Ática e Scipione e também em vários sistemas de ensino. Tinha uma verdadeira dedicação e crença na revolução pelo ensino.

Dentro desse aspecto, criou o Anglo, o Ser, o Maxi, o Colégio pH, o Grupo de Escolas Técnicas do Brasil – ETB, a rede de escolas de inglês Red Balloon, além de uma revista para professoras que é disseminada no Brasil inteiro e que é uma grande contribuição à educação no País.

Quero terminar estas palavras, Sr. Presidente, dizendo que testemunhei o orgulho de seu pai, Victor Civita, que foi um grande amigo meu, e também da sua mãe, Silvana, porque eu tinha uma estreita relação com eles naquele tempo. Testemunhei o orgulho que eles tinham do talento e da capacidade do filho e da certeza da continuidade da consolidação do Grupo Abril.

Portanto, é com imensa comoção que me associo a sua família e à dor da sua esposa e dos seus filhos pela perda que o Brasil tem neste momento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador José Sarney. A Mesa se solidariza com V. Ex^a nesse voto de pesar.

A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que serão lidos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 512, de 2013

Requer Voto de Pesar pelo falecimento do empresário e jornalista ROBERTO CIVITA, ocorrido na noite de ontem, 26 de maio, em São Paulo.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos *Anais do Senado*, Voto de Pesar pelo falecimento do empresário e jornalista ROBERTO CIVITA, ocorrido na noite de ontem, 26 de maio, em São Paulo.

Requeiro, ainda, que o Voto de Pesar seja encaminhado à família e à diretoria do Grupo Abril.

Justificação

Nascido em Milão, Itália, Roberto Civita era diretor editorial e presidente do Conselho de Administração do Grupo Abril. Civita também era editor da “*Veja*”, a maior revista semanal do país com circulação de mais de 1 milhão de exemplares, e comandar outras publicações do grupo Abril como, por exemplo, as revistas “*Exame*”, “*Quatro Rodas*” e “*Placar*”.

Sempre fazia questão de lembrar que “Ninguém é mais importante que o leitor, e ele merece saber o que está acontecendo”.

Em nome da bancada do PSDB no Senado Federal, encaminho votos de condolências e de solidariedade à família desse grande empresário, que tanto contribuiu para um jornalismo sério, sempre pautado na defesa da liberdade de expressão e da democracia.

Sala das Sessões, 27 de maio de 2013. – Senador **Aloysio Nunes Ferreira**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 513, DE 2013

Requeiro, nos termos do artigo 218, VII, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam encaminhados Votos de Pesar pelo falecimento do empresário **Roberto Civita**, presidente do conselho de administração do Grupo Abril e criador da revista *Veja* que morreu neste domingo, 26, no Hospital Sírio-Libanês, em São Paulo, de falência múltipla de órgãos.

Roberto Civita nasceu em Milão, na Itália, no dia 9 de agosto de 1936. Estava no comando do Grupo Abril havia mais de duas décadas, período em que a empresa diversificou seus negócios, tornando-se um dos maiores conglomerados de comunicação da América Latina com mais de 9,5 mil funcionários. O grupo é responsável pela publicação das revistas “*Veja*”, “*Exame*”, “*Nova*” e “*Quatro Rodas*”, entre outras.

Sua trajetória à frente da revista de maior circulação no país se resume na frase: “Ninguém é mais importante que o leitor, e ele merece saber o que está acontecendo”, que repetia aos recém-chegados na empresa, o que demonstrava seu compromisso com a liberdade de expressão e com o Brasil.

Civita deixa a mulher Maria Antonia Magalhães Civita, os filhos Giancarlo Civita, Victor Civita Neto e Roberta Anamaria Civita, enteados e seis netos. Os votos deverão ser encaminhados à viúva do homenageado no seguinte endereço: Av. Nações Unidas, 7221 – 24º andar – Pinheiros, CEP 05425-902 São Paulo – SP.

Sala das Sessões, – Senadora **Ana Amélia** (PP-RS).

REQUERIMENTO Nº 514, DE 2013

Requer Voto de Pesar por ocasião do falecimento do Desembargador Lourival Marques de Oliveira, ocorrido na última quinta-feira, dia 23 de maio de 2013.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado Federal, Voto de Pesar por ocasião do falecimento do Desembargador Lourival Marques de Oliveira, ocorrido na última quinta-feira, dia 23 de maio de 2013, em São Paulo, Capital.

Requeiro, ademais, que este Voto de Pesar seja levado ao conhecimento de sua Esposa, Sra. Edir e, por seu intermédio, aos filhos Eduardo, Louro e Cassiano.

Justificação

O governo do Acre decretou luto oficial por dois dias. O Estado perdeu um de seus mais brilhantes filhos. Morreu na tarde de quinta-feira (23), em São Paulo, onde se tratava de um câncer, o Desembargador Lourival Marques de Oliveira.

Nascido em 10 de dezembro de 1932, em Cruzeiro do Sul, Lourival Marques bacharelou-se em 1960, pela Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro, e em 1963, foi o primeiro Procurador Geral de Justiça do Acre, fazendo parte da mesa de autoridades durante a solenidade de Instalação do Tribunal de Justiça do Estado do Acre.

Em 16 de dezembro de 1964, foi nomeado para exercer a função de Juiz de Direito Substituto Temporário da 1ª Seção Judiciária do Acre. Exerceu suas funções jurisdicionais nas Comarcas de Xapuri e de Rio Branco. Tomou posse no Cargo de Desembargador no dia 07 de junho de 1974, sendo eleito para presidência do Tribunal de Justiça no biênio de 1981 a 1982. Aposentou-se no dia 25 de janeiro de 1983 e posteriormente exerceu o cargo de Secretário Estadual de Segurança.

Lourival Marques de Oliveira foi personagem, protagonista e agente da história política e do judiciário acreano das últimas décadas e deixa um legado ímpar para os filhos, netos e para as gerações futuras.

Muito querido e respeitado pela população acreana, dele me despeço com tristeza e emoção, pedindo aos meus nobres pares do Senado Federal que aprove essa justa homenagem que ora requeiro.

Sala das Sessões, 27 de maio de 2013. – Senador **Anibal Diniz**, PT/AC.

REQUERIMENTO Nº 515, DE 2013

Requeiro, nos termos do art. 221, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam apresentadas

condolências à família de Themístocles Sampaio Pereira, falecido no último dia 24 de maio.

Justificação

Themístocles Sampaio foi deputado federal, deputado estadual e fundador do extinto partido MDB no Piauí. Seu ingresso na política se deu sob a legenda do PTB ao lado do médico João Emílio Falcão Costa sendo eleito vereador em Esperantina chegando à presidência da Câmara Municipal e a seguir foi eleito deputado estadual em 1962.

Durante o Regime Militar de 1964 teve o seu mandato cassado em 08 de maio daquele ano tendo que retornar à Esperantina visto que foi impedido de exercer suas atividades políticas e cerceado no exercício de suas atividades profissionais sendo impedido inclusive de tomar posse em cargo obtido via concurso público. Em seu lugar foi efetivado o suplente de deputado José Gil Barbosa.

Decorridos dez anos de sua punição foi eleito segundo suplente de deputado estadual pelo MDB em 1974 sendo reconduzido ao legislativo estadual em 1978 migrando para o PMDB com o fim do bipartidarismo e em 1982 foi eleito quarto suplente de deputado estadual.

Themístocles Sampaio foi nomeado Secretário Municipal de Serviços Urbanos na segunda administração de Wall Ferraz na Prefeitura de Teresina e ao deixar o cargo foi eleito terceiro suplente de vereador em 1988 na capital piauiense. A partir dos anos noventa passou a disputar uma cadeira na Câmara dos Deputados figurando como terceiro suplente em 1990 e primeiro suplente em 1994.

Diretor-geral do Departamento Estadual de Trânsito do Piauí (DETRAN/PI) no primeiro governo Mão Santa, deixou o cargo para novamente disputar uma vaga na Câmara dos Deputados. Foi eleito deputado federal em 1998 e novamente primeiro suplente em 2002 e 2006. Em 2004, voltou a disputar eleição para Prefeito de Esperantina.

O ex-deputado era pai do presidente da Alepi, deputado Themístocles Filhos, e do deputado Federal, Marllos Sampaio.

Sala das Sessões, 27 de maio de 2013. – Senador **Wellington Dias**, (Líder PT).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – A Presidência encaminhará os votos solicitados. Os requerimentos vão ao Arquivo.

Passamos a palavra ao Senador Wellington Dias, pela Liderança do Partido dos Trabalhadores.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, nesta oportunidade, quero apre-

sentar um voto de pesar pelo falecimento do Deputado Themístocles Sampaio Pereira, que foi Deputado Federal pelo Estado do Piauí, com quem tive o privilégio de conviver quando fui Deputado Federal entre 1999 e 2002.

Esse voto de pesar é dirigido à D. Natália, sua esposa, e aos seus filhos, na pessoa do Deputado Themístocles Sampaio Filho, que é Presidente da Assembleia Legislativa do Piauí, e do Deputado Federal Marllos Sampaio, com mandato pelo Estado do Piauí.

Ele sofria de diabetes. Foi internado no Itacor, com 91 anos de idade, não resistiu e veio a falecer. Era apaixonado pela agricultura, apaixonado por sua Esperantina, dirigente do Cartório Themístocles Sampaio, em Teresina.

Enfim, queria externar este voto e tenho certeza de que também os outros Senadores do Piauí, Senador Ciro Nogueira, Senador João Vicente, todos nós gostaríamos de fazer, neste momento de muita dor, este voto ao Deputado Themístocles Sampaio Filho, Presidente da Assembleia, pelo falecimento de seu pai.

Sr. Presidente, eu queria tratar hoje aqui de um tema importante. Chega ao Senado Federal, após amplo debate na Câmara dos Deputados, o projeto que trata de algumas medidas na área da política sobre drogas. É um tema que, juntamente com a Senadora Ana Amélia, com o Senador Moka e com outros Senadores, tivemos a oportunidade de debater, visitando várias unidades da Federação.

O Brasil sabe o quanto é importante adotarmos medidas eficientes que venham a contribuir para que tenhamos resultados, como espera a sociedade, nessa área. Fruto desse trabalho, fizemos um debate com a Presidenta Dilma, houve negociações com várias áreas de Governo e daí nasceu o projeto que tratou da política sobre álcool, *crack* e outras drogas.

Temos, de um lado, essa dificuldade com o *crack*, eu reconheço. Há uma situação em que mais e mais pessoas, no nosso País, são levadas ao uso dessa droga, que se está espalhando por praticamente todos os Municípios brasileiros, mas, numericamente, o álcool ainda é o grande e grave problema da dependência química no Brasil. Somos um País de aproximadamente 200 milhões de habitantes, e cerca de dois milhões de brasileiros e brasileiras têm alguma dependência, de acordo com os estudos elaborados, por alguma droga. A principal delas, repito, ainda é o álcool. Muitas famílias têm que conviver com o drama de, a cada dia, ver seu filho, sua filha, às vezes a esposa, o esposo, algum parente dependente do álcool, podendo amanhecer o dia já com a necessidade de ingerir alguma bebida alcoólica.

O grave problema do álcool no nosso Brasil é exatamente o fato de que ele é a porta de entrada para outras drogas. O *crack*, a cocaína, a maconha, mesmo a cola são drogas que normalmente chegam após o álcool. São raros aqueles que desenvolveram dependência de outras drogas sem antes passar pela bebida alcoólica.

Mas reconheço que, neste instante, o grande drama é o *crack*. Por quê? Porque essa droga, que, na verdade, é a borra da cocaína, é vendida por um preço muito baixo, e, apesar de todo o trabalho da Polícia Federal, da Polícia Civil e da própria Polícia Militar no Brasil inteiro, o acesso a ela ainda é muito fácil.

Quero assim, Sr. Presidente, chamar a atenção para os pontos destacados pela Câmara. Fizemos um trabalho conjunto, Câmara e Senado, a Câmara com uma comissão que tinha como relator, na época, o nosso Deputado Givaldo Carimbão, do Estado de Alagoas, onde registro um importante trabalho. E destaco aqui a presença da Deputada Iracema Portella, do Deputado Romário e de Deputados do meu Estado, como Jesus Rodrigues, Assis Carvalho e Nazareno, que estiveram na visita que fizemos recentemente ao Estado do Piauí tratando desse tema.

Destaco aqui também as políticas implementadas em meu Estado. Foi um grande aprendizado a convivência nessa área social, nas parcerias com entidades sociais, como a Fundação da Paz, a Fundação Luz e Vida, a Oficina da Vida e outras fundações, enfim, fundações importantes em meu Estado. Ali, ainda quando Governador, nós criamos uma coordenação para esse programa, que hoje prossegue com o Governador Wilson Martins. Ali há uma marcha anual, que é um momento maior de todo um trabalho feito durante o ano inteiro na prevenção e no combate às drogas – ainda esta semana, vários traficantes foram presos, com apreensões de drogas no sul do Estado do Piauí e na capital.

E o que me traz aqui, Sr. Presidente, é a necessidade que temos de tratar, com todo carinho e prioridade, esse projeto produzido a partir da Câmara Federal. Mas eu quero aqui colocar cinco pontos que constituem o eixo, a essência desse projeto. Há alguns que podemos tratar no Código Penal, podemos tratar em outra legislação específica, mas aqui temos a necessidade de, primeiro, tratar daquilo que é política de saúde. Ou seja, termos uma unidade de desintoxicação em cidades-polos, junto com as unidades existentes na área de urgência, de emergência, mas especializada nesta área. Termos a garantia de que, para alguém que tenha dependência de alguma droga – e aí é qualquer droga, inclusive cigarro, dependência da maconha, dependência de bebidas alcoólicas, dependência da

cocaína, outras formas de dependência, mesmo de medicamentos –, haja uma unidade com uma equipe preparada para receber esse dependente.

Normalmente, são necessários entre 30 e 90 dias, dependendo do caso – porque, muitas vezes, o efeito da droga causa efeitos colaterais, deixando a pessoa muito debilitada –, para se ter a desintoxicação. Para quê? Para que, na corrente sanguínea, o teor dessa droga, dessa composição química seja reduzido a patamares que são considerados normais para o corpo humano. Para isso, há necessidade de termos unidades de pesquisa e incentivo aos pesquisadores.

Eu destaco aqui o Dr. Ronaldo Laranjeira, da Unifesp – Universidade Federal de São Paulo, que tem feito um trabalho brilhante com outros pesquisadores espalhados no Brasil inteiro. Pesquisadores precisam desse apoio exatamente para que o Brasil possa dominar o conhecimento que outras partes do mundo já têm e possa ainda se aperfeiçoar naquilo que é próprio da realidade brasileira.

Eu destaco aqui, ainda, o fato de termos, nessas unidades, as condições de exames que possam detectar exatamente o grau de dependência de cada paciente. O organismo humano, por exemplo, tem condições de ter um teor de álcool até a casa de 0,5%. Quando ultrapassa 0,6%, é como diabetes ou colesterol: já se tem que fazer um tratamento para redução a patamares normais.

Na verdade, todos nós ingerimos álcool através da alimentação, através de várias formas. E, junto com isso, sabe-se que, quando ultrapassa de 1,2%, no caso do álcool, já está confirmada uma dependência grave. E eu entendo – e é nisso que eu quero sustentar a defesa aqui – que, por recomendação de uma equipe de profissionais, em situações como essa, haja o necessário tratamento.

Ora, quando alguém tem qualquer doença e está numa situação grave – e, no caso do álcool, perde-se, inclusive, a noção, não se tem mais capacidade, muitas vezes, de decisão –, uma equipe de profissionais médicos, composta por psiquiatras e por psicólogos, pode recomendar a internação para o tratamento compulsório, como se coloca. Temos de ter o cuidado de evitar a banalização daquilo que é compulsório. Aliás, a legislação atual já prevê que, a partir do laudo de uma equipe técnica, o juiz, o promotor ou mesmo os profissionais de saúde podem fazer a internação voltada para a desintoxicação. Esse é o primeiro ponto.

A partir disso, há a necessidade de parcerias com unidades públicas ou com o setor privado para fazer o acolhimento. Ou seja, o paciente desintoxicado, se retornar para a rua, para o seu *habitat* natural, certa-

mente vai novamente ser intoxicado. Daí a necessidade do tratamento numa unidade de acolhimento. São as chamadas comunidades terapêuticas, grupos de auto-ajuda, como os Alcoólicos Anônimos (AA), que fazem todo esse trabalho, os doze passos e um conjunto de outras medidas, que, na verdade, reorganizam o cérebro, reorganizam essa pessoa, para que ela não volte ao vício, para que não haja reincidência. Esse é o objetivo principal.

Defendo, inclusive, que haja uma política em que o Poder Público possa, como trabalhou a Presidenta Dilma – destaco aqui o trabalho da Ministra Gleisi na coordenação desse processo; o do Ministro José Eduardo Cardozo; o do Ministro Alexandre Padilha, com suas equipes; o da Dr^a Paulina, que, há poucos dias, foi substituída na Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas –, perseguir o objetivo de que haja o pagamento de um valor mensal para que essas comunidades possam acolher esses pacientes.

Digo sempre que, nesse trabalho, há a parte profissional – um profissional habilitado responde por ele –, mas, principalmente, é um trabalho feito com o coração. Por isso, a parceria com as igrejas e a parceria com os movimentos sociais e com os voluntários têm fundamental importância.

Sr. Presidente, o custo de um trabalho como esse na área privada, hoje, está na casa de R\$4 mil a R\$12 mil por mês, o que tira da possibilidade do tratamento os que mais precisam, normalmente famílias de baixa renda. Por isso, a participação pública se associa a entidades do setor privado. Em alguns países, como Portugal e Suécia, há a presença do setor público nessas unidades. Mas são recomendadas, pela própria experiência deles, essas parcerias com organizações sociais.

Junto com isso, no terceiro ponto, falo da ressocialização, ou seja, é preciso preparar a família, preparar a vizinhança, preparar a escola, preparar o ambiente de trabalho para receber uma pessoa que ali teve sob controle a sua dependência química. Veja uma constatação dramática: a ciência hoje comprova que, uma vez dependente químico, sempre dependente químico; uma vez que se tenha colesterol alto, sempre há o risco de voltar a ter colesterol alto, assim como diabetes, assim como outras situações da natureza. Então, quero aqui chamar a atenção para a necessidade da ressocialização. Um dos objetivos é garantir que a pessoa tenha uma profissão, um trabalho; é garantir que o cidadão, se era um empreendedor, seja assim aproveitado.

Além disso, há o estímulo, o incentivo do Governo para empresas livres do álcool, do *crack* e de outras drogas. Destaco o trabalho da Petrobras, que é

exemplo no mundo de uma empresa que trabalha para ser uma empresa livre do álcool, do *crack* e de outras drogas. Ou seja, que as empresas públicas e também as empresas do setor privado, pequenas, médias e grandes, sejam estimuladas e possam, inclusive, receber nos seus quadros pessoas que são dependentes químicos! E, por ser uma empresa livre do *crack*, do álcool e de outras drogas, ela também pode facilitar o recebimento dessas pessoas.

Por último, Sr. Presidente, destaco o quinto ponto principal: que o Governo brasileiro possa ter uma política preventiva de combate às drogas! Neste ponto, ressalto sempre uma pena adequada para o traficante, sempre com o cuidado do usuário, para que ele seja tratado como uma pessoa doente, que tem uma dependência dessa droga e que, muitas vezes, é utilizada como massa de manobra. É preciso trabalhar com a escola, com os clubes, com os líderes da juventude, com as empresas, para que haja uma sociedade livre das drogas.

Nesse ponto, Sr. Presidente, há algo que é polêmico, mas que, mais cedo ou mais tarde, vamos ter de enfrentar. Começo dizendo que tenho orgulho do Brasil pela vitoriosa campanha em relação ao cigarro. Ao considerarmos o cigarro uma droga, nós fazemos o alerta na própria venda do produto. Não só proibimos a propaganda, como havia no passado, mas também fazemos uma propaganda antifumo, anticigarro, mostrando que o cigarro causa impotência, causa câncer e leva as pessoas a se tornarem vítimas dessa dependência. A mesma coisa deve ser feita com o álcool. Não há jeito! Não é tolerável, não é razoável, um País democrático como Brasil, Senador Taques, considerar normal a propaganda de uma droga, como é o caso da bebida alcoólica! Eu acho que é um tema que nós vamos ter de enfrentar.

As pessoas têm o livre arbítrio, têm o livre direito de tomar cerveja, de tomar vinho, de tomar cachaça, mas não pode haver propaganda, não pode haver uma indução a isso em canal aberto, de forma escancarada, como é feito no Brasil. E, nesse sentido, nesse tema, a gente dá um passo tão importante como o que foi dado em relação ao cigarro nessa mesma direção. E quero, com o maior prazer, sustentar essa tese na discussão, quando esta vier para o Senado.

Com o maior prazer, ouço o Senador Pedro Taques.

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – Senador Wellington, este tema é de suma importância: a questão das drogas, com a chegada desse projeto aqui, e o debate sobre ele. O sistema europeu busca mais a prevenção, e o sistema norte-americano busca mais a repressão. Nós temos de buscar a prevenção, mas

isso não significa que nós tenhamos de descriminalizar o uso de substância entorpecente. O tratamento daquele que é viciado, sem penas criminais, ao menos sem pena privativa de liberdade – é a chamada despenalização –, ao menos em uma primeira reflexão, entendo que seja o melhor caminho. Agora, a respeito da propaganda de bebida, que é uma droga lícita – nós encontramos propaganda de bebida na televisão e em outros meios de comunicação –, sou favorável a esse debate. Mas um debate que precisa ser feito também é o seguinte: até que ponto o Estado, no sentido técnico-jurídico do termo, como uma sociedade politicamente organizada, pode se imiscuir na liberdade do cidadão? Nós temos de discutir a liberdade, a autodeterminação, a capacidade de escolher o seu destino. Será que o Estado pode se imiscuir nesse debate? Será que cabe ao Estado, numa sociedade democrática como esta em que nós vivemos, escolher condutas para cada indivíduo? Esse tema é rico para o debate. E quero me associar a V. Ex^a para a feitura desse debate. Parabéns pela sua fala!

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Eu é que lhe agradeço.

Já encerro, Sr. Presidente.

Devo aqui apenas comungar do que afirma V. Ex^a: temos de fazer todo um trabalho de repressão, temos de jogar um peso muito grande nessa área preventiva. Veja o que eu lhe estou dizendo: acho que a liberdade de escolha, a liberdade está sempre em primeiro lugar. O que acho que não é razoável é a propaganda que induz a criança e o adolescente ao uso da bebida, muitas vezes com a presença de modelos, de artistas, de atletas, ou seja, a propaganda é exatamente a antítese daquilo que é consumido, com incentivo.

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT. *Fora do microfone.*) – É um incentivo.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Então, acho que esse é o ponto que nós vamos ter de cuidar com todo o carinho.

Senador Eduardo Braga, eu o ouço com o maior prazer.

O Sr. Eduardo Braga (Bloco/PMDB – AM) – Senador Wellington Dias, Senador Pedro Taques, creio que esse tema abordado por V. Ex^{as} efetivamente merecerá...

(Soa a campanha.)

O Sr. Eduardo Braga (Bloco/PMDB – AM) – ...e merece um debate acurado e atencioso do Senado da República. Veja: se a bebida alcoólica – e isto é uma verdade –, na sociedade moderna, acaba trazendo grandes desconfortos àquele que dirige, àquele que porta uma arma, àquele que tem tendências à violência

domiciliar e doméstica e que merece e tem merecido por parte do Congresso Nacional uma atenção, o que se dizer do impacto da bebida alcoólica nas pessoas em idade juvenil ou até mesmo em idade infantil? Registramos casos de uso de bebidas alcoólicas na pré-adolescência em determinadas regiões do Brasil. Acho que esse é um tema extremamente importante. Assim como num determinado momento tivemos de debater a publicidade e a forma como se fazia o *marketing* em torno do cigarro brasileiro, acho que o tema merece atenção, merece cuidado por parte do Congresso Nacional, por parte do Senado da República. V. Ex^a traz um tema absolutamente pertinente ao Plenário desta Casa. Portanto, congratulo-me com V. Ex^a. Desde já, eu me coloco à disposição também para contribuir nesse debate.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Eu agradeço. Com certeza, vamos cuidar da família com prioridade, para evitar os danos que nós temos hoje provocados pela violência, pelos homicídios, pela violência no trânsito. E, ao mesmo tempo, temos de cuidar da prevenção. E aí entra todo mundo. Nós, muitas vezes de forma até hipócrita, trabalhamos esse tema e achamos normal haver verdadeiros bares nas nossas casas. Se você vai aos festejos e às atividades públicas, você pode ver ali sempre a presença da bebida. Eu sou católico, e, mesmo nos festejos religiosos, de repente, às vezes, no patamar da igreja, estão as banquinhas onde se vendem bebidas.

Não é que se vá proibir a venda. Eu acho que a propaganda é que é algo inaceitável. E disso nós vamos ter de tratar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Wellington.

Agora, com a palavra, o Senador Eduardo Braga.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Tem a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria apenas de fazer uma solicitação a V. Ex^a, se o Líder permitir. Eu posso ficar aqui... Estou aqui há três horas. Os oradores vêm chegando, vêm chegando. Eu os respeito. Nada há de pessoal. Posso ficar aqui e acho que, até as 21 horas, eu falo. O Senador que estava na Presidência antes de V. Ex^a avisou-me, há uma hora, que seria a minha vez de falar. Agora, quero saber se, ficando aqui, eu terei a chance de falar até as 21 horas.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Senador Pedro Simon, na realidade, está sendo respeitada a ordem dos inscritos. V. Ex^a, imagino, logo

após o discurso do Senador Eduardo Braga, já vai ter condições de falar.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Então, posso aguardar? Não virá uma novidade maior?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Com certeza, V. Ex^a será chamado.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Obrigado.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM. Como líder. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu gostaria de me somar a milhares de brasileiros que, com certeza, desde ontem, à noite, sentiram-se consternados pelo passamento do Sr. Roberto Civita, um dos maiores comunicadores brasileiros através do Grupo Abril, juntamente com seu pai e, não tenho a menor dúvida, com a nova geração.

Quero aqui externar meus sentimentos à família Civita pelo passamento desse grande líder empresarial brasileiro, que liderou o setor de comunicação no Brasil, principalmente na edição de revistas, sua grande paixão, como foi dito pelo próprio Roberto Civita em uma solenidade quando, manifestando sua posição com relação às novas mídias, elogiou a inovação que estava acontecendo, mas disse: “Minha verdadeira paixão é por revistas.” E essa era, efetivamente, sua verdadeira paixão, tanto é que, durante sua gestão, dando sequência à gestão de seu pai, Victor Civita, conseguiu, em 55 anos dedicados ao Grupo Abril, implementar revistas semanais que marcaram época em nosso País, com absoluta liberdade de expressão, em um momento em que o Brasil vivia sanções de censura à liberdade de imprensa.

Portanto, eu gostaria de deixar registrado aqui, em nome da Liderança do Governo, em nome do povo do Amazonas, a nossa solidariedade, os nossos sentimentos à família Civita, registrando o profícuo trabalho que o Dr. Civita deixou, o grande legado que deixou, seja pelo Grupo Abril, seja pela Fundação Victor Civita, dedicada à educação e a melhoria da educação no Brasil. Portanto, eu gostaria de deixar aqui o nosso registro.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado e usuários das mídias sociais, trago, no dia de hoje, mais uma boa notícia para milhares de brasileiros que anualmente consomem mais de 16 bilhões de litros de refrigerantes no País.

A boa notícia também se estende às populações tradicionais que habitam o interior do meu Estado, o Estado do Amazonas e o Estado de V. Ex^a, Senador Anibal, especialmente aos ancestrais dos Sateré-Mawé, que são os filhos do guaraná.

A Presidenta Dilma assinou decreto reduzindo pela metade a alíquota do IPI incidente sobre a produção de extratos concentrados para elaboração de refrigerantes que contenham extrato de sementes de guaraná, bem como de açaí.

Não é apenas refrigerante, Sr. Presidente, mas refrigerantes, refrescos, sucos que tenham, obviamente, o ingrediente tanto do guaraná, quanto do açaí.

Com relação ao guaraná, o decreto-lei de sucos, que estava em vigor até outubro do ano passado, já dava 50% ao guaraná. A grande inovação da Presidenta Dilma é ter aberto a porta para que outras frutas tropicais, outras frutas amazônicas, como é o caso do açaí, possam adentrar na prioridade para a formação de um arranjo produtivo que gere emprego, que implemente uma agroindústria na Amazônia brasileira, sem que isso represente nenhum tipo de pressão ao meio ambiente, ao contrário, signifique o fortalecimento de um sistema de desenvolvimento sustentável que venha a gerar emprego, renda e, ao mesmo tempo, conservação da natureza.

Aos demais sucos e refrigerantes, ficou estabelecido neste decreto o valor de 25% do IPI nos extratos concentrados para a elaboração de refrigerantes que contenham suco de frutas bem como refrescos.

Trata-se de um incentivo fiscal importante, que resultará em uma renúncia fiscal de R\$257 milhões este ano e de R\$285 milhões em 2014. Ou seja, é um recurso que os produtores deixarão de transferir ao Governo e que poderá ser utilizado no estímulo à produção e em investimentos para melhoria da produtividade.

Estimativas indicam que esse alívio fiscal poderá resultar em uma redução dos preços dos refrigerantes para os consumidores finais, bem como dos refrescos hoje produzidos a partir desses princípios ativos.

A redução do IPI já havia sido concedida pelo Governo em 2011, mas foi extinta em outubro do ano passado. Na realidade, ela já foi concedida muito antes de 2011, Sr. Presidente, só que em outubro do ano passado, de 2012, houve a suspensão desse benefício e, depois de muita luta, muito diálogo, muita negociação, conseguiu-se estabelecer uma diferenciação entre as frutas amazônicas, as frutas tropicais e as frutas cítricas, seja laranja, seja limão, seja uva, sejam outras frutas com mercado consolidado.

Agora ela volta. E eu espero que seja para ficar por um longo período, pelo menos até que cessem os efeitos perniciosos do sistema financeiro internacional.

Quando Governador do Amazonas, empreendemos várias iniciativas, com o apoio do setor privado, para estimular a produção de guaraná e das frutas tropicais no Amazonas.

Em baixa nos primeiros anos da década passada, o guaraná teve uma alta de quase 450% entre 2003 e 2009 em seu valor de mercado na região de Maués, cidade símbolo no cultivo da planta, com safra anual em torno de 300 a 400 toneladas de grãos torrados.

Quando cheguei ao Governo, a indústria pagava R\$2,00 pelo quilo de guaraná. Com os fomentos concedidos através dos programas de sustentabilidade, saímos desse baixíssimo valor para um preço mínimo R\$10,00 o quilo, em menos de seis anos.

A valorização nesse curto espaço de tempo deveu-se aos incentivos recebidos pela maioria dos produtores de guaraná da região, que reúnem mais de duas mil famílias.

Tanto em relação ao guaraná como ao açaí, promovemos o desenvolvimento econômico da floresta adentro com o conceito de Zona Franca Verde, que na prática significa levar tecnologia para desenvolver sem desmatar.

A intenção é incutir no homem que vive na floresta a ideia de que ele é seu verdadeiro guardião, o conceito de que a floresta é fonte de desenvolvimento e renda e não um obstáculo ao crescimento.

A Zona Franca Verde não é mais do que a aplicação, na floresta, do *know-how* da indústria de ponta, não poluente, que existe no polo industrial de Manaus.

Quando estávamos no Governo, contratamos uma empresa para melhorar as mudas de açaí, o que gerou um aumento da produção no médio Solimões, no centro do Amazonas, a maior região produtora.

A atividade deixou de ser puramente extrativa, nativa, para ser mais técnica, com manejo correto.

O açaí precisa ser plantado em áreas com um mínimo de impacto ambiental. Estradas devem permitir o escoamento da produção das terras altas durante o ano inteiro até as usinas de pasteurização, instaladas em diversos Municípios, entre eles os Municípios de Codajás, de Benjamin Constant, de Carauari, de onde o produto muito mais elaborado segue em barcas frigoríficas até Manaus.

Boa parte dessa produção pode ser adquirida pelo Estado, para compor a merenda escolar.

Sr. Presidente, com o incentivo fiscal concedido pelo Governo, chegou a hora da introdução da Produção Integrada na cultura do guaraná e do açaí no Amazonas. Sabemos que os sistemas de Produção Integrada atendem às exigências dos consumidores em nível mundial. Na Europa, tornou-se um pré-requisito para a qualidade da produção agrícola.

Agregar o sistema de Produção Integrada à cultura do guaraná no Amazonas e também na Amazônia permitirá a abertura de novas oportunidades de negócios,

por associar as vantagens desse sistema de produção, de garantia de alimento seguro, em um produto que tem mercado internacional garantido.

A verdade, Sr. Presidente, é que nossos consumidores, daqui e de fora, estão cada vez mais ciosos dos seus direitos e cada vez mais exigentes em relação à qualidade dos alimentos que consomem. Daí a importância de rastrear o produto desde ao seu plantio até sua entrega ao mercado de consumo.

Sem dúvida, a Produção Integrada é o sistema de produção mais avançado para garantir alimentos seguros.

Sr. Presidente, é importante destacar a necessidade de formação de cadeias produtivas com valor agregado, a partir de uma agroindústria que possa trabalhar os produtos sustentáveis da Amazônia, criando, portanto, um arranjo produtivo que gere emprego, que gere renda e, acima de tudo, gere um novo modelo de desenvolvimento para aquela região.

Eu ouvia atentamente, mais cedo, um pronunciamento do Senador Anibal, que falava da importância de se agregar tecnologia a determinados serviços na região do Estado do Acre. O Senador Anibal citava a importância do treinamento da mão de obra do seu Estado para o uso de roçadeira, por exemplo, e o quanto isso poderia impactar na renda do trabalhador no Estado do Acre.

Ora, nessa mesma linha, Senador Anibal, é que nós temos que pensar, cada vez mais, em arranjos produtivos, em cadeias produtivas, com produtos sustentáveis que possam gerar emprego e renda na floresta, também na logística para escoamento desse produto, bem como para a sua industrialização.

E aí, Sr. Presidente, é importante destacar a decisão do Governo com relação ao IPI, no que trata a questão do açaí. Temos visto, inúmeras vezes, enormes debates nesta Casa sobre IPI que é concedido, por exemplo, para o setor automotivo, IPI que é concedido para a lei de informática, mas raramente se vê um grande debate sobre uma questão que atinge um setor e uma região tão importante do Brasil como a Amazônia. O açaí se insere nesse tema. Ao mesmo tempo em que o açaí se insere nesse tema, outros temas, como, por exemplo, o programa de reflorestamento que estamos iniciando no Município de Apuí, no Município de Lábrea, no Município de Novo Aripuanã e no Município de Boca do Acre.

Sr. Presidente, para que V. Ex^a tenha uma ideia, nada mais, nada menos de que 1,5 milhão de árvores, Senador Pedro Taques, serão plantadas em mil propriedades. Propriedades essas que tiveram as suas áreas de reserva legal, as suas áreas de APP destruídas pelo desmatamento, com baixa produtivi-

dade, e em que agora, num programa aprovado em 2009 pelo Fundo Amazônia, com recursos de doação internacional, o Estado do Amazonas promoverá um programa de plantio de 1,5 milhão de árvores da região, árvores que são absolutamente do bioma amazônico, mas, ao mesmo tempo, são árvores que têm produtos sustentáveis, criando esta linha econômica da sustentabilidade de produtos com arranjo produtivo, com aplicação de agroindústrias, para que possamos avançar e criar, efetivamente, um modelo econômico de desenvolvimento sustentável

Portanto, Sr. Presidente, faço questão de agradecer ao Governo da Presidenta Dilma, o empenho do Ministério da Fazenda, ao Ministro Guido Mantega e ao Secretário Executivo, Dr. Nelson Barbosa, porque ambos compreenderam a necessidade e a importância do surgimento desses modelos econômicos sustentáveis na Amazônia. E o açaí e o guaraná serão, sem nenhuma dúvida, os protagonistas de uma nova indústria que esperamos poder ver surgir na Amazônia. É claro que as frutas tropicais e as frutas amazônicas não se resumem ao guaraná e ao açaí, mas são as duas frutas que possuem, hoje, não apenas um mercado, mas uma reputação no mercado, um conhecimento do consumidor, nacional e internacional, e que, portanto, abrem o caminho de uma agroindústria que reputo importante, estratégica, olhando para o futuro, para a geração de emprego e renda, para a geração de um modelo de desenvolvimento que tem enfoque econômico e social, mas também na sustentabilidade do meio ambiente, da natureza e, sem nenhuma dúvida, é um grande passo, mais um grande passo que damos na direção de uma economia que se prepara para o futuro e que aponta novos caminhos.

Portanto, agradeço mais uma vez, à Presidenta Dilma pela sensibilidade e espero que empresas como a Coca Cola e outras grandes empresas como a AmBev possam cada vez mais dedicar-se à produção com arranjo sustentável e agregação de valor numa cadeia produtiva de produtos que tenham essa responsabilidade social, ambiental e com consequências econômicas tão positivas para a nossa Região, para o nosso Estado e para o País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Eduardo Braga.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Esta Presidência lembra às Sr^{as} e aos Srs. Senadores e Deputados Federais que está convocada sessão conjunta do Congresso Nacional, a realizar-se amanhã, dia 28 de maio do corrente, terça-feira, às 20 horas, no plenário da Câmara dos Deputados, destinada a comunicação da Presidência da Mesa do

Congresso Nacional, leitura de vetos presidenciais e demais expedientes.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Esta Presidência também determina a publicação, na íntegra, do pronunciamento que fiz há pouco, pronunciamento para o qual contei com o apoio e suporte técnico da Secretaria de Pequenos Negócios do Acre e também do jornalista Tião Maia.

Concedemos a palavra agora, numa permuta com o Senador Luiz Henrique, ao Senador Pedro Simon; e, logo em seguida, ao Senador Pedro Taques.

Agora, com a palavra, o eminente Senador Pedro Simon, do PMDB do Rio Grande do Sul.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, o Brasil perdeu, nos últimos dias, dois jornalistas que fizeram história na imprensa brasileira: Ruy Mesquita, do *Estadão*, e Roberto Civita, da Editora Abril. Aliás, eles não apenas fizeram história na imprensa, eles foram protagonistas diretos na construção da nossa história recente.

Os editoriais do *Estadão* e as capas da *Veja* pauperaram a vida política nacional nos últimos tempos. Ler o editorial do *Estadão* e esperar pela capa da *Veja* foi, durante muito tempo, um aprofundamento da análise do Brasil e uma expectativa, das mais contundentes, dos acontecimentos brasileiros.

As páginas amarelas da *Veja* refletem uma diversidade de opiniões, esclarecendo e prestando um serviço à sociedade, sempre com assuntos da atualidade que movimentam o País.

Os dois jornalistas não deixaram de criar o contraditório, o que é bom, porque suscita, também, o debate de ideias. Sem as posições sempre contundentes de Ruy Mesquita e Roberto Civita, a discussão dos problemas nacionais teria sido bem mais pobre. Sim, farão falta neste momento de consolidação da democracia brasileira. Eu não tenho nenhuma dúvida de que, com seus estilos, com as suas linhas, com as suas opiniões, com as suas divergências, ele farão parte daqueles que precisavam, hoje, continuar a dialogar e, muitas vezes, mostrar que ninguém, quem quer que seja, por mais importante que seja, é o dono da verdade no nosso País.

Sem as posições contundentes do Dr. Ruy Mesquita e de Roberto Civita, a discussão e o debate, no Brasil, das ideias ficarão mais pobres. Faltarão muito as suas presenças na consolidação da democracia brasileira.

As receitas dietéticas colocadas no *Jornal da Tarde* e os poemas de Camões do *Estadão*, sempre no lugar das notícias censuradas, falavam, quem sabe, muito mais alto que a censura e o conteúdo da própria

notícia: elas intensificaram na população a aversão pelo que acontecia nos porões da ditadura e, consequentemente, aguçaram o desejo de mudança. A censura suscitava o porão, a tortura, os desmandos, a escuridão. Tudo o que a população desejava mudar. Assim, o povo na rua foi, em grande parte, também levado por atitudes como a desses nossos grandes líderes que acabamos de perder.

Tanto quanto as páginas vazias do *Estadão*, as receitas de doce, as capas da *Veja* também pautaram a política. Foram elas, por exemplo, que deram início à campanha contra a corrupção. Foram elas que deram início, por exemplo, àquilo que terminou no *impeachment* de Collor.

Há uma rima entre os sobrenomes desses dois senhores da imprensa brasileira – Civita e Mesquita. Ita, em tupi, significa pedra. Talvez tenha sido esta a marca dos dois: uma pedra no sapato de quem ainda guarda ranços contrários à liberdade de imprensa.

Eu, pessoalmente, sempre tive o maior respeito pelos dois jornalistas. Eu me lembro da primeira vez – eu ainda jovem – que falei com o jornalista Mesquita. Fiquei impressionado com o seu estilo, com a sua forma de falar, com a sua franqueza, com a sua realidade, e com a fidelidade que ele tinha àquilo que defendia.

Eu sempre tinha ouvido muito falar dos Mesquitas, da sua fidalguia, da sua imponência, daquilo que chamavam de os donos da verdade, mas confesso que a impressão foi muito positiva. E, acompanhando, ao longo de sua vida, a sua história, a mim impressionou a firmeza e a fidelidade aos seus princípios e às suas ideias. A mim impressionou.

E peço inclusive a transcrição nos Anais, junto com meu discurso: “Ruy Mesquita e a imprensa sem peias”, artigo de hoje de Paulo Brossard no *Zero Hora*.

Paulo Brossard, um admirador incontestado do *O Estado de S. Paulo*, diz que, nas horas da ditadura, do arbítrio e da violência – era interessante –, falava na tribuna da Assembleia Legislativa, e o *Correio* publicava na íntegra o seu discurso; o *Correio* publicava os absurdos da ditadura, e Brossard transcrevia-os na íntegra na Assembleia do Rio Grande do Sul. Por isso peço essa transcrição.

Conheci muito o bravo Civita. Conheci, ainda no início, ele e seu pai. Não nego que me emocionava ao vê-lo se dirigir ao pai com o maior respeito, chamando-o de “papai” e sempre olhando-o com carinho afetivo.

Com relação à *Veja*, eu tive inclusive horas de mágoa, em que me senti injustificado. E escrevi à *Veja*, escrevi ao Sr. Civita. Mas tenho que fazer justiça que ali eu tive com ele reparação, inclusive um editorial de página inteira, na época, em que ele dizia: “O Sr. Si-

mon e eu temos uma campanha, uma luta, com muita coisa em comum. Às vezes divergimos, às vezes nós temos razão, às vezes ele tem razão”. E terminei consolidando uma amizade e um respeito pelo Sr. Civita.

O Sr. Luiz Henrique (Bloco/PMDB – SC) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Com o maior prazer já lhe darei.

Impressionou-me a garra, a vontade, a competência e a disposição de ir adiante. Aliás, o que me impressionou nos dois foi o amor total pela liberdade de imprensa, era a paixão que eles tinham pela liberdade de imprensa.

O Sr. Luiz Henrique (Bloco/PMDB – SC) – V. Ex^a sabe bem (*Fora do microfone.*), Senador Pedro Simon, o que nos conquistou, neste momento, ao vê-lo na tribuna, saudando a memória do Dr. Ruy Mesquita e de Roberto Civita. V. Ex^a sabe bem quão foram duros os tempos do arbítrio, os tempos da censura, em que o *Estadão* ironizava, publicando trechos da poesia de Camões nos espaços onde seriam registradas notícias que os censores impediram de publicar. V. Ex^a coloca exatamente o que é o papel da imprensa como bastião do regime democrático. Eu prefiro a imprensa cometendo erros, mas livre, à imprensa calada. E V. Ex^a relata muito claramente isso. Eu quero cumprimentá-lo por esse pronunciamento e me solidarizar com V. Ex^a na homenagem que faz a esses dois expoentes da imprensa livre do nosso País.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Muito obrigado, meu querido amigo.

Pois não, Senador.

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – No mesmo caminho do Senador Luiz Henrique, Senador Pedro Simon, eu quero me associar a V. Ex^a, à sua fala em relação a esses dois brasileiros, dois jornalistas que falavam o que o outro não queria ouvir. Aliás, liberdade é isto: ter a capacidade de falar o que o outro não quer ouvir. Isso é liberdade. Hoje, quando alguns debatem o controle do conteúdo do que a imprensa fala – alguns defendem isso –, nós temos de, todos os dias, ficar atentos a esse tipo de ofensa à liberdade de imprensa. Falar em regulamentar, falar em regular o conteúdo da imprensa é ofender a Constituição. E esses dois jornalistas, em alguns momentos, falaram o que alguns não queriam ouvir. Vide algumas capas da revista *Veja*. Muitos políticos não dormem de sexta-feira para sábado, de sábado para domingo, com medo da capa da *Veja* no final de semana. Eles ficam com insônia, com medo do que pode aparecer na capa das revistas. E ainda insistem em calar órgãos de imprensa. Também, temos de nos atentar ao que o Senador Aécio Neves hoje falou na *Folha*

de S. Paulo, ao escrever um artigo nesse jornal hoje, e ao que a Senadora Marina Silva falou, na semana passada. Em tempos modernos, nas redes sociais, a comunicação via rede mundial de computadores, muitas vezes, é aparelhada por grupos políticos. Um exemplo disso: se um de nós Senadores ou políticos como gênero sobe à tribuna e fala sobre determinado tema, uma verdadeira quadrilha organizada nas redes sociais começa a espalhar aleivosias, acusações sem fundamento, contra políticos, Senadores, Deputados, que não fazem parte da busca por um pensamento único. Na democracia, de acordo com a própria Constituição – e a Constituição fala em pluralismo político –, eu tenho a liberdade de ser contra o que o senhor está a dizer. E isso não significa que eu seja seu inimigo, isso não significa que eu não defenda o seu direito constitucional de falar até coisas que eu não queira ouvir. Agora, não é possível que nós tenhamos, na República, a possibilidade de regularmos o conteúdo do que será divulgado. O Dr. Ruy Mesquita e o Civita, dado o Grupo Abril, muitas vezes, falaram e escreveram coisas, informações que outros não queriam ouvir, inclusive, derrubaram Presidentes da República. Capas de revista derrubando Presidentes da República por intermédio de entrevistas, editoriais do *Estado de S. Paulo* derrubando ministros, anulando procedimentos licitatórios em razão da existência de fraude, em razão da existência de corrupção. É lógico que cada um tem o direito constitucional de falar o que quer, e é bom que assim seja. Mas liberdade rima com responsabilidade. Depois de propalada a notícia, cada um deve procurar os seus direitos. Mas temos que ressaltar que a imprensa livre é um direito fundamental do cidadão de bem viver dentro desta sociedade política chamada Estado. Parabéns pela sua fala!

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Pena que a Casa esteja tão vazia, porque os três que aqui estão falam da mesma maneira. Poderíamos debater com outros colegas que pensam de maneira diferente, e nós sabemos disso.

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT. *Fora do microfone.*) – Nós não somos inimigos.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sabemos disso. Hoje é o tipo do dia que, com elegância e alto estilo, daria para se debater a proposta que V. Ex^a apresentou.

Penso como V. Ex^a. Muito divergi da imprensa, de jornais, de artigos, etc. e tal. Mas prefiro mil vezes a imprensa livre à imprensa escondida. Acho que a liberdade de imprensa é um dom muito grande e muito importante. Ainda mais agora, como V. Ex^a salientou, que existem as redes sociais.

Temos que estar preparados para o futuro, para uma fase bem diferente da que existia até agora. De certa forma, até agora, nós estávamos à mercê da imprensa – jornal, rádio e televisão – e nós assistindo. Por isso até, muitos colegas nossos, embora a Constituição proíba, são donos de rádio, televisão e jornais, e mantêm isso em toda a sua região eleitoral. É porque querem ter uma maneira de atuar.

Mas vejo como muito positivo essa presença das redes sociais, embora todo mundo crescente que é um perigo, pois, de repente, pessoas podem usá-las de maneira inescrupulosa e nós teremos que entrar em um debate, mesmo não querendo, em cima daquilo que não é verdade. Mas que é bom, é bom.

Olha, nós aqui tivemos duas grandes vitórias: o Ficha Limpa e o Mensalão. E cá entre nós, a *Veja* contribuiu muito para isso. As publicações e a espera pela sexta e o sábado, e as coisas que ali eram publicadas ajudaram, cá entre nós, muito mais do que nós aqui. A imprensa entendeu que não era caixa dois, era caixa um; era dinheiro do Governo em que eles estavam botando a mão e estavam tirando. As explicações que eles apresentaram explicaram muito mais do que as nossas, que era uma quadrilha mesmo e que ela tinha um chefe. E para haver roubo, para haver falcaturia, não é apenas o cara que bota a mão, pega o dinheiro e bota no bolso, tem que haver o intelectual, o que coordena, o que comanda, o que faz com que as coisas aconteçam, e até publicaram comparação feita. Se vírmos as coisas que aconteceram no nazismo, não vamos encontrar assinatura de nenhum dos grandes líderes mandando prender judeu ou fazer as torturas que aconteceram. Quem estava ali eram os coitadinhos dos soldados, tenentes ou coisa que o valha. E ficou provado que, no mensalão, havia comando, havia chefe, embora não houvesse nada assinado por esse comando nem por esse chefe. Isso eles mostraram. Foi de grande importância.

Eu me lembro que, na hora do *impeachment*, tanto o *Estadão* quanto a *Veja* levaram a questão adiante, e a questão não caiu no ar. O que eu vejo e o que eu respeitava no Dr. Ruy Mesquita e o que eu respeitava com profundidade no Dr. Civita era a firmeza de suas convicções – publicavam.

A *Veja*, crescendo e se desenvolvendo, podia facilmente se identificar com o governo, podia facilmente tanto se identificar com o governo quando era ditadura como quando era Fernando Henrique ou, principalmente agora, sendo o governo do PT. Mas ele manteve a mesma linha, como o Dr. Mesquita manteve a mesma linha: de independência absoluta, mostrando as coi-

sas quando estavam erradas e mantendo a posição de absoluta independência.

Por isso, Sr. Presidente, deixo o meu pesar e o meu respeito a esses dois grandes brasileiros, eles merecem nosso respeito e nossa admiração.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PEDRO SIMON EM SEU PRO-NUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)



ZERO HORA

OPINIÃO

12B/13

Ruy Mesquita e a imprensa sem peias

PAULO BROSSARD*

O Estado de S. Paulo é o maior, mas não o mais antigo jornal do país, embora o seja de São Paulo, pois antes dele entraram a circular e continuam circulando pelo menos duas folhas, o Diário de Pernambuco e o Jornal do Comércio, do Rio de Janeiro. Estas lembranças me vieram à mente acerca do falecimento de Ruy Mesquita, que, desde a morte de seu irmão, Júlio de Mesquita Neto, passou a ser a primeira figura do grande jornal, ele que fora o fundador e diretor do Jornal da Tarde. A morte do jornalista ensejou fosse apreciada sua dimensão entre os profissionais da imprensa, bem como a posição que lhe cabia nos planos nacional e internacional. E foram de louvor, sem discrepância, as apreciações acerca de sua dedicação ao mundo do jornal.

Como uma ideia puxa a outra, dei-me conta de que o “Estadão”, como veio a ser popularmente denominado, converteu-se em uma espécie de escola de jornalismo e, entre outras notas distintivas, primou em guardar acentuada homogeneidade. Esta me parece derivar da circunstância de, em mais de século, ter sido confiada a uma família de jornalistas. Sem contar os anos iniciais da propaganda, ao tempo da Província de S. Paulo, a partir da República esteve sob a direção sucessiva de Júlio de Mesquita, Júlio de Mesquita Filho, Francisco de Mesquita, Júlio de Mesquita Neto e Ruy Mesquita, à exceção do período em que o jornal, confiscado, exilados seus diretores, perdeu seu caráter próprio. A permanência da família, sem solução de continuidade, não impediu que Nestor Pestana e Plínio Barreto, jurista, homem público e jornalista, fossem seus diretores.

Em outras palavras, de 1891 a 2013 o jornal viveu sob a direção de três gerações de uma família, ligadas não só por seus laços, mas também por vínculos culturais em seu mais amplo sentido, de modo que o pecúlio imaterial que se foi formando, a despeito das imensas transformações do mundo, fosse se enriquecendo num prolongamento orgânico das linhas iniciais do empreendimento; a fidelidade aos padrões originários assegurou a homogeneidade nascente perpetuada até hoje.

Se é exato que a empresa jornalística necessita de estrutura em tudo adequada às suas necessidades, de modo a zelar por sua funcionalidade material, ela não exclui a singularidade peculiar, pois, se o jornal não dispensa imprescindível saúde financeira, seu escopo não será exclusivo ou mesmo predominantemente econômico, pois não poderá desligar-se de suas preocupações específicas, marcadamente imateriais.

Por estas ou aquelas razões, o certo é que o fenômeno “Estado” aparece como uma eminência no meio em que nasceu e cresceu até tornar-se entidade nacional de expressão internacional, e Ruy Mesquita foi a derradeira personalidade da terceira geração da família Mesquita, que se confunde com a empresa centenária a partir de 1891 e, dadas suas qualidades, herdadas e adquiridas, veio a imprimir significativo contributo à antiga instituição, aditando e enriquecendo o singular patrimônio acumulado em mais de século, com naturalidade e descortino, segurança e firmeza.

Na apreciação dos que o conheceram no dia a dia de alguns anos, que não foram poucos, ele se afirmou sem alarde e quase sem esforço à altura de seus antecessores. A mim parece que o jornalismo brasileiro perde em Ruy Mesquita uma de suas expressões mais completas e harmoniosas.

Embora não passe de velharia, ainda existe entre nós quem defenda a “regulamentação” da imprensa, que, em verdade, não passa de pseudônimo do domínio sobre a livre informação. Na simpática República Argentina, por exemplo, seu governo se afoita em hostilizar frontalmente o seu maior complexo noticioso, repetindo a selvagem agressão de outro governo contra dois ornamentos da nação irmã, La Nación e La Prensa. É a razão por que foram oportunas as homenagens ao jornalista falecido por sua fidelidade à imprensa sem peias, internacionalmente reconhecido.

*Jurista, ministro aposentado do STF

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Pedro Simon.

Agora ouviremos, em permuta com o Senador Pedro Taques, o Senador Luiz Henrique da Silveira.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Anibal Diniz, Sr^{as} e Srs. Senadores, no dia 25 de maio de 2007, recebi, na condição de Governador do Estado de Santa Catarina, da Organização Mundial de Saúde Animal, o Certificado de Estado Livre de Aftosa sem Vacinação. Aquele foi um momento importante da minha vida pública, porque foram anos e anos de luta no desenvolvimento da sanidade animal, do controle da sanidade animal, do investimento na sanidade animal, o que permitiu a Santa Catarina ter este galardão único no Brasil: ser um Estado livre de aftosa sem vacinação.

No momento em que recebi, em Paris, aquele diploma, aquele certificado, eu disse aos jornalistas que me interrogaram que aquilo seria como uma chave para nós abrírmos novos mercados para exportação de carne suína, setor no qual Santa Catarina é o segundo produtor brasileiro. É o primeiro de carne de frango e o segundo de carne suína.

Não demorou muito tempo, o Chile abriu seus mercados para os produtores de suínos do nosso Estado. Os Estados Unidos já realizaram audiência pública e se encaminham também para começar a importar a carne suína catarinense. Vários outros países entraram no rol dos importadores da nossa carne suína.

A partir daquele momento, começamos a trabalhar o Japão. Eu fui pessoalmente ao Japão. O Vice-Governador Leonel Pavan, o Vice-Governador Eduardo Pinho Moreira e o Governador Raimundo Colombo foram ao Japão com esse objetivo. Várias equipes técnicas japonesas vieram a Santa Catarina, visitaram os produtores rurais, foram às grandes empresas – Sadia, Perdigão, Aurora, Seara –, inspecionaram a forma como são produzidos os produtos derivados de carne suína catarinense. E o resultado está consubstanciado na declaração, na proclamação que o Governo japonês acaba de fazer ao Ministério das Relações Exteriores, comunicando que o Japão vai passar a importar carne suína procedente de Santa Catarina.

O Japão importa, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, 1,150 milhão de toneladas desse produto e oferece ao nosso Estado a perspectiva de exportarmos 800 toneladas, o que representa quase 60% de tudo o que hoje Santa Catarina exporta em carne suína.

Isso vai representar um alívio muito grande para o nosso produtor, para o produtor catarinense, já que 65% deles trabalham numa pequena gleba de terra que mal chega a um módulo fiscal. Isso é um grande

alento para os nossos produtores, que vivem a depressão desde o momento em que as autoridades russas decidiram deixar de importar a nossa carne.

E o importante, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é que o produto suíno importado pelo Japão é o chamado “produto fino”, elaborado, com valor agregado, industrializado, o que aumentará significativamente o valor da pauta de exportações de Santa Catarina e contribuirá para a pauta de exportações do País.

Ocupo esta tribuna, hoje, para exaltar esse fato: livres de aftosa sem vacinação!

O nosso Estado e seus produtores têm essa grande porta, esse umbral japonês escancarado para gerar emprego e renda para nossa gente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Luiz Henrique, o Sr. Anibal Diniz deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Cícero Lucena.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. Bloco/PSDB – PB) – Pela ordem dos inscritos, com a palavra o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, amigos das redes sociais, eu gostaria de fazer alguns breves registros.

O primeiro é para lembrar a todos os brasileiros que, na semana passada, no dia 22 de maio de 2013, entrou em vigor uma lei muito importante para os direitos dos cidadãos na esfera da saúde. Trata-se da Lei nº 12.732, de novembro de 2012. Esta Lei garante que o SUS, a saúde pública do Brasil, trate, por óbvio, de forma gratuita, todos os pacientes com neoplasia maligna, ou seja, com câncer.

O primeiro tratamento da pessoa acometida dessa enfermidade – tratamento mesmo –, seja cirúrgico, quimioterápico ou radioterápico, tem de ser concedido, no máximo, em 60 dias, dois meses, contados a partir do primeiro diagnóstico médico da condição do paciente. Em 60 dias o tratamento tem que ser feito, e isso é uma imensa vitória do povo brasileiro.

O tratamento precoce do câncer é a chave para diminuir as sequelas e o sofrimento do paciente, bem como para melhorar muito as chances de recuperação, reduzindo também o custo para o Sistema Único de Saúde.

É uma conquista tão importante, Sr. Presidente, que, no dia 22 passado, foi promovido pelo Ministério Público Federal e pelos órgãos federais de saúde um dia de mobilização nacional pela efetivação desse direito ao início do tratamento do câncer no SUS. Tivemos uma audiência pública na Procuradoria-Geral da República; outra audiência na Comissão de Assuntos

Sociais desta Casa; e vários atos no País inteiro – tudo na semana passada.

Vemos os gestores da saúde pública e os órgãos de controle unidos em busca de garantir esse direito para o povo brasileiro.

Divulgar esse direito, Sr. Presidente, e essa mobilização é uma grato dever para mim. Quero que todo brasileiro, todo mato-grossense saiba que já pode contar com o amparo da saúde pública em condições dignas para esses momentos de grande infortúnio.

Não é possível, Sr. Presidente, que a Constituição da República, há vinte e cinco anos promulgada – vai atingir agora no mês de outubro –, e nós a tenhamos como uma mera folha de papel. A Constituição não é uma folha de papel! A Constituição é uma norma jurídica superimperativa, com imperatividade reforçada, e ela precisa ser atendida, ela precisa ser obedecida. Depois de 25 anos é que nós temos esse direito social concretizado.

Eu sei, Sr. Presidente, que o homem muda a lei; mas a lei dificilmente muda o homem. Contudo, essa lei é muito importante para que aquele cidadão mais simples, aquele cidadão mais pobre, na acepção jurídica do termo, possa ter um atendimento digno, notadamente quando acometido desse tipo de mal, em que a demora no tratamento pode significar o caminho da vida ou o caminho da morte.

O segundo ponto que eu gostaria de levantar é relativo a outro serviço público, neste caso o de telecomunicações. Tenho recebido, Sr. Presidente, de inúmeros cidadãos do Estado de Mato Grosso reclamações acerca da precariedade ou simplesmente ausência de sinal de telefonia celular em seus municípios. Para nós, mato-grossenses, que vivemos nas fronteiras, na Amazônia Legal, no Pantanal, na região do Araguaia e no cerrado, a ligação por telefone é, hoje, um recurso essencial até para a nossa sobrevivência.

Mas eu lembro aos que nos ouvem que os serviços de telefonia celular são concedidos às diferentes empresas operadoras em troca de um compromisso de universalizar o acesso. Elas assinam um contrato. Nesse contrato assumem um compromisso de buscar essa universalização do acesso. Nós, parlamentares, temos que contribuir também para proteger o consumidor, fiscalizando o cumprimento desses compromissos assumidos pelas empresas com o Poder Público.

Infelizmente, as agências reguladoras, Senador Cícero, hoje, têm desvirtuado totalmente a sua razão de existir. As agências reguladoras foram criadas com o objetivo de desburocratizar o sistema, retirar a burocracia na regulamentação e na fiscalização. No entanto, infelizmente, as agências reguladoras, hoje, com raríssimas exceções, não passam de cabide de

emprego para aqueles apaniguados. Estão aparelhando as agências reguladoras, sem falar que, muitas vezes, colocam a raposa para tomar conta do galinheiro, o lobo para tomar conta da ovelha, numa verdadeira simbiose entre aquele que deve controlar e aquele que deve ser controlado.

Por exemplo, eu mesmo já tive ocasião de auxiliar vários Municípios do Estado de Mato Grosso a conseguir a regularização do fornecimento de energia elétrica apenas por meio da ação de fiscalização sobre o contrato de concessão de energia. Com um ofício do Senador, é possível que se resolva essa situação. O direito mais básico: o direito de não tropeçar na sua cama na hora que acorda, acendendo a luz. Pois alguns Municípios do nosso Estado, em regiões distantes, ainda não têm luz elétrica, hoje um direito fundamental do cidadão.

Vou tomar a frente dessa defesa dos consumidores e usuários de telefonia em nosso Estado. Já solicitei, Sr. Presidente, à Anatel, a agência reguladora dos contratos de concessão de telefonia, a relação dos compromissos contratuais de implantação de sinal de celular de cada operadora, distrito a distrito, em todo o Estado de Mato Grosso, e a informação sobre o cumprimento desses compromissos, porque muitas operadoras, Sr. Presidente, conseguem as grandes cidades, querem ficar com o filé, deixando aqueles distritos mais simples com a ausência da telefonia móvel.

Segundo consta, no Brasil, hoje, nós temos mais telefones celulares habilitados do que população. Nós temos quase 200 milhões de habitantes e quase 260, alguns dizem, milhões de telefones celulares habilitados. Mas existem distritos que ainda padecem da falta de uma antena para a comunicação móvel, uma estação rádio-base, uma ERB, para que possam se comunicar. Hoje, isso não é luxo, com se diz no Estado; hoje, é uma necessidade do cidadão se comunicar com o mundo, sem falar no acesso à Internet, visto que é um direito fundamental do cidadão o de se informar. É um direito de quarta dimensão: o cidadão ter acesso às informações do mundo.

Vamos exigir, assim, Sr. Presidente, que o sinal de celular chegue às nossas cidades, aos distritos mais longínquos da capital. É um direito do cidadão, é uma obrigação das empresas concessionárias; obrigação esta, aliás, Senador Cícero, que, ao ser cumprida, vai trazer mais clientes e mais lucros para essas empresas.

São essas, Sr. Presidente, as funções de um Senador da República. Hoje, nós temos muitas leis. Segundo consta – e eu faço parte de uma Comissão Especial Mista, de Senadores e Deputados, que regulamenta a Constituição e faz levantamento das leis que temos no Brasil hoje –, quase 180 mil leis! Alguns

dizem mesmo que precisaríamos de uma lei dizendo assim: “todas as leis anteriores devem ser cumpridas”.

Pois bem; temos muitas leis. Uma república com muitas leis é uma república subdesenvolvida. Não precisamos de tantas leis; não precisamos! Senador não serve, não tem obrigação apenas de criar leis; nós temos que fiscalizar, nós temos que buscar concretizar os direitos sociais previstos no art. 6º da Constituição.

Para minha alegria, concedo um aparte a S. Exª o Senador Cícero Lucena.

O Sr. Cícero Lucena (Bloco/PSDB – PB) – Senador, V. Exª, como sempre, traz a esta Casa e coloca na pauta da discussão e também nas verificações algo que, cada vez mais, aumenta em todos os gabinetes dos Senadores, acredito, que são as reclamações por parte do cidadão pelo descumprimento de várias legislações. Como V. Exª bem disse, as agências reguladoras, que seriam para estabelecer políticas e, ao estabelecê-las, ter a capacidade de fiscalizar e cobrar, infelizmente, hoje, compartilham de um processo político de loteamento de cargos, o que todos nós lamentamos. Sem dúvida, esse tema é fundamental. Temos recebido informações de que, no Procon ou seja onde for, o maior índice de reclamações, sem dúvida nenhuma, hoje, está centrado nas telecomunicações. Tivemos avanços, mas poderíamos ter avançado muito mais. A privatização foi o primeiro passo desse avanço no sentido da universalização, que era o seu objetivo maior. Contudo, nós ainda estamos carentes, e muito, do serviço que merecemos e que as empresas têm o dever e a obrigação de cumprir. Faço questão de ressaltar esse ponto do discurso de V. Exª, porque tenho um projeto para que, ou se corrige isso hoje, ou se vai dificultar mais ainda os projetos na área de educação. A Coreia, por exemplo, Senador, estabeleceu que, até 2015, o *tablet* ou ferramenta assemelhada será instrumento fundamental nas escolas daquele país. É um país que já nos ensinou ao acabar com o analfabetismo em uma meta estabelecida de 10 anos. Compreendo que, no Brasil, ou nós estabelecemos metas, ou vamos estar sempre adiando e arrumando justificativas para não se atingir os objetivos. Apresentei um projeto em que o *tablet* passa a ser o instrumento de redução da injustiça social, de escancarar a oportunidade para os nossos jovens, principalmente os mais carentes, os que se encontram, hoje, nas áreas mais distantes deste País. Sem dúvida nenhuma, o *tablet* vai ajudar a escancarar a oportunidade de pesquisa, de conhecimento, vai democratizar essa oportunidade. Se não tivermos a telecomunicação à disposição, o *tablet* vai ser uma peça de enfeite ou nem vai chegar exatamente para aqueles que mais precisam. Então, parabeno V. Exª por trazer um problema que é de hoje mas que,

se não tomarmos uma providência, vai se refletir num futuro muito próximo, trazendo prejuízos para todos.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Muito obrigado, Senador Cícero, por sua fala.

É interessante que Aristóteles, o filósofo de Estagira, chamava seus alunos, ia a uma praça e, ali, ficava ensinando.

Hoje, muitos professores ainda fazem a mesma coisa, apesar do avanço tecnológico. Nós temos a mesma forma de propalação da informação, o mesmo sistema didático, o mesmo sistema pedagógico. Sem a Internet, sem a telefonia celular – hoje, o maior número de celulares vendidos é de *smartphones* –, sem isso, nós não vamos avançar! Como é possível você conhecer o mundo pelo computador, pelo *smartphone*, se você não tem uma antena de celular nos distritos mais longínquos das capitais? De que maneira o brasileiro que lá mora, de que maneira o cidadão que lá vive vai poder competir no mercado de trabalho se ele não tem acesso às informações que são divulgadas no mundo? De que maneira ele vai poder se inserir no contexto social, de que maneira ele vai ter importância dentro do contexto em que ele mora, em que ele vive, se ele não tem Internet, se ele não tem acesso às comunicações? E nós já estamos falando em 4G, daqui a pouco 5, 6, não sei a que número vai se chegar com o avanço tecnológico. Não sei. E alguns ainda estão ensinando e aprendendo da mesma forma que se ensinava e aprendia em 240 antes de Cristo. Isto é um absurdo! Nós temos que avançar e um país, um estado, uma nação só avança através desses processos educacionais. Daí a importância de esses distritos serem ser ligados, conectados, “linkados” com o mundo através da telefonia celular.

O último tema, Sr. Presidente, que eu trago é um projeto de lei que amanhã será votado aqui no Plenário, o Projeto de Lei nº 132. Este projeto de lei foi votado na Comissão de Constituição e Justiça, sob a relatoria de S. Exª o Senador Humberto Costa. Fizemos um recurso para o Plenário, de acordo com o art. 58, § 2º, da Constituição. Um recurso de um décimo dos Senadores trouxe o Projeto de Lei nº 132 para o Plenário. Aqui, foram apresentadas dez emendas ao projeto. E foi apresentado, conforme determina o Regimento, um pedido de urgência, e esse projeto será votado em Plenário.

Esse projeto cria um novo sistema de investigação e traz algumas modificações que, a meu juízo, respeitando as posições em contrário, seriam inconstitucionais. Amanhã, debateremos este projeto aqui, o Projeto de Lei nº 132. Nesta oportunidade, às vésperas do debate sobre este projeto, vou trazer alguns pontos deste projeto que me causam preocupações.

O primeiro deles: o projeto diz que delegado de polícia passará a ter imparcialidade. Imparcialidade é a qualidade daquele que é parte. Só pode ser imparcial aquele que é parte no sistema processual. A ação penal é processo; inquérito policial não é processo. Se não é processo, é procedimento administrativo. Se é procedimento administrativo, não existe parte. Este ponto é muito importante para o debate, amanhã, deste projeto.

O segundo ponto, também de relevo, também significativo, é aquele que oferta ao delegado de polícia o chamado livre convencimento. Livre convencimento significa que a autoridade policial poderá deixar de atender a requisição do Ministério Público? Se sim, a previsão é inconstitucional, porque o art. 129, inciso VIII, da Constituição afirma que delegado de polícia deve atender às requisições do Ministério Público. Se livre convencimento não significa que ele possa desatender as requisições do Ministério Público, não tem razão para a sua previsão em um projeto de lei.

Assim, existem muitos pontos deste projeto que mereceriam e merecem maior debate por este Plenário. Nada contra delegado de polícia. Aliás, quero expressar o meu respeito à autoridade policial, que é um servidor público decente, um servidor público que merece o respeito da sociedade brasileira.

Agora, como existem Senadores que violam a lei, também existem delegados que violam a lei, como existem membros do Ministério Público que violam a lei. Nós não podemos estabelecer mudanças pontuais no sistema de investigação. Temos que tratar um sistema de investigação diferenciado, diferente do que existe hoje no Brasil. Nós temos, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, uma verdadeira confusão nesse sistema. Por exemplo, a Polícia Judiciária recebe esta denominação, mas é subordinada ao Poder Executivo, presta serviço ao Ministério Público e à sociedade e recebe o nome de Polícia Judiciária.

Temos que tratar da autoridade policial e do sistema de investigação de uma forma única, não de forma pontual, como estamos a fazer, notadamente, Senador Pedro Simon, neste momento em que estamos debatendo, lá na Câmara dos Deputados, a chamada PEC nº 37.

Por isso, quero aqui chamar atenção para o debate que ocorrerá nesta Casa amanhã, na votação do Projeto nº 132. Precisamos ficar atentos, precisamos emprestar respeito, sim, à autoridade policial, mas não podemos, com essa desculpa de emprestar respeito à autoridade policial – e eu defendo isso –, cair em equívocos de constitucionalidade. Eu citei aqui apenas dois, mas poderia citar outros deste projeto que será aqui debatido amanhã.

Para minha honra e alegria, concedo um aparte a S. Ex^a o Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – Não há dúvida de que V. Ex^a, que é um especialista nesta matéria, tem que nos orientar, porque nós estamos vivendo um momento muito delicado. Eu queria, se dependesse de mim, se eu pudesse lhe dar algum conselho, parar com esta matéria. O momento, o estado de ânimo não está a fim de discutir uma matéria como esta. As pessoas estão votando com raiva, estão votando com outro sentimento que não de imparcialidade, pensando no que é melhor. “Eu vou votar para tirar o promotor da ação, porque o promotor denunciou o Prefeito tal” e não sei o quê... Penso que isso é muito pouco para nós analisarmos. Com toda a sinceridade, se eu tivesse a capacidade de orientar, eu diria que a melhor coisa que nós temos agora a fazer é deixar esta matéria, deixá-la parada um tempo para nós raciocinarmos.

(Soa a campanha.)

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – Eu me assusto com o que eu estou vendo que está crescendo. E dizem que, de certa forma, o lugar onde está crescendo mais seria aqui, no Senado. Eu não sei se é verdade. Mas a imprensa publicou que a aprovação do projeto é mais forte aqui, no Senado, do que lá na Câmara. Eu não sei. Mas eu tenho, como V. Ex^a, o maior respeito pelos delegados de polícia. Ao longo da minha vida, como advogado, advogado que trabalhou no júri e sempre trabalhou na defesa, eu sempre convivi com delegados de polícia e, com toda a sinceridade, tenho muito carinho e muito respeito para com eles. Considero uma missão muito dura, muito pior do que a nossa, do advogado, do promotor, porque eles convivem ali...

(Interrupção do som.)

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – ... fazer o que eles estão imaginando, tirar o promotor do processo, ficando apenas a disposição do delegado, sinceramente... E o pior é que você conversa com o colega e ele está apaixonado por esta tese: “Não, o promotor é contra nós. O promotor gosta de denunciar parlamentar, gosta de fazer isto, de fazer aquilo”. Eu não acredito. No que eu acredito é que hoje, na verdade, nós, Deputados, prefeitos, etc, temos na força política uma fórmula de cair fora. O governador, na hora final, é quem dá a última palavra. Com o promotor, não; o promotor tem independência. Eu até concordo, Senador, que alguma coisa deve ser feita. Uma das coisas que foram feitas, que eu achei importante, é que o cidadão não pode sair da faculdade e ser promotor daí a um ano. Ele tem que viver como advogado, tem que viver, tem que conhecer a vida, e não pensar que saiu

da faculdade e pode pegar a Constituição: “Está aqui. A Constituição diz que o prefeito é responsável pelo lixo. Então, eu te dou 60 dias para terminar esse lixo que está há dez anos na cidade, ou então vai para a cadeia”. Há muita coisa a ser feita, mas...

(Soa a campanha.)

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – ... tirar os promotores fora, sinceramente, eu acho um absurdo.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Senador, eu já pensei muito sobre isso e fiz essa reflexão sobre a idade que o senhor acabou de fazer. Sai da faculdade, vira juiz, vira promotor... Agora, por que ele não pode ser juiz ou promotor, mas pode ser Deputado Federal e criar a lei? Se pode criar a lei, por que ele não pode aplicar a lei?

E sempre lembrando que os canalhas também envelhecem. A idade...

O Sr. Pedro Simon (Bloco/PMDB – RS) – É que deputado, de certa forma, não faz muita coisa. Deputado e Senador não fazem muita coisa e lá ele já pode promover algum estrago.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Está certo. Temos que lembrar que idade não é tudo. Uma prova é V. Ex^a: 55 anos de vida pública, quase 32 anos nesta Casa, e mostrando, através dos exemplos, como se faz o exercício de uma função parlamentar. Idade não é tudo. Mais do que jurista, porque V. Ex^a fazia jûris, como foi dito aqui, a experiência de vida que o senhor traz aqui é muito importante para este debate.

V. Ex^a falou da paixão. Em tudo que é feito com paixão existe um comprometimento psicológico. A capacidade subjetiva resta violada. Cuidado com a paixão. A paixão se assemelha e está ali vizinha...

(Soa a campanha.)

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – ..., lindeira à vingança.

Este tema poderia ser, sim, mais bem debatido nesta Casa, até porque existe uma comissão formada por Deputados Federais, Senadores, delegados de polícia, membros do Ministério Público estadual e membros do Ministério Público Federal que estão debatendo, junto com o Ministério da Justiça, Sr. Presidente, o tema da PEC nº 37. Precisamos atentar para este projeto.

Quero dizer a V. Ex^a, Senador Pedro Simon, que eu já admirava o seu trabalho antes de ser Senador da República, como cidadão, e hoje, mais do que Senador da República, sou um cidadão que exerce o cargo de Senador da República, e V. Ex^a é um exemplo nesta Casa, um exemplo de coerência, apesar da idade cronológica. Mas a idade não é tudo. Lembremos que Nero incendiou Roma com quase 30 anos e que Churchill

ganhou a Segunda Guerra Mundial com mais de 70 anos. Idade não é tudo. Temos que levar em conta a capacidade daquele cidadão.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Pedro Taques, o Sr. Cícero Lucena deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Luiz Henrique.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco/PMDB – SC) – Agradeço ao nobre Senador Pedro Taques.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco/PMDB – SC) – Antes de conceder a palavra ao último orador inscrito, Senador, paraibano, Cícero Lucena, a Presidência designa o Deputado João Dado, como membro titular, em substituição ao Deputado André Figueiredo, e o Deputado Ângelo Agnolin, como membro suplente, em substituição ao Deputado Salvador Zimbaldi, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à **Medida Provisória nº 613, de 2013**, conforme os **Ofícios nº s 237 e 238, de 2013**, da Liderança do PDT na Câmara dos Deputados.

A Presidência designa também o Deputado André Figueiredo, como membro suplente, em substituição ao Deputado Salvador Zimbaldi, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à **Medida Provisória nº 614, de 2013**, conforme o **Ofício nº 239, de 2013**, da Liderança do PDT na Câmara dos Deputados.

A Presidência designa, ainda, o Deputado Ângelo Agnolin, como membro titular, em substituição ao Deputado André Figueiredo, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 615, de 2013, conforme o **Ofício nº 240, de 2013**, da Liderança do Partido Democrático Trabalhista na Câmara dos Deputados.

Os ofícios serão encaminhados às Comissões Mistas para serem juntados aos processados das matérias.

São os seguintes os Ofícios:

Ofício nº 237/2013 Lid/PDT

Brasília, 23 de maio de 2013.

Senhor Presidente,

Nos termos do Art. 2º, § 4º da Resolução nº 1/2002 do Congresso Nacional, indico o Deputado João Dado como membro Titular para compor a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 613/2013, que “institui crédito presumido da contribuição para o PIS/PASEP o do CONFINS na venda de álcool, inclusive para fins carburantes, altera a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, e a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para dispor sobre incidências das referidas contribuições na importação e sobre

a receita decorrente da venda no mercado interno de insumos da indústria química nacional que especifica e dá outras providências.

Atenciosamente, – Deputado **André Figueiredo**,
Líder do PDT.

Ofício nº 238/2013 Lid/PDT

Brasília, 23 de maio de 2013.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 2º, § 4º da Resolução nº 1/2002 do Congresso Nacional, indico o Deputado Agnolin, como membro suplente, para compor a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 613/2013, que “institui crédito presumido da Contribuição para o PIS/PASEP e da CONFINS na venda de álcool, inclusive para fins carburantes; altera a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, e a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para dispor sobre incidência das referidas contribuições na importação e sobre a receita decorrente da venda no mercado interno de insumos da indústria química nacional que especifica, e dá outras providências”.

Atenciosamente, – Deputado **André Figueiredo**,
Líder do PDT.

Ofício nº 239/2013 Lid/PDT

Brasília, 23 de maio de 2013

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 2º, § 4º da Resolução nº 1/2002 do Congresso Nacional, indico o Deputado André Figueiredo, como membro suplente, para compor a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 614/2013, que “Altera a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira e Cargos de Magistério Federal; altera a Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007; e dá outras providências.

Atenciosamente, – Deputado **André Figueiredo**,
Líder do PDT.

Ofício nº 240/2013 Lid/PDT

Senhor Presidente,

Nos termos do Art. 2º, § 4º da Resolução nº 1/2002 do Congresso Nacional, indico o Deputado Agnolin, como membro Titular, para compor a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 615/2013, que “Autoriza o pagamento de subvenção econômica aos produtores da safra 2011/2012 de cana-de-açúcar e de etanol da região Nordeste e o financiamento da renovação e implantação de canaviais com equalização da taxa de juros; dispõe sobre os arranjos de pagamento e as instituições de pagamento

integrantes do Sistema de Pagamento Brasileiro – SPB; altera a Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, para autorizar a União a emitir, sob a forma de colocação direta, em favor da Conta do Desenvolvimento Energético – CDE, títulos da dívida pública mobiliária federal; e dá outras providências”.

Atenciosamente, – Deputado **Andre Figueiredo**,
Líder do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco/PMDB – SC) – Concedo a palavra a S. Exª o Senador Cícero Lucena.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, só peço minha inscrição como orador.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco/PMDB – SC) – V. Exª tem a palavra, ou melhor, farei sua inscrição, Senador Rollemberg.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, no início do século XX, o Brasil vivenciou um vigoroso impulso reformista de tendência liberal na área educacional, cujo maior expoente foi o educador baiano Anísio Teixeira. Desde aquela época, já se suscitava o dilema entre a busca da qualidade na educação e a necessidade da expansão e universalização do ensino. O debate se estendia ainda entre aqueles que defendiam a escola com funções educativas ampliadas e aqueles que advogavam a necessidade de priorizar a escola alfabetizadora.

Na verdade, relevadas as diferenças ideológicas das diversas correntes de pensamento então presentes, sobrepunha-se o problema em um ambiente de escassez de recursos financeiros, entre optar por uma escola de qualidade para poucos ou privilegiar o acesso à instrução básica a um maior número possível de crianças e de jovens.

A partir da segunda metade do século XX e, sobretudo, com a instauração do regime militar de 1964, triunfou a corrente que insistia na necessidade de ampliar o contingente de alunos instruídos, tendo sido praticamente abandonadas as iniciativas de implantação das escolas de ensino em tempo integral, uma das principais bandeiras empunhadas por Anísio Teixeira.

O próprio Anísio, já em 1957, em sua obra intitulada *Educação não é privilégio*, fez essa constatação, ao registrar que “a escola primária, reduzida na sua duração e no seu programa e isolada das demais escolas do segundo nível, entrou em um processo de simplificação e de expansão de qualquer modo. Como já não era a escola da classe média, mas ver-

dadeiramente do povo, que passou a buscá-la em uma verdadeira explosão da matrícula, logo se fez de dois turnos, com matrículas independentes pela manhã e pela tarde, e, nas cidades maiores, chegou aos três turnos e, em alguns casos, a quatro”.

O resultado dessa política educacional é que, se evoluímos na quantidade, a qualidade do ensino público se manteve praticamente inalterada ou até decaiu, se comparada a meados do século passado, em que pese a limitação da cobertura então verificada.

Com efeito, segundo dados da Síntese de Indicadores Sociais 2012 do IBGE, desde meados dos anos 1990, praticamente a totalidade da população de 6 a 14 anos manteve-se na escola. Já na faixa entre 15 e 17 anos, conquanto a taxa de frequência registrada também seja elevada, permanece preocupante o índice de defasagem idade-série. De fato, em 2011, apenas metade dos jovens entre 15 e 17 anos frequentava o ensino médio.

Além da repetência, a evasão persiste em patamares inquietantes. A taxa de abandono escolar precoce entre os jovens da faixa etária entre 18 e 24 anos ainda atinge mais da metade dos jovens pertencentes à camada mais pobre da população. Na média, a taxa de evasão dessa faixa etária, no Brasil, é três vezes superior à registrada em países desenvolvidos.

Em termos qualitativos, a realidade não é diferente, conforme se constata pela baixa proficiência obtida pelos nossos alunos em exames padronizados. Segundo o *ranking* da pesquisa Pisa 2009, divulgada pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), entre 65 países analisados, os estudantes brasileiros aparecem na 53ª posição na avaliação da habilidade de leitura. Em Ciência, nosso desempenho é idêntico, e, em Matemática, o Brasil cai da 53ª para a 58ª posição, entre 65 posições.

Não quero aqui deixar de reconhecer que houve avanços. Acredito que, a partir da implantação do Fundef e do seu substituto, o Fundeb, melhorias ocorreram, principalmente em termos quantitativos. Entretanto, o ritmo em que esses avanços têm se processado ainda é muito lento e insuficiente para o perfil de desenvolvimento que o Brasil pretende alcançar.

Estou convencido de que, somente com a ampla adoção do regime de ensino escolar em tempo integral no ensino fundamental, seremos capazes de propiciar as alterações profundas que o quadro desalentador do ensino fundamental nas escolas públicas brasileiras requer.

Em 2007, o Ministério da Educação criou o programa Mais Educação, com o objetivo de induzir a implantação da jornada integral nas escolas públicas de todo o País. Contudo, em 2009, o próprio MEC patrocinou

a realização de um mapeamento das experiências de jornada escolar ampliada no Brasil, que foi conduzido por um grupo de universidades públicas federais.

Dos 5.564 Municípios brasileiros, 2.112 responderam ao questionário encaminhado pelas universidades, e, entre estes, apenas 500 afirmaram possuir algum tipo de jornada diferenciada no ensino fundamental. Entretanto, o universo de alunos beneficiados revelou-se ainda menor, visto que, naqueles 500 Municípios que informaram desenvolver experiências de jornada ampliada, somente 29% do total de matrículas correspondiam a projetos dessa natureza.

Pelos motivos que aqui expus, resolvi apresentar proposta de emenda à Constituição – a PEC nº 5, de 2013 – que visa progressivamente a assegurar, até 2022, a oferta gratuita de ensino fundamental em tempo integral em todo o Brasil. Ora, Sr. Presidente, nada acontece em uma empresa, nem no Poder Público, se, quando definimos o alvo e o objetivo que desejamos atingir, nós não estabelecemos uma meta – uma meta com dimensão, uma meta com prazo – e a fórmula para atingir esse objetivo. Por isso, essa minha PEC estabelece exatamente a meta do ano de 2022, progressivamente, para que possamos atingi-la.

Para tanto, a referida PEC nº 5 aumenta em um ponto percentual os recursos transferidos pela União resultantes do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza, inclusive as taxas de contribuições, e sobre produtos industrializados, para aplicação exclusiva em programas municipais de manutenção do ensino fundamental obrigatório em tempo integral.

Todavia, a fim de estimular o esforço dos governos municipais, tais recursos apenas serão destinados aos entes que ofereçam escola em regime de tempo integral a, no mínimo, 75% da população em idade adequada para o ensino fundamental.

O modelo educacional brasileiro é um órfão de muitos pais, ao qual não se dedicou a atenção e o tratamento adequado. É chegada a hora de atuar com mais ímpeto e de promover reformas mais radicais.

Acredito que a PEC nº 5 poderá realizar tais reformas, o que me conduz à certeza de que poderei contar com o apoio das Sr^{as} e Srs. Congressistas para sua aprovação.

Sr. Presidente, já foi tema de vários pronunciamentos, inclusive do pronunciamento do Senador Pedro Simon e do de muitos outros que aqui já participaram na tarde de hoje, a morte do Sr. Roberto Civita. Eu gostaria de dizer que o criador da *Veja* – este é o título principal do *site* de uma das maiores revistas do mundo, a revista *Veja*, ao comunicar, com pesar, “Morreu Roberto Civita, criador da *Veja*” – foi um homem

à frente do seu tempo. Idealizador e determinado, foi um incansável defensor da democracia e da liberdade de expressão.

Prossegue o texto postado no site da *Veja*:

Roberto Civita, diretor editorial e Presidente do Conselho de Administração do Grupo Abril, morreu neste domingo, às 21h41, no Hospital Sírio-Libanês, em São Paulo, devido à falência de múltiplos órgãos, depois de três meses internado para a correção de um aneurisma abdominal. Civita deixa a mulher, Maria Antonia; os filhos do primeiro casamento, Giancarlo, Roberta e Victor, além de seis netos e enteados. O velório acontece nesta segunda-feira, 27 de maio, a partir das 11h, no Crematório Horto da Paz, em Itapeverica da Serra, São Paulo.

Memória – “Gosto de ser editor e o que eu sei fazer é revista”, dizia Roberto Civita.

Mesmo depois de 1990, quando a morte de Victor Civita o levou a assumir o comando da Abril e a chefiar o processo de diversificação do grupo fundado pelo pai, ele nunca se afastou da atividade que o seduziu definitivamente na década de 60, quando começou a por em prática os conhecimentos assimilados anos antes, na sua segunda temporada nos Estados Unidos. Nascido em Milão, Roberto Civita morou em Nova York de 1939 a 1949, quando veio para São Paulo. O bom desempenho no Colégio Graded garantiu-lhe uma bolsa de estudos nos EUA, onde percorreu, ao longo da década de 50, caminhos que o levariam à descoberta da vocação profissional e à volta definitiva ao Brasil.

Depois de interromper o curso de Física Nuclear na Universidade Rice, no Texas, para diplomar-se em jornalismo e economia na Universidade da Pensilvânia, Roberto Civita conseguiu um estágio na Editora Time Inc., que controlava as revistas Time, Life e Sports Illustrated. Durante um ano e meio, familiarizou-se com todos os setores da empresa, da redação à contabilidade. Em 1958, quando Victor Civita perguntou ao filho que acabara de voltar o que pretendia fazer, ouviu a resposta que apressaria a entrada da Abril no universo jornalístico: “Quero fazer uma revista de informação semanal, como a Time, uma revista de negócios como a Fortune e uma revista como a Playboy”, respondeu.

Pioneirismo – O pai prometeu preparar a empresa para o passo audacioso, consumado em 11 de setembro de 1968, quando chegou

às bancas a primeira edição de Veja. Roberto Civita participou intensamente das experiências pioneiras que resultaram no lançamento de Realidade, Exame, Quatro Rodas e Playboy. Mas nada o deixava mais emocionado que recordar a trajetória descrita pela primeira revista semanal de informação do Brasil. Foi ele quem a criou. E foi ele o primeiro e único editor de Veja, hoje a maior publicação do gênero fora dos Estados Unidos.

“Ninguém é mais importante que o leitor, e ele merece saber o que está acontecendo”, lembrava aos recém-chegados. “Veja existe para contar a verdade. A fórmula é muito simples. Difícil é aplicá-la o tempo todo”. Sobretudo em ambientes hostis à liberdade de expressão, aprendeu Roberto Civita três meses depois do parto da revista.

Em 13 de dezembro de 1968, a decretação do Ato Institucional nº 5 transformou o que era um governo autoritário numa ditadura militar sem disfarces. A capa da edição que noticiou o endurecimento do regime exibiu uma foto do general-presidente Arthur da Costa e Silva sentado, sozinho, no plenário do Congresso que o AI-5 havia fechado. Os chefes militares não gostaram da imagem, e ordenaram a apreensão de todos os exemplares. A essa violência seguiu-se a instauração da censura prévia, que só em meados da década seguinte deixaria de tolher os passos da revista *Veja*.

Risonho, cordial, otimista, Roberto Civita sempre acreditou que nenhuma atividade vale a pena se não for praticada com prazer. “Você está se divertindo?”, perguntava insistentemente aos profissionais com quem convivia. Mantinha-se otimista mesmo quando contemplava a face sombria do País. Para ele, o Brasil só conseguiria atacar com eficácia seus muitos problemas, se antes aperfeiçoasse o sistema educacional, modernizasse o capitalismo nativo, removesse os entraves à livre iniciativa e consolidasse o estado democrático de direito. “O que *Veja* defende, em essência, é o cumprimento da Constituição e das leis”, repetia. Também essa fórmula parece simples. Difícil é colocá-la em prática. Foi o que o editor de *Veja* sempre soube fazer.

Transmito meu sentimento de pesar a todos os seus amigos, familiares e colaboradores, em nome da Sr^a Maria Antonia e dos filhos, além dos seus netos e enteados.

Por isso, Sr. Presidente, é que apresentei um voto de pesar a esta Casa e peço a transcrição da nota publicada pelo Portal da *Veja*. Faço meu o texto que acabo de ler.

Era o que tinha a dizer, muito obrigado e que Deus proteja a todos!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco/PMDB – SC) – Agradeço a S. Ex^a o Sr. Senador Cícero Lucena.

Sobre a mesa, encontra-se requerimento assinado pelo ilustre Senador Eduardo Matarazzo Suplicy, que teve a honra de subscrever, juntamente com o Senador Pedro Simon.

Requeiro, nos termos do art. 218, inciso VII, e art. 221, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento ocorrido neste domingo,

dia 26 de maio, do empresário, diretor editorial e Presidente do Conselho de Administração do Grupo Abril Roberto Civita, aos 76 anos, bem como apresentação de condolências à sua esposa, Maria Antonia, aos filhos Giancarlo, Roberta e Victor, aos seis netos e enteados. Assina o ilustre Senador Eduardo Matarazzo Suplicy.

É o seguinte o Requerimento, na íntegra:

REQUERIMENTO Nº 516, DE 2013

Requeiro, nos termos do art. 218, inciso VII, e art. 221, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento ocorrido neste domingo, dia 26 de maio, do empresário, diretor editorial e presidente do Conselho de Administração do Grupo Abril, Roberto Civita, aos 76 anos, bem como apresentação de condolências à sua esposa, Maria Antonia, aos filhos Giancarlo, Roberta, e Victor, aos seis netos e enteados.

JUSTIFICAÇÃO

Roberto Civita nasceu em Milão, na Itália, em 1936. Em 1939, a família foi morar nos Estados Unidos, onde permaneceu por dez anos. Em uma visita ao Brasil, o seu pai, Victor Civita, entusiasmou-se com a possibilidade de fazer negócios no país e mudou-se com a família para São Paulo. Aos 14 anos, Roberto Civita assistiu ao lançamento da publicação “O Pato Donald”. A partir do gibi, nasceu, em 1950, a Editora Abril

Anos depois, Roberto voltou para os Estados Unidos para estudar física nuclear na Universidade de Rice, mas interrompeu o curso e formou-se em jornalismo na Universidade da Pensilvânia. Uma vez formado, conseguiu um estágio na Editora *Time Inc*, que controlava as revistas *Time*, *Life* e *Sports Illustrated*. Durante um ano e meio, familiarizou-se com todos os setores da empresa, da redação à contabilidade.

Em 1958, quando regressou definitivamente para o Brasil, o pai, Victor Civita, perguntou-lhe o que pretendia fazer, ouviu a resposta que apressaria a entrada da Abril no universo jornalístico:

(abre aspas) "Quero fazer uma revista de informação semanal, como a *Time*, uma revista de negócios como a *Fortune* e uma revista como a *Playboy*". **(fecha aspas)**

E assim, em 11 de setembro de 1968, a primeira edição da Revista Veja chegava às bancas. Roberto Civita também participou intensamente das experiências pioneiras que resultaram no lançamento das revistas *Realidade*, *Exame*, *Quatro Rodas* e *Playboy*.

Mas nada o deixava mais emocionado que recordar a trajetória descrita pela primeira revista semanal de informação do Brasil. Foi ele quem a criou. E foi ele o primeiro e único editor de VEJA.

Risonho, cordial, otimista, Roberto Civita sempre acreditou que nenhuma atividade vale a pena se não for praticada com prazer.

(abre aspas) "Você está se divertindo?", **(fecha aspas)** perguntava insistentemente aos profissionais com quem convivia

Sob o comando de Roberto Civita, a Abril investiu em televisão e internet. Colocou no ar a TVA e a MTV, considerada o primeiro canal de TV segmentado do Brasil. Na internet, a primeira iniciativa foi com o BOL, Brasil Online, lançado em 1996, e mais tarde incorporado ao UOL.

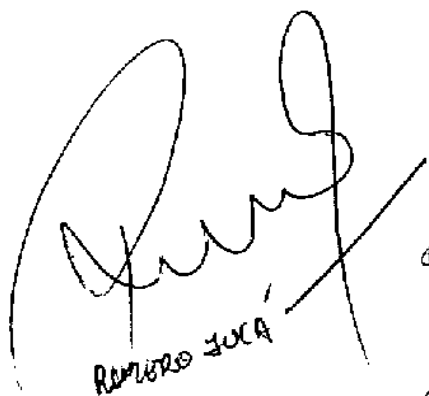
O rabino Henry Sobel contou que Civita tinha o costume de corrigir os erros de português do religioso, que o corrigia no inglês. **(abre aspas)** "Ele era gente, muito bom, confiável. Ele era a locomotiva da Editora Abril, competente". **(fecha aspas)**

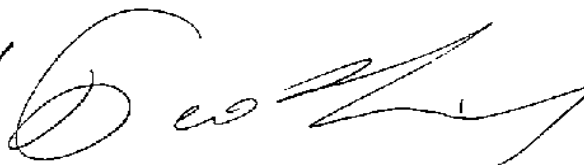
Mesmo a revista Veja tendo uma postura quase que sistemática de criticar o Partido dos Trabalhadores, ao qual pertenço, reconheço em Roberto Cívita sua contribuição para o jornalismo brasileiro e o mérito em ter criado não só a Revista Veja como todas as outras editadas pelo Grupo Abril, desde que ele retornou ao Brasil.

A presidenta Dilma Rousseff disse, por meio de nota oficial, que lamenta a morte do empresário que soube tornar a Editora Abril uma referencia no setor.

Sala das Sessões, 27 de maio de 2013.


Senador **EDUARDO MATARAZZO SUP LICY**

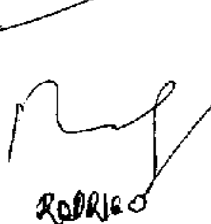

ROMERO JUCÁ

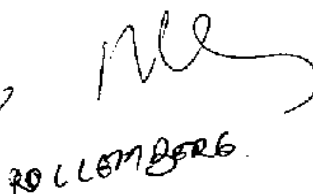


PEDRO SIMON



LUIZ HENRIQUE


ROBERTO


ROLLEMBERG

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco/PMDB – SC) – A Presidência encaminhará o voto solicitado. O requerimento vai ao Arquivo.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, só para solicitar a autorização do Senador Eduardo Suplicy para também assinar esse requerimento.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Honra-me, Senador Rodrigo Rollemberg, assim como o Senador Pedro Simon e o Presidente Luiz Henrique, que assinam comigo esta homenagem a Roberto Civita, inclusive somando-nos ao Senador Cícero Lucena e a outros que hoje já falaram a respeito desse editor.

Roberto Civita nasceu em Milão, em 1936. Em 1939, a família foi morar nos Estados Unidos, onde permaneceu por dez anos. Em uma visita ao Brasil, seu pai, Victor Civita, entusiasmou-se com a possibilidade de fazer negócios no país e mudou-se com a família para São Paulo. Aos 14 anos, Roberto Civita assistiu ao lançamento da publicação *O Pato Donald* e, a partir do gibi, nascia, em 1950, a Editora Abril.

Anos depois, Roberto voltou para os Estados Unidos para estudar física nuclear na Universidade de Rice, mas interrompeu o curso e formou-se em jornalismo na Universidade da Pensilvânia. Conseguiu um estágio na Editora Time, que controlava as revistas *Time*, *Life* e *Sports Illustrated*. Durante um ano e meio familiarizou-se com todos os setores da empresa, da redação à contabilidade.

Em 1958, quando regressou definitivamente para o Brasil, o pai, Victor Civita, perguntou-lhe o que pretendia fazer. Ouviu a resposta que apressaria a entrada da Abril no universo jornalístico: “Quero fazer uma revista de informação semanal, como a *Time*, uma revista de negócios como a *Fortune* e uma revista como a *Playboy*”.

Assim, em 11 de setembro de 1968, a primeira edição da revista *Veja* chegava às bancas.

Roberto Civita também participou intensamente das experiências pioneiras que resultaram no lançamento da *Realidade*, da *Exame*, da *Quatro Rodas* e da *Playboy*.

Nada o deixava mais emocionado do que recordar a trajetória descrita pela primeira revista semanal de informação do Brasil. Foi ele quem a criou. Foi o primeiro e único editor de *Veja*.

Risonho, cordial, otimista, Roberto Civita sempre acreditou que nenhuma atividade vale a pena se não for praticada com prazer. “Você está se divertindo?”, perguntava insistentemente aos profissionais com quem convivia.

Sob o comando de Roberto Civita, a Abril investiu em televisão e Internet. Colocou no ar a TVA e a MTV, considerada o primeiro canal de TV segmentado do Brasil. Na internet, a primeira iniciativa foi com o BOL, Brasil Online, lançado em 1996, e mais tarde incorporado ao UOL.

O rabino Henry Sobel contou que Civita tinha o costume de corrigir os erros de português do religioso, que o corrigia no inglês. “Ele era gente, muito bom, confiável. Ele era a locomotiva da Editora Abril, competente.”

Mesmo a revista *Veja* tendo uma postura quase que sistemática, mais recentemente, de criticar o Partido dos Trabalhadores, ao qual pertencem, reconheço em Roberto Civita sua contribuição para o jornalismo brasileiro e o mérito em ter criado não só a revista *Veja* como todas as outras editadas pelo Grupo Abril desde que ele retornou ao Brasil.

Como fizeram o Senador Pedro Simon e outros hoje, avalio que tanto o diretor de redação do jornal *O Estado de S. Paulo*, Ruy Mesquita, criador do *Jornal da Tarde*, assim como Roberto Civita foram dois grandes defensores da liberdade de imprensa, que nos deixam nesses últimos dias – há uma semana, Rui Mesquita e, ontem, Roberto Civita.

A Presidenta Dilma Rousseff disse, por meio de nota oficial, que lamenta a morte do empresário que soube tornar a Editora Abril uma referência no setor.

Muito obrigado, Senador Rodrigo Rollemberg, por permitir que eu possa, aqui, assinalar esta homenagem ao Roberto Civita.

E permita que também aqui dê os meus parabéns a Fundação Escola de Sociologia e Política, que hoje completou 80 anos numa bonita cerimônia que teve uma brilhante palestra do Presidente Fernando Henrique Cardoso, recordando, dentre outras coisas, a sua convivência com Donald Pierson e com o Prof. Florestan Fernandes, Professor da Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

Também junto à Universidade de São Paulo, como professor, interagi, ensinando tantas pessoas, das mais diversas gerações, a realizar pesquisas sobre os problemas sociais brasileiros, sobre as diferenças sociais, sobre os negros, sobre os mais pobres, sobre os indígenas.

Foi uma cerimônia muito bonita, presidida pelo Professor Angelo Del Vecchio, que recebeu o Presidente Fernando Henrique Cardoso e tantos professores e intelectuais que foram alunos daquela casa ou que, como eu, tanto interagiram com professores e alunos da Escola de Sociologia e Política.

Meus parabéns a todo o seu corpo docente e de estudantes.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Luiz Henrique deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Romero Jucá, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco/PMDB – RR) – Senador Eduardo Suplicy, a Mesa registra o requerimento de V. Ex^a.

Aliás, quero também pedir licença para assinar, como co-autor, esse requerimento de V. Ex^a, que faz justiça ao Dr. Roberto Civita, que será votado posteriormente, numa sessão de Ordem do Dia.

Tenho certeza de que será aprovado pelo Senado, por todos os méritos e pela figura que representou e representa o Dr. Roberto Civita para a imprensa e para a liberdade no Brasil.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco/PMDB – RR) – Com a palavra, pela ordem dos inscritos, o Senador Rodrigo Rollemberg.

V. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Presidente, Senador Romero Jucá.

Quero somar-me ao Senador Eduardo Suplicy, solidarizando-me com a família de Roberto Civita, com seus amigos e com a Editora Abril pela morte desse grande jornalista e editor, reconhecendo o papel importante que desempenhou no Brasil. Sua paixão era produzir notícias e informar os leitores. Portanto, faço questão, Senador Eduardo Suplicy, de me associar às homenagens à figura do Roberto Civita propostas por V. Ex^a e a esse voto de pesar por sua passagem, pelo seu falecimento.

Subo a esta tribuna, Sr. Presidente, para celebrar os avanços estratégicos obtidos pela Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste – Sudeco, que, neste mês de maio, comemora seus dois anos de recriação. E o faço num momento particularmente especial, não só pelo salto no crescimento do Produto Interno Bruto da Região Centro-Oeste, que impulsionou de forma decisiva os números da economia nacional em 2012, mas também porque, neste momento, a Sudeco passa por um importante processo de fortalecimento institucional, com a realização de concurso público, que vai criar 100 novos postos de trabalho, e a aprovação da Lei nº 12.742, de 11 de janeiro de 2013, que destina ao Ministério da Integração Nacional 119 novos cargos de DAS para fortalecer a Sudeco e outras superintendências regionais de desenvolvimento, a Sudene e a Sudam.

Nesses dois anos de atuação da Sudeco, temos avanços expressivos. Se no ano passado a Região Sudeste, que representa mais da metade da economia brasileira, cresceu abaixo da média nacional – apenas 0,5%, segundo estudo da consultoria Tendências –, o ritmo da Região Centro-Oeste cresceu o triplo: 3,3%. Portanto, se não fosse o crescimento da Região Centro-Oeste, os dados de crescimento do PIB de 2012 seriam ainda mais tímidos.

O Diretor-Superintendente da Sudeco, Marcelo Dourado, tem usado de forma muito elucidativa a metáfora do Centro-Oeste como pulso do “coração do país”, não apenas por uma leitura estratégica que o Brasil deve ter do seu interior, mas também pela perspectiva simbólica mesmo do pulso que representa o Centro-Oeste não só ao crescimento, mas ao desenvolvimento nacional.

A ideia de formatação de uma identidade nacional de uma “civilização sertaneja” já foi trabalhada historicamente por grandes pensadores, como Euclides da Cunha, Gilberto Freire e Pedro Calmon. Políticas públicas para a Região amadurecem desde a Marcha para o Oeste de Vargas e a Fundação Brasil Central, de 1943; passam pelo extraordinário impulso que foi a construção de Brasília, em 1960, dos anos JK; e também com a criação da Sudeco, em sua primeira fase, no fim dos anos 60, como órgão promotor do desenvolvimento.

Neste sentido, é importante destacar aqui o esforço fundamental que a Sudeco tem feito para marcar a diferença entre “crescer” e “crescer com qualidade, ou seja, com sustentabilidade, com tecnologia e inovação, com formação e capacitação, com inclusão social”. Significa transformar esta competitividade natural que tem o Brasil, em termos de *commodities*, em vantagens competitivas dinâmicas, com inovação, com conhecimento, com alta tecnologia, com diversificação de produtos e com diversificação da economia. Mas também significa transformar nossas oportunidades de crescimento em oportunidades reais de desenvolvimento dos brasileiros, de cada um dos brasileiros, em seu direito inalienável de acesso à boa educação, ao bom atendimento hospitalar, à moradia, à vida digna.

E foi esta compreensão mais complexa e mais orgânica de desenvolvimento que permitiu à Sudeco alcançar resultados tão importantes.

Os números do Fundo Constitucional do Centro-Oeste, o FCO, por exemplo, são muito expressivos: em 2012, o FCO registrou o maior volume de contratações desde a sua criação. As aplicações em operações de financiamento chegaram a R\$5,9 bilhões no período. O número representa um aumento de 5,7%

em relação ao recorde registrado em 2011, que foi de R\$5,5 bilhões.

É importante registrar que, este ano, na semana passada, estivemos eu, a Senadora Lúcia Vânia, o Senador Wilder Moraes, o Senador Blairo Maggi e o Senador Jayme Campos com o Ministro Fernando Bezerra, para solicitar um aporte adicional de recursos para o FCO, já que a demanda está sendo muito grande e alguns Estados praticamente comprometeram todos os recursos disponíveis para este ano já no mês de maio – final do mês de maio –, início do mês de junho. Quero registrar também a presença nessa reunião do Senador Ruben Figueiró.

Apenas as operações destinadas ao setor empresarial ultrapassaram o montante de R\$2,5 bilhões. Além disso, pelo terceiro ano consecutivo, todos os 466 Municípios da Região Centro-Oeste foram beneficiados com recursos do FCO. Todo esse vigor gerou, somente em 2012, 590 mil empregos diretos e indiretos na região. Um desempenho que mostra, por si só, como foi acertada a decisão de reativação da Sudeco.

O FCO gerou uma nova dinâmica impulsionadora do desenvolvimento socioeconômico da Região Centro-Oeste. O atendimento creditício prioritário aos tomadores de menor porte foi expressivo. No ano de 2012, superou a marca dos 68%, ultrapassando a casa dos R\$4 bilhões. Para 2013, a previsão para aplicação de recursos do FCO na Região Centro-Oeste é de R\$5,5 bilhões, sendo mais de R\$1 bilhão, R\$1,45 bilhão, para o Distrito Federal e Entorno. Isso hoje.

Com a nossa visita ao Ministro Fernando Bezerra, houve o compromisso de uma tentativa de alavancagem de mais recursos, via BNDES e via outras fontes, para que o FCO possa ampliar os recursos para o financiamento de investimentos, ainda este ano, na Região Centro-Oeste, em função do grande aumento da demanda.

A redução da taxa de juros, que agora está em 3% ao ano para 2013, e a desburocratização do processo de acesso aos recursos, que ainda precisa ser melhorado, o lançamento do Cartão FCO Empresarial, a ampliação das linhas, em especial para o empreendedor individual, ciência, tecnologia, a nova linha ABC (Agricultura de Baixo Carbono) e os seminários do FCO Itinerante são todos fatores que dinamizam a ação da Sudeco, consolidando o papel decisivo da Superintendência nesse processo. Esse aspecto reforça a principal diretriz do Fundo, que determina a diminuição das desigualdades regionais do País.

Também vale destacar que, neste ano, a Sudeco começou a por em marcha o FCO Itinerante, desenvolvendo seminários em 19 Municípios do Entorno para esclarecer empresários e produtores rurais sobre

as linhas de crédito oferecidas pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste, uma ação que contribuirá, e muito, para o desenvolvimento da região, principalmente nas cidades com menor Índice de Desenvolvimento Humano. A caravana já passou por três Estados da Região Centro-Oeste. Nos Municípios que integram a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride/DF) já se medem bons resultados. Dados divulgados pela Sudeco revelam que já foram realizadas 2.437 contratações do FCO no DF e Entorno, o que totaliza pouco mais de R\$230 milhões. Se comparado ao mesmo período do ano passado, o salto foi de 14,6%. Durante todo o ano de 2012, a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride/DF) contratou R\$544 milhões. Na última quarta, dia 15, o FCO Itinerante chegou oficialmente ao Distrito Federal e cumpre intenso calendário já iniciado há um mês na Região do Entorno.

No ano passado, fiz uma proposta que contou com o apoio dos Senadores Walter Pinheiro e José Pimentel, para que a partir de 2013 o Distrito Federal e a Ride pudessem acessar mais recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste. A economia do Distrito Federal é diferenciada. Aqui o setor de comércio e serviços é muito forte e o limitante existente até então (de apenas 20% dos financiamentos para comércio e serviços) fazia com que o Distrito Federal acessasse menos recursos. Por isso eu vejo esta mudança com muito otimismo.

E agradeço mais uma vez, aqui, ao Senador Walter Pinheiro e ao Senador José Pimentel, que tiveram essa compreensão. E modificamos, juntos, na medida provisória, as regras do FCO. Agora, os limites, os montantes para cada área são definidos pelos planos de desenvolvimento regional, não havendo mais limites para determinadas atividades. Isso fez com que o Distrito Federal, por exemplo, que no ano passado contava com R\$250 milhões para o financiamento das atividades de comércio e serviços, este ano conte com R\$500 milhões, podendo ser ampliado, caso todos esses recursos sejam utilizados.

Outro importante avanço foi a criação do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO). A Lei Complementar nº 129/2009, que criou a Sudeco, criou este Fundo aprovado no Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2013. A medida provisória foi aprovada aqui no Senado no fim de fevereiro, regulamentando o FDCO e assegurando R\$1,4 bilhão de investimentos para a região, em infraestrutura e logística. Criam-se assim condições para estruturar o espetacular salto de crescimento na região. Com o FDCO, as questões logísticas e de infraestrutura passam a ter um acolhimento específico na estrutura do governo, com linhas

específicas para consolidar o salto econômico apresentado pela região.

É importante registrar que esses recursos, R\$1,4 bilhões para 2013, ainda são insuficientes para as necessidades de infraestrutura e logística da Região Centro-Oeste, e podem trazer, certamente trarão, enormes benefícios à alavancagem dos índices de crescimento e de desenvolvimento do Brasil.

Também foi criada uma linha de crédito exclusiva no FCO para o desenvolvimento do turismo, outra grande vocação da região. Somente em 2012, foram disponibilizados R\$189 milhões para o setor. A Sudeco tem sido uma grande parceira no desenvolvimento do turismo. Além de pensar estrategicamente no setor, a Superintendência é sensível às necessidades de investimento, principalmente motivadas pelos eventos agendados no DF nos próximos anos.

A Sudeco também tem desempenhado um papel estratégico na dotação de infraestrutura e logística à Região Centro-Oeste. Para melhorar o fluxo de trânsito na região do Entorno Sul do Distrito Federal, a Sudeco coordena grupo que reúne Ministério da Integração Nacional, Ministério dos Transportes, ANTT, DNIT e pelos governos dos Estados do Centro-Oeste e do Distrito Federal, para transformar a linha férrea entre Brasília e Luziânia em linha regular mista de transporte de passageiros e cargas. Esse é um investimento fundamental para melhorar a qualidade de vida das pessoas que vivem em Luziânia, Cidade Ocidental, Novo Gama e Valparaíso, que hoje gastam um tempo enorme deslocando-se dessas cidades para o Distrito Federal. Com a linha férrea, um trem de passageiros certamente vai melhorar muito as condições de mobilidade da população que vive no Entorno Sul do Distrito Federal.

Também será implantada a ferrovia de trens de média velocidade que vai ligar Brasília, Anápolis e Goiânia. Além de ligar regiões metropolitanas estratégicas para o desenvolvimento do Centro-Oeste, as ferrovias resolverão um problema sério, um problema crônico de transporte na região do Entorno.

A licitação para contratação do consórcio para a realização dos Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Socioambiental foi concluída na semana passada. E um consórcio de empresas foi contratado para a implantação de serviços de transporte de passageiros e de cargas entre Brasília, Anápolis e Goiânia. A empresa está contratada para fazer o estudo de viabilidade econômica. O estudo será responsável por mostrar o local ideal e as características necessárias à construção da nova linha férrea. Com a implantação da linha, será possível fazer o percurso entre Brasília e Goiânia em mais ou menos uma hora.

A nova Sudeco também desenvolve programas de compras para máquinas agrícolas, com preferência para os Municípios de IDH mais baixo. A tecnologia é tratada como ferramenta de autonomia e desenvolvimento. Acompanha essa ação um programa que intensifica a pavimentação para escoar a produção com rapidez e mais segurança.

Cada vez mais, a Sudeco assume o protagonismo na criação de estruturas para consolidar o salto de desenvolvimento que marca a história recente da Região Centro-Oeste. Trabalha no financiamento da agricultura de baixo carbono, investe na inovação tecnológica, nas tecnologias de integração lavoura, pecuária e florestas, agregando valor à produção agrícola com a utilização de nossa biodiversidade e a preocupação com o meio ambiente. Atua, também, em ações de conservação e preservação do bioma Pantanal e, principalmente, do bioma Cerrado, através das tecnologias de integração lavoura-pecuária-florestas, protegendo o Cerrado, que é o bioma, hoje, mais ameaçado do Brasil.

São caminhos pautados por desafios com resultados transformadores a curto, médio e longo prazo. Temos consciência de que a estrutura ainda é pequena e que muito terá de ser feito, mas, sem dúvida, passos importantes têm sido dados. Há um plano consciente de desenvolvimento considerando o fator humano como elo central do crescimento. Sabemos que, com uso estratégico da tecnologia, podemos desenvolver a agricultura de forma sustentável. Costumo sempre citar dados da Embrapa que ilustram bem o quanto esse é um caminho possível e estratégico para o nosso desenvolvimento. Nos últimos 30 anos, com o trabalho da Embrapa, foi possível aumentar em 268% a produção agrícola no País, enquanto se expandiu em apenas 45% o total da área plantada. São números reveladores para o quanto o Brasil tem um potencial extraordinário para crescer de forma sustentável, buscando uma integração positiva entre agricultura e meio ambiente. E, neste sentido, o Centro-Oeste tem tudo para não ser apenas um celeiro de alimentos do Planeta, mas um celeiro da inovação, com tecnologias que agreguem produtividade e diversidade – humana, ecológica e cultural.

Cumprindo sua missão principal na redução das desigualdades regionais e nacionais, a Sudeco faz um trabalho especialmente focado na inclusão social. Se a região foi considerada pelo Ipea, em 2008, como a região com o pior desempenho na redução média anual da taxa de pobreza absoluta, no ano passado, mais de 73 mil famílias saíram da extrema pobreza, graças ao Programa Brasil Carinhoso. Mas isso também reflete resultados de ações promovidas pela Sudeco, dentro do Programa Brasil sem Miséria.

Gostaria de citar especialmente o programa Mulheres na Construção. Tive o prazer de acompanhar a formação de mais de 300 mulheres de baixa renda na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno, pessoas de Águas Lindas e daqui do Distrito Federal. Na semana passada, participei da formatura de 179 alunas do programa, na sede do Instituto Federal de Educação de Brasília, em Samambaia. Foi emocionante ouvir cada depoimento do quanto o programa impactou não só na profissionalização, mas na autoestima dessas mulheres.

(Soa a campanha.)

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Essa foi uma iniciativa oportuna da Sudeco em parceria com o Instituto Federal de Brasília e o Sindicato da Indústria da Construção Civil do Distrito Federal, depois de constatar que as mulheres representam apenas 3% dos 90 mil empregados da construção civil do Distrito Federal. Acompanhei de perto essa ação, que se tornou uma referência na política social da Sudeco, e, neste ano, deverá se expandir para toda a Região Centro-Oeste.

O protagonismo feminino em programas da Sudeco é expressivo, com alcance, também, pelo Programa de Capacitação de Mulheres Reeducandas para a Liberdade, na busca de um novo caminho para o recomeçar de centenas de mulheres cumprindo penas, e com o Programa Mulheres que Sabem Fazer, a Sudeco se une ao CNPq para cursos profissionais de curta duração. O Programa para Capacitação de Mulheres Reeducandas para a Liberdade constrói galpões para cursos profissionalizantes em unidades prisionais.

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Atualmente atua nas unidades de Aparecida do Norte, em Goiás, e iniciou recentemente seu trabalho na unidade do Gama, no Distrito Federal.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de fazer esses registros desta tribuna.

Das riquezas e potencialidades da nossa região já temos certeza. O passo seguinte é fazer acontecer as ações, em diálogo permanente entre Estado e Sociedade, para que venham integradas em um projeto comum, para que o Centro-Oeste possa continuar a impulsionar e agregar qualidade ao desenvolvimento do Brasil. Esperamos a continuidade deste pacto pelo desenvolvimento – considerado como uma verdadeira revolução silenciosa.

Reforço o conceito da Sudeco em sua missão de crescimento com sustentabilidade e o respeito ao fator humano e valores ambientais.

Encerro repetindo o *slogan* da instituição, com o desejo de que deste Planalto Central continuem a surgir alvoradas: “para o coração do Brasil bater mais forte”.

(Interrupção do som.)

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Era o registro que eu gostaria de fazer, cumprimentando todos os servidores da Sudeco, na figura do seu Superintendente, Marcelo Dourado, todos os parceiros, Secretários de Desenvolvimento dos quatro Estados da Região Centro-Oeste, e manifestando nossa profunda confiança no povo, na população da Região Centro-Oeste, para contribuir para o avanço brasileiro.

Um grande abraço.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco/PMDB – RR) – Com a palavra, pela ordem de oradores, o Senador Valdir Raupp, a quem, depois, eu solicitarei que presida a sessão por cinco minutos, para eu fazer uma breve comunicação de Liderança.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, registro, em meu nome, em nome do PMDB nacional, votos de pesar pelo falecimento dos jornalistas Ruy Mesquita, do *Estado de S. Paulo*, ocorrido na semana passada, e Roberto Civita, ocorrido ontem.

São jornalistas que marcaram a sua época e contribuíram para a imprensa livre e democrática brasileira. Não se acovardaram frente ao arbítrio, e as páginas de seus jornais e revistas sempre constituíram em luzes contra a escuridão nos tempos de exceção.

Com certeza, eles farão muita falta nos nossos debates para consolidação de um país livre, soberano e democrático. Que permaneçam entre nós, portanto, as lições de vida desses dois grandes brasileiros.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, poucos diplomas legais foram e continuam sendo tão importantes para os destinos do nosso País quanto a Consolidação das Leis do Trabalho, introduzida no ordenamento jurídico brasileiro por meio do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Nesses 70 anos, a CLT vem garantindo, nas Cortes trabalhistas brasileiras, o respeito ao princípio da proteção, segundo o qual é dever primordial da legislação laboral a defesa dos direitos da parte mais vulnerável da relação trabalhista, o empregado, o trabalhador urbano ou rural, que passou a ter na CLT seu principal escudo contra a opressão e a exploração.

A ênfase nas questões trabalhistas foi uma das principais marcas da Era Vargas. As políticas de Getúlio

Vargas para esse setor nunca foram universalmente aprovadas, nunca foram isentas de críticas, sobretudo em relação às intenções que estariam por trás daquelas iniciativas.

Porém, são inegáveis os avanços conquistados pela CLT. É inegável que a CLT, a partir de um apinhado fragmentado de normas dispersas, criou uma fundação firme em torno da qual se desenvolveu, posteriormente, todo o Direito do Trabalho no Brasil.

Estamos falando de um país em que o Direito do Trabalho é referência mundial. Talvez, em nenhuma outra nação, o trabalhador tenha acesso a um conjunto tão bem estruturado de leis quanto no Brasil. A Justiça do Trabalho talvez seja o ramo mais vigoroso e movimentado do nosso Poder Judiciário, palco permanente que é da luta dos trabalhadores pela defesa de suas prerrogativas. E a CLT é o instrumento principal do trabalhador brasileiro nessa batalha. Ela é a principal e incontestada referência do trabalhador brasileiro. Apenas a Constituição de 1988 teve impacto similar na proteção ao empregado e na defesa da harmonia das relações laborais em nosso País.

Evidentemente, uma norma com sete décadas de história já passou por diversas modificações e adaptações. Isso não tira da CLT um modernismo que já era uma característica sua desde seu surgimento. Ela nasceu como uma lei à frente de seu tempo, e sua própria adaptabilidade aos desafios do século XXI é evidência de sua permanente relevância.

Estamos sempre atentos à CLT. Estamos sempre buscando melhorá-la, ampliando cada vez mais a proteção ao trabalhador brasileiro, eliminando lacunas que porventura existam em determinadas questões. É um processo constante de aperfeiçoamento, no qual o Congresso Nacional tem papel preponderante. Aqui surgiram propostas que incrementaram a CLT e a legislação trabalhista em diversos aspectos. Estamos, por exemplo, totalmente envolvidos na regulamentação dos direitos dos empregados domésticos, corrigindo uma injustiça histórica e dando dignidade a essa categoria que há séculos vinha sendo vítima de uma exploração injustificável em nosso País.

Raros são os parlamentares que, em algum momento de suas carreiras políticas, não apresentaram projetos com vistas a alterar a CLT. Eu próprio fui o autor do PLS 637, de 2011, que altera o artigo 482 da CLT, para disciplinar o abandono de emprego.

O projeto agora tramita na Câmara dos Deputados, onde é uma das cerca de 580 proposições que alteram a CLT ou legislação trabalhista correlata. Somadas às quase 100 proposições com as mesmas intenções que tramitam no Senado, temos um universo

de praticamente 700 projetos que tentam deixar sua marca na Consolidação das Leis do Trabalho.

E assim será, Sr^{as} e Srs. Senadores, pelas próximas décadas. Uma norma com a relevância, a importância e a centralidade da Consolidação das Leis do Trabalho será sempre objeto de nossa máxima atenção, do nosso máximo cuidado. Estaremos sempre à procura de formas de aperfeiçoá-la e de aumentar o círculo de proteção em torno do trabalhador brasileiro. Desse modo, a CLT estará sempre atualizada, sempre relevante, sempre adaptada à realidade de seu tempo, e permanecerá como a principal ferramenta dos nossos trabalhadores na defesa de seus direitos.

Sr. Presidente, entro agora em um outro tema, que é um elogio. Os nossos sinceros elogios e parabéns à Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Rondônia, que foi fundada em fevereiro de 1974, quando o Estado ainda tinha o *status* de território federal.

De lá para cá, a Ordem dos Advogados do Brasil participou de todos os momentos da construção do Estado de Rondônia, atuando não apenas como representante dos advogados e outros operadores do Direito, mas como uma voz ativa da sociedade rondoniense.

Exemplo de ação social que se estende para além das funções basilares da OAB/RO é a recente campanha de doação de sangue cujo mote foi “Doe sangue, doar é legal”.

Tratou-se de uma iniciativa conjunta entre a Comissão de Cidadania da OAB e a Fundação Hemeron – Fhemeron, com apoio da Caixa de Assistência dos Advogados de Rondônia. A campanha teve início no dia 7 de maio e se estendeu até o dia 18 deste mês. O objetivo, bastante nobre, foi auxiliar o hemocentro a ampliar a coleta de sangue, pois os estoques têm andado baixos no Estado.

A Fhemeron precisa manter um estoque mínimo de cem bolsas de sangue diárias, para atender a demanda que não cessa de crescer. E sangue, como todos sabemos, Sr. Presidente, representa vida. Nos momentos de maior necessidade, é que as famílias percebem como é importante contar com os estoques públicos de hemoderivados.

Em início de fevereiro, Orlando Ramires, Presidente da Fhemeron, expôs o problema ao Presidente da OAB Rondônia, Dr. Andrey Cavalcante. Contando com mais de cinco mil filiados, além dos familiares, a OAB tem o poder de constituir-se em grande parceira dessa causa social. Além disso, a campanha visou atingir outros operadores do Direito, como magistrados, promotores, procuradores e delegados, autoridades, que, por meio de seu exemplo, podem contribuir para ampliar a conscientização social sobre a necessidade de doar sangue.

Para a divulgação da campanha, a Fhemeron e a OAB elaboraram peça de comunicação publicitária, como *banners*, *botons* e cartazes, também foram realizadas palestras e oficinas sobre o tema de doação, ressaltando o rigor técnico dos procedimentos, absoluta assepsia e os modernos equipamentos disponíveis para a sorologia rápida e segura. Um espaço físico foi reservado na sede da Seccional, além de a OAB ter disponibilizado um veículo para transporte dos doadores.

Sr^{as} e Srs. Senadores, este meu pronunciamento me une simbolicamente a todos os que participaram da Campanha Doe Sangue, Doar é Legal. Como bem frisou o Presidente da Comissão de Proteção à Cidadania da OAB, Marcos Aurélio de Menezes, “a doação de sangue necessita ser regular e periódica e não apenas ocasional ou em situação de emergência. Queremos desenvolver uma educação junto aos profissionais do Direito sobre a importância da doação e a importância do espírito solidário e de cidadania”.

Sr. Presidente, faço minhas as palavras do Dr. Marcos Aurélio e aproveito para cumprimentar os Presidentes da Fhemeron, Dr. Orlando Ramires, e da OAB Rondônia, Dr. Andrey Cavalcante, pela bela iniciativa. Eis um gesto nobre que merece meu aplauso!

Era o que tinha, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. Bloco/PMDB – RR) – Gostaria de convidar o Senador Valdir Raupp para assumir a Presidência, por dois minutos, enquanto, cumprindo a lista de oradores, faço um pequeno registro sobre os 70 anos da CLT.

O Sr. Romero Jucá, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Valdir Raupp.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco/PMDB – RO) – Concedo a palavra ao nobre Vice-Presidente desta Casa, Senador Romero Jucá, do Estado de Roraima.

Tem V. Ex^a a palavra pelo tempo necessário, Senador.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero saudar o Presidente Valdir Raupp, o Líder do PMDB, Senador Eunício Oliveira.

Sr. Presidente, eu pedi a palavra para fazer um registro e dar como lido um discurso que preparei sobre os 70 anos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Hoje, nós tivemos uma sessão, pela manhã, de homenagem, de reconhecimento aos avanços e à inegável importância dessa lei para o trabalhador brasileiro, e gostaria de registrar, neste momento, que a CLT passa por mudanças para se aprimorar, e uma delas, Sr.

Presidente, é exatamente matéria que estou relatando que trata da regulamentação da emenda constitucional que deu a igualdade ao trabalhador doméstico.

Nós estamos na regulamentação da Emenda Constitucional nº 72, criando todos os procedimentos para que a CLT possa recepcionar o empregador doméstico e o empregado doméstico, equiparando, assim, garantias, direitos, condições e jornadas de trabalho, por exemplo, que sejam compatíveis com as condições e as peculiaridades do trabalho doméstico.

Então, eu gostaria de registrar a importância de toda essa história, que veio lá de Getúlio Vargas até os dias de hoje, com os avanços no campo trabalhista que o País encontrou durante todo esse tempo, e registrar que nós precisamos continuar avançando. Se nesses 70 anos nós modernizamos a CLT, agora, ainda mais, quando temos a competitividade brasileira questionada, quando temos a diminuição da industrialização no nosso País, quando temos a abertura das fronteiras agrícolas, quando temos, enfim, o desafio do mercado internacional e da concorrência internacional, mais do que nunca, nós precisamos capacitar, treinar e garantir direitos e condições aos trabalhadores do nosso País.

Portanto, fica aqui o meu registro, já que não falei na sessão pela manhã, e gostaria de dar por lido, Sr. Presidente, então, esse meu discurso, referente aos 70 anos da CLT.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR ROMERO JUCÁ.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, o Brasil comemora, em 2013, os primeiros setenta anos de vigência da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Estabelecida pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a consolidação unifica a legislação trabalhista nacional, e tem servido, desde o Governo Getúlio Vargas, para estabelecer relações mais cidadãs no mundo do trabalho, na medida em que assegura inúmeros direitos a todos os que laboram, diariamente, na construção de um Brasil melhor.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o estabelecimento de legislação trabalhista protetiva dos direitos do trabalhador, nos países ocidentais, insere-se na perspectiva das tensões ideológicas do século 19, em que a ameaça presente do socialismo conduziu trabalhadores e empresários a novos pactos sociais, sob a égide do Estado, para acomodação de interesses e manutenção a paz social.

Nos séculos 19 e 20, o clássico trabalhador confundia-se com o modelo tradicional do ser humano no

chão de fábrica, labutando pelo pão de cada dia ao custo do suor do seu rosto. Esse clássico trabalhador obviamente existe, porém as profundas mudanças no perfil das sociedades e também do Brasil levaram, nas economias nacionais, o setor de serviços ao protagonismo na geração de emprego e renda.

Por outro lado, o surgimento acelerado de novas tecnologias, como a onipresente internet, sobretudo no âmbito das telecomunicações, imprimiu enorme velocidade às trocas comerciais e às interações sociais, em todo o mundo.

Não seria exagero, portanto, supor que nos encontramos, em nossos dias, em um novo e inédito patamar do processo de produção e acumulação de riquezas, e as alterações dos padrões tecnológicos são de tamanha profundidade e duração que fazem da sala de estar de nossa infância – com o monitor preto e branco de TV, não raramente com um pouco de lâ de aço na antena, para melhorar a recepção das imagens – um mero objeto de curiosidade antropológica para os nossos filhos e netos.

É, portanto, com a profunda transformação experimentada pela sociedade brasileira, no curso dos últimos setenta anos, que celebramos todos os inúmeros avanços introduzidos pela CLT, na proteção de mulheres, adolescentes e homens na luta pela vida.

Ao mesmo tempo, sem em absoluto renegar o passado, estamos conscientes da necessidade de permanente adaptação das leis a novos contextos sociais e econômicos, no Brasil e no mundo.

Vivemos, atualmente, uma era de turbocapitalismo, em que a competição internacional de empresas e Estados por novos mercados por vezes dizem não apenas um operador econômico isolado, mas setores inteiros da economia nacional, como a indústria de brinquedos, de calçados e de informática, no Brasil. Haveremos, portanto, de chegar a novos consensos, reconhecendo que o operário bem remunerado e protegido é também o consumidor da própria indústria, que se retroalimenta do dinamismo do mercado interno. Reconhecemos, igualmente, que o fomento à empresa nacional e a preservação de sua vitalidade econômica são de interesse direto dos trabalhadores, na medida em que a vitalidade das empresas garante a forte geração de empregos nas economias nacionais.

Sr^{as} e Srs. Senadores, em tempos de ascensão da China e da Ásia na economia-mundo, e da surpreendente recessão em diversos países da União Europeia, com enormes índices de desemprego no Velho Continente, é nosso papel, no Senado da República, adaptar a legislação trabalhista a novos contextos domésticos e internacionais, de modo a mantermos o dinamismo da economia brasileira, e sua intrínseca

capacidade de gerar empregos. Celebramos, portanto, os setenta anos da CLT com os olhos voltados para um futuro ainda mais auspicioso e feliz para todos os nossos concidadãos.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco/PMDB – RO) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco/PMDB – RO) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 27, de 2013**, do Presidente da Comissão Temporária, criada pelo Requerimento nº 18, de 2013, destinada a *realizar levantamento da legislação pertinente à prevenção e combate de incêndios no Brasil e elaborar proposta concreta, eficaz e de alcance nacional das normas técnicas necessárias, tendo como referência rigorosos padrões internacionais*, comunicando o encerramento dos trabalhos e encaminhando o **Relatório Final nº 2, de 2013**, para publicação.

É o seguinte o Ofício:

Ofício nº 27/2013 – CTLEGINC

Brasília, 23 de maio de 2013

Assunto: Encerramento dos Trabalhos da Comissão

Senhor Presidente,

Na qualidade de Presidente da “Comissão Temporária, criada pelo Requerimento nº 18, de 2013, com a finalidade de realizar levantamento da legislação pertinente à prevenção e combate de incêndios no Brasil, e elaborar proposta concreta, eficaz e de alcance nacional das normas técnicas necessárias”, tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que esta Comissão encerrou seus trabalhos na presente data com a aprovação do Relatório Final, que ora encaminho.

Atenciosamente, – Senadora **Ana Amélia**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco/PMDB – RO) – O **Relatório Final nº 2, de 2013**, vai à publicação, em suplemento ao *Diário do Senado Federal*, e será encaminhado aos órgãos competentes.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco/PMDB – RO) – Ao cumprimentar cordialmente V. Ex^a, comunico, nos termos regimentais, a minha indicação e a indicação do Senador Eduardo Braga como membros suplentes, representantes do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, PMDB, na Comissão Mista Temporária destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal, criada pelo **Ato Conjunto dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2013**.

Na oportunidade, renovo a V. Ex^a votos de apreço e consideração.

Senador Eunício Oliveira, Líder do PMDB no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco/PMDB – RO) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se, amanhã, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 7, DE 2013 (Proveniente da Medida Provisória nº 597, de 2012)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2013, na forma do texto aprovado na Câmara dos Deputados, que *altera dispositivos das Leis nºs 10.101, de 19 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa, e 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas*

Parecer sob nº 12, de 2013, da Comissão Mista, Relator: Deputado Luiz Alberto (PT/BA) e Relator Revisor: Senador Inácio Arruda (PCdoB/CE), favorável, nos termos do Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2013, que oferece. (Lido no Senado Federal no dia 22.05.2013) (Sobrestando pauta a partir de 21.03.2013) Prazo final prorrogado: 03.06.2013

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 10, DE 2013 (Proveniente da Medida Provisória nº 600, de 2012)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 10, de 2013, na forma do texto aprovado pela Câmara dos Deputados, que *altera as Leis nºs 12.409, de 25 de maio de 2011, 12.793, de 2 de abril de 2013, que dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste – FDCO, constitui fonte adicional de recursos para ampliação de limites operacionais da Caixa Econômica Federal, 12.462, de 4 de agosto de 2011, 5.862, de 12 de dezembro de 1972, 8.399, de 7 de janeiro de 1992, 12.096, de 24 de novembro de 2009, 12.663, de 5 de junho de 2012, 11.314, de 3 de julho de 2006, 12.487, de 15 de setembro de 2011, e 11.941, de 27 de maio de 2009; altera*

os prazos constantes da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010; e altera a Medida Provisória nº 2.170-36, de 23 de agosto de 2001, e o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 600, de 2012).

Parecer sob nº 16, de 2013, da Comissão Mista, Relator: Deputado Lúcio Vieira Lima (PMDB/BA) e Relator Revisor: Senador Ivo Cassol (PP/RO), favorável, nos termos do Projeto de Lei de Conversão nº 10, de 2013, que oferece. (Lido no Senado Federal no dia 22.05.2013) (Sobrestando pauta a partir de 21.03.2013) Prazo final prorrogado: 03.06.2013

3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 57, DE 2010 (Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 428, de 2013)

Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2010, de autoria do Deputado Gilmar Machado, que *altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar o rateio entre empregados da cobrança adicional sobre as despesas em bares, restaurantes, hotéis, motéis e estabelecimentos similares.*

Pendente de pareceres da CMA, CCJ, CDR e CAS.

4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 132, DE 2012 (Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 5, de 2013. Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 496/2013)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2012, de autoria do Deputado Arnaldo Faria de Sá, que *dispõe sobre a investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia.*

Parecer sob o nº 328, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Humberto Costa, favorável ao Projeto. – pendente de parecer sobre as emendas de Plenário.

5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 51, DE 2012 (Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 496, de 2013)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 2012, de autoria do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a*

criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (GO) e dá outras providências.

Parecer favorável, sob o nº 267, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Waldemir Moka.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 42, DE 2012

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Souza, que *cria Tribunal Regional Federal*. Parecer favorável, sob nº 1.144, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Alvaro Dias, com votos vencidos dos Senadores Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Ricardo Ferraço, Eduardo Lopes e a Senadora Ana Rita.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 89, DE 2011

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Walter Pinheiro, que *acrescenta § 2º ao art. 52 da Constituição Federal, para estabelecer que os ocupantes de cargo público que tiverem sua escolha aprovada previamente pelo Senado Federal, nos termos do art. 52, III, f, devem comparecer a essa Casa, anualmente, para prestar contas de suas atividades nos respectivos órgãos ou entidades*. Parecer favorável, sob nº 1.665, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Anibal Diniz.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 86, DE 2011

**(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do
Requerimento nº 176, de 2013)
(Tramitam em conjunto as
Propostas de Emenda à Constituição
nºs 86, de 2011; e 46 e 61, de 2012)**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2011, tendo como primeira signatária a Senadora Vanessa Grazziotin, que *cria*

os Tribunais Regionais Federais da 6ª Região, com sede em Manaus e jurisdição no Estado do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima.

Parecer sob nº 101, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jorge Viana, favorável, nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos vencidos dos Senadores Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Armando Monteiro; e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 46 e 61, de 2012, que tramitam em conjunto.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 46, DE 2012

**(Tramitam em conjunto as
Propostas de Emenda à Constituição
nºs 86, de 2011; e 46 e 61, de 2012)
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do
Requerimento nº 176, de 2013)**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que *altera o art. 27 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para criar o Tribunal Regional Federal da 6ª Região, com sede em Belém e jurisdição nos Estados do Pará, Amapá, Maranhão e Tocantins*.

Parecer sob nº 101, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jorge Viana, favorável, nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos vencidos dos Senadores Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Armando Monteiro; e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 46 e 61, de 2012, que tramitam em conjunto.

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61, DE 2012

**(Tramitam em conjunto as
Propostas de Emenda à Constituição
nºs 86, de 2011; e 46 e 61, de 2012)
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do
Requerimento nº 176, de 2013)**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 61, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Eunício Oliveira, que *cria Tribunal Regional Federal com jurisdição nos Estados*

do Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte e sede na cidade de Fortaleza.

Parecer sob nº 101, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jorge Viana, favorável, nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos vencidos dos Senadores Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Armando Monteiro; e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 46 e 61, de 2012, que tramitam em conjunto.

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 123, DE 2011

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 123, de 2011 (nº 98/2007, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Otavio Leite), que *acrescenta a alínea “e” ao inciso VI do art. 150 da Constituição Federal, instituindo imunidade tributária sobre os fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham.*

Parecer sob nº 484, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eunício Oliveira, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta, com voto vencido do Senador Eduardo Braga.

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 115, DE 2011

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 115, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Bauer, que *altera o inciso VI do art. 150 da Constituição Federal, para vedar a instituição de impostos sobre os medicamentos de uso humano.*

Parecer favorável, sob nº 1.536, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Luiz Henrique, nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (substitutivo), que oferece.

13

REQUERIMENTO Nº 316, DE 2013 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 316, de 2013, do Senador Cyro Miranda, *solicitando voto de solidariedade ao Governo dos Estados Unidos da América, em razão do atentado sofrido no dia 15 de abril de 2013, durante a Maratona de Boston, que vitimou 3 pessoas e deixou mais de 100 feridos.*

Parecer favorável, sob nº 394, de 2013, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco/PMDB – RO) – Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 33 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PRB - Eduardo Lopes** (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias**

Maranhão

Bloco-PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
Bloco-PMDB - Jader Barbalho**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
Bloco-PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PR - Antonio Carlos Rodrigues** (S)

Minas Gerais

Bloco-PMDB - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**
Bloco-DEM - Wilder Moraes** (S)

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
Bloco-PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima**
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

Bloco-PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

Bloco-PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Amazonas

Bloco-PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PMDB - Roberto Requião**
Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre

Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSDB - Ruben Figueiró* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

Bloco-PTB - Gim* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

Bloco-PSD - Kátia Abreu*
Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira** (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PSB - João Capiberibe**
Bloco-PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

Bloco-PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar da Maioria - 28

PMDB-20 / PP-5 / PSD-2 / PV-1

Ana Amélia.	PP/RS
Benedito de Lira.	PP/AL
Casildo Maldaner.	PMDB/SC
Ciro Nogueira.	PP/PI
Clésio Andrade.	PMDB/MG
Eduardo Braga.	PMDB/AM
Eunício Oliveira.	PMDB/CE
Francisco Dornelles.	PP/RJ
Garibaldi Alves.	PMDB/RN
Ivo Cassol.	PP/RO
Jader Barbalho.	PMDB/PA
Jarbas Vasconcelos.	PMDB/PE
João Alberto Souza.	PMDB/MA
José Sarney.	PMDB/AP
Kátia Abreu.	PSD/TO
Lobão Filho.	PMDB/MA
Luiz Henrique.	PMDB/SC
Paulo Davim.	PV/RN
Pedro Simon.	PMDB/RS
Renan Calheiros.	PMDB/AL
Ricardo Ferraço.	PMDB/ES
Roberto Requião.	PMDB/PR
Romero Jucá.	PMDB/RR
Sérgio Petecão.	PSD/AC
Sérgio Souza.	PMDB/PR
Valdir Raupp.	PMDB/RO
Vital do Rêgo.	PMDB/PB
Waldemir Moka.	PMDB/MS

Bloco de Apoio ao Governo - 25

PT-12 / PDT-5 / PSB-4 / PC DO B-2

PRB-1 / PSOL-1

Acir Gurgacz.	PDT/RO
Ana Rita.	PT/ES
Angela Portela.	PT/RR
Aníbal Diniz.	PT/AC
Antonio Carlos Valadares.	PSB/SE
Cristovam Buarque.	PDT/DF
Delcídio do Amaral.	PT/MS
Eduardo Lopes.	PRB/RJ
Eduardo Suplicy.	PT/SP
Humberto Costa.	PT/PE
Inácio Arruda.	PC DO B/CE
João Capiberibe.	PSB/AP
João Durval.	PDT/BA
Jorge Viana.	PT/AC
José Pimentel.	PT/CE
Lídice da Mata.	PSB/BA
Lindbergh Farias.	PT/RJ
Paulo Paim.	PT/RS
Pedro Taques.	PDT/MT

Randolfe Rodrigues.	PSOL/AP
Rodrigo Rollemberg.	PSB/DF
Vanessa Grazziotin.	PC DO B/AM
Walter Pinheiro.	PT/BA
Wellington Dias.	PT/PI
Zeze Perrella.	PDT/MG

Bloco Parlamentar Minoria - 16

PSDB-12 / DEM-4

Aécio Neves.	PSDB/MG
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB/SP
Alvaro Dias.	PSDB/PR
Ataídes Oliveira.	PSDB/TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB/PB
Cícero Lucena.	PSDB/PB
Cyro Miranda.	PSDB/GO
Flexa Ribeiro.	PSDB/PA
Jayme Campos.	DEM/MT
José Agripino.	DEM/RN
Lúcia Vânia.	PSDB/GO
Maria do Carmo Alves.	DEM/SE
Mário Couto.	PSDB/PA
Paulo Bauer.	PSDB/SC
Ruben Figueiró.	PSDB/MS
Wilder Morais.	DEM/GO

Bloco Parlamentar União e Força - 12

PTB-6 / PR-5 / PSC-1 / PPL

Alfredo Nascimento.	PR/AM
Antonio Carlos Rodrigues.	PR/SP
Armando Monteiro.	PTB/PE
Blairo Maggi.	PR/MT
Eduardo Amorim.	PSC/SE
Epitácio Cafeteira.	PTB/MA
Fernando Collor.	PTB/AL
Gim.	PTB/DF
João Vicente Claudino.	PTB/PI
Magno Malta.	PR/ES
Mozarildo Cavalcanti.	PTB/RR
Vicentinho Alves.	PR/TO

Bloco Parlamentar da Maioria.	28
Bloco de Apoio ao Governo.	25
Bloco Parlamentar Minoria.	16
Bloco Parlamentar União e Força.	12
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (Bloco-PDT-RO)	Epitácio Cafeteira* (Bloco-PTB-MA)	Magno Malta** (Bloco-PR-ES)
Aécio Neves** (Bloco-PSDB-MG)	Eunício Oliveira** (Bloco-PMDB-CE)	Maria do Carmo Alves* (Bloco-DEM-SE)
Alfredo Nascimento* (Bloco-PR-AM)	Fernando Collor* (Bloco-PTB-AL)	Mário Couto* (Bloco-PSDB-PA)
Aloysio Nunes Ferreira** (Bloco-PSDB-SP)	Flexa Ribeiro** (Bloco-PSDB-PA)	Mozarildo Cavalcanti* (Bloco-PTB-RR)
Alvaro Dias* (Bloco-PSDB-PR)	Francisco Dornelles* (Bloco-PP-RJ)	Paulo Bauer** (Bloco-PSDB-SC)
Ana Amélia** (Bloco-PP-RS)	Garibaldi Alves* (Bloco-PMDB-RN)	Paulo Davim** (Bloco-PV-RN)
Ana Rita* (Bloco-PT-ES)	Gim* (Bloco-PTB-DF)	Paulo Paim** (Bloco-PT-RS)
Angela Portela** (Bloco-PT-RR)	Humberto Costa** (Bloco-PT-PE)	Pedro Simon* (Bloco-PMDB-RS)
Anibal Diniz* (Bloco-PT-AC)	Inácio Arruda* (Bloco-PC DO B-CE)	Pedro Taques** (Bloco-PDT-MT)
Antonio Carlos Rodrigues** (Bloco-PR-SP)	Ivo Cassol** (Bloco-PP-RO)	Randolfe Rodrigues** (Bloco-PSOL-AP)
Antonio Carlos Valadares** (Bloco-PSB-SE)	Jader Barbalho** (Bloco-PMDB-PA)	Renan Calheiros** (Bloco-PMDB-AL)
Armando Monteiro** (Bloco-PTB-PE)	Jarbas Vasconcelos* (Bloco-PMDB-PE)	Ricardo Ferraço** (Bloco-PMDB-ES)
Ataídes Oliveira** (Bloco-PSDB-TO)	Jayme Campos* (Bloco-DEM-MT)	Roberto Requião** (Bloco-PMDB-PR)
Benedito de Lira** (Bloco-PP-AL)	João Alberto Souza** (Bloco-PMDB-MA)	Rodrigo Rollemberg** (Bloco-PSB-DF)
Blairo Maggi** (Bloco-PR-MT)	João Capiberibe** (Bloco-PSB-AP)	Romero Jucá** (Bloco-PMDB-RR)
Casildo Maldaner* (Bloco-PMDB-SC)	João Durval* (Bloco-PDT-BA)	Ruben Figueiró* (Bloco-PSDB-MS)
Cássio Cunha Lima** (Bloco-PSDB-PB)	João Vicente Claudino* (Bloco-PTB-PI)	Sérgio Petecão** (Bloco-PSD-AC)
Cícero Lucena* (Bloco-PSDB-PB)	Jorge Viana** (Bloco-PT-AC)	Sérgio Souza** (Bloco-PMDB-PR)
Ciro Nogueira** (Bloco-PP-PI)	José Agripino** (Bloco-DEM-RN)	Valdir Raupp** (Bloco-PMDB-RO)
Clésio Andrade* (Bloco-PMDB-MG)	José Pimentel** (Bloco-PT-CE)	Vanessa Grazziotin** (Bloco-PC DO B-AM)
Cristovam Buarque** (Bloco-PDT-DF)	José Sarney* (Bloco-PMDB-AP)	Vicentinho Alves** (Bloco-PR-TO)
Cyro Miranda* (Bloco-PSDB-GO)	Kátia Abreu* (Bloco-PSD-TO)	Vital do Rêgo** (Bloco-PMDB-PB)
Delcídio do Amaral** (Bloco-PT-MS)	Lídice da Mata** (Bloco-PSB-BA)	Waldemir Moka** (Bloco-PMDB-MS)
Eduardo Amorim** (Bloco-PSC-SE)	Lindbergh Farias** (Bloco-PT-RJ)	Walter Pinheiro** (Bloco-PT-BA)
Eduardo Braga** (Bloco-PMDB-AM)	Lobão Filho** (Bloco-PMDB-MA)	Wellington Dias** (Bloco-PT-PI)
Eduardo Lopes** (Bloco-PRB-RJ)	Lúcia Vânia** (Bloco-PSDB-GO)	Wilder Moraes** (Bloco-DEM-GO)
Eduardo Suplicy* (Bloco-PT-SP)	Luiz Henrique** (Bloco-PMDB-SC)	Zeze Perrella** (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1ª VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

2ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

3º SECRETÁRIO

Ciro Nogueira - (PP-PI)

4º SECRETÁRIO

João Vicente Claudino - (PTB-PI)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Magno Malta - (PR-ES)

2º - Jayme Campos - (DEM-MT)

3ª - João Durval - (PDT-BA)

4ª - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28</p> <p>Líder Eunício Oliveira - Bloco (62,70)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 20 Eunício Oliveira (62,70)</p> <p>Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (105) Romero Jucá (40,104) Vital do Rêgo (107)</p> <p>Líder do PP - 5 Francisco Dornelles (64)</p> <p>Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88)</p> <p>Líder do PSD - 2 Sérgio Petecão (84,87)</p> <p>Vice-Líder do PSD Kátia Abreu (11,13,52,60,85)</p> <p>Líder do PV - 1 Paulo Davim (75)</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB/PSOL) - 25</p> <p>Líder Wellington Dias - Bloco (24,65,90)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,67,97) Rodrigo Rollemberg (69,98) Inácio Arruda (89,99) Eduardo Lopes (37,45,63,100)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 12 Wellington Dias (24,65,90)</p> <p>Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,93) Aníbal Diniz (25,94) Paulo Paim (95) Eduardo Suplicy (96)</p> <p>Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49,55,67,97)</p> <p>Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86)</p> <p>Líder do PSB - 4 Rodrigo Rollemberg (69,98)</p> <p>Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (29,38,82)</p> <p>Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda (89,99)</p> <p>Vice-Líder do PC DO B Vanessa Grazziotin (1,91)</p> <p>Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (37,45,63,100)</p> <p>Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (18,76)</p>	<p>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 16</p> <p>Líder Mário Couto - Bloco (34,61)</p> <p>Vice-Líderes Wilder Moraes (101) Ataídes Oliveira (102) Cyro Miranda (31,103)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 12 Aloysio Nunes Ferreira (7,68)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (74) Alvaro Dias (78) Paulo Bauer (5,35,79,80)</p> <p>Líder do DEM - 4 José Agripino (2,10,14,44,46,77)</p> <p>Vice-Líder do DEM Jayme Campos (28,106)</p>
<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL) - 12</p> <p>Líder Gim - Bloco (56,58,59)</p> <p>Vice-Líderes Alfredo Nascimento (41,66) Eduardo Amorim (17,47,48,72) Blairo Maggi (19,51)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 6 Gim (56,58,59)</p> <p>Líder do PR - 5 Alfredo Nascimento (41,66)</p> <p>Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92)</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48,72)</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Eduardo Braga - Governo (39)</p> <p>Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Lídice da Mata (29,38,82) Jorge Viana Vital do Rêgo (107)</p>	

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR N° 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.

2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
9. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
10. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.
13. Em 08.11.2011, foi lido o Of. nº 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. Nº 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
15. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
16. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
18. Senador Randolfe Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSMB Nº 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
19. Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
20. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB Nº 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT Nº 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
23. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
24. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senador Aníbal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
26. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
27. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
28. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
29. Senadora Lídice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
31. Senador Cyro Miranda é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
32. Senador Flexa Ribeiro é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
33. Senadora Lúcia Vânia é designada 3ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
34. Senador Mário Couto é designado 4º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
35. Senador Paulo Bauer é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
36. Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
37. Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme Of. GSMC Nº 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
38. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, conforme Of. nº 035/2012-GLDBAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.
39. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem nº 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.
40. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.
41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
42. Senador Vicentinho Alves é designado 2º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.

43. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. nºs 032 e 033/GSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.
44. Senador Jayme Campos, em pronunciamento na sessão deliberativa ordinária do Senado de 27 de março de 2012, informou ao Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM. Presidente do Senado, Senador José Sarney, informou que a comunicação seria considerada pela Mesa e aguardaria a sua formalização para leitura em Plenário.
45. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício nº 039/2012-GLDBAG, lido na sessão de 27 de março de 2012.
46. Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme OF. Nº 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.
47. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
48. Senador Eduardo Amorim é indicado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 028/GLBUF/SF, lido na sessão de 3 de maio de 2012.
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
51. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
52. Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
53. Em 10.10.2012, foi lido o Of. nº 0053/2012-GLPSD, que comunica a indicação do Senador Marco Antônio Costa, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
54. Senador Vicentinho Alves afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Ofício GSVALV nº 415/2012).
55. Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, em 30.10.2012, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).
56. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
57. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
58. Em 19.12.2012, foi lido o Of. 083/2012/GLPTB, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Partido no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015.
59. Em 19.12.2012, foi lido o Of. N. 236/2012-BLUFOR, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Bloco, no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015, e o exercício das Vice-Lideranças pelos Senadores Alfredo Nascimento, Eduardo Amorim, João Costa e Blairo Maggi, respectivamente.
60. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 2/2013-GLPSD, que comunica a reassunção da liderança do PSD pela Senadora Kátia Abreu.
61. Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar Minoria até o dia 31.01.2014.
62. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria, para o biênio 2013-2015, conforme OF. GLPMDB nº 009/2013.
63. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 11/2013-GSEL, que comunica a manutenção do Senador Eduardo Lopes como Líder do PRB.
64. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 2/2013-GLDPP, que comunica a manutenção do Senador Francisco Dornelles como Líder do PP para o biênio 2013-2014.
65. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 1/2013-GLDPT, que comunica a indicação do Senador Wellington Dias como Líder do PT.
66. Em 01.02.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado Líder do PR, conforme Of. Leg. N. 001/2013-GLPR.
67. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 01/13-LPDT, que comunica a indicação do Senador Acir Gurgacz como Líder do PDT para o biênio 2013-2014.
68. Em 01.02.2013, foi lido o Of. s/n-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Aloysio Nunes Ferreira como Líder do PSDB.
69. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Líder do PSB, a partir de 04/02/2013, conforme OF. GLPSB Nº 0023/2013, lido em reunião preparatória do dia 1º de fevereiro de 2013.
70. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do PMDB, para o biênio 2013 - 2015, conforme o OF. GLPMDB nº 010/2013.
71. Em 04.02.2013, lido ofício do Senador Vicentinho Alves comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Secretário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (D.O. nº 3.809, de 04 de fevereiro de 2013).
72. Em 05.02.2013, lido expediente comunicando continuar Líder do PSC no biênio 2013/2014 o Senador Eduardo Amorim.
73. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cícero Lucena para 3º Vice-Líder do PSDB.
74. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cássio Cunha Lima para 1º Vice-Líder do PSDB.
75. Em 05.02.2013, lido o Of. GSPDAV Nº 003/13, que comunica continuar Líder do Partido Verde na presente Legislatura o Senador Paulo Davim.
76. Em 05.02.2013, lido o Of. GSRR nº 00010/2013, que comunica a manutenção do Senador Randolfe Rodrigues como Líder do PSOL.
77. Em 05.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador José Agripino como Líder do DEM.

78. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Alvaro Dias para 2º Vice-Líder do PSDB.
79. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Paulo Bauer para 3º Vice-Líder do PSDB.
80. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Paulo Bauer para 2º Vice-Líder do PSDB.
81. Em 06.02.2013, o Senador João Costa é designado Líder do PPL, conforme Of. N. 012/2013-BLUFOR.
82. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 0024/2013, lido na sessão de 06.02.2013.
83. Senador João Costa comunica que o PPL passa a integrar o Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 011/2013-BLUFOR/SF, lido na sessão de 06.02.2013.
84. Em 13.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é designado Líder do PSD, conforme OFÍCIO Nº 0014/2013-GLPSD.
85. Em 13.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada Vice-Líder do PSD, conforme OFÍCIO Nº 0014/2013-GLPSD.
86. Em 18.02.2013, o Senador Zeze Perrella é designado Vice-Líder do PDT, conforme OFÍCIO Nº 002/2013-GLDPDT.
87. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
88. Em 20.02.2013, a Senadora Ana Amélia é designada Vice-Líder do PP, conforme OFÍCIO Nº 08/2013-GLDPP.
89. Em 26.02.2013, o Senador Inácio Arruda é designado Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
90. Senador Wellington Dias é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. nº 20/2013-GLDBAG, lido na sessão de 26.02.2013.
91. Em 26.02.2013, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada Vice-Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
92. Em 28.02.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado Vice-Líder do PR, conforme Ofício GLPR nº 007/2013, lido na sessão de 28.02.2013.
93. Senador Walter Pinheiro é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
94. Senador Anibal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
95. Senador Paulo Paim é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
96. Senador Eduardo Suplicy é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
97. Senador Acir Gurgacz é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
98. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
99. Senador Inácio Arruda é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
100. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
101. Senador Wilder Moraes é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
102. Senador Ataídes Oliveira é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
103. Senador Cyro Miranda é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
104. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
105. Senador Ricardo Ferraço é designado 1º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
106. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. 25/13-GLDEM.
107. Senador Vital do Rêgo é designado 3º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. nº 180/2013-GLPMDB

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) VIOLAÇÃO DO DIREITO HUMANO À SAÚDE

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 105, de 2013, do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a, no prazo de cento e vinte dias, apurar e analisar fatos e gravíssimas violações do direito humano à saúde causados por erros dos dirigentes, médicos e demais profissionais de hospitais públicos e privados - resultando em lesões físicas e causando vítimas fatais.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 27/02/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
VAGO (2,7)	1. VAGO (2,7)
VAGO (2,7)	2.
VAGO (2,7)	3.
VAGO (2,7)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
VAGO (5,8)	1. VAGO (5,8)
VAGO (5,8)	2. VAGO (5,8)
VAGO (5,8)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Jayme Campos (DEM-MT) (1)	1. Mário Couto (PSDB-PA) (3)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Magno Malta (PR-ES) (4)	1. VAGO (4,6)
Eduardo Amorim (PSC-SE) (4)	

Notas:

*. Número de suplentes alterado para 7 membros, em obediência ao art. 145, parágrafo 4º, do RISF.

1. Em 13.03.2013, o Sen. Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of.17/2013-GLDEM).

2. Em 13.3.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo e Sérgio Petecão são designados membros titulares; e o Senador Jarbas Vasconcelos, membro suplente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 80/2013 - GLPMDB).

3. Em 13.03.2013, o Sen. Mário Couto é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of.86/2013-GLPSDB).

4. Em 13.03.2013, os Senadores Magno Malta e Eduardo Amorim são designados membros titulares e o Senador João Costa, membro suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of.41/2013-BLUFOR).

5. Em 15.03.2013, os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim e Antonio Carlos Valadares são designados membros titulares e os Senadores Pedro Taques e Eduardo Lopes membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of.48/2013-GLDBAG).

6. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.

7. Em 24.04.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Jarbas Vasconcelos deixam de compor a Comissão (Of. nº 169/2013-GLPMDB).

8. Em 06.05.2013, os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim, Antonio Carlos Valadares, Pedro Taques e Eduardo Lopes deixam de compor a Comissão (Of. nº 71/2013-GLDBAG).

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008

Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽³⁾

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁴⁾

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

***. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

****. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

*****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

*****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiossio@senado.gov.br

2) COMISSÃO EXTERNA PARA VISITAR O CONGRESSO NACIONAL DO PARAGUAI

Finalidade: Visitar o Congresso Nacional do Paraguai para estreitar as relações com os senadores paraguaios, tratar da crise que envolve os agricultores brasileiros no Paraguai e conhecer as ações que estão sendo realizadas pelo Governo daquele País para proteger os brasileiros no conflito de terras que envolvem os chamados "carperos" e "brasiguaios".

(Requerimento nº 30, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Número de membros: 5

Aprovação do Requerimento: 14/02/2012

Designação: 28/02/2012

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)

Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽³⁾

Senador Paulo Paim (PT) ⁽³⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁵⁾

Senador Sérgio Souza (PMDB) ⁽²⁾

Senadora Ana Amélia (PP) ⁽⁴⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Alvaro Dias (PSDB) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 28.02.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro do PSDB(Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão(Of.nº18/12-GLPSDB).

2. Em 05.03.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 23/12-GLPMDB).

3. Em 06.03.2012, os Senadores Delcídio do Amaral e Paulo Paim são designados membros do PT (Bloco de Apoio ao Governo) na Comissão (Of. nº 27/12-GLDBAG).

4. Em 07.03.2012, a Senadora Ana Amélia é designada membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 24/12-GLPMDB).

5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS PROGRAMAS DE TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 514, de 2011, do Senador Cícero Lucena)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE)

Aprovação do Requerimento: 21/03/2012

Designação: 04/04/2012

Instalação: 13/11/2012

Prazo final: 22/12/2012

Prazo prorrogado: 22/12/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Senador Humberto Costa (PT) ⁽³⁾	1. Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽³⁾
Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽³⁾	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁾	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁴⁾	1. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Davim (PV) ⁽⁴⁾	2. Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽⁵⁾

Notas:

*. Em 13.11.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Vital do Rêgo e Cícero Lucena para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Humberto Costa (Of. nº 001/2012-CEE-São Francisco).

**. Em 13.11.2012, foi lido o Requerimento nº 961, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22 de dezembro de 2013.

1. Em 4.4.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 30/2012-GLPSDB).

2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3. Em 11.04.2012, o Senador Humberto Costa e a Senadora Lídice da Mata são designados membros titulares e os Senadores Inácio Arruda e Antonio Carlos Valadares membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 48/2012-GLDBAG).

4. Em 26.04.2012, os Senadores Vital do Rêgo e Paulo Davim são designados membros titulares e os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB Nº 093/2012).

5. Em 12.11.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 234/2012-GLPSDB).

4) CT - REFORMA DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO - PLS 236/2012 (ART. 374-RISF)**Finalidade:** Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, que reforma o Código Penal Brasileiro.**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾**RELATOR:** Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽¹⁾**Designação:** 17/07/2012**Instalação:** 08/08/2012**Apresentação de Emendas - prazo sobrestado em:** 28/11/2012**Relatórios Parciais - prazo sobrestado:** 11/02/2013**Relatório do Relator-Geral - prazo sobrestado:** 26/02/2013**Parecer Final da Comissão - prazo sobrestado:** 12/03/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT) ^(4,5)
Senador Pedro Taques (PDT)	2. Senador José Pimentel (PT)
Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽²⁾	3. Senadora Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Sérgio Souza (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Benedito de Lira (PP)	3. VAGO ⁽¹²⁾
	4. VAGO ^(3,8)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Senador Jayme Campos (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB) ^(7,9)	
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Senador Magno Malta (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Armando Monteiro (PTB)	2. VAGO ^(6,10,11,13)

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO 236, de 2012

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 09/08/2012 a 04/12/2012 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)
 Suspensão de Prazo : 28/11/2012 a (Art. 118, § 4º, do RISF)

Notas:

*. Lida na sessão deliberativa extraordinária de 17.07.2012 a designação dos membros da Comissão.

***. Em 15.08.2012, a Presidência fixa o calendário de tramitação do PLS nº 236/2012: Apresentação de Emendas - 09/08 a 05/09/2012 (vinte dias úteis); Relatórios parciais - 06 a 20/09/2012 (dez dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 21 a 27/09/2012 (cinco dias úteis); Parecer Final da Comissão - 28/09 a 04/10/2012 (cinco dias úteis).

****. Em 29.08.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 772, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 09/08 a 04/10/2012 (quarenta dias úteis); Relatórios Parciais - 05/10 a 05/11/2012 (vinte dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 06 a 20/11/2012 (dez dias úteis); Parecer Final da Comissão - 21/11 a 04/12/2012 (dez dias úteis).

*****. Em 25.09.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 859, de 2012, que duplica o prazo para apresentação de emendas perante a Comissão: Apresentação de Emendas - 05/10 a 05/11/2012; Relatórios Parciais - 06/11 a 20/11/2012; Relatório do Relator-Geral - 21/11 a 27/11/2012; Parecer Final da Comissão - 28/11 a 04/12/2012.

*****. Em 30.10.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 903, de 2012, que duplica o prazo para apresentação de emendas perante a Comissão: Apresentação de Emendas - 09/08 a 04/12/2012; Relatórios Parciais - 05/12 a 11/02/2013; Relatório do Relator-Geral - 12 a 26/02/2013; Parecer Final da Comissão - 27/02 a 12/03/2013.

*****. Em 28.11.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.034, de 2012, que suspende o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012.

1. Em 08.08.2012, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como Relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 36/2012-SSCEPI).

2. Em 14.08.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 100/2012-GLBAG).

3. Em 04.09.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida ao PMDB pelo PSDB (Ofícios N°s 172/2012-GLPSDB e 288/2012-GLPMDB).

4. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

5. Em 17.10.2012, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 135/2012-GLDBAG).

6. Em 23.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. nº 161/2012-BLUFOR).

7. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).

8. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

9. Em 28.11.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 240/2012-GLPSDB).

10. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.

11. Em 27.02.2013, foi lido o Ofício BLUFOR nº 36/2013, designando o Senador João Costa, como membro suplente, para compor o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.

12. Vago, em razão de o Senador Luiz Henrique não pertencer mais à Comissão (Of. GLPMDB nº 132/2013).

13. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33031176

E-mail: rprado@senado.gov.br

5) CT- DESTINADA A PROPOR SOLUÇÕES AO FINANCIAMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE DO BRASIL

Finalidade: Debater e propor soluções, no prazo de noventa dias, para o financiamento do sistema de saúde do Brasil.

(Requerimento nº 145, de 2012, do Senador Humberto Costa)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽⁷⁾

Aprovação do Requerimento: 28/03/2012

Designação: 17/04/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador Wellington Dias (PT)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Senadora Vanessa Graziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾	1. Senador Luiz Henrique (PMDB) ^(2,4)
Senador Paulo Davim (PV) ^(2,4)	2. Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Jayme Campos (DEM) ^(5,6)	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽¹⁾

Notas:

*. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 051, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Humberto Costa e Antonio Carlos Valadares, como membros titulares; e os Senadores Wellington Dias e Vanessa Graziotin, como membros suplentes, para comporem a Comissão.

1. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 43/12-GLPSDB).

2. Em 27.04.2012, foi lido o Ofício nº 095, de 2012, da Liderança do Bloco da Maioria, designando os Senadores Vital do Rêgo e Luiz Henrique, como membros titulares; e os Senadores Paulo Davim e Ciro Nogueira, como membros suplentes, para comporem a Comissão.

3. Em 14.3.2013, foi lido o Ofício 001/2013-CTS, que comunica a instalação da Comissão, bem como a eleição dos Senadores Vital do Rêgo e Humberto Costa para Presidente e Relator, respectivamente.

4. Em 19.03.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa a ocupar a suplência (Of. GLPMDB nº 116/2013).

5. Vaga cedida ao DEM.(Of. nº107/13-GLPSDB).

6. Em 3.4.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 22/13-GLDEM).

7. Em 4.4.2013, foi lido o Ofício 002/2013-CTS, que comunica a eleição do Senador Psulo Davim para Vice-Presidente nesse colegiado.

Secretário(a): Keny Cristina Rodrigues martins

Telefone(s): 061 33033501

Fax: 061 33031176

E-mail: sscepi@ssenado.leg.br

**6) CT - MODERNIZAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO
CONSUMIDOR - PLS 281, 282 E 283/2012 (ART. 374-RISF)**

Finalidade: Examinar os Projetos de Lei do Senado n°s 281, 282 e 283, de 2012, que propõem alterações no Código de Defesa do Consumidor.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

Designação: 15/08/2012

Instalação: 30/08/2012

Apresentação de Emendas - prazo sobrestado em: 05/02/2013

Relatórios Parciais - prazo sobrestado: 05/04/2013

Relatório do Relator-Geral - prazo sobrestado: 06/05/2013

Parecer Final da Comissão - prazo sobrestado: 04/06/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Renan Calheiros (PMDB)	1. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
VAGO ⁽⁹⁾	3. Senador Sérgio Souza (PMDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Eduardo Lopes (PRB) ^(2,11)
Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Senador Paulo Paim (PT)
	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB)	1. Senador Cyro Miranda (PSDB)
Senador Wilder Moraes (DEM)	2. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Gim (PTB) ⁽⁶⁾
Senador Fernando Collor (PTB)	2. VAGO ^(8,10)
Senador Antonio Carlos Rodrigues (PR) ^(1,3,4)	

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DOS

PROJETO DE LEI DO SENADO 281, de 2012

PROJETO DE LEI DO SENADO 282, de 2012

PROJETO DE LEI DO SENADO 283, de 2012

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 31/08/2012 a 05/02/2013 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)

Relatórios Parciais : 06/02/2013 a 05/04/2013 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)

Relatório do Relator-Geral : 08/04/2013 a 06/05/2013 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)

Parecer Final da Comissão : 07/05/2013 a 04/06/2013 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:

- *. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 188/2012-GLPMDB, designando os Senadores Renan Calheiros, Ricardo Ferraço e Casildo Maldaner como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Tomás Correia e Sérgio Souza como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
- ***. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 99/2012-GLDBAG, designando o Senador Antonio Carlos Valadares, a Senadora Marta Suplicy e o Senador Rodrigo Rollemberg como membros titulares, e os Senadores Cristovam Buarque, Paulo Paim e Delcídio do Amaral como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão.
- ****. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 74/2012-BLURFORSF, designando os Senadores Eduardo Amorim e Fernando Collor como membros titulares, e os Senadores Gim Argello e Mozarildo Cavalcanti como membros suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.
- *****. Em 15.08.2012, foram lidos os Ofícios nºs 124/2012-GLPSDB e 42/2012-GLDEM, designando os Senadores Paulo Bauer e Wilder Moraes como membros titulares, e os Senadores Cyro Miranda e Clovis Fecury como membros suplentes do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.
- *****. Há uma vaga de membro titular e uma vaga de membro suplente não ocupadas na Comissão, a serem compartilhadas pelo Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do art. 374 do Regimento Interno e com base na proporcionalidade partidária.
- *****. Em 30.08.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Rodrigo Rollemberg e Paulo Bauer para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 040/12-SSCEPI).
- *****. Em 04.09.2012, a Presidência fixa o calendário de tramitação da Comissão: Apresentação de Emendas - 31/08 a 28/09/2012 (vinte dias úteis); Relatórios parciais - 1º a 15/10/2012 (dez dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 16 a 22/10/2012 (cinco dias úteis); Parecer Final da Comissão - 23 a 29/10/2012 (cinco dias úteis).
- *****. Em 12.09.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 823, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 28/09 a 29/10/2012 (quarenta dias úteis); Relatórios Parciais - 30/10 a 28/11/2012 (vinte dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 29/11 a 12/12/2012 (dez dias úteis); Parecer Final da Comissão - 13/12/2012 a 05/02/2013 (dez dias úteis).
- *****. Em 17.10.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 884, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 30/10 a 28/11/2012 (total: sessenta dias úteis); Relatórios Parciais - 29/11/12 a 20/02/2013 (total: trinta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 21/02 a 13/03/2013 (total: quinze dias úteis); Parecer Final da Comissão - 14/03 a 04/04/2013 (total: quinze dias úteis).
- *****. Em 27.11.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.016, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 29/11/12 a 5/02/2013 (total: oitenta dias úteis); Relatórios Parciais - 5/02 a 5/04/2013 (total: quarenta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 8/04 a 6/05/2013 (total: vinte dias úteis); Parecer Final da Comissão - 7/05 a 04/06/2013 (total: vinte dias úteis).
- *****. Em 05.02.2013, foi lido e aprovado o Requerimento nº 14, de 2013, que suspende os prazos da Comissão para realização de audiência pública e diligências.
1. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
 2. Em 25.09.2012, o Senador Cristovam Buarque deixa de ocupar vaga da suplência do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 119/2012-GLDBAG).
 3. Em 17.10.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de titular deixada pela Senadora Marta Suplicy ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 130/2012 - GLDBAG).
 4. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 164/2012-BLUFOR).
 5. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
 6. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
 7. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
 8. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
 9. Em 20.03.2013, vago em razão de o Senador Casildo Maldaner não compor mais a Comissão (Of. GLPMDB nº 115/2013).
 10. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 110/2013-BLUFOR).
 11. Em 15.05.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GLDBAG nº 82/2013).

**7) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE
REALIZAR ESTUDOS E PROPOR ATUALIZAÇÃO DA LEP**

Finalidade: Realizar estudos e propor a atualização da Lei de Execuções Penais - LEP (Lei nº 7.210, de 1984), no prazo de 60 (sessenta) dias.

(Requerimento nº 848, de 2012, do Senador José Sarney, aprovado em 30.10.2012)

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Sidnei Agostinho Beneti

RELATORA: Maria Tereza Uille Gomes ⁽¹⁾

Designação: 22/11/2012

Instalação: 04/04/2013

Prazo final: 02/06/2013

MEMBROS

Sidnei Agostinho Beneti

Gamil Föppel El Hireche

Carlos Pessoa de Aquino

Edemundo Dias de Oliveira Filho

Denis de Oliveira Praça

Maria Tereza Uille Gomes

Marcellus Ugiette

Roberto Charles de Menezes Dias

Técio Lins e Silva

Luís Alexandre Rassi

Sergio Alexandre Meneses Habib

Notas:

1. Em 10.05.2013, a Comissão reunida designou como Relatora a Doutora Maria Tereza Uille Gomes (Of. 15/2013 - SSCEPI).

Secretário(a): REINILSON PRADO

Telefone(s): 33033492

Fax: 33031176

E-mail: rprado@senado.gov.br

**8) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR
ANTEPROJETO DE LEI DE ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO**

Finalidade: Elaborar anteprojeto de Lei de Arbitragem e Mediação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

(Requerimento nº 702, de 2012, do Senador Renan Calheiros, aprovado em 29.08.2012, aditado pelo Requerimento nº 854, de 2012, do Senador Renan Calheiros, aprovado em 30.10.2012)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: Luis Felipe Salomão

Designação: 22/11/2012

Instalação: 03/04/2013

Prazo final: 13/10/2013

MEMBROS

Luis Felipe Salomão

Marco Maciel

José Antônio Fichtner

Caio Cesar Rocha

José Rogério Cruz e Tucci

Marcelo Rossi Nobre

Francisco Antunes Maciel Müssnich

Tatiana Lacerda Prazeres

Adriana Braghetta

Carlos Alberto Carmona

Eleonora Coelho

Pedro Paulo Guerra de Medeiros

Silvia Rodrigues Pereira Pachikoski

Francisco Maia Neto

Ellen Gracie Northfleet

André Chateaubriand Pereira Diniz Martins

José Roberto de Castro Neves

Marcelo Henriques Ribeiro de Oliveira

Walton Alencar Rodrigues

Roberta Maria Rangel

Eduardo Pellegrini de Arruda Alvim

Adacir Reis

Notas:

*. Em 28.11.2012, aprovado o Requerimento nº 1.022, de 2012, que amplia em 4 o quantitativo de vagas da Comissão.

***. Em 27.03.2013, aprovado o Requerimento nº 216, de 2013, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão.

****. Em 17.04.2013, aprovado o Requerimento nº 262, de 2013, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão.

*****. Em 07.05.2013, aprovado o Requerimento nº 355, de 2013, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

9) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR A CRISE NA FEDERAÇÃO PARAENSE DE FUTEBOL

Finalidade: Acompanhar, no prazo de noventa dias, a crise institucionalizada na Federação Paraense de Futebol - FPF, assegurada a participação de dois membros da região Norte do País.

(Requerimento nº 930, de 2012, do Senador Mário Couto)

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mário Couto (PSDB-PA) ⁽⁷⁾

Instalação: 17/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB) ⁽⁴⁾	1. Senador Ivo Cassol (PP) ⁽⁴⁾
Senador Roberto Requião (PMDB) ⁽⁶⁾	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Mário Couto (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB) ^(1,3)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
VAGO ^(5,8)	1. Senador Magno Malta (PR) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPSDB nº 4/2013, designando o Senador Mário Couto como membro titular e o Senador Flexa Ribeiro como membro suplente para compor o Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.
2. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício BLUFOR nº 208/2012, designando Magno Malta como membro suplente, para compor o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.
3. Em 09.04.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 116/2013-GLPSDB).
4. Em 10.04.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 149/2013, designando o Senador Jarbas Vasconcelos como membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente para compor o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
5. Em 16.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 92/2013-BLUFOR).
6. Em 16.04.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 152/2013-GLPMDB).
7. Em 17.04.2013, a Comissão reunida elegeu o Senador Mário Couto como Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2013-CTEFPF).
8. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 109/2013-BLUFOR).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33031176

E-mail: sscepi@senado.leg.br

10) CT - LEVANTAMENTO DA LEGISLAÇÃO PERTINENTE À PREVENÇÃO E COMBATE DE INCÊNDIOS NO BRASIL

Finalidade: Realizar levantamento da legislação pertinente à prevenção e combate de incêndios no Brasil, e elaborar proposta concreta, eficaz e de alcance nacional das normas técnicas necessárias, tendo como referência rigorosos padrões internacionais.

(Requerimento nº 18, de 2013, da Senadora Ana Amélia)

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽⁵⁾

RELATOR: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Pedro Simon (PMDB) ⁽²⁾	1. Senador Romero Jucá (PMDB) ⁽²⁾
Senadora Ana Amélia (PP) ⁽²⁾	2. Senador Sérgio Souza (PMDB) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Senador Paulo Paim (PT) ⁽⁴⁾	1. Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽⁴⁾
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁴⁾	2. Senador Eduardo Suplicy (PT) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cyro Miranda (PSDB) ⁽³⁾	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Senador Gim (PTB) ⁽¹⁾	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 06.03.2013, foi lido o Ofício BLUFOR nº 40/2013, designando o Senador Gim, como membro titular, e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, para compor o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.
2. Em 06.03.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 77/2013, designando o Senador Pedro Simon e a Senadora Ana Amélia, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá e Sérgio Souza, como membros suplentes, para compor o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
3. Em 15.03.2013 é designado o Senador Cyro Miranda como membro titular para compor o Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of.94/2013-GLPSDB).
4. Em 19.03.2013, são designados como membros titulares os Senadores Paulo Paim e Jorge Viana, e como membro suplentes os Senadores Inácio Arruda e Eduardo Suplicy para comporem o Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GLDBAG nº 49/2013).
5. Em 26.3.2013, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Ana Amélia, como Presidente, e o Senador Cyro Miranda, como Vice-Presidente, deste colegiado, e designou como relator o Senador Paulo Paim (Of. nº 1/2013 - CTLEGINC).

Secretário(a): Keny Cristina Rodrigues Martins

Telefone(s): 61 33033501

Fax: 61 33031176

E-mail: sscepi@senado.leg.br

**11) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO
DE ANTEPROJETO DO NOVO CÓDIGO COMERCIAL**

Finalidade: Elaborar anteprojeto destinado a substituir o Código Comercial que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

(Ato do Presidente nº 13, de 2013)

Número de membros: 19

PRESIDENTE: João Otávio de Noronha

VICE-PRESIDENTE: Alfredo de Assis Gonçalves Neto

RELATOR: Fábio Ulhoa Coelho

Instalação: 07/05/2013

MEMBROS

João Otávio de Noronha

Fábio Ulhoa Coelho

Alfredo de Assis Gonçalves Neto

Arnoldo Wald

Bruno Dantas Nascimento

Cleantho de Moura Rizzo Neto

Clóvis Cunha da Gama Malcher Filho

Daniel Beltrão de Rossiter Correia

Eduardo Montenegro Serur

Felipe Lückmann Fabro

Jairo Saddi

Marcelo Guedes Nunes

Márcio Souza Guimarães

Newton de Lucca

Osmar Brina Corrêa-Lima

Paulo de Moraes Penalva Santos

Ricardo Lupion Garcia

Tiago Asfor Rocha Lima

Unie Caminha

**CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL 13, de 2013**

PRazos

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁵⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Souza (PMDB-PR) ⁽⁵⁸⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(13,68)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Pedro Taques (PDT) ^(10,14,61)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Walter Pinheiro (PT) ⁽³³⁾
José Pimentel (PT) ^(9,10)	3. Anibal Diniz (PT) ^(41,42)
Humberto Costa (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) ⁽⁵⁷⁾
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Cristovam Buarque (PDT) ^(34,35,46,47,70)	6. Acir Gurgacz (PDT) ^(8,70)
Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(62,65)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(62,66)
Vanessa Graziotin (PC DO B)	8. Inácio Arruda (PC DO B)
	9. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁶⁹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁹⁾	
Eduardo Braga (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	1. Casildo Maldaner (PMDB) ⁽⁶⁰⁾
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	2. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(17,22,60)
Valdir Raupp (PMDB) ^(36,37,49,50,60,73)	3. VAGO ⁽⁶⁰⁾
Roberto Requião (PMDB) ^(60,64)	4. Eunício Oliveira (PMDB) ^(60,63)
Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	5. Waldemir Moka (PMDB) ⁽⁶⁰⁾
Romero Jucá (PMDB) ^(60,63)	6. Clésio Andrade (PMDB) ^(3,7,16,26,27,60)
Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	7. Ana Amélia (PP) ⁽⁶⁰⁾
Ivo Cassol (PP) ⁽⁶⁰⁾	8. Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶⁰⁾
Francisco Dornelles (PP) ^(11,12,18,20,60)	9. Benedito de Lira (PP) ^(5,60)
Kátia Abreu (PSD) ^(23,25,43,44,55,59,60)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(1,56)	1. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁵⁶⁾
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁵⁶⁾	2. Aécio Neves (PSDB) ^(2,56)
Alvaro Dias (PSDB) ⁽⁵⁶⁾	3. Paulo Bauer (PSDB) ⁽⁵⁶⁾
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) ^(30,31,32)
Jayme Campos (DEM) ⁽³⁰⁾	5. Wilder Moraes (DEM) ^(4,15,40)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(29,45)	
Armando Monteiro (PTB) ⁽⁶⁷⁾	1. Gim (PTB) ^(67,74)
João Vicente Claudino (PTB) ^(67,74,78)	2. Alfredo Nascimento (PR) ^(48,67,75,78)

Blaire Maggi (PR) (26,27,28,53,67)	3. Eduardo Amorim (PSC) (38,39,51,52,67,71,72,76)
Antonio Carlos Rodrigues (PR) (6,54,67)	4. Vicentinho Alves (PR) (21,67,77)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Graziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blaio Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

1. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.

2. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

5. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLPMDB).

6. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

7. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

8. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. nº 66/2011-GLDBAG).

9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

10. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. nº 079/2011-GLDBAG).

11. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

12. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

13. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

14. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).

15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 060/2011-GLDEM).
16. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 271/2011 - GLPMDB).
17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
19. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
20. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).
21. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
22. Em 28.11.2011, foi lido o Ofício nº 298-2011-GLPMDB, comunicando o remanejamento do Senador Sérgio Souza, da 6ª para a 2ª suplência do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
23. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
24. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
25. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
26. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
27. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 32/2012).
28. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro titular do PR na Comissão (Of. nº 004/2012-GLPR).
29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
30. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 20/2012-GLDEM).
31. Em 25.04.2012, a Liderança do DEM cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSDB (Of. Nº 027/12-GLDEM).
32. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente na Comissão em vaga cedida pelo DEM (Of. nº 48/12-GLPSDB).
33. Em 22.05.2012, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 073/2012-GLDBAG).
34. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
35. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 089/2012-GLDBAG).
36. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
37. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
38. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
39. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. Nº 075/2012/BLUFOR/SF).
40. Em 29.08.2012, é lido o Of. nº 046/12-GLDEM, designando o Senador Wilder Moraes como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, a partir de 10.09.2012, em substituição ao Senador Clovis Fecury.
41. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
42. Em 14.09.2012, o Senador Aríbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 109/2012-GLDBAG).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 139/2012 - GLDBAG).
48. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
49. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

50. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2012).
51. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
52. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 213/2012-BLUFOR).
53. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
54. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
55. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (OFÍCIOS nºs 012 e 013/2013-GLPSD).
56. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros titulares, e Senadores Aécio Neves, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 007/13-GLPSDB).
57. Em 07.02.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 012/2013 - GLDBAG).
58. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lindbergh Farias e Sérgio Souza Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 007/2013 - CAE).
59. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
61. Em 26.02.2013, o Senador Pedro Taques é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Zeze Perrella (Of. nº 17/2013-GLDBAG).
60. Em 26.02.2013, foram lidos os Ofícios GLPMDB nº 36 e 64/2013, designando os Senadores Eduardo Braga, Sérgio Souza, Jader Barbalho, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Francisco Dornelles e a Senadora Kátia Abreu como membros titulares e os Senadores Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, Waldemir Moka, Clésio Andrade, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
62. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passa a ocupar sua suplência (Of. GLDBAG nº 023/2013).
63. Em 27.02.2013, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência (Of. GLPMDB nº 074/2013).
64. Em 12.03.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. GLPMDB nº 113/2013).
65. Em 14.03.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 46/2013).
66. Em 14.03.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. GLDBAG nº 46/2013).
67. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Gim, Blairo Maggi e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores João Vicente Claudino, Eduardo Amorim, João Costa e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 42/2013).
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
69. Em 07.02.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é confirmado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. 0012/2013-GLPDSB).
70. Em 27.03.2013, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Acir Gurgacz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 57/2013-GLDBAG).
71. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
72. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 88/2013-BLUFOR).
73. Em 24.04.2013, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Jader Barbalho (Of. 165/2013-GLPMDB).
74. Em 7.5.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Gim, que passa a ocupar a primeira suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR).
75. Em 7.5.2013, o Senador João Vicente Claudino passa a ocupar a segunda suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR).
77. Em 7.5.2013, o Senador Vicentinho Alves passa a ocupar a quarta suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR).
76. Em 7.5.2013, o Senador Eduardo Amorim passa a ocupar a terceira suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR).
78. Em 08.05.2013, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento, que passa a ocupar a vaga de membro suplente (Of. 104/2013BLUFOR).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Walter Pinheiro (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Randolfe Rodrigues (PSOL)	3. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. Benedito de Lira (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Kátia Abreu (PSD)
Waldemir Moka (PMDB)	3. Jader Barbalho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Wilder Moraes (DEM) (1)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
João Vicente Claudino (PTB)	1. Eduardo Amorim (PSC)

Notas:

1. Em 30.4.2013, o Senador Wilder Moraes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador José Agripino (OF. 90/2013-CAE)

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 85/2013-CAE, que comunica a designação dos Senadores Walter Pinheiro, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues, como titulares, e dos Senadores Delcídio do Amaral, Acir Gurgacz e Eduardo Lopes, como suplentes, do Bloco de Apoio ao Governo; da Senadora Ana Amélia e dos Senadores Casildo Maldaner e Waldemir Moka, como titulares, e da Senadora Kátia Abreu e dos Senadores Benedito de Lira e Jader Barbalho, como suplentes, do Bloco Parlamentar da Maioria; dos Senadores Alvaro Dias e José Agripino, como titulares, e da Senadora Lúcia Vânia e do Senador Aloysio Nunes Ferreira, como suplentes, do Bloco Parlamentar Minoria; e do Senador João Vicente Claudino, como membro titular, e do Senador Eduardo Amorim, como suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽¹⁾	
Delcídio do Amaral (PT) ^(5,6)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(3,4)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁾	
Francisco Dornelles (PP)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁷⁾	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR)

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 3. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
 4. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CAE (Of. nº 089/2012 - GLDBAG).
 5. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
 6. Em 12.03.2013, vago em virtude da solicitação contida no OF. nº 014/2013 -CAE.
 7. Em 23.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 87/2013-CAE).
- *. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimental para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.
- ***. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 82/2013-CAE, que comunica a designação do Senador Delcídio do Amaral como membro titular e do Senador Antonio Carlos Valares como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, dos Senadores Francisco Dornelles e Luiz Henrique como membros titulares e dos Senadores Sérgio Souza e Roberto Requião como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria, do Senador Flexa Ribeiro como membro titular e do Senador Aloysio Nunes Ferreira como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, e do Senador Armando Monteiro como membro titular e do Senador Antonio Carlos Rodrigues como membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
José Pimentel (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Sérgio Souza (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Wilder Moraes (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Blairo Maggi (PR)

Notas:

*. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 83/2013-CAE, que comunica a designação do Senador José Pimentel e da Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares e do Senador Rodrigo Rollemberg como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, do Senador Sérgio Souza como membro titular e dos Senadores Ciro Nogueira e Eunício Oliveira como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria, do Senador Paulo Bauer como membro titular e do Senador Wilder Moraes como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, e do Senador Armando Monteiro como membro titular e do Senador Blairo Maggi como membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB)
	2. Ivo Cassol (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) (1)	1. Jayme Campos (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Alfredo Nascimento (PR)	1. João Costa (PPL)

Notas:

1. Em 23.04.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. 88/2013/CAE).

*. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 84/2013-CAE, que comunica a designação dos Senadores Eduardo Suplicy e Cristovam Buarque, como titulares, e do Senador Pedro Taques, como suplente, do Bloco de Apoio ao Governo; do Senador Vital do Rêgo, como titular, e dos Senadores Ricardo Ferraço e Ivo Cassol, como suplentes, do Bloco Parlamentar da Maioria; do Senador Cyro Miranda, como titular, e do Senador Jayme Campos, como suplente, do Bloco Parlamentar Minoria; e do Senador Alfredo Nascimento, como titular, e do Senador João Costa, como suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽³⁶⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽³⁶⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(8,42)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT) ⁽²⁶⁾
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT) ⁽¹⁸⁾
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²²⁾	
Waldemir Moka (PMDB) ^(23,35)	1. Sérgio Souza (PMDB) ^(6,17,23,30,35)
Roberto Requião (PMDB) ^(2,23,35,37)	2. Pedro Simon (PMDB) ^(23,30,35)
Casildo Maldaner (PMDB) ^(3,4,23,35)	3. Eduardo Braga (PMDB) ^(23,30,35)
Vital do Rêgo (PMDB) ^(23,35)	4. Eunício Oliveira (PMDB) ^(23,30,35,37)
João Alberto Souza (PMDB) ^(23,35)	5. Romero Jucá (PMDB) ^(23,30,35)
Ana Amélia (PP) ^(14,15,16,21,23,35)	6. Benedito de Lira (PP) ^(10,23,30,35)
Paulo Davim (PV) ^(23,25,30,35)	7. Sérgio Petecão (PSD) ^(23,30,35)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁴⁾	1. Aécio Neves (PSDB) ⁽³⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB) ⁽³⁴⁾	2. Cyro Miranda (PSDB) ^(9,11,13,34)
José Agripino (DEM) ^(7,9,34,40,43,44)	3. Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁴⁾
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(22,27)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(31,38,41,45,46)	1. Armando Monteiro (PTB) ⁽⁴¹⁾
Eduardo Amorim (PSC) ^(1,5,41)	2. João Vicente Claudino (PTB) ^(24,41)
Vicentinho Alves (PR) ^(28,29,32,39,41,47,48)	3. VAGO ^(19,20,33,41)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

****. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sérgio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco Parlamentar Minoría: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges (OF. nº 062/2011 - GLPMDDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDDB)

5. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 - GLPTB)

6. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDDB).

7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 184/11 - GLPSDB).

10. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

11. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 190/11 - GLPSDB).

12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

13. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoría na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. nº 191/2011 - GLPSDB)

14. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

15. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDDB).

16. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

17. Em 16.02.2012, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (OF. GLPMDDB nº 14/2012).

18. Em 06.03.2012, o Senador José Pimentel é designado membro suplente na Comissão, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 33/2012-GLDBAG).

19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

20. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

23. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 64/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Waldemir Moka, Paulo Davim, Romero Jucá, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CAS.

24. Em 26.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. Nº 024/2012/GLBUF/SF).

25. Em 3.07.2012, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDDB nº 166/2012).

26. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

27. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
28. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
29. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 099/2012/BLUFOR/SF).
30. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros, que passa a ocupar a vaga de primeiro suplente do Bloco, remanejando os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira para as demais suplências, respectivamente (OF. GLPMDB nº 345/2012).
31. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
32. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
33. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
34. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 008/13-GLPSDB).
35. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 37/2013, designando os Senadores Waldemir Moka, Eunício Oliveira, Casildo Maldaner, Vital do Rêgo, João Alberto Souza, a Senadora Ana Amélia e o Senador Paulo Davim, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Pedro Simon, Eduardo Braga, Roberto Requião, Romero Jucá, Benedito de Lira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
36. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Waldemir Moka e Vanessa Grazziotin, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 002/2013 - CAS).
37. Em 7.3.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência na Comissão (OF. GLPMDB nº 102/2013).
38. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 028/2013).
39. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 59/2013).
40. Em 19.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de compor a Comissão (Of. nº 97/2013-GLPSDB).
41. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Eduardo Amorim e João Costa, e membros suplentes os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 43/2013).
42. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
43. Em 26.03.2013, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Ofícios nºs 21/2013-GLDEM e 103/2013-GLPSDB).
44. Vaga cedida pelo PSDB ao DEM (OF. Nº 103/2013-GLPSDB).
45. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
46. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 80/2013-BLUFOR).
47. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
48. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 85/2013-BLUFOR)

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 4/2012, do Senador Cyro Miranda, com a finalidade de, até o final da sessão legislativa, examinar as questões pertinentes à remuneração das contas vinculadas ao FGTS, a sustentabilidade de capitalização desse Fundo, bem como propor o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾

RELATOR:

Instalação: 07/03/2012

Prazo final: 22/12/2012

Prazo prorrogado: 22/12/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Wellington Dias (PT)
José Pimentel (PT) ^(3,4)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁾	
Ana Amélia (PP)	1. Waldemir Moka (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Paulo Bauer (PSDB)

Notas:

1. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

4. Em 17.10.2012, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (OF. nº 183/2012-PRESIDÊNCIA/CAS).

5. Em 21.3.2013, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 38/2013 - Presidência/CAS).

*. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 16/2012-CAS, que designa o Senador Paulo Paim e a Senadora Marta Suplicy como membros titulares e os Senadores Wellington Dias e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a Senadora Ana Amélia e o Senador Casildo Maldaner como membros titulares e os Senadores Waldemir Moka e Lauro Antonio como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Cyro Miranda como membro titular e o Senador Paulo Bauer como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

***. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 182/2012-PRESIDÊNCIA/CAS, comunicando a aprovação do Requerimento nº 61, de 2012-CAS, que prorroga os trabalhos da Subcomissão até o término da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽⁷⁸⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Anibal Diniz (PT-AC) ⁽⁷⁸⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(23,83)	
José Pimentel (PT)	1. Angela Portela (PT) ^(9,88,90)
Ana Rita (PT) ^(54,55)	2. Lidice da Mata (PSB) ^(9,55,56)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT) ^(7,9,76)
Anibal Diniz (PT) ^(6,75)	4. Acir Gurgacz (PDT) ^(24,25,49,51,60,61)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Walter Pinheiro (PT) ^(8,79)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Eduardo Lopes (PRB) ^(32,33)	7. Humberto Costa (PT) ⁽¹²⁾
Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁸⁷⁾	8. Paulo Paim (PT) ⁽⁹²⁾
Eduardo Suplicy (PT) ⁽⁸⁸⁾	9.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³⁸⁾	
Eduardo Braga (PMDB) ^(39,50,77)	1. Romero Jucá (PMDB) ^(2,4,16,20,27,39,50,77)
Vital do Rêgo (PMDB) ^(1,15,39,50,77)	2. Roberto Requião (PMDB) ^(3,16,36,39,46,50,77)
Pedro Simon (PMDB) ^(39,50,77)	3. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(13,16,39,50,52,53,63,64,77)
Sérgio Souza (PMDB) ^(39,50,77)	4. Clésio Andrade (PMDB) ^(14,16,39,50,77)
Luiz Henrique (PMDB) ^(20,39,50,77)	5. Valdir Raupp (PMDB) ^(39,77)
Eunício Oliveira (PMDB) ^(26,39,77)	6. Benedito de Lira (PP) ^(39,77)
Francisco Dornelles (PP) ^(39,77)	7. Waldemir Moka (PMDB) ^(39,77)
Sérgio Petecão (PSD) ^(40,41,43,70,73,74,77)	8. Kátia Abreu (PSD) ^(29,30,31,37,40,41,43,57,58,68,69,73,74,77)
	9. Lobão Filho (PMDB) ⁽⁸⁹⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB) ⁽⁷¹⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB) ^(22,71)
Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽⁷¹⁾	2. Ataídes Oliveira (PSDB) ^(71,72)
Alvaro Dias (PSDB) ⁽⁷¹⁾	3. Cícero Lucena (PSDB) ^(11,71,86)
José Agripino (DEM) ^(17,42)	4. Paulo Bauer (PSDB) ^(18,42,44)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁸⁶⁾	5. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁸⁶⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(38,59)	
Armando Monteiro (PTB) ⁽⁸²⁾	1. Gim (PTB) ^(5,45,65,81,82)
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(62,82,84,85)	2. Eduardo Amorim (PSC) ^(10,45,80,82)
Magno Malta (PR) ⁽⁸²⁾	3. Blairo Maggi (PR) ^(19,21,34,35,66,67,82)
Antonio Carlos Rodrigues (PR) ⁽⁸²⁾	4. Vicentinho Alves (PR) ^(47,48,82,91)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

*****. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solidificação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.

*****. Em 17.04.2013, publicada no D.O.U. a Resolução nº 11, de 2013, que amplia para 27 o quantitativo de vagas da Comissão, distribuídas em obediência à proporcionalidade partidária.

2. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

1. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (Of. Nº 42/2011-GLPMDB)

3. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (Of. Nº 41/2011-GLPMDB)

9. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).

10. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).

8. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

7. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

6. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

5. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).

11. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).

12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 014/2011-GLDBAG).

13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (Of. nº 063/2011-GLPMDB).

14. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

15. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).
17. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
18. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
19. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
20. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (Of. GLPMDB nº 136/2011).
21. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
22. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).
23. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
24. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
25. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
26. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
27. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
30. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
31. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
32. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
33. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 32/2012 - GLDBAG).
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of.GLPMD nº 45/2012).
37. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
38. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
39. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 63/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Roberto Requião, Clésio Andrade, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Lobão Filho, Waldemir Moka e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CCJ.
40. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
41. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
42. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 18/2012-GLDEM).
43. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando o Senador Sérgio Petecão como membro titular e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para compor a Comissão.
44. Em 18.04.2012, o Senador Paulo Bauer é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 21/12-GLDEM e 42/12-GLPSDB).
45. Em 19.04.2012, os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Ciro Nogueira são designados, respectivamente, primeiro e segundo suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 61/2012/GLPTB).
46. Em 7.05.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. GLPMDB nº 106/2012).

47. Em 9.05.2012, o PSOL cede, em caráter provisório, uma vaga de suplente na Comissão ao Bloco Parlamentar União e Força (Ofício GSRR nº 00114/2012).
48. Em 10.05.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força (PSC) na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo PSOL (OF. Nº 009/2012-GLBUF/SF).
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Em 04.07.2011, indicados os Senadores Ricardo Ferraço, Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá e Vital do Rêgo para primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto titulares, respectivamente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão; e os Senadores Renan Calheiros, Roberto Requião, Valdir Raupp e Eduardo Braga para primeiro, segundo, terceiro e quarto suplentes, respectivamente (OF. GLPMDB nº 168/2012).
51. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 092/2012-GLDBAG).
52. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
53. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
54. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
55. Em 14.09.2012, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of nº 110/2012-GLDBAG), e deixa de ocupar a suplência.
56. Em 14.09.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em decorrência da designação da Senadora Ana Rita como titular (Of. nº 110/2012-GLDBAG).
57. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
58. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
59. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
60. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
61. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 142/2012 - GLDBAG).
62. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
63. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
64. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2012).
65. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
66. Em 20.12.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (OF. Nº 237/2012-BLUFOR).
67. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
68. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
69. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
70. Em 07.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é confirmado membro titular do PSD na Comissão (OF. Nº 0013/2013-GLPSD).
71. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cássio Cunha Lima, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 009/13-GLPSDB).
72. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Ofício nº 32/13-GLPSDB).
74. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
75. Em 26.02.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
73. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
76. Em 26.02.2013, o Senador Jorge Viana é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
77. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 39/2013, designando os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Pedro Simon, Sérgio Souza, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Roberto Requião, Ricardo Ferraço, Clésio Andrade, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Waldemir Moka e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.

78. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Vital do Rêgo e Aníbal Diniz Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 01/2013 - CCJ).
79. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 35/2013 - GLDBAG).
80. Em 12.03.2013, volta a pertencer ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao PP (Of. nº 55/2013 - BLUFOR).
81. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 029/2013).
82. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro, Magno Malta e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores Gim, Eduardo Amorim, Blairo Maggi e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 44/2013).
83. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
84. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
85. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 81/2013-BLUFOR).
86. Em 18.04.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa a suplência e passa a ser membro titular; os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro são designados membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão (Of. 122/2013-GLPSDB).
87. Em 23.04.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 72/2013-GLDBAG).
88. Em 23.04.2013, o Senador Eduardo Suplicy deixa a suplência e passa a ser membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 73/2013-GLDBAG).
89. Em 24.04.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 166/2013-GLPMDB).
90. Em 07.05.2013, a Senadora Angela Portela é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 078/2013-GLDBAG).
91. Em 14.05.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (Of. nº 112/13 - BLUFOR).
92. Em 23.05.2013, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 086/2013-GLDBAG).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 19/10/2011

Instalação: 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Pedro Taques (PDT)	1.
Lindbergh Farias (PT)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1.
VAGO ⁽²⁾	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ⁽¹⁾	
Armando Monteiro (PTB)	1.
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

1. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

2. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Of. nº 18/2012-GLDEM).

3. Em 10.5.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na subcomissão (Of. nº 56/2012-CCJ).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽⁶³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁶³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(68,15)	
Angela Portela (PT)	1. Lindbergh Farias (PT) ⁽³⁶⁾
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT) ⁽⁴⁷⁾
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(13,23)
Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁶⁹⁾	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽⁹⁾
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT) ⁽¹⁶⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	8. João Capiberibe (PSB) ⁽³⁰⁾
	9.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³⁹⁾	
Ricardo Ferraço (PMDB) ^(41,60)	1. Eduardo Braga (PMDB) ^(2,19,41,44,60)
Roberto Requião (PMDB) ^(26,27,28,38,41,60)	2. Vital do Rêgo (PMDB) ^(41,44,54,60)
Romero Jucá (PMDB) ^(6,12,25,41,60)	3. Valdir Raupp (PMDB) ^(41,60)
João Alberto Souza (PMDB) ^(29,31,37,41,60)	4. Luiz Henrique (PMDB) ^(41,44,60)
Pedro Simon (PMDB) ^(17,41,60)	5. VAGO ^(41,44)
Ana Amélia (PP) ^(41,44,60)	6. VAGO ^(20,41,44)
Benedito de Lira (PP) ^(41,44,45,46,52,53,60)	7. VAGO ^(10,41)
Ciro Nogueira (PP) ^(41,44,60)	8. ⁽⁴¹⁾
Kátia Abreu (PSD) ^(41,44,60)	9. ⁽⁴¹⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ^(3,59)	1. Cícero Lucena (PSDB) ^(32,59)
Alvaro Dias (PSDB) ^(14,22,59)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ^(5,59,70)
Paulo Bauer (PSDB) ⁽⁵⁹⁾	3. Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(4,59)
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) ^(18,51,59)
José Agripino (DEM) ⁽⁷⁾	5. Ataídes Oliveira (PSDB) ^(8,42,43,59,61,62)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(39,48)	
Armando Monteiro (PTB) ⁽⁶⁶⁾	1. Eduardo Amorim (PSC) ^(55,64,66)
VAGO ^(66,71,72,73)	2. João Vicente Claudino (PTB) ^(1,40,66,67)
VAGO ^(11,24,66)	3. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(34,35,57,66,73)
VAGO ^(24,58,66)	4. VAGO ^(49,50,56,65,66)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Domelles como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (Of. nº 043/2011-GLPTB).

2. Em 01.03.2011, em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 060/11-GLPSDB).

4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 061/11-GLPSDB).

5. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).

6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

7. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

8. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.

9. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)

10. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Domelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)

11. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

12. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

13. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

14. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

16. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).

17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 060/2011-GLDEM).

19. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDB).

20. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)
23. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 139/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
26. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
27. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
28. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
29. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
30. Em 08.12.2011, O Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 146/2011-GLDBAG).
31. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 330/2011).
32. Em 13.02.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 13/2012 - GLPSDB).
33. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Ofício nº 041/2012-GLDBAG).
37. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
38. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
39. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
40. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 008/2012-GLBUF).
41. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 65/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Roberto Requião, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo e Ciro Nogueira como membros suplentes, para compor a CE.
42. Em 17.4.2012, vago em virtude da retirada do nome do Senador Demóstenes Torres (Of. nº 17/2012-GLDEM).
43. Em 19.04.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 22/12-GLDEM e 44/12-GLPSDB).
44. Em 22.05.2012, foi lido o Of. nº 134/2012, da Liderança do PMDB e da Maioria, indicando os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Ciro Nogueira para comporem a Comissão como titulares e o Senador Vital do Rêgo como 1º suplente.
45. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
46. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
49. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
50. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 102/2012/BLUFOR/SF).
51. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).

52. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
53. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 356/2012).
54. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2012).
55. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
56. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
59. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cássio Cunha Lima, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 010/13-GLPSDB).
60. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 38/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Pedro Simon, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Valdir Raupp e Luiz Henrique, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
61. Em 27.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente na Comissão (Ofício nº 58/2013-GLPSDB).
62. Em 27.02.2013, foi lido o Of. nº 10/2013-GLDEM, comunicando a cessão da vaga de suplente na Comissão ao PSDB (Of. nº 10/2013-GLDEM).
63. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Ana Amélia, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 05/2013 - S.CE).
64. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 030/2013).
65. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 60/2013).
66. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro e Sodré Santoro, e membro suplente o Senador Eduardo para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 45/2013).
67. Em 19.03.2013, o Senador Jão Vicente Claudinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 67/2013).
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
69. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro Of. nº 53/2013-GLDBAG).
70. Em 11.04.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira (Of. 118/2013-GLPSDB).
71. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
72. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 82/2013-BLUFOR).
73. Em 14.05.2013, o Senador Mozarido Cavalcanti é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 111/13 - BLUFOR).

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:

Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:

*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽⁵⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁵⁸⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(11,64)	
Aníbal Diniz (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ^(63,67)
Acir Gurgacz (PDT) ^(8,12,35,36,43,44)	2. Delcídio do Amaral (PT) ⁽³⁾
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Ana Rita (PT) ⁽⁶²⁾	4. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. João Capiberibe (PSB) ⁽⁶⁰⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³³⁾	
Romero Jucá (PMDB) ^(13,55)	1. Sérgio Souza (PMDB) ^(37,38,47,48,55)
Luiz Henrique (PMDB) ^(16,17,34,55)	2. Eduardo Braga (PMDB) ⁽⁵⁵⁾
Garibaldi Alves (PMDB) ^(55,57)	3. João Alberto Souza (PMDB) ^(17,18,55)
Valdir Raupp (PMDB) ^(4,55)	4. Vital do Rêgo (PMDB) ^(14,55,61,68)
Ivo Cassol (PP) ⁽⁵⁵⁾	5. Eunício Oliveira (PMDB) ^(28,29,31,57)
Kátia Abreu (PSD) ^(9,10,19,21,55)	6. VAGO ^(6,25,26,27,32)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB) ^(50,52)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁵⁰⁾
Cícero Lucena (PSDB) ^(5,7,50,53)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ^(50,54)
José Agripino (DEM) ^(15,23,24)	3. VAGO ^(23,45)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(33,40)	
Blairo Maggi (PR) ^(1,22,46,59,65)	1. Gim (PTB) ^(2,56,59,65)
Eduardo Amorim (PSC) ^(41,42,49,51,59,65)	2. VAGO ^(39,59,65,69,70,71)
Fernando Collor (PTB) ⁽⁶⁵⁾	3. Armando Monteiro (PTB) ^(65,66)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
4. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).
5. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
6. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).
7. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. nº 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 100/2011 - GLDBAG).
13. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 255/2011 - GLPMDB).
14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. N° 208/2011-GSJALB.
15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 059/2011-GLDEM).
16. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
17. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDB).
18. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 292/2011 - GLPMDB).
19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
22. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. nº 125/2011 - GLPTB).
23. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (Of. 072/2011 - GLDEM).
24. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 074/2011-GLDEM).
25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
26. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. N° 308/2011-GLPMDB).
27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 331/2011).
30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
31. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
32. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

33. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
34. Vago, em 13.06.2012, em virtude de o Senador Waldemir Moka ter se desligado da Comissão (OF nº 154/2012-GLPMDB).
35. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
36. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 087/2012-GLDBAG).
37. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
38. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
39. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 105/2012-BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 138/2012 - GLDBAG).
45. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
46. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
47. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
48. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 357/2012).
49. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
50. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias e Flexa Ribeiro, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes (Ofício nº 16/13-GLPSDB).
51. Em 07.02.2013, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº. 13/2013-BLUFOR).
52. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Ofício nº 31/13-GLPSDB).
53. Em 21.02.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Ofício nº 34/13-GLPSDB).
54. Em 21.02.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Ofício nº 34/13-GLPSDB).
55. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 40/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Valdir Raupp, Ivo Cassol e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Eduardo Braga, João Alberto Souza e a Senadora Ana Amélia, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
56. Em 26.02.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Vicente Claudino (Of. nº 27/2013-BLUFOR).
57. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que assume a suplência (Of. 069/2013 -GLPMDB).
58. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Blairo Maggi e Eduardo Amorim Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 33/2013 - CMA).
59. Em 27.02.2013, os Senadores Eduardo Amorim e Blairo Maggi são designados membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição aos Senadores Gim e Fernando Collor, que passam a ocupar a suplência na Comissão (OF. BLUFOR nº 37/2013).
60. Em 04.03.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. 040/2013 -GLDBAG).
61. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (OF nº 87/2013 - GLPMDB).
62. Em 07.03.2013, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. 041/2013 -GLDBAG).

63. Vago, em virtude de a Senadora Ana Rita ter sido designada membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo (Of. nº 41/20113 - GLDBAG).
64. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
65. Em 20.03.2013, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Fernando Collor são designados como membros titulares, e os Senadores Gim e João Costa membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 46/2013-BLUFOR).
66. Em 08.04.2013, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 78/2013-BLUFOR).
67. Em 11.04.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 64/2013 - GLDBAG).
68. Em 18.04.2013, o Senador Vital do Rego é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 154/2013-GLPMDB).
69. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
70. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 89/2013-BLUFOR).
71. Vago em virtude do desligamento do Senador Vicentinho Alves da Comissão (Of. nº 103/2013 - BLUFOR).

Secretário(a): Estevão Hagel Ledur

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽³⁾	
Jorge Viana (PT)	1. VAGO ⁽¹³⁾
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Anibal Diniz (PT) ^(2,6)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹⁰⁾	
VAGO ⁽⁹⁾	1. Eduardo Braga (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	2. VAGO ^(4,9,11)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(1,8)	1. VAGO ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ⁽¹⁰⁾	
Eduardo Amorim (PSC) ^(5,14)	1. VAGO ⁽¹³⁾

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 4. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
 5. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
 6. Em 27.2.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
 7. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (Of. nº 34/2012/CMA).
 9. Em 27.2.2012, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
 8. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
 10. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 11. Vago, em 13.06.2012, em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (Of. nº 154/2012-GLPMDB).
 12. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
 13. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares e João Vicente Claudino deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
 14. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 52/2013/CMA).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.
- ****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sérgio Souza (PMDB-PR) ⁽¹⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) ⁽¹⁸⁾

RELATOR: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽¹⁸⁾

Instalação: 16/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽²⁾	
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁷⁾	1. VAGO ^(7,16)
VAGO ⁽¹⁶⁾	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(1,5)
Anibal Diniz (PT)	3. VAGO ^(7,9,10)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁶⁾	
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	1. Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹¹⁾
Ivo Cassol (PP) ⁽²⁰⁾	2. Vital do Rêgo (PMDB) ^(8,19)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Eunício Oliveira (PMDB) ^(16,20)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. VAGO ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ⁽⁶⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(3,7,12)	1. Eduardo Amorim (PSC) ^(7,13,14,15,17)

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
4. Vago em razão de o Senador Jayme Campos não pertencer mais à Comissão (OF. GLDEM 74/2011).
5. Em 27.2.2012, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 26.04.2011, foi lido o Ofício nº 116/2012/CMA comunicando a composição atualizada da Subcomissão com as seguintes alterações de Senadores: Bloco de Apoio ao Governo - Rodrigo Rollemberg como primeiro titular, Antonio Carlos Valadares e Acir Gurgacz, primeiro e terceiro suplentes, respectivamente; Bloco Parlamentar da Maioria - Sérgio Sousa, primeiro titular; Bloco Parlamentar União e Força - Blairo Maggi, titular, e Vicentinho Alves, suplente.
8. Vago em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (OF. GLPMDB nº 154/2012).
9. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
10. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CMA (Of. nº 087/2012 - GLDBAG).
11. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

12. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

13. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).

14. Em 19.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 279/2012/CMA).

15. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.

16. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares, Lobão Filho e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).

17. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).

18. Em 16.04.2013, os Senadores Sérgio Souza e Aníbal Diniz foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente, e designado relator o Senador Cicero Lucena, na Subcomissão (Of. nº 86/2013-CMA).

19. Em 08.05.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 155/2013-GLPOMDB).

20. Em 08.05.2013, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passará a exercer a suplência (Of. nº 153/2013-GLPOMDB).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cicero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Estevão Hagel Ledur

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹³⁾

RELATOR: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽¹³⁾

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽²⁾	
Jorge Viana (PT) ⁽⁶⁾	1. Anibal Diniz (PT) ^(6,9)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. VAGO ⁽¹⁴⁾
Delcídio do Amaral (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁸⁾	
Sérgio Souza (PMDB) ^(1,3,4,7)	1. Ivo Cassol (PP) ⁽¹⁰⁾
Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹¹⁾	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ⁽⁸⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(5,9,12)	1. VAGO ⁽¹⁴⁾

Notas:

1. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
4. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
5. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
6. Em 27.2.2012, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
7. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
9. Em 16.04.2012, os Senadores Anibal Diniz, Vanessa Grazziotin e Blairo Maggi são designados para as vagas em aberto na Subcomissão (Of. nº 99/2012/CMA).
10. Em 16.04.2012, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. nº 99/2012/CMA).
11. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
12. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

13. Em 14.3.2013, foi lido o Ofício 001/2013-CMABMONTE, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.3.2013, bem como a eleição dos Senadores Delcídio do Amaral, Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, para Presidente, Vice-Presidente e Relator, respectivamente.

14. Em 19.03.2013, os Senadores João Vicente Claudino e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Estevão Hagel Ledur

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS ADOTADAS NA RIO+20

Finalidade: Subcomissão alterada pelo RMA nº 53/2012, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de monitorar a implementação das medidas adotadas na Rio+20. (Subcomissão anterior: Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 - RMA nº 25/2011)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹⁾
Sérgio Souza (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
VAGO ^(2,3,4)	1. João Vicente Claudino (PTB)

Notas:

1. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

2. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSV ALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).

3. Em 19.10.2012 o Senador João Costa é designado como membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 278/2012/CMA).

4. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.

*, Em 03.07.2012, lido o Requerimento nº 53, de 2012-CMA, aprovado em 27.06.2012, que altera a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implementação das Medidas Adotadas na Rio+20 (Of. nº 193/2012/CMA).

Secretário(a): Estevão Hagel Ledur

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽⁶⁰⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁶⁰⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(14,66)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
João Capiberibe (PSB) ^(47,50,59)	2. Eduardo Suplicy (PT) ^(12,23)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁶⁸⁾	4. Anibal Diniz (PT) ^(13,24,26)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Eduardo Lopes (PRB) ^(10,37,38)	6. Lídice da Mata (PSB) ^(21,59)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁴¹⁾	
VAGO ^(58,67)	1. Roberto Requião (PMDB) ^(6,8,25,32,58)
Pedro Simon (PMDB) ^(2,11,27,28,29,40,58)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(36,58)
Paulo Davim (PV) ^(31,33,39,58)	3. VAGO
VAGO ^(16,30,58,62)	4. VAGO ⁽¹⁹⁾
Sérgio Petecão (PSD) ^(18,58)	5. VAGO ⁽¹¹⁾
VAGO	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB) ^(3,7,15,34,44,61)	1. VAGO ^(5,22,57)
VAGO ⁽⁴⁾	2. VAGO ⁽⁵⁶⁾
VAGO ^(17,35,43,52)	3. Wilder Moraes (DEM) ⁽⁴⁶⁾
	4.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(41,49)	
Magno Malta (PR) ^(1,54,65)	1. VAGO ^(45,53,65)
Gim (PTB) ^(9,42,64,65,69)	2. VAGO ^(63,65)
VAGO ⁽⁶⁵⁾	3. VAGO ^(48,51,55,65)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (Of. nº 64/2011 - GLPSDB).

4. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 65/2011 - GLPSDB).

5. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (Of. nº 66/2011 - GLPSDB).

6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

7. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 110/2011-GLPSDB).

8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

9. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).

10. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 63/2011-GLBAG).

11. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB).

12. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

13. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

15. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

16. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

17. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

18. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

19. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

21. Em 17.10.2012, vago em razão da designação da Senadora Lídice da Mata como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 133/2012-GLDBAG).

22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)

23. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 138/2011-GLDBAG).

24. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 140/2011-GLDBAG).

25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.

26. Em 29.11.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 142/2011-GLDBAG).

27. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

28. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

29. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
30. Em 07.12.2011, o Senador Casildo Maldaner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza. (Of. s/n-GLPMDB)
32. Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requião é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (Of. nº 320/2011-GLPMDB)
33. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 324/2011).
34. Em 08.02.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 10/12 - GLPSDB).
35. Em 14.02.2012, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury (Of. nº 1/2012 - GLDEM).
36. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
37. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
38. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 28/2012 - GLDBAG).
39. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
40. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
41. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
42. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. nº 10/2012-GLBUF).
43. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 16/2012-GLDEM).
44. Em 07.05.2012, lido o Ofício nº 55/12-GLPSDB, comunicando que o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixou de integrar a Comissão.
45. Em 26.06.2012, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 65/2012-BLUFOR).
46. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Morais é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. GLDEM nº 48/2012).
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSV ALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
49. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
50. Em 17.10.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 133/2012-GLDBAG).
51. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 100/2012-BLUFOR/SF).
52. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
53. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
56. Em 07.02.2013, o Senador Cyro Miranda deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
57. Em 07.02.2013, o Senador Cássio Cunha Lima deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
58. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 41/2013, designando os Senadores Casildo Maldaner, Pedro Simon, Paulo Davim, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Roberto Requião e Ricardo Ferraço como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
59. Em 27.02.2013, o Senador João Cabipiribe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passa a ocupar a suplência em vaga destinada ao Bloco (Of. nº 30/2013 - GLDBAG).
60. Em 28.02.2013, a Comissão reunida elegeu a Senadora Ana Rita e o Senador João Capiberibe para ocuparem os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 04/2013 - CDH).
61. Em 1º.03.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 59/2013- GLPSDB).
62. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (Of. nº 88/2013 - GLPMDB).
63. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 61/2013).

64. Em 19.03.2013, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor a Comissão (Of. nº 66/2013-BLUFOR).
65. Em 19.03.2013, é designado membro titular o Senador Magno Malta para integrar o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 47/2013).
66. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
67. Vago em razão de o Senador Casildo Maldaner não compor mais a Comissão (Of. GLPMDB nº 115/2013).
68. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 52/2013-GLDBAG).
69. Em 26.03.2013, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 71/2013).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽²⁾	
Angela Portela (PT)	1. Paulo Paim (PT) ⁽⁷⁾
Lídice da Mata (PSB)	2. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁵⁾	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
Paulo Davim (PV) ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(6,1)	1.

Notas:

- Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).
 - O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 - Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
 - Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
 - Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 - Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. nº 16/2012-GLDEM).
 - Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Em 10.04.2013, foi lido o Of. 52/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 09.04.2013; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e dos Senadores Paulo Paim e João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares do Bloco Parlamentar da Maioria; e a eleição das Senadoras Lídice da Mata e Ângela Portela, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. TEMP. DE COMB. À PEDOFILIA, PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, JUVENTUDE E IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 40/2012, do Senador Magno Malta, com o a incumbência de, até ao final da presente legislatura, dentre outros assuntos, investigar e combater todas as ações de maus tratos em todos os níveis, contra crianças e adolescentes, incluindo investigação de denúncias de toda ação delituosa contra esse segmento.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Aprovação do Requerimento: 29/03/2012

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Eduardo Suplicy (PT)	2. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB)	1.

Notas:

*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.48/2013-CDH, que comunica a designação dos Senadores Paulo Paim e João Capiberibe como membros titulares e dos Senadores Randolfe Rodrigues e Anibal Diniz como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão; e a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão.

***. Em 10.04.2013, foi lido o Of. 62/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 09.04.2013; a designação dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy como membros titulares e dos Senadores Randolfe Rodrigues e João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria; a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular no Bloco Parlamentar Minoria; e a eleição dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA

Finalidade: Examinar e esclarecer as violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988 no Brasil.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽¹⁾

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Randolfe Rodrigues (PSOL)	1. Paulo Paim (PT)
João Capiberibe (PSB)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
	1.

Notas:

1. Em 09.04.2013, a Subcomissão reunida elegeu o Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues como Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão (Of. nº 64/2013-CDH).

*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.46/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 03.04.2013; a designação dos Senadores Randolfe Rodrigues e João Capiberibe como membros titulares e dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; e a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Lídice da Mata (PSB)	2. Anibal Diniz (PT) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB)	1.

Notas:

2. Em 10.04.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. 64/2013-CDH).

1. Em 09.04.2013, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Paulo Davim e a Senadora Lídice da Mata como Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão (Of. nº 64/2013-CDH).

*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.45/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 03.04.2013; a designação do Senador Paulo Paim e da Senadora Lídice da Mata como membros titulares e do Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão; e a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽⁴¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) ⁽⁴¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(7,48)	
Jorge Viana (PT) ⁽⁴³⁾	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Randolfe Rodrigues (PSOL) ^(43,44,49)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(4,6)	3. Lindbergh Farias (PT) ⁽³⁾
Anibal Diniz (PT) ^(44,5,8,9)	4. Eduardo Lopes (PRB) ^(17,18)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT) ⁽¹⁶⁾
Lídice da Mata (PSB) ⁽⁴²⁾	6. João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²²⁾	
Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	1. Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Jarbas Vasconcelos (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	2. João Alberto Souza (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Pedro Simon (PMDB) ^(27,40,23,24)	3. Roberto Requião (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Eunício Oliveira (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	4. Romero Jucá (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	5. Ana Amélia (PP) ⁽⁴⁰⁾
Francisco Dornelles (PP) ⁽⁴⁰⁾	6. Sérgio Petecão (PSD) ^(28,32,33,40,12,13,14,21)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB) ^(38,39)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽³⁸⁾
Paulo Bauer (PSDB) ^(38,2)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁸⁾
José Agripino (DEM)	3. Jayme Campos (DEM) ^(30,45,10)
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁵⁰⁾	4. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁵³⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(22,29)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(47,51,52)	1. Gim (PTB) ^(34,46,47)
Fernando Collor (PTB) ^(31,47)	2. Eduardo Amorim (PSC) ^(47,1)
Magno Malta (PR) ^(26,35,36,47,25)	3. VAGO ^(37,47,19,20)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Domelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 034/2011 - GLPTB / Of. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

3. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

5. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

6. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)

7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

8. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).

9. Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).

10. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 060/2011-GLDEM).

11. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.

12. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

13. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

14. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

15. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)

16. Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)

17. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

18. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).

20. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

23. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

24. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).

25. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
28. Em 09.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 191/2012).
26. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
27. Em 09.08.2012, o Senador Jacer Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Tomás Correia (OF. GLPMDB nº 192/2012).
29. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
30. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
31. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
32. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
33. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2012).
34. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
35. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
36. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 217/2012-BLUFOR).
37. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
38. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 013/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Lúcia Vânia e Paulo Bauer, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
40. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 42/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, Eunício Oliveira, Luiz Henrique e Francisco Domelles como membros titulares e os Senadores Sérgio Souza, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
39. Em 26.02.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 55/2013-GLPSDB).
41. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ricardo Ferraço e Jarbas Vasconcelos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 001/2013 - CRE).
42. Em 27.02.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 024/2013).
43. Em 05.03.2013, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Anibal Diniz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (OF. GLDBAG nº 29/2013).
44. Em 07.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 42/2013-GLDBAG).
45. Em 07.03.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 14/2013-GLDEM).
46. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 033/2013).
47. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Fernando Collor e Magno Malta, e membros suplentes os Senadores Gim e Eduardo Amorim para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 48/2013).
48. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
49. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 54/2013-GLDBAG).
50. Em 04.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 110/2013-GLPSDB).
51. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
52. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 83/2013-BLUFOR).
53. Em 23.04.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 127/2013-GLPDSB).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBC. PERM. DE MONIT. DA IMPL. DAS MEDIDAS ADOT. NA RIO+20 E REGIME INTERNAC. S/ MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽³⁾	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR) ^(8,9,10,11,12)
Lindbergh Farias (PT)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(2,4)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁷⁾	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Eduardo Lopes (PRB) ^(5,6)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)
2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDBAG)
5. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
6. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
8. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
9. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
10. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro suplente da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
11. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
12. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

****. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

****. Em 8.08.2012, foi lido o Ofício nº 256, de 2011, da CRE, informando que aquela Comissão aprovou, em 5.07.2012, o Requerimento nº 28, de 2012-CRE, que adita o RRE nº 10/2011-CRE e altera o nome da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implantação das Medidas Adotadas na Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 11/08/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽²⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(6,7,8,9,10)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Eduardo Lopes (PRB) ^(3,4)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁵⁾	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO	1. José Agripino (DEM) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.(Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)
 2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 3. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
 4. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
 5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 6. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
 7. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
 8. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
 9. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
 10. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.
- ****. Em 08.12.2011, foi lido o Of. 219/2011-CRE/PRES, que comunica nova composição da Subcomissão, designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como membros titulares e dos Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e a Senadora Ana Amélia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, e o Senador José Agripino como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 01/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽⁶⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(15,16,18,21,22)	1. Eduardo Lopes (PRB) ^(11,12)
Jorge Viana (PT)	2. VAGO ⁽¹⁰⁾
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(4,7)	4. Sérgio Souza (PMDB) ^(1,5,9)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹³⁾	
VAGO ^(14,17,19)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾	1. VAGO ^(3,8)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ⁽¹³⁾	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽²⁰⁾	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

- Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
- Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
- Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
- Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 194/2011 - CRE/PRES).
- Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF nº 194/2011 - CRE/PRES).
- Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)
- Vago em 09.02.12 em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CRE (Of. nº 022/2012-GLDBAG e OF. Nº 167/2012-CRE/PRES).
- Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
- Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

14. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
15. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
16. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
17. Em 09.03.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. Nº 257/2012-CRE/PRES).
18. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
19. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
20. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
21. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
22. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI**Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽⁵²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁵²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(59,8)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) ^(19,20)
Acir Gurgacz (PDT) ^(30,31,43,44)	5. Pedro Taques (PDT)
João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁸⁾	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁴⁾	
Clésio Andrade (PMDB) ^(25,32,33,46,47,54)	1. Romero Jucá (PMDB) ^(25,54)
Lobão Filho (PMDB) ^(25,54)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(2,3,10,25,54)
Eduardo Braga (PMDB) ^(25,54)	3. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(25,54)
Valdir Raupp (PMDB) ^(25,54)	4. Roberto Requião (PMDB) ^(9,25,54)
Vital do Rêgo (PMDB) ^(25,54,58)	5. Waldemir Moka (PMDB) ^(11,21,22,25,54)
Jader Barbalho (PMDB) ^(25,54,64)	6. Ivo Cassol (PP) ^(25,54)
Ciro Nogueira (PP) ^(25,54)	7. Francisco Dornelles (PP) ^(15,16,17,23,25,54)
Sérgio Petecão (PSD) ^(26,29,38,39,49,50,53,54)	8. Kátia Abreu (PSD) ^(5,6,12,14,26,27,29,50,53,54)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) ^(51,55,65)	1. Aécio Neves (PSDB) ⁽⁵¹⁾
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁵¹⁾	2. Alvaro Dias (PSDB) ⁽⁵¹⁾
Lúcia Vânia (PSDB) ^(1,4,51)	3. VAGO ^(4,7,51,61)
Wilder Moraes (DEM) ^(28,36)	4. Jayme Campos (DEM) ^(28,37)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(24,40)	
Fernando Collor (PTB) ⁽⁶⁰⁾	1. Gim (PTB) ⁽⁶⁰⁾
Blairo Maggi (PR) ^(35,45,57,60)	2. Armando Monteiro (PTB) ⁽⁶⁰⁾
Vicentinho Alves (PR) ^(34,60,62,63)	3. Eduardo Amorim (PSC) ^(41,42,48,56,60)
Alfredo Nascimento (PR) ⁽⁶⁰⁾	4. Antonio Carlos Rodrigues (PR) ⁽⁶⁰⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozerildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.

1. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.

2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

3. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

4. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.

5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

6. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

7. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

10. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 272/2011 - GLPMDB).

11. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

12. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

14. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

15. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

16. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

17. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

18. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 148/2011-GLDBAG)

19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 30/2012 - GLDBAG).

21. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

22. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDDB nº 36/2012).

23. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

24. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
25. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 67/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga e Ciro Nogueira como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Clésio Andrade, Casildo Maldaner e Ivo Cassol como membros suplentes, para compor a CI.
26. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
27. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
28. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. n° 19/2012-GLDEM).
29. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício n° 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular e o Senador Sérgio Petecão como membro suplente, para compor a Comissão.
30. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos n°s 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
31. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. n° 088/2012-GLDBAG).
32. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos n°s 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
33. Em 1° 08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB n° 181/2012).
34. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos n°s 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
35. Em 09.08.2012, o Senador Gim Argello é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (Of. N° 093/2012/BLUFOR/SF).
36. Em 03.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. N° 045/12-GLDEM).
37. Em 03.09.2012, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em decorrência da designação do Senador Wilder Moraes como titular (Of. N° 045/12-GLDEM).
38. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS n° 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
39. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. n° 55/2012 - GLPSD).
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício n° 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV n° 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins n° 3.735, de 17.10.2012).
42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. n° 104/2012/BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. n° 140/2012 -GLDBAG).
45. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
46. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
47. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB n° 359/2012).
48. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
49. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
50. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de titular (OFÍCIO n° 013/2013-GLPSD).
51. Em 07.2.2013, foi lido o Of. N° 014/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros titulares, e os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros suplentes, para compor a Comissão.
52. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Sérgio Petecão Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. n° 001/2013 - CI).
53. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme Of. GLPMDB n° 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.

54. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 63/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Lobão Filho, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Casildo Maldaner, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Waldemir Moka, Ivo Cassol, Francisco Dornelles e a Senadora Kátia Abreu, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.

55. Vago em razão de o Senador Aloysio Nunes Ferreira não pertencer mais à Comissão (Of. 90/2013-GLPSDB).

56. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 62/2013).

57. Em 13.03.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim (Of. BLUFOR nº 63/2013).

58. Em 13.03.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Casildo Maldaner (Of. GLPMDB nº 114/2013).

59. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).

60. Em 20.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Fernando Collor, Blairo Maggi, João Costa e Alfredo Nascimento, e como membros suplentes os Senadores Gim, Armando Monteiro, Eduardo Amorim e Antonio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 49/2013).

61. Vago em 09.04.2013, em razão de o Senador Cyro Miranda não pertencer mais à Comissão (Of. nº 115/2013-GLPSDB).

62. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.

63. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 86/2013-BLUFOR).

64. Em 24.04.2013, o Senador Jader Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Of. 164/2013-GLPMDB).

65. Em 20.05.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 134/2013-GLPSDB).

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Aprovação do Requerimento: 08/03/2012

Instalação: 16/05/2012

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Jorge Viana (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Ivo Cassol (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Sérgio Petecão (PSD) (1,2)	2. VAGO (5,6,10)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Jayme Campos (DEM)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
	1. VAGO (3,4,7,8,9,11)

Notas:

1. Em 14.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede, em caráter provisório, uma vaga de titular na Comissão ao Senador Sérgio Petecão (Ofício GLPMDB nº 00116/2012).
2. Em 14.05.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº058/2012 - CI).
3. Em 16.05.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente ao Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 068/2012-GLDBAG, lido na sessão de 17.05.2012).
4. Em 16.05.2012, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente na Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 060/2012-PRES-CI, lido na sessão de 17.05.2012).
5. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
6. Em 08.08.2012, foi lido o Of. nº 185/2012-GLPMDB, designando o Senador Tomás Correia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp.
7. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSV ALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

8. Vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

9. Em 29.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 067/2012-PRES/CI).

10. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

11. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.

*. Em 22.03.2012, foi lido o Of. nº 30/2011-CI, comunicando a criação da Subcomissão Permanente, de acordo com a aprovação, em 08.03.2012, do Requerimento nº 08/2012-CI.

***. Em 10.05.2012, foi lido o OF. nº 54/2012 - PRES/CI, designando o Senador Jorge Viana e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares, e o Senador Wellington Dias como suplente (pelo Bloco de Apoio ao Governo); o Senador Ivo Cassol como titular, e os Senadores Ciro Nogueira e Valdir Raupp como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); e o Senador Jayme Campos como titular (pelo Bloco Parlamentar Minoría), para comporem a Subcomissão.

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infra-Estrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
José Pimentel (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Wellington Dias (PT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Clésio Andrade (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. Vital do Rêgo (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoría (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Jayme Campos (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Fernando Collor (PTB)

Notas:

*. Em 15.05.2013, foi lido o Ofício nº 56/2013-CI, designando os Senadores José Pimentel e Wellington Dias como titulares e o Senador Inácio Arruda como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo; o Senador Clésio Andrade como titular e os Senadores Ciro Nogueira e Vital do Rêgo como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; o Senador Flexa Ribeiro como titular e o Senador Jayme Campos como suplente do Bloco Parlamentar Minoría; o Senador Eduardo Amorim como titular e o Senador Fernando Collor como suplente na Comissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽⁴⁶⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁴⁶⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(10,49)	
Wellington Dias (PT) ⁽¹⁾	1. João Capiberibe (PSB) ⁽⁴⁴⁾
Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽⁴³⁾	2. Zeze Perrella (PDT) ^(7,11)
Inácio Arruda (PC DO B) ⁽⁴⁵⁾	3. Walter Pinheiro (PT) ^(2,47)
João Durval (PDT)	4. Acir Gurgacz (PDT) ^(32,33,38,39)
Lídice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁹⁾	
Romero Jucá (PMDB) ⁽⁴²⁾	1. Eduardo Braga (PMDB) ^(14,42)
Ricardo Ferraço (PMDB) ^(20,21,22,28,31,42)	2. Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁴²⁾
Ana Amélia (PP) ⁽⁴²⁾	3. João Alberto Souza (PMDB) ^(3,37,42)
Ciro Nogueira (PP) ^(15,34,42)	4. Ivo Cassol (PP) ^(26,42)
Benedito de Lira (PP) ⁽⁴²⁾	5. VAGO ^(8,9,16,18)
Kátia Abreu (PSD) ⁽⁴²⁾	6. VAGO ^(23,24,27)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(5,12,19,41)	1. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁴¹⁾
Ruben Figueiró (PSDB) ⁽⁴¹⁾	2. Lúcia Vânia (PSDB) ^(6,41)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Wilder Moraes (DEM) ^(4,35)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(29,36)	
Armando Monteiro (PTB) ^(40,48,50)	1. VAGO ⁽⁵⁰⁾
VAGO ^(30,50,51,52,55)	2. VAGO ⁽⁵⁰⁾
Vicentinho Alves (PR) ^(50,53,54)	3. ⁽⁵⁰⁾

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular, e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
2. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
4. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
5. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
6. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
7. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
8. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
9. Em 14.07.2011, o Senador Reditário Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
11. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).
12. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
13. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF nº 120/2011 - GLDBAG).
14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
15. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
16. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
17. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
18. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
19. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 193/2011 - GLPSDB)
20. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
21. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
22. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
23. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
24. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 326/2011).
25. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
26. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
27. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
28. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar esse Bloco.
30. Em 17.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
31. Em 13.06.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão (OF. GLPMDB nº 151/2012).
32. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
33. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 091/2012-GLDBAG).

34. Em 16.08.2012, o Senador Eduardo Braga é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 277/2012-GLPMDB).
35. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. nº 049/12-GLDEM).
36. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
37. Em 19.10.2012 o Senador Romero Jucá é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 329/2012).
38. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
39. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 141/2012 - GLDBAG).
40. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
41. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ruben Figueiró, como membros titulares; e Senador Cícero Lucena e Senadora Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 15/13-GLPSDB).
42. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 44/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Ricardo Ferraço, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, João Alberto Souza e Ivo Cassol, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
43. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita (Of. nº 27/2013 - GLDBAG).
44. Em 27.02.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 031/2013).
45. Em 04.03.2013, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 34/2013 - GLDBAG).
46. Em 05.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 003/2013 - PRES/CDR).
47. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. nº 36/2013 - GLDBAG).
48. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 034/2013).
49. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
50. Em 20.03.2013, os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro e João Costa são designados como membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 50/2013-BLUFOR).
51. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
52. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 84/2013-BLUFOR).
53. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
54. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 87/2013-BLUFOR).
55. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 108/2013-BLUFOR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽¹⁾	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁶⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)
PSC	
Eduardo Amorim ^(3,4,5,7,8)	

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
2. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
3. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
4. Em 21.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, licenciado (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
5. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 28.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de titular na Subcomissão ao Partido Social Cristão - PSC (OF. GLPMDB nº 140/2012).
8. O Presidente da CDR comunica a designação do Senador Eduardo Amorim como membro titular da Subcomissão (OF. Nº 119/2012-PRES/CDR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽⁴⁾	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. VAGO ^(10,11)
VAGO ⁽⁹⁾	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁸⁾	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽¹²⁾
Ivo Cassol (PP) ^(3,5,6,7)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).
6. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
7. Em 22.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Subcomissão (OF. Nº 339/2011-PRES/CDR).
8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
9. Em 17.04.2012, vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (OF. Nº 018/2012-GLBUF/SF).
10. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
11. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CDR (Of. nº 091/2012 - GLDBAG).
12. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPIÁDA E PARAOLIMPIÁDA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Designação: 14/06/2011

Instalação: 05/07/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽²⁾	
Zeze Perrella (PDT) ^(1,4)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁹⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. VAGO ⁽⁶⁾
VAGO ⁽⁵⁾	2. VAGO ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(3,8)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
4. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. nº 220/2011-PRES/CDR).
5. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
7. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
8. Em 06.03.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão(Of. nº 049/2012-PRES/CDR).
9. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁶⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁶⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(15,65)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR) ^(7,10,22,23,57)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁶⁷⁾
Zeze Perrella (PDT) ^(11,16)	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT) ^(38,47)	4. João Durval (PDT)
Eduardo Suplicy (PT) ^(4,67)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³⁷⁾	
Clésio Andrade (PMDB) ⁽⁶²⁾	1. Romero Jucá (PMDB) ^(28,29,35,52,62)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁶²⁾	2. Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁶²⁾
Casildo Maldaner (PMDB) ^(25,26,27,36,49,62)	3. João Alberto Souza (PMDB) ^(39,40,51,53,62)
Ana Amélia (PP) ⁽⁶²⁾	4. Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁶²⁾
Ivo Cassol (PP) ^(12,13,19,21,62)	5. Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶²⁾
Benedito de Lira (PP) ⁽⁶²⁾	6. Sérgio Petecão (PSD) ^(17,62)
Kátia Abreu (PSD) ^(31,59,61,62)	7. Garibaldi Alves (PMDB) ^(32,43,44,58,59,61,63)
Waldemir Moka (PMDB) ^(24,33,34,46,66,68,69)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ^(2,60)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁶⁰⁾
Ruben Figueiró (PSDB) ⁽⁶⁰⁾	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ^(3,9,14,60)
Jayme Campos (DEM)	3. Cícero Lucena (PSDB) ^(5,18,48,70)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(37,45)	
Gim (PTB) ^(1,8,49,50)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(6,54)
	2. Blairo Maggi (PR) ^(24,41,42,55,56)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (Of. nº 047/2011-GLPTB).

2. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.

3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.

4. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).

5. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).

7. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

8. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDb).

9. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

10. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).

11. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDb).

14. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).

15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

16. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).

17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme Of. Nº 208/2011-GSJALB.

18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 060/2011-GLDEM).

19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDb nº 294/2011).

22. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 137/2011-GLDBAG).

23. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Leg. nº 18/2011-GLPR).

24. Em 23.11.2011, os Senadores Clésio Andrade e Blairo Maggi são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão, em decorrência da revisão da cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).

25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

26. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDb).

27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDb nº 329/2011).

30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

31. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).

32. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).

33. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

34. Em 21.03.2012, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
35. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
36. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
37. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
38. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
39. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
40. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
41. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
42. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 082/2012/BLUFOR/SF).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (OF. Nº 163/2012-BLUFOR).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).
48. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
49. Em 06.11.2012, retorna ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao Bloco Parlamentar da Maioria, e seu ocupante, o Senador Sérgio Souza, fica designado como membro titular deste Bloco na Comissão (Of. GLPMDB nº 338/2012).
50. Em 06.11.2012, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Souza (OF. Nº 167/2012/BLUFOR).
51. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
52. Em 23.11.2012, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2012).
53. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 358/2012).
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
56. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 216/2012-BLUFOR).
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
59. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de suplente (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
60. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 011/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Ruben Figueiró, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
61. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
62. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 45/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Sérgio Souza, Casildo Maldaner, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
63. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 070/2013).
64. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 19/2013-CRA).
65. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
66. Em 20.03.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 68/2013-BLUFOR).

67. Em 26.03.2013, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 56/2013-GLDBAG).

68. Vaga cedida provisoriamente ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 75/2013-BLUFOR).

69. Em 04.04.2013, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco União e Força (Ofício nº 138/2013-GLPMDB).

70. Em 23.04.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 128/2013-GLPDSB).

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) ⁽³⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Alfredo Nascimento (PR-AM) ⁽³⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(7,38)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Zeze Perrella (PDT) ⁽³²⁾	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(33,40)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) ^(10,12)
João Capiberibe (PSB) ^(8,9,17)	4. Lídice da Mata (PSB)
Aníbal Diniz (PT) ⁽⁴⁰⁾	5. Eduardo Lopes (PRB) ^(1,19,20)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²¹⁾	
Lobão Filho (PMDB) ⁽³¹⁾	1. Vital do Rêgo (PMDB) ^(2,4,11,31)
João Alberto Souza (PMDB) ^(22,23,27,28,31)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³¹⁾
Valdir Raupp (PMDB) ⁽³¹⁾	3. Ivo Cassol (PP) ⁽³¹⁾
Luiz Henrique (PMDB) ^(31,36)	4. Benedito de Lira (PP) ^(26,31)
Ciro Nogueira (PP) ⁽³¹⁾	5. Sérgio Souza (PMDB) ^(5,6,13,15,35)
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³¹⁾	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(30,37)	1. VAGO ^(30,37)
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁰⁾	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁰⁾
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(21,24)	
Gim (PTB) ^(25,39)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR) ⁽³⁹⁾
Alfredo Nascimento (PR) ^(3,16,39)	2. VAGO ^(16,29,39)
Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁹⁾	3. ⁽³⁹⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular, e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF nº 026/2011-GLDBAG).

2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

3. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

6. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

8. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).

9. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)

10. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 126/2011 - GLDBAG).

11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 270/2011 - GLPMDB).

12. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 128/11-GLDBAG).

13. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

14. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

15. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

16. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).

17. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 145/2011-GLDBAG).

18. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 31/2012 - GLDBAG).

21. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

22. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

23. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).

24. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.

25. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".

26. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. GLPMDB nº 346/2012).
27. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
28. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 360/2012).
29. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
30. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 012/13, da Liderança do PSDB, confirmando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes, para compor a Comissão.
31. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 46/2013, designando os Senadores Lobão Filho, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
32. Em 27.02.2013, o Senador Zezé Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz (Of. GLDBAG nº 032/2013).
33. Em 05.03.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 033/2013).
34. Em 06.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Zeze Perrella e Alfredo Nascimento, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 005/2013-CCT).
35. Em 07.03.2013, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (Of. GLPMDB nº 093/2013).
36. Em 07.03.2013, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Of. GLPMDB nº 075/2013).
37. Em 11.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. GLPSDB nº 087/2013).
38. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
39. Em 20.03.2013, são designados os Senadores Gim, Alfredo Nascimento e Eduardo Amorim e como suplente o Senador Antonio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 52/2013).
40. Em 26.03.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 55/2013-GLDBAG).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ELABORAÇÃO DO MARCO REGULATÓRIO DA MINERAÇÃO EM TERRAS RARAS NO BRASIL

Finalidade: Subcomissão Temporária para elaboração de Projeto de Lei do Marco Regulatório da Mineração e da Exploração de terras-raras no Brasil criada pelo RQT nº 22/2012, com a finalidade de discutir ações para os minerais estratégicos para o país, com a criação de um novo marco regulatório, que possibilite o desenvolvimento de uma cadeia produtiva para o setor, com o prazo até a conclusão da tarefa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Ivo Cassol (PP)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Anibal Diniz (PT)	1. Angela Portela (PT)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Alfredo Nascimento (PR)	1. Gim (PTB)

Notas:

1. Em 03.04.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Anibal Diniz e Aloysio Nunes Ferreira Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, desse colegiado (OF. 020/2013-CCTSTTR/SF).

*. Em 26.03.2013 foi lido o OF. nº 19/2013-CCT designando os Senadores Anibal Diniz, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Aloysio Nunes Ferreira e Alfredo Nascimento como titulares e os Senadores Angela Portela, Lobão Filho, Ivo Cassol, Flexa Ribeiro e Gim como suplentes na Subcomissão.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 11/03/2013

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽¹⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **9ª Eleição Geral:** 06/03/2013

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Sérgio Souza (PR)	1. VAGO
Valdir Raupp (RO)	2. VAGO
João Alberto Souza (MA)	3. VAGO
Romero Jucá (RR)	4. VAGO
PT	
Wellington Dias (PI)	1. Jorge Viana (AC)
Ana Rita (ES)	2. Paulo Paim (RS)
Aníbal Diniz (AC)	3. Angela Portela (RR)
PSDB	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO
PTB	
Gim (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
PP	
Ciro Nogueira (PI)	1.
PDT	
Acir Gurgacz (RO)	1.
PSB	
Lidice da Mata (BA)	1. Antonio Carlos Valadares (SE)
DEM	
Jayme Campos (MT)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
Antonio Carlos Rodrigues (SP)	1. VAGO

PSD	
Sérgio Petecão (AC)	1. Kátia Abreu (TO)
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
VAGO	

Atualização: 03/04/2013

Notas:

*. Mais um membro em virtude do caput do art. 23 da Resolução nº 20, de 1993.

1. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 03.04.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br**3) PROCURADORIA PARLAMENTAR***(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)***Número de membros:** 5 titulares

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Antonio Carlos Rodrigues (PR/SP) ⁽¹⁾	PR

Atualização: 11/03/2013

Notas:

1. Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado para ocupar a vaga do PR em 21.02.2013

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

4) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER*(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁾	PROCURADORA

Atualização: 06/03/2013**Notas:**

1. Designada pelo Presidente do Senado Federal na sessão de 06.03.2013.

SECRETARIA GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**(61) 3303-5255 **Fax:**(61) 3303-5260**E-mail:**scop@senado.leg.br**5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL***(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)*

SENADOR	CARGO
Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 15/03/2013**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Angela Portela (PT-RR) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 11/02/2011**5ª Designação:** 11/03/2013**6ª Designação:** 12/02/2009**MEMBROS****PMDB**

Pedro Simon (RS)

PT

Angela Portela (RR)

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PTB

VAGO

PP

Ciro Nogueira (PI)

PDT

VAGO

PSB

Lídice da Mata (BA)

DEM

Maria do Carmo Alves (SE)

PR

VAGO

PSD

Kátia Abreu (TO)

PC DO BVanessa Grazziotin (AM) ⁽¹⁾**PV**

Paulo Davim (RN)

PRB

Eduardo Lopes (RJ)
PSC
Eduardo Amorim (SE)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 24/04/2013**Notas:**

1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 004/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitas na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 03.04.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-4561/3303-5258 **Fax:** 3303-5258**E-mail:** scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽²⁾**1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 11/03/2013**MEMBROS****PMDB**

Waldemir Moka (MS)

PT

Delcídio do Amaral (MS)

PSDB

Cyro Miranda (GO)

PTB

Armando Monteiro (PE)

PP

Ivo Cassol (RO)

PDT

VAGO

PSB

Rodrigo Rollemberg (DF)

DEM

José Agripino (RN)

PR

Antonio Carlos Rodrigues (SP)

PSD

Sérgio Petecão (AC)

PC DO BInácio Arruda (CE) ⁽¹⁾**PV**

Paulo Davim (RN)

PRB

Eduardo Lopes (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 14/03/2014**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPB nº 001/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleito na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 20.03.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

8) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA*(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽³⁾**1ª Designação:** 30/11/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 21/03/2012**4ª Designação:** 11/03/2013**MEMBROS****PMDB**

Jarbas Vasconcelos (PE)

PT

Paulo Paim (RS)

PSDB

Cícero Lucena (PB)

PTBVAGO ⁽²⁾**PP**

Ana Amélia (RS)

PDT

VAGO

PSB

João Capiberibe (AP)

DEM

José Agripino (RN)

PR

VAGO

PSD

Sérgio Petecão (AC)

PC DO BVanessa Grazziotin (AM) ⁽¹⁾**PV**

Paulo Davim (RN)

PRB

Eduardo Lopes (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 24/04/2013**Notas:**

1. Designada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.GLPCB nº 005/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
3. Eleitos na 1ª Reunião de 2013, realizada em 16/04/2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

9) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS**PMDB**

Ricardo Ferraço (ES)

PT

Anibal Diniz (AC)

PSDB

Cyro Miranda (GO)

PTB

João Vicente Claudino (PI)

PP

Ciro Nogueira (PI)

PDT

VAGO

PSB

Rodrigo Rollemberg (DF)

DEM

Wilder Moraes (GO)

PR

VAGO

PSD

Kátia Abreu (TO)

PC DO B

Inácio Arruda (CE) ⁽¹⁾

PV

Paulo Davim (RN)

PRB

Eduardo Lopes (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 24/04/2013**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 002/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitos na 1ª Reunião de 2013, realizada em 17.04.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61)3303-5255 **Fax:** (61)3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

10) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:** Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽²⁾**1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013**MEMBROS****PMDB**

Luiz Henrique (SC)

PT

Jorge Viana (AC)

PSDB**PTB**

João Vicente Claudino (PI)

PP

Ivo Cassol (RO)

PDT**PSB**

Rodrigo Rollemberg (DF)

DEM

Wilder Moraes (GO)

PR

Blairo Maggi (MT)

PSD

Kátia Abreu (TO)

PC DO BVanessa Grazziotin (AM) ⁽¹⁾**PV**

Paulo Davim (RN)

PRB

Eduardo Lopes (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Representante da sociedade civil organizada**Pesquisador com produção científica relevante****Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente****Atualização:** 24/04/2013**Notas:**

1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPB nº 003/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 24.04.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258 **Fax:** 3303.5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

COMISSÕES MISTAS**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**
(Resolução nº 1/2006-CN)**Número de membros:** 11 Senadores e 33 Deputados ²**COMPOSIÇÃO ³**

Presidente: Senador Lobão Filho (PMDB/MA)⁸
1º Vice-Presidente: Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)⁸
2º Vice-Presidente: Senador Francisco Dornelles (PP/RJ)⁸
3º Vice-Presidente: Deputado Guilherme Campos (PSD/SP)⁸

Relator do PLDO / 2014: Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)**Relator do PLOA / 2014:** Deputado Miguel Corrêa (PT/MG)**Relator da Receita:****Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Walter Pinheiro (PT/BA)	1. Eduardo Suplicy (PT/SP)
Anibal Diniz (PT/AC)	2. Inácio Arruda (PCdoB/CE)
Acir Gurgacz (PDT/RO)	3. ⁶
Lídice da Mata (PSB/BA)	4. Lindbergh Farias (PT/RJ)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD)	
Lobão Filho (PMDB/MA)	1. Ricardo Ferraço (PMDB/ES) ⁵
Francisco Dornelles (PP/RJ) ⁷	2. ^{5 e 7}
Ivo Cassol (PP/RO)	3. Casildo Maldaner (PMDB/SC) ⁵
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1. Cícero Lucena (PSDB/PB) ⁴
Wilder Moraes (DEM/GO)	2. Jayme Campos (DEM/MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	
João Vicente Claudino (PTB/PI)	1.
Eduardo Amorim (PSC/SE)	2.
PSOL ¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)	

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

3- Designação na Sessão do Senado Federal de 21-3-2013.

4- Designado o Senador Cícero Lucena, como membro suplente, em 3-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 106/2013, da Liderança do PSDB.

5- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Francisco Dornelles e Casildo Maldaner, como membros suplentes, em 9-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 140, de 2013, da Liderança do PMDB.

6- Vago, em 9-4-2013 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 63, de 2013, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

7- Designado o Senador Francisco Dornelles, como membro titular, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, em 16-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 151, de 2013, da Liderança do PMDB.

8- Mesa eleita em 16-4-2013, conforme Ofício nº 038, de 2013.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Bohn Gass (PT/RS)	1. Afonso Florence (PT/BA)
Ricardo Berzoini (PT/SP)	2. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Zezéu Ribeiro (PT/BA)	3. Iriny Lopes (PT/ES)
Miguel Corrêa (PT/MG)	4. Jorge Bittar (PT/RJ)
Weliton Prado (PT/MG)	5. José Airtton (PT/CE)
PMDB	
Danilo Forte (PMDB/CE)	1. André Zacharow (PMDB/PR)
Leonardo Quintão (PMDB/MG)	2. Genecias Noronha (PMDB/CE) ⁷
Marçal Filho (PMDB/MS)	3. Pedro Novais (PMDB/MA)
Nilda Gondim (PMDB/PB)	4. José Pirante (PMDB/PA) ⁴
Rose de Freitas (PMDB/ES)	5. Osvaldo Reis (PMDB/TO) ⁴
PSDB	
Bruno Araújo (PSDB/PE)	1. Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE) ²
Domingos Sávio (PSDB/MG)	2. Carlos Brandão (PSDB/MA) ³
Ruy Carneiro (PSDB/PB)	3.
PP	
Carlos Magno (PP/RO)	1. Missionário José Olimpio (PP/SP)
Nelson Meurer (PP/PR)	2. Roberto Britto (PP/BA)
Roberto Teixeira (PP/PE)	3. Dilceu Sperafico (PP/PR) ⁵
DEM	
Claudio Cajado (DEM/BA)	1.
Efraim Filho (DEM/PB)	2.
Mandetta (DEM/MS)	3.
PSD	
Armando Vergílio (PSD/GO)	1. Ademir Camilo (PSD/MG)
Guilherme Campos (PSD/SP)	2. Homero Pereira (PSD/MT)
Júlio Cesar (PSD/PI)	3. Junji Abe (PSD/SP)
PR	
Aelton Freitas (PR/MG)	1. José Rocha (PR/BA)
Gorete Pereira (PR/CE)	2. Wellington Roberto (PR/PB)
PSB	
Gonzaga Patriota (PSB/PE) ⁶	1. Leopoldo Meyer (PSB/PR)
Severino Ninho (PSB/PE)	2. Valtenir Pereira (PSB/MT)
PDT	
Sebastião Bala Rocha (PDT/AP)	1. André Figueiredo (PDT/CE)
Weverton Rocha (PDT/MA)	2. João Dado (PDT/SP)
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Fábio Ramalho (PV/MG)	1. Humberto Souto (PPS/MG)
Sandro Alex (PPS/PR)	2. Sarney Filho (PV/MA)
PTB	
Nilton Capixaba (PTB/RO)	1. Alex Canziani (PTB/PR)
PSC	
Andre Moura (PSC/SE)	1. Ricardo Arruda (PSC/PR)
PCdoB	
Evandro Milhomen (PCdoB/AP)	1. Chico Lopes (PCdoB/CE)
PTdoB¹	
Lourival Mendes (PTdoB/MA)	

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designado o Deputado Raimundo Gomes de Matos, como membro suplente, em 27-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 345/2013, da Liderança do PSDB.

3- Designado o Deputado Carlos Brandão, como membro suplente, em 2-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 353/2013, da Liderança do PSDB.

4- Designados os Deputados José Pirante e Osvaldo Reis, como membros suplentes, em 2-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 327/2013, da Liderança do PMDB.

5- Designado o Deputado Dilceu Sperafico, como membro suplente, em 11-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 174/2013, da Liderança do PP.

6- Designado o Deputado Gonzaga Patriota, como membro titular, em substituição ao Deputado Dr. Ubiali, em 18-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2013, da Liderança do PSB.

7- Designado o Deputado Genecias Noronha, como membro suplente, em substituição ao Deputado Giroto, em 21-5-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 575/2013, da Liderança do PMDB.

Secretária: Maria do Socorro de L. Dantas

Telefones: (61) 3216-6892 / 3216-6893

Fax: (61) 3216-6905

E-mail: cmo@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C" – Sala 08 – Térreo

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relator do PLDO / 2014: Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)

Relator do PLOA / 2014: Deputado Miguel Corrêa (PT/MG)

Relator da Receita:

RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2014

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I – Infraestrutura	
II – Saúde	
III – Integração Nacional e Meio Ambiente	
IV – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte	
V – Planejamento e Desenvolvimento Urbano	
VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo	
VII – Justiça e Defesa	
VIII – Poderes do Estado e Representação	
IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário	
X – Trabalho, Previdência e Assistência Social	

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

I – COMITÊ DE AVALIAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – CFIS

II – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DA RECEITA – CAR

III – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE OBRAS E SERVIÇOS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES – COI

IV – COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS – CAE

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados ²¹**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Senadora Vanessa Grazziotin ^{15, 20 e 27}
Vice-Presidente: Deputado Fernando Ferro ^{15, 20 e 27}
Relator: Deputado Sarney Filho ^{16, 20 e 27}

Instalação: 27-2-2013 ^{15, 20 e 27}**Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Jorge Viana (PT/AC) ⁷	1. Wellington Dias (PT/PI) ⁷
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{7, 13 e 17}	2. Lindbergh Farias (PT/RJ) ⁷
Blairo Maggi (PR/MT) ^{7, 23 e 26}	3. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ⁷	4. ^{7 e 17}
²²	5. ²²
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD)	
Sérgio Souza (PMDB/PR) ^{3, 14 e 29}	1. Vital do Rêgo (PMDB/PB) ^{3 e 29}
Eduardo Braga (PMDB/AM) ^{3 e 29}	2. Romero Jucá (PMDB/RR) ^{3 e 29}
Ciro Nogueira (PP/PI) ^{3, 11, 12 e 29}	3. ^{3 e 29}
Sérgio Petecão (PSD/AC) ^{3, 18 e 29}	4. ^{3, 19 e 29}
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) ²	1. ^{2 e 24}
Wilder Moraes (DEM/GO) ^{6, 10 e 25}	2. Jayme Campos (DEM/MT) ^{6, 10 e 28}
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	
João Vicente Claudino (PTB/PI) ^{4 e 29}	1. ^{8, 9 e 12}
	2.
PSOL ¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ^{5 e 29}	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.

3- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.

4- Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.

5- Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.

6- Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.

7- Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.

9- Designado o Senador Ciro Nogueira, para vaga cedida pelo PTB, em 29-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21/2011, da Liderança do PP.

10- Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.

11- Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.

12- Designado o Senador Ciro Nogueira em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.

13- Vago em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.

14- Designado o Senador Sérgio Souza em 25-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 236/2011, da Liderança do PMDB.

15- Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal); eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.

16- Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.

17- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011 – GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

18- Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático – PSD.

19- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.

- 20- Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.
- 21- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 22- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 23- O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 130 dias, a partir de 9-8-2012, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 7-8-2012.
- 24- Lido na Sessão do Senado Federal de 9-8-2012 o Ofício nº 135, da Liderança do PSDB, comunicando a retirada do nome do Senador Cyro Miranda como membro suplente.
- 25- Designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 7-11-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76/2012, da Liderança do DEM no Senado Federal.
- 26- Senador Blairo Maggi reassume o cargo de senador, em 17.12.2012, após licença (Of. GSBMAG nº 068/2012).
- 27- Comissão instalada em 27-2-2013, eleitos Presidente Senadora Vanessa Grazziotin, Vice-Presidente Deputado Fernando Ferro e Relator Deputado Sarney Filho, conforme Ofício nº 3/2013-CMMC, lido na Sessão do Senado Federal de 4-3-2013.
- 28- Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em substituição ao Senador José Agripino, em 7-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 12, de 2013, da Liderança do Democratas – DEM.
- 29- Ratificadas as indicações constantes nos ofícios nºs 54, 32 e 78, todos de 2013, das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força, Partido Socialismo e Liberdade – PSOL e do Bloco Parlamentar da Maioria, respectivamente, em 22-3-2013 (Sessão do Senado Federal).

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro (PT/PE) ²	1. ^{2 19}
Márcio Macêdo (PT/SE) ²	2. Leonardo Monteiro (PT/MG) ²
PMDB	
Valdir Colatto (PMDB/SC) ^{2, 5 e 6}	1. Celso Maldaner (PMDB/SC) ²
André Zacharow (PMDB/PR) ^{2, 9 e 10}	2. Adrian (PMDB/RJ) ¹⁰
PSD	
Hugo Napoleão (PSD/PI) ^{14 e 15}	1. ¹⁴
¹⁴	2. ¹⁴
PSDB	
Ricardo Tripoli (PSDB/SP) ^{2, 11 e 13}	1. Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) ^{2 e 13}
PP	
José Otávio Germano (PP/RS) ²	1. Rebecca Garcia (PP/AM) ²
DEM	
Rodrigo Maia (DEM/RJ) ²	1. ^{2 e 8}
PR	
Bernardo Santana de Vasconcellos (PR/MG) ^{2 e 18}	1. ^{2, 12 e 18}
PSB	
Glauber Braga (PSB/RJ) ^{2 e 17}	1. Janete Capiberibe (PSB/AP) ^{2, 7, 13 e 17}
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS) ²	1. Miro Teixeira (PDT/RJ) ²
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Sarney Filho (PV/MA) ^{2 16}	1. Alfredo Sirkis (PV/RJ) ^{2 16}
PTB¹	
Jandira Feghali (PCdoB/RJ) ^{2 e 3}	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP) ⁴

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Praciano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ihoshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Sarney Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.

3- Em 22-3-2011, vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.

4- Cedida vaga ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011, da Liderança do PTB.

5- Vago em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

6- Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043/2011, da Liderança do PMDB.

7- Vago em razão do desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício OF.B/130/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.

8- Em 3-1-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Walter Ihoshi (PSD/SP), nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

9- Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

10- Em 16-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrian, como membro suplente, conforme Ofícios nºs 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.

11- Em 9-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSDB.

12- Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana De Vasconcellos, em substituição ao Deputado Dr. Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB.

13- Em 22-5-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado, como membro titular, o Deputado Ricardo Tripoli, em substituição ao Deputado Antonio Imbassahy; e como membro suplente, o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, em substituição ao Deputado Ricardo Tripoli, conforme os Ofícios nos 535 e 536, de 2013, da Liderança do PSDB.

13- Em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Glauber Braga, como membro suplente, conforme Ofício nº 117/2012, da Liderança do PSB.

14- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

15- Em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Hugo Napoleão, como membro titular, conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.

16- Designado como membro titular o Deputado Sarney Filho, em substituição ao Deputado Alfredo Sirkis e, como membro suplente, o Deputado Alfredo Sirkis, em substituição ao Deputado Sarney Filho, em 4-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofícios nºs 30 e 31, de 2013, da Liderança do PV.

17- Designado o Deputado Glauber Braga, como membro titular, em substituição ao Deputado Luiz Noé, e a Deputada Janete Capiberibe, como membro suplente, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 12-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 31, de 2013, da Liderança do Partido Socialista Brasileiro - PSB.

18- Designado o Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, como membro titular, em substituição ao Deputado Anthony Garotinho, em 20-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 126, de 2013, da Liderança do PR.

19- Vago em virtude do desligamento do Deputado Francisco Praciano (PT/AM), em 4-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 294, de 2013, da Liderança do PT.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Telefone: (61) 3303-3122

E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Bloco A, Ala Alexandre Costa – Sala 15 – Subsolo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?origem=CN&com=1450

COMISSÃO MISTA REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL NO FÓRUM INTERPARLAMENTAR DAS AMÉRICAS – FIPA

(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados¹

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD)	
Roberto Requião (PMDB/PR) ⁵	1.
	2.
	3.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Wilder Moraes (DEM/GO) ³	1. Jayme Campos (DEM/MT) ³
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
	1.
	2.
PSOL²	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ⁴	1.

Notas:

1- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e uma vaga acrescida à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

2- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

3- Designado, como membro titular, o Senador Wilder Moraes e, como membro suplente, o Senador Jayme Campos, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 18, de 2013, da Liderança do DEM.

4- Designado, como membro titular, o Senador Randolfe Rodrigues, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 41, de 2013, da Liderança do PSOL.

5- Designado o Senador Roberto Requião, como membro titular, em 25-3-2013 (Sessão do Senado Federal), de conformidade com o Ofício nº 129 de 2013, da Liderança do PMDB.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO**Presidente:** Deputado Nelson Pellegrino ⁴**Vice-Presidente:** Senador Ricardo Ferraço ⁴

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> José Guimarães (PT/CE)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u> Eunício Oliveira (PMDB/CE) ¹
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Nilson Leitão (PSDB/MT)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Mário Couto (PSDB/PA) ²
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Nelson Pellegrino (PT/BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Ricardo Ferraço (PMDB/ES) ³

(Atualizada em 10.04.2013)

Notas:

1- Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria para o biênio 2013-2014, conforme Of. GLPMDB nº 009/2013.

2- Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.

3- Em 27.02.2013, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal elegeu o Senador Ricardo Ferraço como Presidente do colegiado (OF. nº 001/2013 – CRE).

4- O Deputado Nelson Pellegrino assumiu a presidência em 10.04.2013, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 18.08.2001. Na mesma reunião, o Senador Ricardo Ferraço assumiu a vice-presidência.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3303-4561 / 3303-5258
E-mail: scop@senado.gov.br
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/ccai

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 13 (treze) Senadores¹⁸ e 13 (treze) Deputados¹⁸ e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

Leitura: 13-7-2011**Designação:** 14-12-2011**Instalação:** 8-2-2012**Prazo Final:** 19-8-2012**Prazo Final Prorrogado:** 28-3-2013¹⁷**Prazo Final Prorrogado:** 9-8-2013²¹**Presidente:** Deputada Jô Moraes**Vice-Presidente:** Deputada Keiko Ota**Relatora:** Senadora Ana Rita**Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Ana Rita (PT/ES)	1. Humberto Costa (PT/PE)
Marta Suplicy (PT/SP) ²⁰	2. Lídice da Mata (PSB/BA) ^{10 e 11}
¹¹	3. Pedro Taques (PDT/MT)
Angela Portela (PT/RR)	4. ⁶
¹⁹	5. ¹⁹
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
¹⁶	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{14 e 15}
Ana Amélia (PP/RS) ^{3, 4, 9 e 13}	2. Sérgio Souza (PMDB/PR) ^{2, 8, 12 e 16}
	3.
	4.
¹⁹	5. ¹⁹
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1.
Maria do Carmo Alves (DEM/SE)	2. José Agripino (DEM/RN)
PTB	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. Gim (PTB/DF) ⁷
PSOL¹	
⁵	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designada a Senadora Ivonete Dantas, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 3/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

3- Cede uma vaga de membro titular ao Bloco de Apoio ao Governo, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 2/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

4- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin, em 21-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 149/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo.

5- Em 28-12-2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

6- Em 2-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 034/2012-GSMC, do Senador Marcelo Crivella, comunicando seu afastamento do mandato, para exercer o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal.

7- Designado o Senador Gim, em 13-3-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Senador João Vicente Claudino, conforme Ofício nº 050/2012/GLPTB, da Liderança do PTB, no Senado Federal.

8- Vago em razão da reassunção do 1º suplente, Senador Garibaldi Alves, em 4-4-2012.

- 9- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 055/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome da Senadora Vanessa Grazziotin.
- 10- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 056/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome do Senador Wellington Dias.
- 11- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 058/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando que a Senadora Lídice da Mata deixa a condição de titular e a passa a ser suplente.
- 12- Designado o Senador Sérgio Souza, em 23-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 96/2012, da Liderança do PMDB.
- 13- Designada a Senadora Ana Amélia, em 24-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 138/2012, da Liderança do PMDB.
- 14- Cedida uma vaga de membro suplente ao Bloco de Apoio ao Governo, em 18-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 155/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.
- 15- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin, como membro suplente, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em 26-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 83/2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- 16- Designado o Senador Sérgio Souza, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em 9-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 170/2012, da Liderança do Bloco, no Senado Federal.
- 17- Prazo prorrogado, conforme Requerimento do Congresso Nacional nº 2, de 2012, lido em 16-7-2012 (Sessão do Senado Federal).
- 18- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 19- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 20- Em 13-9-2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura.
- 21- Prazo prorrogado, conforme Requerimento do Congresso Nacional nº 4, de 2013, lido em 20-3-2013 (Sessão do Senado Federal).

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Dr. Rosinha (PT/PR)	1. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Marina Santanna (PT/GO)	2. Luci Choinacki (PT/SC)
PMDB	
Nilda Gondim ^{14 e 16}	1. Elcione Barbalho (PMDB/PA) ^{9 e 12}
Jô Moraes (PCdoB/MG) ¹	2. Fátima Pelaes (PMDB/AP)
PSD	
Ademir Camilo (PSD/MG) ^{10 e 11}	1.
	2.
PSDB	
Eduardo Azeredo (PSDB/MG)	1. Bruna Furlan (PSDB/SP) ⁸
PP	
Rebecca Garcia (PP/AM)	1. Aline Corrêa (PP/SP)
DEM	
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	1. Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL) ⁵
PR	
Gorete Pereira (PR/CE)	1. ^{2, 4 e 13}
PSB	
Keiko Ota (PSB/SP) ⁷	1 Sandra Rosado (PSB/RN) ⁷
PDT	
Sueli Vidigal (PDT/ES)	1. Flávia Moraes (PDT/GO)
Bloco PV, PPS	
Carmen Zanotto (PPS/SC)	1. Rosane Ferreira (PV/PR) ⁶
PTB¹	
Magda Mofatto (PTB/GO) ¹⁵	1. Marinha Raupp (PMDB/RO) ³

Notas:

1- Vaga cedida pelo PMDB.

2- Vaga cedida pelo PR.

3- Vaga cedida pelo PTB.

4- Designado o Deputado Neilton Mulim, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), em substituição à Deputada Liliam Sá, conforme Ofício nº 503/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL, da Câmara dos Deputados.

5- Designada a Deputada Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL), em 9-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em vaga pertencente ao Democratas na Câmara dos Deputados, conforme Ofício nº 3/2012, da Liderança do Democratas.

6- Designada a Deputada Rosane Ferreira, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, conforme Ofício nº 18/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar PV/PPS, da Câmara dos Deputados.

7- Designadas, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), a Deputada Keiko Ota, como membro titular, em substituição à Deputada Sandra Rosado, e a Deputada Sandra Rosado, como membro suplente, em substituição à Deputada Keiko Ota, conforme Ofício nº 4/2012, da Liderança do PSB, da Câmara dos Deputados.

8- Designada a Deputada Bruna Furlan, como membro suplente, em 5-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 71/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

9- Designada a Deputada Nilda Gondim, como membro suplente, em substituição à Deputada Elcione Barbalho, em 15-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 493/2012, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados.

10- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

11- Designado o Deputado Ademir Camilo, como membro titular, em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.

12- Designada a Deputada Elcione Barbalho, como membro suplente, em substituição à Deputada Nilda Gondim, em 4-12-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1.229/2012, da Liderança do PMDB.

13- Vago em virtude da renúncia do Deputado Neilton Mulim ao mandato de Deputado Federal, conforme Ofício nº 02/13/SGM/P, publicado no Diário do Senado Federal de 5-2-2013.

14- Vago em virtude da renúncia da Deputada Teresa Surita ao mandato de Deputada Federal, conforme Ofício nº 02/13/SGM/P, publicado no Diário do Senado Federal de 5-2-2013.

15- Designada a Deputada Magda Mofatto, como membro titular, em substituição à ex-Deputada Célia Rocha, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 125, de 2013, da Liderança do PTB.

16- Designada a Deputada Nilda Gondim, como membro titular, em 26-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 284, de 2013, da Liderança do PMDB.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS**ATO DO PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL Nº 15, DE 2012**

Constitui Comissão Mista Especial prevista no art. 3º da Emenda Constitucional nº 69, de 2012, destinada a elaborar, em sessenta dias, os projetos de lei necessários à adequação da legislação infraconstitucional quanto à transferência, da União para o Distrito Federal, das atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

Presidente:**Vice-Presidente:****Relator:****Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV) ¹	
Vital do Rêgo (PMDB/PB) ⁵	1. Francisco Dornelles (PP/RJ) ⁵
Eunício Oliveira (PMDB/CE) ⁵	2. Garibaldi Alves (PMDB/RN) ⁵
Clésio Andrade (PMDB/MG) ⁵	3. ^{5 e 11}
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB) ¹	
Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) ²	1. Pedro Taques (PDT/MT) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ²	2. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Paulo Paim (PT/RS) ^{2 e 7}	3. Eduardo Suplicy (PT/SP) ⁷
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Cyro Miranda (PSDB/GO) ²	1. ^{6 e 10}
Wilder Moraes (DEM/GO) ^{2 e 6}	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
Alfredo Nascimento (PR/AM) ³	1. Eduardo Amorim (PSC/SE) ³
Gim (PTB/DF) ³	2. João Vicente Claudino (PTB/PI) ³
PSD ⁴	
Sérgio Petecão (PSD/AC) ²	1. ^{2, 8, 9 e 12}

Notas:

1- Conforme Ofícios nºs 1.815 e 1.816, de 2012-SF, o Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo dispõem de mais uma vaga, que deve ser compartilhada, sendo uma de titular e uma de suplente.

2- Em 17-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Cyro Miranda, Clovis Fecury, Rodrigo Rollemberg, Cristovam Buarque, Pedro Taques e Sérgio Petecão para integrarem como titulares; e a Senadora Kátia Abreu para integrar, como suplente, nos termos dos Ofícios nºs 60, 34, 74 e 25, de 2012, das Lideranças dos respectivos partidos.

3- Em 19-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Alfredo Nascimento e Gim, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Amorim e João Vicente Claudino, como membros suplentes, nos termos do Ofício nº 134/2012, do Bloco Parlamentar União e Força.

4- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.

5- Em 20-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Vital do Rêgo, Eunício Oliveira e Clésio Andrade, como membros titulares, e os Senadores Francisco Dornelles, Garibaldi Alves e Tomás Correia, como membros suplentes, nos termos dos Ofícios nº 306/2012, do Bloco Parlamentar da Maioria.

6- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Clovis Fecury, e o Senador Clovis Fecury, como membro suplente, nos termos dos Ofícios nº 50/2012, da Liderança do DEM.

7- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Paulo Paim, como membro titular, em substituição ao Senador Pedro Taques, e os Senadores Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, nos termos dos Ofícios nº 120/2012, do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 2-10-2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 2-10-2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 1º-10-2012.

9- Em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), designa o Senador Marco Antônio Costa, como membro suplente, em substituição à Senadora Kátia Abreu, nos termos dos Ofícios nº 59/2012, da Liderança do PSD no Senado Federal.

10- Vago em razão da reassunção do titular, Senador João Alberto Souza, em 5-11-2012.

11- Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15-11-2012.

12- Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31-1-2013.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
	1.
	2.
PMDB	
Leandro Vilela ¹	1. Geraldo Resende ¹
Luiz Pitiman ¹	2. Sandro Mabel ¹
PSDB	
	1.
PP	
Roberto Britto ¹	1. Toninho Pinheiro ¹
DEM	
Augusto Coutinho ¹	1. João Bittar ¹
PR	
	1.
PSB	
	1.
PDT	
	1.
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Augusto Carvalho ¹	1.
PTB	
	1.

Notas:

1- Em 14-11-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Deputados Leandro Vilela, Luiz Pitiman, Roberto Britto, Augusto Coutinho e Augusto Carvalho, para integrarem como titulares; e os Deputados Geraldo Resende, Sandro Mabel, Toninho Pinheiro e João Bittar para integrarem, como suplentes, nos termos do Ofício nº 2.066, de 2012, do Presidente da Câmara dos Deputados.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514

E-mail: sscepi@senado.gov.br

**ATO CONJUNTO Nº 1, DE 2013,
DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Cria Comissão Mista destinada a elaborar, em sessenta dias, proposta de reforma do Regimento Comum do Congresso Nacional.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza ¹
Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro ¹
Relator: Senador Romero Jucá ¹

Instalação: 12-3-2013 ¹

Prazo Final: 11-5-2013

Prazo Final Prorrogado: 11-7-2013 ²

Senado Federal	Câmara dos Deputados
Romero Jucá (PMDB/RR)	Cândido Vaccarezza (PT/SP)
Lobão Filho (PMDB/MA)	Osmar Serraglio (PMDB/PR)
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	Bruno Araújo (PSDB/PE)
Walter Pinheiro (PT/BA)	Mendonça Filho (DEM/PE)
Jorge Viana (PT/AC)	Júlio Delgado (PSB/MG)
Ana Amélia (PP/RS)	Jô Moraes (PCdoB/MG)

Notas:

1- Comissão instalada em 12-3-2013, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 1/2013-CMRRC.

2- Nos termos no Ato Conjunto nº 3, de 13 de maio de 2013.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514

E-mail: sscepi@senado.gov.br

**ATO CONJUNTO Nº 2, DE 2013,
DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Cria Comissão Mista destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza¹
Relator: Senador Romero Jucá²

Instalação: 2-4-2013²

Câmara dos Deputados	Senado Federal
Cândido Vaccarezza (PT/SP)	Romero Jucá (PMDB/RR)
Edinho Araújo (PMDB/SP)	Vital do Rêgo (PMDB/PB)
Eduardo Barbosa (PSDB/MG) ³	Jorge Viana (PT/AC)
Sergio Zveiter (PSD/RJ)	Pedro Taques (PDT/MT)
Arnaldo Jardim (PPS/SP)	Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Miro Teixeira (PDT/RJ)	Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP)

Notas:

1 - Alínea "a" do inciso I do art. 2º do Ato Conjunto nº 2, de 2013.

2 - Comissão instalada em 2-4-2013, designado o Senador Romero Jucá como Relator, conforme Ofício nº 001, de 2013, da Presidência desta Comissão.

3 - Designado o Deputado Eduardo Barbosa, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio, nos termos do Ato Conjunto nº 4, de 21 de maio de 2013.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514

E-mail: sscepi@senado.gov.br

CONSELHOS E ÓRGÃO

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>PRESIDENTE</u> Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> André Vargas (PT-PR)	<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Jorge Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Fábio Faria (PSD-RN)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Romero Jucá (PMDB-RR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Marcio Bittar (PSDB-AC)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Simão Sessim (PP-RJ)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Angela Portela (PT-RR)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Maurício Quintella Lessa (PR-AL)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Biffi (PT/MS)	<u>4º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> José Guimarães (PT/CE)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u> Eunício Oliveira (PMDB-CE)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Nilson Leitão (PSDB-MT)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA</u> Mário Couto (PSDB-PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Décio Lima (PT/SC)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Vital do Rêgo (PMDB-PB)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Nelson Pellegrino (PT/BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

(atualizada em 28.02.2013)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: 3303-4561 e 3303-5258

scop@senado.gov.br

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ¹

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: **DOM ORANI JOÃO TEMPESTA** ²Vice-Presidente: **FERNANDO CESAR MESQUITA** ²

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	WALTER VIEIRA CENEVIVA	DANIEL PIMENTEL SLAVIERO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	MÁRCIO NOVAES
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	ALEXANDRE KRUEL JOBIM	LOURIVAL SANTOS
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	ROBERTO FRANCO	LILIANA NAKONECHNYJ
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER	MARIA JOSÉ BRAGA
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	JOSÉ CATARINO NASCIMENTO	VAGO ³
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	JORGE COUTINHO	MÁRIO MARCELO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA	PEDRO PABLO LAZZARINI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	MIGUEL ANGELO CANÇADO	WRANA PANIZZI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	PEDRO ROGÉRIO COUTO MOREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RONALDO LEMOS	VAGO ⁴
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO FILHO	VICTOR JOSÉ CIBELLI CASTIEL (ZÉ VICTOR CASTIEL)
Representante da sociedade civil (inciso IX)	FERNANDO CESAR MESQUITA	LEONARDO PETRELLI

Atualizada em 13.03.2013

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 05.06.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

3ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 17.07.2012

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258

ssccn@senado.gov.br

www.senado.gov.br/ccs

Notas:

1- Conselheiros eleitos para a 3ª Composição tomaram posse em 08.08.2012.

2- Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 08.08.2012.

3- Vago em virtude do falecimento do Conselheiro Suplente Eurípedes Corrêa Conceição, ocorrido em 13.02.2013.

4- Vago em virtude de o Conselheiro João Luiz Silva Ferreira ter renunciado ao cargo de suplente, conforme expediente datado de 26.02.2013, publicado no Diário do Senado Federal em 13.03.2013.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO ¹**37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)****Presidente:** Deputado Newton Lima ²**Vice-Presidente:** Senador Paulo Bauer ²**Vice-Presidente:** Deputado Renato Molting ²

Designação: 07.05.2013

Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Iara Bernardi
Fernando Marroni	Márcio Macêdo
Newton Lima	Taumaturgo Lima
PMDB	
André Zacharow	Lelo Coimbra
Íris de Araújo	Osmar Serraglio
Marçal Filho	Ronaldo Benedet
Raul Henry	Valdir Colatto
PSDB	
Antonio Carlos Mendes Thame	Urzeni Rocha ³
Eduardo Azeredo	
Walter Feldman	
PSD	
Geraldo Thadeu	Átila Lins
Hugo Napoleão	Dr. Luiz Fernando
Raul Lima	Eleuses Paiva
PP	
Dilceu Sperafico	Luís Carlos Heinze
Renato Molting	Renato Andrade
PR	
Wellington Fagundes	Henrique Oliveira
PSB	
José Stédile	Beto Albuquerque
Luiza Erundina	Leopoldo Meyer
DEM	
Júlio Campos	
PDT	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
PTB	
Paes Landim	Jorge Corte Real
Bloco PV / PPS	
Roberto Freire	Antônio Roberto
PSC	
Nelson Padovani	Takayama
PCdoB	
João Ananias	Chico Lopes
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PTdoB	
Luis Tibé	

1-Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 25, de 07.05.2013.

2- Eleitos na reunião realizada em 21.05.2013.

3-Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 29, de 23.05.2013.

Senadores

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD / PV)	
Pedro Simon	Casildo Maldaner
Roberto Requião	Valdir Raupp
Ana Amélia	Luiz Henrique
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Eduardo Suplicy	Antonio Carlos Valadares
Paulo Paim	Inácio Arruda
Acir Gurgacz	Humberto Costa
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Paulo Bauer	Cássio Cunha Lima
Wilder Moraes	Jayme Campos
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC / PPL)	
Alfredo Nascimento	Fernando Collor
Gim	Eduardo Amorim

(Atualizada em 21.05.2013)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.brwww.camara.gov.br/mercosul

Edição de hoje: 260 páginas
(OS: 12588/2013)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

